

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DE EMPRESA



A LISBOA DOS E NOS GUIAS TURÍSTICOS

Lisboa a compor-se ao espelho

Maria Estela de Moura Dantas Gonçalves

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre Em Antropologia
Especialidade em Patrimónios e Identidades

Orientadora:
Professora Doutora Graça Índias Cordeiro,
Professora Auxiliar com Agregação
ISCTE

Setembro de 2008

O universo desfaz-se numa nuvem de calor, e cai irremediavelmente num abismo de entropia, mas dentro desse processo irreversível podem verificar-se zonas de ordem, porções do existente que tendem para uma forma, pontos privilegiados de que podemos entrever um desenho, uma perspectiva.

Italo Calvino, *Seis propostas para o próximo milénio*, 1990

Há felizmente o estilo. Não calcula o que seja? Vejamos: o estilo é um modo subtil de transferir a confusão e violência da vida para o plano mental de uma unidade de significação. Faço-me entender? Não? (...) Por meio de uma operação intelectual, dizemos que esses tópicos se encontram num tópico comum, suponhamos, do Amor ou da Morte. Percebe? Uma dessas abstracções que servem para tudo.

Helberto Helder, *Os Passos em Volta*, 1963

E o estilo da cidade de Lisboa.

Abstract: Based on the text of city tourist guidebooks, this research is a contribution to the study of city representations and images through discourse.

Being part of utilitarian literature, the tourist guidebooks reflect the political, economic and social changes in cities themselves.

Those sources, as a means of information about towns, reveal mentalities and values through which societies (communities) express, abridge, exchange and promote the emblematic signs of their identity, their differences and the specific way of thinking (and imagining) about their cities.

The analysis of several guidebooks of Lisbon between 1905 and 2004, written by Portuguese authors, enables us to see the different city images and representations of Lisbon throughout the twentieth century and, at the same time, contributes to the understanding of the role of citizens' sense of belonging in the formation of those images and representations.

Key words: Tourist guidebooks, city images and representations, urban heritage, urban history.

Discipline: Anthropology

Resumo: Este trabalho, baseado na análise textual dos guias turísticos, é um contributo para os estudos das representações e imagens de cidade através dos discursos.

Os guias turísticos, pertencendo ao género textual utilitário, são reflexo das mudanças políticas, culturais, económicas e sociais das cidades. Essa fonte documental, sendo um meio de informação acerca de cidades, deixa expressar através dos textos (nos modos de as descrever), mentalidades e valores através dos quais as sociedades (comunidades) condensam, expressam, trocam e promovem os signos emblemáticos das suas identidades, as diferenças e modos particulares como pensam (e imaginam) a cidade.

A análise dos vários guias turísticos de Lisboa, editados entre 1905 e 2004, de autoria portuguesa, permite ver as diferentes imagens e representações de Lisboa no decurso do século XX e, ao mesmo tempo, contribui para o estudo sobre o papel da condição de pertença à cidade na produção daquelas. É nossa hipótese que a autoria não só esclarece sobre a formulação das imagens nos guias, como deixa ver, quando estes são analisados diacronicamente, as suas cristalizações e mudanças, assim como os factores que terão contribuído para umas e outras. Mas, igualmente, que as representações se articulam com projecções de identificação simbólica com a cidade descrita.

Disciplina: Antropologia

Palavras chave: guias turísticos, representações e imagens de cidade, património urbano, história urbana.

Disciplina: Antropologia

Agradecimentos

Agradeço,

à cidade, ao município, aos seus governantes e dirigentes que confiaram no projecto que há um ano atrás lhes apresentei e para o qual, generosamente, me atribuíram uma bolsa que permitiu a realização do presente trabalho

à Professora Doutora Graça Índias Cordeiro que me deu a conhecer a fonte documental “guias”, orientou a pesquisa e confiou em mim

à Rita Sousa, Teresa Mora e Isabel Torre a generosa disponibilidade, para ler o borrão final e cujas observações foram valiosas

às bibliotecas Nacional, Galveias, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Gulbenkian e Centros de Documentação da Secretaria de Estado do Turismo e Câmara Municipal de Lisboa, aos seus trabalhadores a simpatia e eficiência com que resolveram as minhas dúvidas e pequenos problemas

aos meus amigos e família o afecto e o estímulo, imprescindíveis para trabalhar

ao Fernando Rato pelo trabalho que realizou comigo e me permitiu tornar mais razoável e produtiva.

Este trabalho é para Lisboa, uma cidade muito antiga que, como todas as cidades — novas, velhas, pequenas, grandes, monumentais ou banais — necessita de muitos cuidados. Elas são um dos nossos “abrigos” — temporário, enorme e complexo — onde trabalhamos, nos divertimos, criamos, aprendemos, batalhamos, onde se abrem imensas possibilidades de ...

Nota prévia

Adoptamos três tipos de letra no trabalho afim de facilitar a leitura e separar a origem dos textos. O texto principal e as citações surgem com o tipo de letra recomendado; os textos dos guias, apresentados em exemplificação surgem **com o tipo de letra Apple casual 10**; e por fim, os textos que sintetizam as imagens de Lisboa surgidas a partir da análise, apresentadas no capítulo 5, tendo em conta que foram sínteses textuais reconstruídas *surgem com um terceiro tipo de letra, Apple Chancery 10*.

As ilustrações que acompanham as imagens textuais pertencem aos guias e correspondem aos respectivos períodos, com excepção da imagem 4, cujo guia não possuía imagens e que compusemos a partir de imagens dos outros guias editados na época, procurando respeitar a ideia de cidade explicitada. Na ilustração da capa do trabalho acrescentámos mais duas imagens que não pertencem a guias, mas, no pareceu, ilustram ideias da cidade Lisboa turística. Referimo-nos a uma reprodução de pintura “naif” de Margarida Varejão, apresentada em catálogo de exposição *Lisboa vista pelos pintores “naif”*, organizada pelo município lisboeta em 1988, no Palácio Coruchéus. A segunda ilustração corresponde a um desenho de casa em Alfama, presente no catálogo da exposição sobre *“La maison portugaise, l’évolution de son style à travers les âges.”*, mostrado por Portugal na Exposição Mundial de Paris em 1937.

As citações dos ensaios lidos nas línguas originais (francês e inglês) surgem a partir da tradução que deles efectuamos.

Por fim, por razões de associação mais rápida, a referência aos guias editados em 1908 e 1913, cuja coordenação é da Sociedade Propaganda de Portugal, em muitas circunstâncias, são remetidos directamente para o principal promotor daquela sociedade, Mendonça e Costa, acontecendo o mesmo com o guia editado em 1924GP, de coordenação de Raul Proença.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1 – AS REPRESENTAÇÕES DA CIDADE ATRAVÉS DO DISCURSO	10
1.1 - A cidade, um objecto de discurso	10
1.2 - Imagens e Representações	14
1.2.1 - Conceito de Imagem no campo da linguagem/literatura	14
1.2.2 - Representações Sociais	16
1.3 - Auto – Retrato	18
1.4 - Representações de Representações	20
2 – O CAMPO DOS ESTUDOS DE CIDADE ATRAVÉS DOS GUIAS TURÍSTICOS	21
2.1 - As possibilidades de fazer a história das representações da cidade	23
2.2 - A presença de ideologias nas representações de cidade	23
2.3 - As possibilidades de auto-representação da cidade	25
2.4 – O guia turístico como género textual	26
2.5 - Estudos sobre Lisboa	30
3 – OS GUIAS TURÍSTICOS DA CIDADE DE LISBOA	34
3.1 – Aspectos metodológicos	34
3.1.1 – Delimitação do corpo documental e diferenciação do corpus de análise	34
3.1.2 – O Arco Temporal 1905 – 2004	41
3.1.3 – Os ciclos da cidade e os ciclos da cidade de Lisboa	43
3.2 – Os ciclos histórico-urbanísticos de Lisboa	48
3.2.1 – Ciclo Lisboa em Movimento	50
3.2.2 – Ciclo Republicano	51
3.2.3 – Ciclo Imperial	52
3.2.4 – Ciclo da Suburbanização	53
3.2.5 – Ciclo da Reconfiguração de Capitalidade	56
3.3 – Breve contextualização histórica do campo do turismo	58
3.4 – Os guias turísticos de Lisboa	61
3.4.1 – A sua forma externa	67
3.4.2 – As suas condições de produção	70
3.4.3 – A sua organização interna	79

4 – AS “IMAGENS DE LISBOA” QUE COMPÕEM A NARRATIVA DA CIDADE NOS GUIAS TURÍSTICOS	84
4.1 – Aspectos metodológicos	84
4.2 – As Imagens	95
A Imagem inaugural	95
A Imagem da narrativa histórica	99
A Imagem da cidade coetânea	115
A Imagem dos bairros	121
A Imagem dos Lisboetas	129
A Imagem das singularidades de Lisboa	138
5 – AS “IMAGENS SÍNTESE DE LISBOA” NO DECURSO DO SÉCULO XX	146
Lisboa a modernizar	158
Imagem 1: Lisboa a capital de hibernação	
Imagem 2: Lisboa a cidade-cais da Europa	
Imagem 3: Lisboa a cidade de panoramas	
Lisboa a idealizar-se	166
Imagem 4: Lisboa a cidade de afastamento e ilusões	
Lisboa a resistir à metropolização	169
Imagem 5: Lisboa cidade pitoresca e desafogada, a varina é o seu cartaz	
Imagem 6: Lisboa cidade - resistência à monotonia da modernização	
Lisboa a harmonizar a cidade histórica e metropolitana	175
Imagem 7: Lisboa a urbe metropolitana e íntima	
Imagem 8: Lisboa cidade de Congressos	
Imagem 9: Lisboa a moderna capital cheia de diversidade	
CONCLUSÃO	185
BIBLIOGRAFIA	187
ÍNDICE DE QUADROS	
Quadro Nº 1: Corpo documental	65
Quadro Nº 2: Corpus de análise	66
Quadro Nº 3: Corpo documental, tipologias gerais	78
Quadro Nº 4: Divisão topográfica de Lisboa	82
Quadro Nº 5: Divisão tematizada de Lisboa	83
Quadro Nº 6: Imagens Inaugurais através dos ciclos histórico-urbanísticos	98

Abreviaturas

Abreviaturas de identificação dos guias tal como surgem referidos no texto

Códigos abreviados	Guias
1905GL	<i>Guia Ilustrado do Viajante em Portugal</i> , 1905, editor Almanach Palhares Lisboa, autor Santos Junior (Santonillo) e A Morgado
1905RL	<i>Roteiro de Lisboa</i> , 1905; edições S. Paulo Brasil, autor Joaquim Gil Pinheiro
1906L	<i>Lisbonne</i> , 1906; edição Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP)
1906BL	<i>As bellezas de Lisboa e seus arredores</i> , 1906 edição Livraria Correia Pinto, Lisboa
1906LS	<i>Lisboa e Subúrbios</i> , 1906; edição Grupo Excursionista Porto; autor Soares Dias
1908	<i>Portugal, Seus multiplos aspectos como paiz de excursões</i> ; 1908 edição Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP)
1913	Manual do viajante em Portugal 1913; edição Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP), autor Mendonça e Costa; tipografia Gazeta Caminhos de Ferro,
1924T	<i>Tourist</i> , guia de Lisboa, 1924; edição Imprensa Libanio da silva, travessa do Fala Só, Lisboa; (coor) Alvaro Santos
1924GP	<i>Guia de Portugal: Lisboa e Arredores</i> , 1924, edição Biblioteca Nacional, (coord) Raul Proença
1925	<i>Guia de Lisboa</i> , 1925; edição proprietário de hotéis
1929	<i>Livro de turismo, Lisboa, Sevilha, Paris</i> , 1929; edição Boletim do Governo Civil, autor Raymundo Alves
1930	<i>Vem a Lisboa? Guia turístico</i> , 1930; edição REX Propagandas
1933	<i>Lisbonne histoire, description, monuments</i> , 1933; edição Bertrand, autor Lisbonnin
1934	<i>Cidades de Portugal: Lisboa, aspectos</i> , 1934; Edições de M. Da Costa Ramalho
1935	<i>Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores</i> ; editores Conselho Nacional de Turismo/Câmara Municipal de Lisboa, Câmara do Comercio de Lisboa, (coord) M. Da Costa Ramalho
1939	<i>Triangulo Turístico, roteiro Lisboa, Estoril</i> , 1939; Edições de Propaganda e Turismo; Sociedade Nacional de Tipografia, autores Raphael de Lezameta e Baena Guimarães
1941	<i>Guia Turística de Lisboa</i> , 1941; edição Câmara Municipal de Lisboa, (coord) A. Vieira da Silva
1943	<i>Guia de Lisboa</i> , 1943; edição Livraria Portugália; autores Norberto Araújo e António Soares
1952	<i>Lisbon</i> , 1952, edição Secretariado Nacional de Informação
1953	<i>Lisboa</i> , 1953, edição XV Congresso Internacional de Cirurgia, coord Armando Lopes
1958	<i>Um turista em Lisboa</i> , 1958; edição Neogravura Lda, autor Ferreira de Andrade
1959GL	<i>Guia de Lisboa, Costa do Sol e arredores</i> , 1959; Edição Mário Valdez
1959LC	<i>Lisbonne et son charme</i> , 1959, edição Câmara Municipal de Lisboa (coor) Vasconcelos e Sá
1960	<i>Lisboa</i> , 1960, edição Publicações turísticas, colecção turismo, autor Ferreira de Andrade
1963	<i>Lisboa, cidade de turismo</i> , 1963, edição Câmara Municipal de Lisboa, (coor) João Pina Vidal
1964	<i>Guia do turismo em Lisboa</i> , 1964; edição Câmara Municipal de Lisboa (coor) João Pina Vidal
1977	<i>Guia e planta de Lisboa</i> , 1977, edição Câmara Municipal de Lisboa
1980	<i>Lisbonne et ses environs</i> , 1980 edição Colibri; autor Pedro Vasconcelos
1982	<i>Lisboa, guia da cidade</i> , 1982, edição Câmara Municipal de Lisboa
1983	<i>Guia de Lisboa, Estoril e Cascais</i> , 1983, Edições Poseidon, autor F. Moura

LISBOA NOS GUIAS

- 1985GL** *Lisboa e Costa de Lisboa, guia laranja*, 1985, Edições Convergência, Secretaria Estado Turismo
- 1985NG** *Lisboa (novos guias de Portugal)*, 1985, Editorial Presença; autores José Vítor Adragão, Natália Pinto e Rui Rasquilho
- 1987** *Lisboa, guia histórico turístico*, 1987, edições Margrap, autor Adérito Tavares (licenciado em história)
- 1988** *Atlas Turístico de Lisboa*, 1988, edição Câmara Municipal de Lisboa
- 1989** *Goldenbook of Lisbon*, 1989, edição Henrique Cerqueira/Interpropo,Lda
- 1990GT** *Guia de Turismo, Roteiros*, 1990, edição Câmara Municipal de Lisboa (e outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa), autores F.T. Barata e Alexandre Flores
- 1990LR** *Lisboa recomendada*, 1990, edição Shell (e outras empresas), autor Luís Palanque
- 1992** *Guia de Lisboa*, 1992, colaboração Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da União das Cidades Iberoamericanas (UCCI), coor Clara Pimentel
- 1994** *Lisboa always, roteiro*, 1994, Edição e coordenação Jorge M. Laureano Jacinto, produções e edições Lda.
- 1995** *Passeando em Lisboa*, 1995, edições Pergaminho, autores De Moura texto e ilustrações Cláudia Conduto
- 1998IV** *Lisboa, Portugal, ir e voltar: Guias ir & Voltar*, 1998, edição Estampa, Galimard, coord. Annegret Rangel
- 1998BG** *The Best Guide*, Lisboa 1998, edição J. Pedro Castanheira, coord. Margarida Silva César
- 2002** *How to visit Lisbon, City Guide 2002*, edição InfoPortugal
- 2004** *Your Guide: Lisboa*, 2004, edição ANA Portugal, autoria texto histórico Centro Nacional da Cultura

Outras Abreviaturas

- BN Biblioteca Nacional
- CNC Centro Nacional da Cultura
- GEO Gabinete de Estudos Olisiponenses
- SNI Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
- SPN Secretariado de Propaganda Nacional
- SPP Sociedade de Propaganda de Portugal

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema e objecto de trabalho; razões para o arco temporal 1905 - 2004

A condução do presente trabalho e delimitação do objecto de investigação foram bastante comprometidas com o estado de situação da fonte documental, os guias turísticos da cidade de Lisboa de produção portuguesa.

Partimos para a investigação com um propósito inicial um pouco diferente da que agora se apresenta. No princípio, tratava-se de procurar através dos guias turísticos as Imagens da (de) cidade de Lisboa aí produzidas, com balizas sócio históricas muito fechadas, 1994 – 1998, com incursões a 1940. Pretendia-se, então, realizar uma análise comparativa entre as imagens produzidas sobre a cidade em anos de acontecimentos mediáticos importantes à escala mundial, a Capital Cultural em 1994, a Exposição Mundial em 1998, e a Exposição do Mundo Português em 1940. A sua realização fez com que a cidade de Lisboa não só tivesse sido alvo de intervenções significativas que lhe configuraram uma nova imagem, como foram momentos em que a questão da cidade, dos projectos para Lisboa, assumiram um protagonismo forte. Tratando-se de acontecimentos que visavam uma projecção internacional e procuraram cativar afluência turística à cidade, necessariamente os valores sociais sobre aquela estariam presentes nos guias turísticos. Interrogávamo-nos se existiriam diferenças no modo como se falava de Lisboa, que entendimentos de cidade se tinha então, se houvera mudanças.

Acontece que na etapa da recolha em bibliotecas e arquivos¹ constatámos não haver material suficiente para trabalhar. Lisboa, os portugueses, quase não produziram guias nos anos em questão, os existentes vinham de produção estrangeira.

Quisemos manter a vontade de procurar as imagens dos portugueses, considerando essa condição uma capacidade para observar o modo como vêem a cidade, tendo em conta o lugar privilegiado que Lisboa ocupa como símbolo de identificação colectiva. Embora os guias turísticos sigam um formato equivalente à escala internacional, um género, a questão da nacionalidade dos seus autores, editores e produtores, não é um factor independente para a construção de Imagens de cidade. Conquanto as cidades, pensadas como entidades

¹ A Biblioteca Nacional, as várias bibliotecas municipais e centros de documentação ligados à cidade e à actividade turística, como o centro de documentação da Secretaria de Estado do Turismo.

históricas e territórios de urbanização adquiram uma abstracção que extravasa o par de opostos nativo² – estrangeiro, consideramos contudo que são sempre pertença de alguém: das sociedades, das culturas das comunidades que o seu território acolheu, dos Estados–Nação que as governam e gerem. O lugar que a “autoctonia” ocupa na produção de descrições de cidades, aqui através dos guias turísticos, foi a hipótese de partida que o presente trabalho só pode em parte argumentar, dado que faltará a outra perspectiva, a do estrangeiro.

Pesquisando nas bases de dados constatámos que afinal a produção de guias turísticos sobre Lisboa, editados por portugueses, não segue a mesma regularidade que noutros países-cidades, como França, Inglaterra, só para referir os Guias Bleus, os Guia Michelin ou as Publicações Frank Cook Lda., produção que se iniciou ainda no século XIX e continuou ao longo de XX. No caso de Lisboa, não só não existiam guias de referência apresentados com regularidade no mercado, revistos, aumentados e transformados, como nos confrontámos com uma considerável heterogeneidade organizativa. Talvez que afinal não importe muito que sejam os portugueses, os lisboetas, a fazerem eles os guias para auxiliar os seus visitantes. E quem melhor que o estrangeiro para saber os problemas que se deparam a quem visita uma cidade estrangeira? Com certeza que muitos portugueses, especialistas da cidade, tenham colaborado na produção de guias estrangeiros. Sabemos que Raul Proença foi autor da edição do Guide Bleu sobre Portugal em 1931. Talvez que a fraca produção se explique também pelo lugar periférico que Lisboa teve no campo do turismo de cidades, da própria cidade, ou ainda pela fragilidade desse sector editorial, que só em fins dos anos 90 de XX começou a ser mais expressivo.

Colectámos o maior número possível de guias, folhetos, monografias, debaixo da obrigação da autoria portuguesa, que tinham como objectivo falar de Lisboa para os turistas, mesmo que não obedecessem, em rigor, ao género textual «guias turísticos», de acordo com a literatura especialista do campo. Reequacionando o objecto de pesquisa alargou-se o arco temporal.

Acabámos por reunir quarenta e quatro guias que obedeciam aos requisitos, número que se revelou pertinente para conseguir alguma saturação de informação afim de poder avançar análises acerca de imagens síntese de cidade. Contudo aqueles pertenciam ao arco temporal do século XX - os guias recolhidos datam de 1905 a 2004. Esse problema, que se

² Precisámos que o recurso ao *nativo* para identificar o sujeito a quem nos referimos no trabalho se associa aos seus sinónimos *indígena*, *autóctone*, à sua significação expressa no dicionário Houaiss: que constitui a origem de alguém, pertença de um país, Houaiss, 2003 (2001 ori.), Tomo III: 2081 e 2590, respectivamente.

colocou na primeira fase de investigação, obrigou a alterar a delimitação do objecto de investigação, pois que, se por um lado o número de guias garantia a possibilidade de saturação da base documental do universo em análise, por outro, a necessária contextualização social, histórica e urbanística dos guias, implicava a compreensão da história de Lisboa, da sociedade portuguesa, do país, mas também a história do urbanismo e do turismo para aquele período, exigência demasiada e para a qual se procuraram algumas esquematizações elementares a fim de não traír a inserção histórica.

Tendo então em conta a raridade da produção de guias sobre a cidade, e deixando esse facto como questão em aberto, definimos como objecto de análise a produção de auto imagens da cidade de Lisboa através das imagens turísticas no decurso do século XX. A raridade afinal acabou por nos permitir analisar as representações e imagens de cidade que foram sendo vertidas para os guias turísticos, acompanhando o próprio processo de urbanização de Lisboa, mas igualmente o incremento do turismo em moldes modernos, possibilitando ainda verificar os impactos nos guias dos acontecimentos mediáticos ocorridos em Lisboa em 1994 e 1998.

Reforçando o estudo sobre a história para aquele arco temporal e procurando soluções para, sem empobrecer a contextualização histórica na sua leitura, ultrapassar as muitas falhas nesse domínio, avançámos com o objectivo de reter, através da análise interpretativa aos guias, as Imagens da Cidade de Lisboa que os portugueses produziram, editados entre 1905 e 2004.

Justamente porque trazemos connosco uma experiência de trabalho no município de Lisboa, defrontamo-nos com os problemas que, permanentemente, “fazer cidade” coloca a toda a gente. A queixa da cidade tem sido um facto frequente. Queixa vinda não só da população carenciada, residente nos bairros antigos de Lisboa, dos que vivem nos bairros de “habitação social” ou no subúrbio, dos velhos proprietários dos imóveis, dos investidores, das grandes imobiliárias, dos projectistas, dos urbanistas ... de todos os que, de um modo geral, têm a sua vida implicada com a cidade de Lisboa. Queixa que, pensada a partir do ponto de vista de cada um, surge fundamentada a maioria das vezes.

Uma melhor compreensão social e histórica da cidade e da urbanização, das especificidades que Lisboa assumiu, parece-nos uma possibilidade de contribuir para minorar os seus problemas. Ambas, cidade e urbanização, têm sede no campo das construções sociais e embora a urbanização, animada pela racionalidade científica, com

consequências sobre a cidade, seja fortemente condicionada pelos campos económico e tecnológico, parece-nos igualmente importante perceber que valores sociais, culturais e simbólicos nelas estão em jogo. Tanto mais quanto os símbolos se transformaram em mercadorias (o valor de marca) nas sociedades de consumo. Focar a atenção sobre a cidade e o processo urbano através da interpretação dos discursos que sobre eles se foram fazendo, foi o âmbito de análise a partir do qual delimitamos o nosso trabalho.

A importância do lugar da linguagem e do discurso na compreensão das acções sociais foi colocada por Foucault em *As palavras e as Coisas* (1966). Como aí diz: “Existiu durante toda a idade clássica uma coerência entre a teoria da representação e as da linguagem, das ordens naturais, da riqueza e do valor. Essa configuração a partir do século XIX muda inteiramente; a teoria da representação desaparece como fundamento geral de todas as ordens possíveis; a linguagem como quadro espontâneo e «quadriculado» primeiro das coisas, como intermediário indispensável entre a representação e os seres, desvanece-se por seu turno; uma historicidade profunda penetra no cerne das coisas, isola-as e define-as na sua coerência própria, impõe-lhes formas de ordem que são implicadas pela continuidade do tempo. À medida que as coisas se enrolam sobre si, pedindo só ao seu devir o princípio da sua inteligibilidade e abandonando o espaço da representação, o homem por seu turno entra, e pela primeira vez, no campo do saber ocidental”. (Foucault, 1988: 54-55)

Tendo então em conta o desacerto entre os discursos e a materialidade — da polissemia semântica transportada na linguagem — da sua historicidade, a “crise da representação”, tal como a coloca Mondada (2000), recolhemos na autora, a propósito das descrições de cidades, a sua importância analítica como “resultado de um processo reflexivo de fabricação”. (Mondada, 2000:11) Os discursos sobre a cidade, como tem vindo a ser argumentado em várias sedes disciplinares, não seriam apenas instâncias simbólicas sobre a sua materialidade, mas entrariam no próprio fazer daquela. Como refere a investigadora: “as descrições das cidades possuem eficácias diversas de acordo com as perspectivas particulares dos enunciadores, no modo como as organizam e as fazem circular nas diversas redes. Descrições cuja performatividade varia de acordo com a materialidade na qual se inscrevem as escritas, a cristalização de imagens que são capazes de produzir ou os projectos de acção e intervenção em que participam” (Mondada, 2000:2). Uma vez que os guias são um género textual que descreve cidades pareceu-nos uma fonte documental particularmente pertinente para analisar imagens e representações da cidade de Lisboa.

Em concreto, e delimitando desde já o âmbito a que nos reportamos quando falamos de cidade, recorrendo para tal à sua apreensão em V.M Ferreira (2004): “a cidade como referente simbólico, para além dos seus limites territoriais, dos seus problemas sociais e urbanos, das suas contradições políticas, participando mais de um imaginário colectivo, dos imaginários simbólicos de Lisboa” (V.M. Ferreira, 2004; 393), o presente trabalho concentrou-se sobre a produção de imagens de cidade através de uma vertente: as imagens da cidade promovida para o turismo.

A cidade formulada nos guias turísticos poderia dizer-se como uma maqueta submetida às lógicas e processos do mercado do turismo que se apõe às cidades, mas que justamente porque se estrutura a partir de lógicas de deseabilidade, acaba por condensar idealizações, pequenas utopias, que tanto respondem às procuras turísticas padronizadas como a utopias de cidade por parte de quem os produz. E por se apresentarem discursivamente através de um compósito de “lugares comuns”, de clichés e estereótipos, constituindo-se em evidências, gostos, modas, tendências de mercado, deixam expressar ideias gerais, de uma grande abrangência, cristalizações figurativas de Lisboa, no caso.

Com o risco de cometer uma heresia metodológica, pressupusemos alguma equivalência entre a linguagem estereotipada usada nos guias, que constitui em grande parte o seu género textual, e a média estatística. Esta, sendo uma medida de tendência central, permite ver a concentração das frequências numa zona central para a qual tende o universo em estudo. Sabe-se contudo que é um valor abstracto, sendo uma grandeza representativa de todos os valores da série, pode não lhe pertencer, tendo em conta que é uma medida particularmente sensível aos valores extremos. Tem no entanto a vantagem de permitir visualizar a tendência da concentração. Procuramos assim atribuir idêntica capacidade à linguagem estereotipada que os guias usaram. Não esquecendo as distorções, os comportamentos dos desvios dos extremos em relação à média, ao estereótipo.

Não é indiferente a importância que a actividade turística tem vindo a assumir desde início do século XX, sendo motor de uma actividade económica preponderante, no caso de Lisboa (Portugal) desde os anos 60 de XX, com consequências materiais na cidade. Todavia porque o turismo, e o campo particular do turismo de cidades, que se implicam necessariamente na existência dos guias da cidade para promoção turística, para consumo turístico, que é o que os guias produzem, no fim de contas, não era o objectivo, procurou-se tanto quanto possível mantê-lo em suspensão. Mas admite-se que o turismo foi alvo de

projectos políticos pelos diversos regimes e governações desde o início do século XX, e nessa medida penetrável pelas ideologias, transformando os guias turísticos num dos meios pelos quais aquelas foram sendo veiculadas, nomeadamente os que foram editados a partir de organismos públicos.

Considerando que a cidade de Lisboa se constituiu como um poderoso emblema / signo de identidade dos lisboetas e, pela sua longa capitalidade, o foi igualmente dos portugueses, dos poderes políticos, da identidade nacional enfim, presumiu-se que promovê-la através de guias se transformava num trabalho de construção social de identidade. Mas mais concretamente, interessou-nos a captação da auto imagem da cidade. Afinal que imagem(ns) de Lisboa produzimos nós?

A produção discursiva, o que disseram sobre Lisboa os guias, qual o seu contexto de produção, e o quê nesses textos se poderia traduzir em imagens síntese de ideia de cidade, que revelariam o quadro de fundo cultural, antropológico, que transita para os seus investigadores, produtores, consumidores, os habitantes, os estrangeiros, para a própria cidade de Lisboa, na sua materialidade actual, foi o percurso estabelecido nesta investigação. Que valores, que ideias sobre cidade tem transportado Lisboa consigo no tempo histórico, enquanto promove imagens da Lisboa turística, materializadas através da linguagem de propaganda, de publicidade nos guias turísticos? Foi essa a pergunta que formulámos aos guias, entendendo-os como o corpo documental, tendo como hipótese de partida que a autoria não só esclarece sobre a formulação das imagens, como deixa ver, quando analisados diacronicamente, as suas cristalizações e mudanças e que factores, no campo da autoria, terão contribuído para umas e outras.

No plano metodológico a presente investigação seguiu três níveis de preocupação: colectar um número razoável de guias através dos quais fosse possível verificar a “saturação” de informação, amostra que pudéssemos avançar como representativa do universo; o controle sobre o extenso arco temporal, recorrendo à construção de uma periodização, que efectuámos apelando à noção de ciclo; e por fim a preocupação em encontrar categorias generalistas com capacidade para traduzirem significados e valores de cidade, mas com estatuto de legitimidade académica e científica, como acontece nos dicionários e enciclopédias.

Desse modo, tendo em conta o universo documental no caso dos guias turísticos de produção portuguesa, para garantir a segurança de um número razoável na base

documental, retivemos para a análise quarenta e quatro guias, embora no trabalho mais aprofundado de construção de imagens se tivesse reduzido o corpo a vinte e oito guias, utilizando os restantes para confirmar tendências de sentidos encontrados.

Quanto à periodização do arco temporal 1905 – 2004, procurou articular e sintetizar-se em grandes ciclos os acontecimentos históricos que ocorreram nesse longo período, tendo em conta o campo do político, das ideologias subjacentes, e da urbanização de Lisboa, em particular, inserindo esta última no processo social geral decorrente das consequências do movimento de modernização e globalização das sociedades e impactos nas cidades.

O conteúdo escrito e a organização interna dos guias foram a matéria de trabalho, afastando desde logo a iconografia e a cartografia, outras tantas formas de falar de Lisboa. Estas últimas ocupam cada vez mais espaço nos guias e, em muitas circunstâncias, o texto só legenda as imagens da cidade. Mas antes de mais importou sintetizar a ideia de cidade que percorre os guias originada na produção textual. Foi nesse campo disciplinar que nos colocámos, tendo à disposição alguns referentes teóricos e conceitos operativos. No entanto a análise textual foi igualmente problemática. Entre outras coisas, a língua, os seus estilos e modas modificam-se no tempo e desbravar sentidos através de estilos de escrita tão distintos, exigiu um trabalho de distanciamento para não confundir a adjectivação em moda com significações pertinentes de cidade.

A análise propriamente dita desdobrou-se em dois momentos: a identificação e compreensão geral dos guias turísticos colectados, quer do ponto de vista da sua caracterização enquanto género textual, quer no plano da autoria; e em seguida a construção de hipóteses e grelhas de leitura para a apreensão de imagens de cidade aí produzidas. Partiu-se da hipótese que a sua apreensão nos guias turísticos seria a retenção das descrições de vários identificadores da cidade: a imagem inaugural, a narrativa histórica, a cidade coetânea, os bairros, os lisboetas e as singularidades que Lisboa apresenta nos guias. O resultado final do trabalho — a reconstituição das Imagens — repetiu a formulação de lugares comuns, dos clichés a que recorreram, reorganizando contudo o sentido que passou a obedecer à sequência narrativa dos identificadores atrás mencionada. Porém, apesar de se apresentarem à leitura como compósitos de evidências, propomos que aquelas possuem um valor de síntese.

Conscientes dos riscos trazidos quer pelo extenso arco temporal, quer pela heterogeneidade do corpus de trabalho, efectuou-se um estudo dos guias turísticos que Lisboa produziu

sobre si no decurso de um século, o século XX, que afinal acaba por ser uma outra viagem, a de uma cidade que no início de XX se defrontava com o arranque do seu desenvolvimento industrial e urbano, dos diversos investimentos simbólicos, políticos, económicos, culturais ... de que foi objecto no decorrer dos anos e chega ao princípio do século XXI confrontando-se com o processo de globalização e novos modos de inserção na rede das cidades-mundo.

Organizámos o presente trabalho em seis capítulos. No primeiro abordam-se as principais questões teóricas que se ligam à perspectiva analítica sobre a cidade e a sua articulação com o espaço urbano. Procurou delimitar-se a nossa proposta de abordagem, explicitando as interpenetrações entre a entidade histórica da cidade e o processo de urbanização. Tratou-se igualmente de destacar o estudo das cidades a partir da sua representação através do discurso, perspectiva aqui adoptada. Retiveram-se as diferenças e complementaridades entre representações sociais e imagens presentes nos discursos sobre cidades, dada a especificidade, quer da aptidão emblemática que a cidade possui como símbolo identificador de uma comunidade, quer do “meio” discursivo guias através do qual a cidade foi descrita.

No segundo capítulo reuniram-se os âmbitos dos estudos de cidade através dos guias turísticos, das potencialidades analíticas destes últimos para os estudos urbanos. Fixámos em particular a possibilidade de fazer a história das representações da cidade a partir de uma análise diacrónica, a apreensão das ideologias e potencialidades de auto-representação. Estes âmbitos foram julgados pertinentes para o caso concreto do estudo sobre as imagens de cidade presentes nos guias turísticos de Lisboa, editados ao longo do século XX.

No terceiro capítulo apresentamos os principais aspectos metodológicos seguidos e a caracterização do corpo documental. Refere-se aí a constituição dos ciclos histórico-urbanísticos adoptados afim de agilizar a análise dos guias no arco temporal 1905-2004 respeitando a inserção no contexto histórico e social da sua produção. Caracterizam-se em seguida os guias em relação ao seu formato externo, condições de produção (editoras e autores) e modos de organização das descrições da cidade de Lisboa.

No quarto capítulo faz-se referência aos aspectos metodológicos adoptados para a captação das “imagens de Lisboa”, que sintetizamos em seis identificadores: imagem inaugural, narrativa histórica, imagem da cidade coetânea, imagem dos bairros, dos lisboetas e as singularidades de Lisboa. Descrevemos em seguida o comportamento daquelas imagens

nos guias turísticos através dos ciclos histórico-urbanísticos e as correlações com as condições de autoria tipificadas.

No quinto capítulo apresenta-se uma síntese sobre as Imagens de cidade produzidas pelos guias lisboetas: Lisboa a modernizar, Lisboa a idealizar-se, Lisboa a resistir à metropolização e Lisboa a harmonizar a cidade histórica e metropolitana. Estas agregam as nove Imagens de Lisboa que se revelaram e cristalizaram nos guias e foram reconstruídas textualmente.

E por fim, no sexto capítulo, apresentam-se as conclusões principais decorrentes da análise.

1 – AS REPRESENTAÇÕES DA CIDADE ATRAVÉS DO DISCURSO TURÍSTICO

Para precisão do objecto de estudo importa em primeiro lugar apresentar o entendimento sobre as principais noções que presidiram à sua formulação: “Cidade”, o objecto de que queremos dar conta através das “Imagens”, estas enquanto noções provenientes do campo da linguagem e da literatura, mas igualmente da sua vizinhança com a noção de “Representações Sociais” e por fim a Imagem enquanto “Auto-Retrato” de Lisboa.

1.1 - A CIDADE, UM OBJECTO DE DISCURSO

A maior parte dos investigadores nos quais procurámos um sentido síntese de cidade estão de acordo com a sua complexidade e incapturabilidade a um campo significativo.

F. Choay, que estudou a emergência das novas teorias do urbanismo (XIX), chama a atenção para a diferença entre urbanização e cidade. Esta, “como referente e unidade indissociável de uma comunidade social e de um espaço discreto, já não existe”. (F. Choay, 1985:12). Posição que A. Melissinos sustenta igualmente, ressaltando contudo que os actuais centros históricos das cidades, as europeias em particular, embora representem apenas 1% a 2% dos seus territórios³, continuam a identificar o urbano e a dar-lhe um “rosto”. (A. Melissinos, 2001: 86-89). Por sua vez os urbanistas Soja e Ascher, focalizados nos modos actuais de ocupação territorial, reidentificam as cidades a partir dos conceitos de *postmetropolis*⁴ e *metápoles*⁵, respectivamente. (F. Acsher, 1998: 137 e E. Soja, 1997: 20). Os autores consideram, contudo, que as novas formas de organização espacial se têm sobreposto às antigas estruturas, articulando-se com elas, englobando-as, sem que aquelas tenham desaparecido.

³ O centro histórico de Lisboa corresponde a cerca de 0,3% do território da Região metropolitana e cerca de 10% dentro do território administrativo da cidade.

⁴ Conceito que Soja usa para identificar a nova metrópole na segunda metade de XX, pós transformação de Los Angeles. Ver pag 19 e seguintes *Imagining Cities*

⁵ Conceito que Ascher considera como identificando um novo tipo de aglomeração urbana que se desenvolveu sobre as antigas grandes cidades metropolitanas decorrente do desenvolvimento dos transportes rápidos da globalização e se sobrepõe à cidade. “conjunto dos espaços cujo todo ou parte dos habitantes, actividades económicas ou dos territórios está integrado no funcionamento de uma grande ou de um conjunto de grandes cidades.” Ver p 16-115 *Metápoles*

Na verdade, desde os anos 60, com a Carta de Veneza⁶, os tecidos urbanos antigos passaram a ser entendidos como “objectos patrimoniais”, que os especialistas e as várias entidades responsáveis pela governação das cidades têm procurado proteger. F. Choay e Melissinos, reconhecem que aqueles possuem um valor propedêutico no campo do urbanismo. A cidade antiga “age como manifesto que fornece às práticas o contra-modelo crítico de que dispomos para observar os nossos actos e elaborar novas figuras do urbano, reconhecendo aí dois universos morfológicos: a cidade e a urbanização.” (Melissinos, 2001: 86-89; F. Choay, 2000:219)

Em síntese, a cidade pensada como “em desaparecimento no momento em que mais se fala dela” (Choay 1985); (re)identificando-a a partir de outras designações (pós metrópoles ou metápoles, Soja e Ascher); falando dela através do recurso analógico de outras escalas espaciais (G. Cordeiro: 1997: 322 e A. F. Costa: 2000); explicitando a sua capacidade simbólica (L. Mondada, 2000: 1); metaforizando-a como palimpsesto (T. Salgueiro, 2001: 213); reforçando a sua capacidade como significante e contramodelo crítico para as novas figurações do urbano (A. Melissinos: 2001 e F. Choay: 2000); permanece como referente, mesmo que para a analisar a partir de perspectivas específicas, contendo uma dimensão de emblema unificador.

Embora se tenham constituído rupturas entre o quadro de vida espacial das populações (os novos territórios urbanos) e a cidade, como o referente que o convoca e identifica, com o surgimento de novas designações produzidas pelos urbanistas, esta continua a possuir um poder simbólico de referente e identificação, tendo sido naquela plasticidade que situamos a imagem de cidade procurada nos guias.

Ressaltamos todavia a história como uma componente importante para a compreensão da cidade, conquanto o nosso arco temporal tenha surgido como um “acidente de percurso” na investigação, só o foi na sua longa temporalidade, pois a contextualização histórica como componente de análise para as questões das cidades e do urbano era já um ponto de partida. Lash e Urry (1994) defendem que tempo e espaço são recursos que podem ser manipulados e explorados de acordo com as forças sociais dominantes. Nesse sentido “as cidades não são “inventadas” pelas espacialidades mas pelo tempo, e cidades concretas terão diferentes concepções do tempo ligado a um passado historicizado, que pode ser reinventado e expresso através de visões dos “poderosos” como foi evidenciado nos planos de Berlim e Roma em 1930”, como referem em *Imagining Cities*, (1997:7-12).

⁶ Carta de Veneza, elaborada durante o II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em 1964.

F. Choay e A. Melissinos concordam que perante o estado de urbanização actual que coloca em situação de crise as cidades históricas (com acento nas cidades europeias) a compreensão da longa sedimentação das cidades antigas age como papel propedêutico para as novas propostas urbanas. Assim, segundo Choay, “a competência de edificar⁷, no tempo da mundialização, que é também o da protetização⁸, deve merecer toda a nossa atenção. Renovar espaços de vida com a competência de articular, que ao longo dos milénios contribuiu, com um mesmo movimento, para fixar os homens ao meio natural a que pertenciam enquanto seres vivos e fazê-los recomeçar sempre a instituição da sua comunidade, é uma opção válida.” (F. Choay: 2000: 224)

Melissinos, por sua vez, afirma que “As cidades são feitas da imensidade de edifícios comuns, da sua continuidade, do seu ajustamento e articulações complexas, negociadas no decurso do tempo. É essa espessura e colagem de sedimentações que fazem a cidade e formam um sistema em que edifícios comuns e extraordinários se articulam e formam um sentido. (A. Melissinos, 2001: 86-90)

Gostaríamos de salientar que reter a historicidade para abordar a cidade de Lisboa não é fazer dela um somatório dos sedimentos materiais e história, mas antes, através do caminho percorrido entre períodos de urbanização marcantes, procurar as negociações que em cada período ocorreram entre os pontos de vista então surgidos. A análise na diacronia permitiu visualizar cristalizações de Imagens de cidade, com valor de linguagem de senso comum, que acompanharam as mudanças sócio-históricas da cidade e nesse sentido, também da sociedade portuguesa.

Como foi referido na introdução tratou-se de abordar a cidade a partir da sua produção discursiva, de destacar o modo como foi “dita” através de uma forma textual particular: os guias turísticos.

A perspectiva aberta por Mondada (2000) de equacionar as questões da cidade a partir da análise textual surgiu-nos como um campo de abordagem particularmente pertinente. Como refere a autora, a língua, os discursos, não são uma entidade neutra, transparente que enviaria directamente ao referente, o objecto em questão, mas antes se encontram situados

⁷ Conceito usado por F. Choay, em analogia com a competência da linguagem, para dar conta da atitude, cuja lógica se opõe à da ramificação, de dispor os seres humanos no espaço terrestre e na duração, tradicionalmente posta ao serviço das cidades e dos traçados dos caminhos e vias de circulação e contribui para fundar e refundar a relação dos humanos com o mundo natural. Ver F. Choay, A Alegoria do Património, pg219

⁸ Protético é um conceito utilizado por F. Choay para dar conta da multiplicação das mediações e dos écrans que a utilização das novas próteses introduz entre os homens e o mundo, bem como os homens entre si. Ver F. Choay, A Alegoria do Património: 213

em contexto, social e histórico. A autora elege a condição de “descritividade” das acções sociais, “o carácter auto-descritivo das actividades sociais”, (o conceito de *accountability* em Sharrock & Watson (1990), como conceito central para perspectivar as descrições, “que não reenviam a uma realidade externa, mas ao modo como o actor se confronta, gere, mantém e transforma a realidade social. Através da descrição são os modos de produção da descrição que se tornam disponíveis: é uma forma que reenvia ao seu modo de organização e da acção na qual está imbricada” (Mondada, 2000 : 25-26). A autora preocupa-se com os processos e os modos de descrição, mais do que com a captação de imagens ou representações da cidade nos textos. Como diz: “o nosso objectivo não é a reconstituição da imagem de uma cidade, mas o estudo dos processos, procedimentos pelos quais uma descrição urbana se compõe, organiza, garante uma inteligibilidade e os seus efeitos no real”. (Mondada 2000 : 159)

A focalização na importância das descrições e a atenção para os processos de organização e categorização das descrições foram para nós princípio orientador a fim de analisar os guias turísticos de Lisboa enquanto tipo textual, para a sua caracterização geral, procurando, através de um trabalho de recontextualização, encontrar “os processos de estabilização e desestabilização, de fixação e transitoriedade” dos modos de organização dos guias na descrição de Lisboa no decurso de XX. (Mondada 2000 : 159)

Apesar da pertinência desta abordagem, neste trabalho seguiu-se um outro caminho para a capturação das “Imagens”. Embora consideremos de todo o interesse os modos de organização da espacialidade nos textos, aqueles não nos reenviavam à visualização de imagens de cidade, mas a modelos de percepções espaciais, como aliás é propósito da autora. Insistimos por isso na importância dos conceitos de imagem e representação social para reter as imagens nos textos dos guias, sabendo que os modos de apreensão espacial aí se encontram igualmente presentes; a cidade implica sempre uma certa organização e hierarquização do espaço. Contudo interessou-nos a apreensão dos valores gerais de cidade.

A cidade procurada nos textos turísticos correspondeu sobretudo ao todo com que os guias a quiseram encher. Queremos aqui dizer que nós próprios partimos para a análise sem saber que cidade era essa. Claro que tínhamos concepções teóricas e experiências da cidade. Atentos ao processo de urbanização das cidades e de Lisboa em particular. Atentos ao urbanismo que desde fins de XIX tem desenvolvido modelos de cidade e técnicas científicas para intervir nos territórios, tendo as cidades como pólos agregadores; urbanismo que se encontra em estreita articulação com os que gerem os interesses

territoriais, com as políticas públicas, estratégicas ou correntes. Atentos às questões que a sociologia e a antropologia levantam sobre as implicações sociais e culturais que o processo de urbanização das cidades e do urbanismo coloca à vida dos cidadãos e do seu património cultural. Atentos à história e aos estudos sobre a cidade de Lisboa. Neste quadro fomos articulando a leitura dos guias orientada por aquele conjunto de preocupações, tendo recorrido a fechamentos conceptuais sobre a imagem de cidade.

Em síntese, como se colectaram guias que acompanharam o século XX, a cidade falada nos guias foi igualmente a cidade atravessada pelo processo de urbanização, metropolização e reconfiguração metropolitana, aceitando desde já esses marcos como as configurações significativas, consensuais nos urbanistas e outras áreas disciplinares do urbano, para sintetizar a alteração que o território da cidade foi tendo naquele período, de que falaremos em capítulo próprio.

1.2 - IMAGENS E REPRESENTAÇÕES

Quando delimitamos o nosso campo de abordagem à cidade a partir da óptica dos discursos e das imagens aí plasmadas defrontamo-nos com a grande vizinhança significativa daquelas em relação à noção de representação social. Ambas se reportam ao facto de possuírem capacidade de significação na vez do objecto, a cidade no caso. As representações sociais têm sido um conceito mais frequentemente utilizado na área das ciências sociais (sociologia, psicologia social, antropologia...) que remete para valores sociais partilhados, enquanto a noção de imagem se apresenta mais no interior das ciências da linguagem ou no campo da estética.

1.2.1 - Conceito de imagem no campo da linguagem / literatura

Todavia, dado o nosso objectivo, encontramos no conceito de imagem, oriundo dos estudos literários e da linguagem, algumas pertinência. A imagem, como refere Jean-Marie Grassin, “quando constitui uma linguagem, permite exprimir o que o pensamento discursivo e o discurso racional mal conseguem dar conta”⁹. A declaração de Grassin reteve a nossa atenção dado que o objecto, o campo real, que nos propusemos trabalhar – a

⁹ in <http://www.ditl.info/index.php/2008> Jean-Marie Grassin

cidade – remete justamente para esse âmbito de difícil capturação quando condensado numa totalidade.

A imagem no campo da literatura é apresentada por aquele autor, sucintamente, como desdobrando-se em três possibilidades de se visibilizar na sua relação com a realidade: imagem-representação; imagem-analogia (alegoria) e imagem como fantasma da realidade. Enquanto representação assenta no princípio da semelhança, isto é, a imagem traz à presença, pela semelhança, uma realidade ausente ou abstracta. A imagem-analogia visibiliza por proximidade, similitude; é uma figura pela qual se empresta uma significação a uma palavra que habitualmente não é a sua. Trata-se de uma aproximação ao real colocando em relação duas realidades de natureza diferente. Por fim, enquanto fantasma da realidade a imagem já não se assemelha, não se substitui, é uma aparência da realidade. Desse modo remete para o imaginário, a imagem é o que surge como manifestação sensível do invisível ou abstracto.

Entendemos que as Imagens encontradas nos guias de Lisboa traduzem a cidade por semelhança, por analogia, mas que se originam igualmente na matriz cultural radicada no inconsciente colectivo, no imaginário da comunidade autoral dos guias e por esse viés, remetem para utopias de cidade, para o invisível, o abstracto. Como diz Choay: “ as utopias pertencem ao universo da ficção, ao imaginário, mas desde que consideradas como categoria literária criada por T. Moore, comporta dois traços comuns aos escritos urbanistas: a análise crítica de uma realidade presente e a modelização espacial de uma realidade a vir. Oferece, desse modo, ao nível do imaginário, um instrumento de concepção à priori do espaço edificado, o modelo”. (F. Choay, 1985: 21) Ou seja, aceitamos que embora a significação do todo da cidade não exista, quando temos de a descrever, pelo trabalho imagético, esse todo, animado por um modelo, um molde, acaba por surgir para coser os fragmentos de significação da cidade que se descreve e é apresentada ao outro, valendo como “fantasma” contudo.

Nesse sentido, consideramos metaforicamente as imagens da cidade nos guias de Lisboa como próximas do conceito de imagem especular em Lacan¹⁰: “A fase do espelho é um drama cujo impulso interno se precipita da insuficiência à antecipação – e que, para o sujeito apanhado no logro da identificação espacial, trama os fantasmas (fantasias) que se sucedem de uma imagem fragmentada do corpo a uma forma que chamaríamos ortopédica da sua totalidade, e à armação enfim assumida de uma identidade alienante, que, com a sua

¹⁰ <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/I/imaginario.htm> Maria Belo

estrutura rígida, vai marcar todo o seu desenvolvimento mental. O espelho anula a distância entre os corpos, tornando-a imaginária, geometricamente invertida, formal, superficial. O outro surge então persecutório, detentor da imagem especular na qual o sujeito se confunde e que, ao constituí-lo, o aliena inevitavelmente, o operador mágico da colagem e da unificação imaginária do seu corpo”.

As imagens da cidade que retivemos possuem esse estatuto de logro securizante, a tal forma ortopédica de uma totalidade, sempre fragmentária.

1.2.2 - Representações Sociais

É igualmente nossa hipótese que os textos turísticos contêm representações sociais sobre a cidade.

Com sede em Durkheim (1895), o conceito de representação social foi retomado por Moscovici em 1961 e a partir dos anos 80 passou a ser objecto de investigação de vários autores, constituindo-se como campo nocional de uma multiplicidade de perspectivas disciplinares. D. Jodelet apresenta a definição mais sintética e consensual: “forma de saber prático que liga um sujeito a um objecto, a representação é sempre representação de qualquer coisa ou pessoa, nas quais as características do objecto e do sujeito incidirão sempre sobre a representação”. (D. Jodelet, 1989: 43) Partilhando desse modo afinidades com o conceito de imagem, as representações sociais enviam, contudo, directamente para o carácter socialmente construído. Aquelas, embora sendo modos de conhecimento prático desenvolvidos pelos indivíduos nas suas interacções e relações com o meio social envolvente, são determinadas pela estrutura da sociedade onde se desenvolvem; “remetem por isso para clivagens, diferenciações, relações de dominação. (J. Vala, 1993: 363)

Como assinala D. Jodelet, “as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com fins práticos e concorre para a construção de uma realidade comum ao conjunto social, sendo contudo um saber de senso comum, distinto do conhecimento científico. Como sistemas de interpretação regem as nossas relações com o mundo e com os outros, organizando e orientando as condutas e as comunicações sociais. Desse modo intervêm em vários âmbitos da vida social da qual se destacam a assimilação e difusão de conhecimentos, a definição de identidades pessoais e colectivas, assim como as transformações sociais.” Ainda segundo a autora, “as representações circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras, veiculadas por mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais. Apoiam-se em valores,

variáveis segundo os grupos sociais, de onde retiram as suas significações, assim como de saberes anteriores, reactivados por uma situação social particular. Encontram-se ligadas a sistemas de pensamento mais vastos, ideológicos ou culturais, a um dado estado do conhecimento científico, assim como à condição social e à esfera privada e afectiva dos indivíduos”. (D. Jodelet, 1991: 31-36)

Sendo um conhecimento prático, ao serviço das necessidades, desejos e interesses dos grupos, estabelecem-se distâncias entre a representação e o objecto, como aliás com a definição da imagem. Aqui, tratando-se de distorções, quando todos os (supostos) atributos do objecto estão presentes, mas são acentuados ou minorados de modo específico. Tratando-se igualmente de reduções, quando se suprimem atributos do objecto ou a inversa, conferindo ao objecto de representação atributos que não possui.

Sendo as representações sociais produzidas através da linguagem e construindo sentidos coerentes para a vida quotidiana, referentes sociais de forte permanência sócio histórica, como é a cidade, são particularmente expostos à construção de representações. Vivendo de metáforas, figurações e imagens, a procura das representações sociais de Lisboa, da cidade, nos guias turísticos apresenta-se contudo como pertinente para a aprendizagem sobre o fenómeno urbano e da cidade. Vários qualificativos nos ajudam: o facto de serem formas de conhecimento prático, que se apresentam como construções generalizadas; o facto de serem produtos sociais, e por isso reenviadas às estratégias dos grupos, estabelecendo-se as representações, simultaneamente, como “actos de partilha de consenso, mas também como actos de conflito, de debate, discussão e argumentação entre grupos e no interior dos grupos” (J. Vala, 1993: 366), negociação balizada pelo quadro normativo, cultural e ideológico da sociedade historicamente situada, configurando-se hegemoneizações de algumas representações, em relação com a cultura dominante. O conceito de representações sociais pareceu-nos então um conceito capaz de destacar o modo como a cidade de Lisboa foi sendo formulada através das descrições dos guias, e nelas capturar as Imagens que se cristalizaram no decurso do arco temporal em causa.

1.3 - AUTO – RETRATO

Por fim importa ressaltar o âmbito de auto retrato que conferimos às imagens de Lisboa presentes nos guias turísticos produzidos por portugueses. Sendo nossa hipótese central que na análise discursiva importa em primeiro lugar destacar a autoria, dado que ela é fundamental para a produção de sentido do que está a ser dito (Mondada, 2000), no caso da análise textual dos guias da cidade de Lisboa estava em questão uma segunda hipótese: a de que a cidade como referente espacial é um campo particular de construção de identidade colectiva. Desse modo a descrição da cidade por um autóctone (nativo) é igualmente um momento particular de actualização de uma co-identificação colectiva entre o autor e a cidade capital do país, encontrando-nos por isso em presença de uma construção de identidade colectiva.

Em *Sociedade de Bairro*, F. Costa dá conta da importância das marcas físicas na produção e transmissão de memórias sociais e na constituição de identidades colectivas. (F. Costa, 1999: 45) Nesse mesmo ensaio vários autores, citados por F. Costa, sublinham o papel dos quadros espaciais na produção da memória colectiva dos grupos sociais que os ocupam, salientando a importância da geografia local como estrutura de memorização e de produção identitárias. Segundo Connerton (1989) “as nossas imagens dos espaços sociais, devido à sua estabilidade relativa, dão-nos a ilusão de não mudarem e de redescobrirem o passado no presente”. Fentress e Wickam (1992) referem que “os contextos sócio espaciais funcionam como auxiliares de memória nos processos da respectiva transmissão e da correlativa formação de identidades colectivas. Os espaços territoriais de relacionamento social e, em particular, certas marcas físicas que neles vão sendo destacadas, constituem elementos fundamentais de ancoragem simbólica e relacional desta triangulação entre identidades culturais, as memórias colectivas e os grupos sociais que as elaboram e transmitem, ao mesmo tempo que através delas, se produzem e reproduzem enquanto tais”. (F. Costa, 1999: 47)

Podemos então considerar que Lisboa se apresenta como um quadro espacial actuando como ancoragem simbólica para a identidade cultural dos lisboetas, mas pela sua longa capitalidade, igualmente para os portugueses, em que as descrições produzidas nos guias foram um momento de actualização de identificação da cidade e do país.

Tratando-se da descrição de Lisboa em guia turístico, estabelecendo-se desde logo a orientação do discurso, do que está a ser dito, para o outro, que interessa impressionar,

cativar, recorreremos à metáfora da “apresentação pública do eu” em Goffman¹¹, destacando que a apresentação do eu-cidade na elaboração da descrição como o processo que ocorre na fachada em que (os indivíduos) a cidade, selecciona atributos de si que quer ressaltar no que antecipa como sendo as suas qualidades entendidas e potencialmente admiradas no outro, no caso os estrangeiros, tendendo a dar de si uma imagem idealizada. “agindo de modo calculado, expressando-se de uma determinada maneira apenas no intento de causar aos outros o tipo de impressão susceptível de provocar neles a resposta particular” que a cidade está interessada em provocar: ser visitada por turistas.” (Goffman, (1959 ori),1993: 17- 49)

O nosso trabalho de procura de Imagens de cidade resultou igualmente numa entrada nos “bastidores”, tal como Goffman o entende. Sendo aqui “os bastidores” a leitura interpretativa “onde surgem os aspectos suprimidos do desempenho na fachada” do actor-cidade, “onde o desempenho pode expressar algo para lá” da cidade que diz ser de si própria; aspectos encontrados nas descrições latentes, por detrás dos clichés. E também “onde são abertamente fabricadas as ilusões e impressões”, a fantasia sempre presente na cidade turística e por isso os guias turísticos são um lugar “onde se encontram armazenados acessórios de cena e elementos, numa espécie de concentrado de reportórios completos de acções e caracteres” com que se adorna a cidade para se tornar atraente, desejável no campo da procura turística de cidades. (Goffman, 1993: 136)

Em suma, antropomorfizando a cidade fizemos dela um actor que se arranja ao espelho para se mostrar no guia ao seu público - viajantes.

¹¹ Foi com agrado que encontramos na investigação de F. A. Carvalho o recurso à “apresentação pública do Eu” em Goffman como analogia para apreender a formulação de imagens de cidade nos guias turísticos, trabalho que só conhecemos depois de termos prefigurado a condução da nossa análise nesse sentido. Tendo seguido objectivos e referentes disciplinares diferentes ambos encontramos no conceito qualidades de significação para dar conta do que está em jogo quando se elaboram descrições de cidades para o turismo.

1.4 - REPRESENTAÇÕES DE REPRESENTAÇÕES

Conscientes da “crise de representação” a que se refere Mondada (2000: 9-10), crise levantada pela historicidade da linguagem a par da historicidade das práticas sociais, inerente à fabricação das sociedades humanas, é também ela que nos permite analisar os discursos como um dos campos onde podemos compreender as sociedades, no caso as representações de cidade que alimentaram o seu fazer. Desse modo o resultado do trabalho de análise não pode ser um espelho mais ao menos fiel da realidade, tendo em conta o problema levantado pela interferência da autoria dos discursos e do papel das descrições na configuração da significação dos objectos de análise, da não neutralidade da linguagem enfim, optamos por ressaltar que, independentemente do controlo metodológico possível, lidando nós com linguagens de senso comum, as nossas e as dos guias, a estratégia de pesquisa foi produto da negociação entre a recontextualização histórico-urbanística dos textos nos guias e o confronto com as nossas pré noções. Recuperando uma noção levantada por Dan Sperber que chama a atenção para o estatuto do resultado de trabalho dos antropólogos que, tendo como objecto analisar e interpretar as representações culturais das comunidades de estudo de campo, estes acabam por elaborar “representações de representações”. Pois o trabalho de interpretação e síntese escrita com vista a uma apresentação pública é no fim de contas “uma representação de uma representação por uma outra em virtude da similaridade de conteúdo” (Dan Sperber, 1989:117-118), considerando as Imagens finais encontradas com o estatuto de “representação de representação”, de cliché reconstruído.

2 – O CAMPO DOS ESTUDOS DE CIDADE ATRAVÉS DOS GUIAS TURÍSTICOS

Após termos exposto as principais linhas de raciocínio que presidiram à formulação do objecto de trabalho, importa em seguida dar conta do conjunto de investigações que procuraram estudar a produção das Imagens de cidade, do espaço urbano através do discurso turístico, e nos auxiliaram na compreensão dos guias, num plano mais abstracto. Esse âmbito de estudos tem-se constituído como um campo discursivo de particular pertinência para o entendimento das questões que se colocam actualmente às cidades.

Como refere G. Cazes: “O turismo urbano coloca em destaque a questão das representações urbanas, da promoção simbólica, da imagética das cidades. Apoando-se o mais das vezes no seu património, as cidades procuram definir uma personalidade original, um estilo, uma identidade simples e compreensível do grande público, utilizando o trabalho publicitário”. No fundo o desenvolvimento do turismo de cidades, e a orientação de políticas e projectos urbanos para esse campo, levam à revalorização da cidade e da sua imagem, que reflecte as transformações que esta tem sofrido: a passagem de uma concepção fordista a uma concepção pós-fordista (F. Ascher) na qual se fixam exigências de consumo, de sedução, de cenarização e imagética. Por este viés abre-se espaço à interrogação do lugar e função da cidade onde o plano cultural e simbólico, a par do plano económico e político, adquire uma nova importância”. (G. Cazes, 1998: 17-20)

Tema que se insere ainda em investigações que, num plano mais vasto, procuram estudar as representações espaciais das várias configurações do território (a costa mediterrânica, a região do rio Loire) que são igualmente espaços, paisagens, inseridos no mercado do turismo, âmbitos que se inserem nas relações entre sociedade e o seu espaço, com a identificação territorial, com as questões identitárias da própria sociedade (S. Chmura, 2007).

Nesta perspectiva de análise importa ainda dar conta que perante as questões da cidade, no seu equacionamento mais abstracto, enquanto uma modalidade de ordenamento espacial, é necessário destacar os dois níveis de apreensão do espaço, como se refere G. Caze: “num mesmo lugar sobrepõem-se dois espaços: o espaço real, que é o dos habitantes e das suas actividades, bem como dos visitantes confrontados com a realidade quotidiana, não transcendida pelo mito, como deslocar-se, alojar-se, alimentar-se, partilhar o espaço com o

autóctone; e também o espaço imaginário, simbólico, mitificado, reconstruído pelos discursos e as representações da publicidade, colocados em imagens, confinados em códigos de visão, de leitura, de interpretação, de uso e conduta.” (1992; in C. Tritz, 2003:2) Como diz C. Tritz, os guias turísticos, com as suas descrições dos lugares dotando-os de atractividade, difundem espaços-imagem que antecipam a sua apreensão ao confronto com os lugares, desenhando uma geografia própria. (C. Tritz, 2003:2)

Das suas vantagens como fonte de análises espaço-temporais nos dá conta G. Chabaud¹². Os guias inscrevem-se na história dos estereótipos, das representações, cruzando uma multiplicidade de abordagens que vão da história das cidades, história de arte, geografia, sociologia, literatura ... Sendo uma literatura utilitária, são difusores de códigos, valores, modos de compreender o espaço e o tempo, porque permitem compreender a realidade de outrora através de uma construção de representações e símbolos.

Para E. Cohen “os guias turísticos, sendo uma literatura porosa que mantém relações múltiplas com outros géneros, são portadores de representações. A partir deles é possível fazer uma história dos modos de construção e encadeamentos das imagens e das representações. Neles existe o dito e o não dito, o verdadeiro e o falso, a participação na fabricação e circulação de valores, de códigos e de estereótipos nacionais. Como instrumento de criação e promoção regional inscrevem-se nas políticas turísticas, mas ao imprimir uma valorização económica dos lugares / cidades, tornam-se igualmente um instrumento económico, nomeadamente quando se dirige a promotores e investidores. A análise diacrónica e a explicitação das condições de produção dos textos e dos seus autores permite evidenciar as constantes e os estereótipos que veiculam, evidenciando-se então os valores sociais neles contidos. (E. Cohen, 2005: 83-87)

Apresentam-se em seguida algumas das potencialidades científicas desta fonte “guias turísticos” e que estiveram presentes na condução da presente investigação: a história das imagens de Lisboa turística no decurso do século XX; as ideologias presentes nas imagens de cidade através dos guias; e o valor de auto-representação que assumem os guias de produção nacional.

¹² G. Chabaud <http://www.jstor.org/lesguidesimprimésdu16^eau20^esiècle>

2.1 - AS POSSIBILIDADES DE FAZER A HISTÓRIA DAS REPRESENTAÇÕES DA CIDADE

E. Cohen (1999) fez uma história de Paris através das suas imagens e representações, no período entre as duas guerras, recorrendo a fontes menos tradicionais no trabalho da história das representações. Entre diversos documentos, a autora recorreu aos guias turísticos. De acordo com C. Zalc¹³, que fez a recensão do livro, um dos interesses da obra residiu na informação resultante do uso dos guias turísticos. Através da sua análise E. Cohen reconstruiu a imagem de Paris, da sua valorização internacional no momento em que se iniciava a institucionalização de uma política de turismo, mostrando as alterações que então ocorreram: a deslocação das fronteiras de Paris até aos seus arredores, considerados a partir dos anos 20 com interesse turístico; a alteração da hierarquia do interesse monumental que acrescentou os monumentos com interesse patriótico; a inclusão dos valores da modernidade técnica que fixaram o valor mítico da torre Eiffel como imagem símbolo de Paris; a fixação da cidade como cidade de artes e cultura.

2.2 - A PRESENÇA DE IDEOLOGIAS NAS REPRESENTAÇÕES DE CIDADE ATRAVÉS DOS GUIAS

A geógrafa S. Bonin (2001) considera que o guia turístico, desde que sejam controlados os seus contextos de produção, é um utensílio para a avaliação das representações dos territórios, perspectivando-o como um código de representações da sociedade.

Com base na análise de uma colecção de guias — guides Joanne - guides Bleus editados entre 1856 e 1996, de publicação continuada e fidelidade de autoria, considerados então como um sistema de representação — estudou a evolução das representações da paisagem do Loire, “l’aspect du pays”¹⁴, em relação com as transformações que nela se operaram.

Bonin procedeu a sua análise a partir dos conceitos de paisagem em Alain Roger (1978) e turismo em Urbain (1993). De acordo com o primeiro, a paisagem resulta da construção de

¹³ (C. Zalc. "Review of Evelyne Cohen, *Paris dans l'imaginaire national de l'entre-deuxguerres*, H-Urban, H-Net Reviews, March, 2000 URL:<http://www.h-net.msu.edu/reviews/showrev.cgi?path=25890954527224>.)

¹⁴ A autora chama a atenção para a tautologia presente no uso da palavra Paisagem que lembra, se refere à coisa e à representação da coisa, sendo desde logo uma representação, um modelo de apreensão do espaço. O uso da palavra pays diz respeito então a um território que não é designado como paisagem, nem suporte de valores estéticos.

um olhar sobre o território ao qual se juntou a estetização da pintura, literatura, fotografia, cinema ..., estruturando-se como uma sensibilidade sobre o espaço, passando então a região a ser lida como paisagem. Por sua vez, o turismo e os turistas são definidos por Urbain como “um rito colectivo que permite à sociedade situar-se, confortar-se na sua relação com o território e com a sua identidade”. S. Bonin apreendeu então os guias turísticos como um sistema de itinerários e destinos através dos quais “as culturas recapitulam, exprimem, trocam e valorizam os signos emblemáticos da sua identidade e diferença” (Urbain 1993: 329 - 330).

A originalidade da investigação da autora foi trazer o estudo dos guias, fundamentalmente quando trabalhados na diacronia, para o campo da ideologia espacial. Analisar uma colecção de guias turísticos permite ver a evolução da sociedade consigo mesma na sua ideologia espacial, sendo o testemunho das ideologias sucessivas que se foram formulando sobre o território. Tanto mais quanto aqueles foram produzidos com preocupações de carácter enciclopédico, científico e estabilidade editorial no período longo, os guias Joanne-Bleus, confirmando, difundindo e exagerando o estereótipo da paisagem, deram-lhe figura de norma. A sua análise permitiu ver as constantes de identificação que se foram repetindo no arco temporal, mas também as sedimentações cumulativas em confronto com as transformações que a paisagem do Loire foi tendo ao longo de quase um século e meio. (S. Bonin 2001: 112-114)

Irlys A. Firmo Barreira fez um estudo sobre as representações da cidade de Berlim em que os guias e outros documentos para fins turísticos se constituíram como o seu material de trabalho, tomados como narrativas da cidade. A investigadora considerou-os como uma via de pesquisa das representações e das memórias projectadas no espaço.

O interesse daquela radica no facto da autora ter balizado temporalmente os guias num período histórico da cidade muito particular, que atravessa o segundo pós guerra, o momento da divisão este-oeste, o período da Guerra Fria e, depois da queda do Muro, a reunificação da cidade. Como refere Jean-Luc Nancy, “Berlim, cidade cortada por trincheiras, taludes, barricadas, postos de vigia, campo de minas, o Muro que talha uma cidade em duas cidades, desmultiplica o nome e o lugar de outro modo que não o de uma fronteira, suprimindo a cidade na cidade.” (in P. Ansay e R. Schoonbrodt, 1989:416)

O trabalho da investigadora evidenciou o modo como os vários espaços, monumentos e edificações são evocados e submetidos a processos simbólicos, revelando a disputa entre memórias e constantes definições da relação entre passado e presente, aos quais afluem

confrontos entre “dois sistemas mundiais” e, após a queda, o modo como o muro é reinserido nas narrativas da “Nova Berlim”. Através dos guias e catálogos sobre Berlim presente-se a existência de discursos que competem quanto às versões da cidade a serem difundidas ao público dentro e fora da Alemanha. (Irllys A. F. Barreira, 2005: 304)

2.3 - AS POSSIBILIDADES DE AUTO-REPRESENTAÇÃO DA CIDADE

Florence Mourlhon-Dallies desenvolveu uma investigação a partir de prospectos de promoção turística produzidos por organismos oficiais e serviços de turismo no Norte de Itália e em França respectivamente. O interesse desta investigação foi para nós particularmente pertinente tendo em conta o pressuposto inicial de recensear as imagens produzidas por portugueses, considerando-as como um auto-retrato.

Na sua investigação, que se reporta ao campo da etnometodologia, a autora considerou os prospectos como um subconjunto de um mesmo género, embora de origem diferente e redigido em língua diferente, emanados de instituições ancoradas em sistemas linguísticos e culturais diferentes, como os serviços de turismos franceses e italianos, que identificou como o género “prospectos oficiais de turismo em geral”, que circulam transversalmente às particularidades dos países e regiões. Controlando desse modo o material heterogéneo pôde desenvolver um trabalho comparativo. (F. Mourlhon-Dallies, 2000: 132)

Colocados em confronto, os prospectos italianos e os franceses revelaram os seus propósitos e escolhas de redacção. Os primeiros colocavam o acento antes de mais no património histórico de prestígio, mesmo para sítios menos conhecidos, para os quais recorrem a um sistema evocatório. A apresentação de cidade (Verona no caso), nos prospectos italianos, incidia sobre a sua longa tradição turística, como prova de atractividade. Os franceses, pelo contrário, minoram ou silenciam os títulos de glória dos lugares que tendem a apresentar como simples lugares de deambulação agradável, ressaltando, na estratégia turística, o prazer sobre a cultura.

Podendo então a autora concluir que as imagens dos sítios turísticos que um país produz para o exterior é função das imagens que circulam no próprio país, mas igualmente o quanto o auto-retrato, que varre o país em questão, é percebido no estrangeiro através das imagens que já se possui dos sítios apresentados. A análise na diacronia tenderá a mostrar se as imagens que passam através dos prospectos reflectem políticas conjunturais ou são constantes no tempo. (F. Mourlhon-Dallies, 2000: 149-150).

2.4 – O GUIA TURÍSTICO COMO GÊNERO TEXTUAL

Depois das potencialidades abertas pelas diferentes vias de investigação para compreender as lógicas espaciais, a cidade em particular, a partir dos guias turísticos, importa ainda fazer referência às particularidades que a linguagem textual usada nos guias assume. Embora possa existir uma repetição de argumentação consideramos que deveríamos isolar um pouco este último aspecto, dado que foi sobre o corpo escrito do guia que incidiu a nossa análise. Compreender o seu estatuto, posicioná-lo no campo das diversas linguagens que correm em sociedade, e aferi-lo face às questões de veracidade e falibilidade dos discursos, foi uma necessidade para nos podermos distanciar da leitura literal, dado que nos afastamos de métodos quantitativos para a análise de conteúdo. Por isso procurámos reunir vários âmbitos disciplinares afim de compreender melhor o tipo de escrita e orientar a atenção de leitura do corpo de trabalho.

J. Mattoso, na sua *Historia de Portugal*, ao iniciar a narrativa sobre o período Suevo e Visigótico em Portugal dá conta da diferente informação transmitida através das fontes escritas e das fontes arqueológicas. Estas últimas, do domínio da civilização material e da arte, os artefactos de que as comunidades se rodearam nas suas vidas quotidianas, revelaram uma mais longa continuidade da civilização romana na sociedade “civil”, em contraponto às fontes escritas, a remeter para o campo do político, do poder, para o quadro mais abstracto e formal-legal da vida das sociedades. Os vestígios arqueológicos mostraram que as comunidades residentes no território, então Suevo por conquista militar, teriam continuado a viver pelos padrões civilizacionais anteriores, quadro que permaneceu quase inalterável nos seus padrões de vida e modelos estéticos por muito tempo, apesar das mudanças político-institucionais, e mesmo de padrão civilizacional no corpo político. (*História de Portugal*, 1992-94, Vol I : 303)

Retivemos esta ideia porque nos fez reflectir sobre as mudanças sociais, os seus motores e ritmos, quando queremos compreender a realidade material e quotidiana da cidade de Lisboa. Levou-nos a pensar, num plano mais abstracto, que as concretizações sociais se acumulam em estratos de vida social quotidiana civilizacionalmente descoincidentes, mas historicamente contemporâneos, ligados pelo território e arquitectura política e institucional. Temos consciência da enorme distância histórica e social que nos separa do período a que se refere Mattoso e da efectiva capacidade de simultaneidade à escala mundo

que hoje atravessa as nossas vidas. No entanto essa simultaneidade é mais do domínio das possibilidades do que, exactamente, campo efectivo das nossas práticas sociais. No caso do estudo de Lisboa perguntamo-nos até que ponto, as rupturas políticas, económicas, em sede no campo social, político e institucional e ainda o estado das teorias do urbanismo, em sede científica, ambos com efeitos na intervenção e ordenamento do território da cidade no plano macro social e histórico, não serão acompanhados por uma mais lenta alteração no quadro de vida quotidiano da cidade, seja ao nível da sua percepção e apropriação pelos habitantes, seja na própria morfologia do território. A leitura de algumas investigações sobre a cidade, sobretudo oriundas do urbanismo, estão de acordo com a presença de estratos na cidade, mesmo tendo em conta as grandes mudanças estruturais desencadeadas pelo processo de industrialização/urbanização e pela produção em série de metrópoles; a cidade observada é sempre um território onde se acumulam estratos oriundos de várias lógicas de ordenamento espacial, de várias temporalidades históricas.

De certa forma aquela questão levantada por Mattoso, a par com a distinção entre fontes documentais e vestígios arqueológicos, obrigou-nos a delimitar o nosso plano de observação: ao analisar os guias turísticos para, através deles, analisarmos a cidade, estamos a observar um estrato muito próximo da cidade corrente. A linguagem segue fins informativos. Na verdade, independentemente do grau de veracidade da sua informação, a necessitar de controle de outras fontes, o facto é que neles se encontra uma cidade na sua vida quotidiana. É a sua condição primeira aliás, dado que os guias turísticos visam aconselhar e guiar os visitantes, pertencem à categoria dos objectos correntes. Mesmo que o pragmatismo do guia (e conseqüentemente a sua linguagem e organização) se desloque para propósitos de propaganda, de difusão promocional ou publicitária, âmbitos que se estendem para outra temporalidade mais condensada, abstracta e distorcida, a realidade é que a descrição de cidade tem de projectar-se na actualidade do território concreto que o turista pisa. Nessa medida o estatuto dos “vestígios arqueológicos” pareceu particularmente interessante para o fazer corresponder ao estatuto da nossa fonte documental.

Procurando compreender melhor o material com que lida a arqueologia, a noção da arqueologia do conhecimento proposta por Foucault, permite-nos a passagem para a presente perspectiva disciplinar. Para aquele autor a arqueologia agrega “monumentos silenciosos, objectos sem contexto, coisas deixadas do passado”, material fragmentário com os quais dificilmente se poderá constituir um discurso histórico e que a arqueologia só pode trazer ao entendimento através da sua descrição. A proposta de Foucault foi

considerar que, como os objectos, as sociedades também vão deixando traços discursivos recolhidos no presente, traços que pertencem a períodos históricos e culturais particulares, de que a análise do presente procura deduzir a mundividência no seu tempo de produção, a sua episteme, tal como o coloca o teórico, chamando a atenção para o estatuto descritivo e não predicativo da análise¹⁵.

Como já foi referido, os guias turísticos correspondem a um género textual compósito que recorre à linguagem comum. As investigações efectuadas sobre esse género textual dizem-nos que desde a sua origem¹⁶ até hoje ocorreu o deslocamento do recurso a uma linguagem mais ou menos erudita para uma maior vulgarização e estereotipização, tendo em conta que essa alteração não só não foi linear, como continuam a produzir-se guias que recorrem a linguagens eruditas. Uma das razões apontadas para esse deslocamento diz respeito à escala que a prática social do turismo passou a ter a partir de XX, identificada como de “massas”, sobretudo a partir do segundo pós-guerra. Traduzimos essa noção como o facto da prática turística se ter tornado, então, uma prática para um conjunto cada vez mais vasto de grupos sociais, nas mais variadas regiões e cidades do mundo. A forte dependência da coetaneidade da cidade que descreve faz dos guias turísticos traços discursivos do tempo histórico em que foram produzidos. Fragmentos da cidade corrente, cujas configurações imaginais irão depender da autoria e tempo histórico de produção. E na mesma medida em que se encontram cativos da sua condição de presente, por terem como público alvo a figura genérica do visitante (estrangeiro, forasteiro ou ...), permanecem igualmente cativos do recurso a uma linguagem abrangente, generalista e simples, de partilha e entendimento comum amplo.

Aceitando a tendência apontada pelas investigações, poderemos avançar que as imagens de cidade que se inscrevem nos guias turísticos do nosso arco temporal pertencem, de um modo geral, à linguagem comum, com as diferenciações e hiatos entre as temporalidades históricas de cada cidade. Aquela condensa, simplifica os âmbitos sociais e históricos nos quais os indivíduos vivem as suas vidas quotidianas, levados até grandes categorias de interpretação, que a investigação na área da sociologia, psicologia social, antropologia e ciências da linguagem identificaram como estereótipos, clichés ou lugares comuns, e esse facto permanece, apesar da qualidade intelectual e do conhecimento especializado que os seus autores possam possuir.

¹⁵ In <http://www.michel-foucault.com/concepts/index.html>

¹⁶ De acordo com D. Urbain as narrativas de viagem iniciam-se com o livro de Marco Pólo (1298-1300), formulam-se como género ainda em XVIII e adquirem o formato de guias em XIX, com o 1º Baedeker em 1832 e os Guides Joannes em 1841, seguindo-se a sua consolidação como género desde então.

Importa ainda fazer referência ao âmbito desejante contido na linguagem visto que os guias procuram accionar o desejo e prazer da viagem e do gozo da visita do lugar. Desse modo, tendem a empurrar o género textual guias para os âmbitos mais extremos das representações e imagens, quando estas expressam a imagem-fantasma ou quando as representações de cidade acentuam os atributos do objecto Lisboa.

Consideramos desse modo os guias turísticos de cidade como uma fonte documental com valor de “traço discursivo”, de “vestígio arqueológico” da cidade quotidiana. O valor analítico que daí resulta permanece indicial. Em traços largos poderiam sintetizar-se as condicionantes que intervêm no tipo textual presente nos guias turísticos em três pontos. O facto de ser um texto sobre a cidade, elaborado para um outro, suposto estrangeiro, visitante, viajante ... que a desconhece, embora a cidade, de uma forma geral, com as suas regras genéricas, abstractas, faça parte do conjunto dos seus referentes familiares, qualquer que seja a filiação e tipificação em que a coloca. As cidades possuem práticas sociais comuns, paisagens visuais afins. O facto do guia colocar em jogo duas posições chave que delimitam e configuram a descrição de cidade que a partir daí se elabora: ser nativo da cidade ou ser o outro, que a incluiu na sua rota de cidades até onde viajar. Em jogo encontra-se sempre o confronto de imagens-valor das cidades que cada um traz consigo, do grau de abstracção e distanciação que podem ter para que se abram à diferença e singularidade de cada uma. Aqui autor e visitante podem ambos não ser nativos da cidade, ou a inversa. Guia e visitante implicam outro par articulado: escritor-leitor. Mais uma vez, lembramos que o nosso objecto de análise centrou-se na auto-representação, o nosso produtor de guias é um nativo da cidade. Por fim importa o facto do guia ser elaborado para auxiliar o visitante, potenciar ou garantir o prazer e conforto durante a sua estada na cidade. A compressão de tempo e generalização do outro a um simples visitante obriga-se a que a informação contida nos guias seja igualmente generalista e simples, vindo então aí instalar-se os estereótipos com a sua capacidade de síntese, sem contudo esquecer que eles empurram para a caricaturização, a estigmatização, a idealização.

A desdobragem da cidade em “a minha cidade” e “as outras cidades” e a simplificação, compactação da informação produzida sobre ela, parecem ser duas fortes condicionantes para as descrições elaboradas nos guias, a ter em atenção para lhes deduzir as imagens síntese de cidade. Foi aliás interessante¹⁷ ter encontrado no guia organizado por Raul

¹⁷ E reconfortante, no sentido em que veio confirmar que este era um bom caminho para a captação de imagens de cidade.

Proença¹⁸ a preocupação de apresentação das duas perspectivas, a sua, que se traduzia na da sua cidade (a real e a desejada), do seus país, usando para tal um conjunto de características, consideradas então objectivas; e a perspectiva dos estrangeiros que sobre ela falaram. Ambas se encontram presentes no guia para dar maior garantia possível de objectividade sobre o que acerca da cidade de Lisboa se pode dizer.

2.5 - ESTUDOS SOBRE LISBOA

Dado que o nosso estudo incide sobre a cidade de Lisboa através das imagens dos guias turísticos que produziu, recenseamos dois estudos que sobre ela se fizeram utilizando a mesma fonte documental e trouxeram um contributo para a nossa investigação.

Francisco A. Carvalho utilizou vários textos turísticos, guias, folhetos, agendas culturais sobre a cidade de Lisboa para concluir da ausência de negros nas principais imagens turísticas aí veiculadas. O investigador precisou de ir buscar literatura especializada, excêntrica aos textos turísticos de ampla divulgação, para encontrar então esse outro, que só desse modo ocupa um lugar nas representações da cidade, a da *Lisboa africana* e a da *Lisboa da diversidade*. O interesse nesta investigação reside no facto de ter ressaltado a complexa interpenetração existente entre a cidade, a nação e o turismo, evidenciando que as representações imagéticas da cidade presentes nos guias turísticos são um campo de negociação onde se contrapõem posições dominantes. O autor encontrou três cidades, a *Lisboa alfacinha*, a *Lisboa africana* e a *Lisboa da diversidade* resultantes da história social e política do país, de autoria diferente e que fixaram um conjunto de elementos específicos. A primeira encontra-se nos guias padrão, “assenta na tradição e portugalidade”, nela tenderam a excluir-se dissonâncias e novas representações. A *Lisboa africana* foi encontrada em guias e afins que reenviam para a tradição dos “estudos e práticas de minorias”. O mote para a elaboração dos guias foi valorizar a diversidade e a inclusão de novos elementos que traduzem outras representações da cidade, a Lisboa dos outros lisboetas, os africanos da Mouraria, dos bairros sociais, de... A última imagem, a *Lisboa da diversidade*, procura fazer a síntese das duas onde “a mistura cultural se apresenta como o futuro de Lisboa”. Para o que importa no nosso estudo é o facto da investigação dar conta, como refere o autor, “que a construção das representações de Lisboa constitui um

¹⁸ O único dos quarenta e quatro guias recenseados.

processo de luta de classificações, visando a definição da cidade em vários aspectos.” (Francisco Carvalho, 2006: 89-95). Ou seja, a presença ou ausência nos guias para fins turísticos da representação de imagens e artefactos ligados a determinados grupos sociais é um processo dinâmico em que se implicam os grupos sociais e os autores dos guias e roteiros de cidade.

Interessa ainda recensear uma investigação desenvolvida por E. Brito Henriques em 1996 que se centrava sobre “os mecanismos sociais e culturais que modelam e configuram as imagens turísticas e no modo como se reflectem na territorialização das actividades turísticas”. A investigação abarcou dois níveis de análise estando o primeiro mais directamente relacionado com o nosso próprio trabalho, visto que o investigador analisou as representações sobre a Lisboa turística através dos guias turísticos da cidade; constituindo-se o segundo nível na análise sobre o espaço efectivamente praticado pelos turista, através de inquérito directo àquele.

Tendo em conta que trabalhamos o mesmo referente, a cidade de Lisboa, usando em parte a mesma fonte documental, embora a de E. Henriques seja predominantemente estrangeira para XX, aquela investigação assumiu para nós particular interesse. Em síntese a sua investigação concluiu que “existe uma coincidência entre o espaço recomendado pelos guias e o espaço praticado pelos turistas, o que sublinha a importância da informação no regulamento dos fluxos intra-urbanos dos visitantes. Essa equivalência sugere que a própria natureza da informação oferecida influencia e condiciona a percepção e atitude dos visitantes. Avançando que se poderia concluir então que a eficácia do marketing turístico deveria ser medida mais em termos de capacidade para depurar a “cidade real”, reduzindo-a aos elementos mais em harmonia com os “mitos” e os ideais turísticos dominantes”. (E. Henriques, 1998: 182)¹⁹

O nosso propósito foi compreender através dos guias turísticos, ou da cidade turística, imagens de cidade, ao passo que E. Henriques procurava a cidade turística definindo por isso estratégias diferentes de análise na abordagem aos guias. Houve um entendimento comum sobre a importância dessa fonte documental para a compreensão do fenómeno urbano e do turismo da cidade de Lisboa. No entanto a sua investigação suscitou-nos alguma divergência sobre a pertinência do tipo textual guias turísticos. Na verdade o autor

¹⁹ Optamos por apresentar a conclusão do trabalho em texto elaborado posteriormente por se apresentar de modo mais sintético. *Le Tourisme et la Ville: expériences européennes*, 1998, 177-193, mas as mesmas conclusões surgem na investigação E.B.H., 1996: 100-115; 167-169.

considerou como pertinência maior para o recurso aos guias como fonte de análise o facto de serem textos anónimos e daí a sua eficácia no plano da recepção da mensagem (a formatação de valores turísticos historicamente contextualizados) pelo grau de “naturalização” que o anonimato produzia (E. Henriques, 1996: 84). Ora a nossa premissa de partida foi justamente que a autoria condicionava as representações e imagens da cidade, turística ou abrangente.

Claro que o actual trabalho se deve considerar como uma primeira parte da abordagem à questão da autoria na formulação de representações e imagens de cidade visto que só trabalhamos guias de origem nacional, estando em falta o olhar estrangeiro. Mas apesar das diferenças de objectivo, de entendimento do tipo textual guias e da metodologia de análise utilizada²⁰, os resultados da sua pesquisa foram importantes para nós.

Brito Henriques trabalhou um grupo de guias do último quartel de XIX e um outro de início da década de 90 de XX, a actualidade da investigação, limites que o investigador considerou como abarcando as alterações estruturais do turismo, no universo das sociedades ocidentais e do turismo em Portugal, com incidência em Lisboa. Os guias de XIX dariam o retrato da imagem da cidade turística no período de arranque do interesse turístico do país / cidade, os guias da década de 90 dariam o retrato da cidade turística da actualidade. De acordo com os resultados a Lisboa turística de XIX dava atenção particular às instituições científicas e de solidariedade social, aos valores de modernidade, enquanto a década de 90 do século XX atribuía mais importância aos equipamentos museológicos e outros equipamentos culturais, com particular ênfase no património. E. Henriques explica esta mudança situando os guias no seu contexto histórico de produção. As sociedades de XIX colocavam o ênfase em valores de racionalidade, cientismo e progresso; ao passo que os valores dominantes das sociedades actuais dão ênfase ao aspecto estético-patrimonial e rememorativo do passado. O gosto pelo valor monumental foi a constante mais sólida encontrada, que E. Henriques refere como um critério fundamental na definição de interesse turístico, pois nele congrega-se a obra edificada (ou outra) de qualidade superior e permite, citando Cazes, “a *vision euphorisante* das coisas, uma das características fundamentais da forma turística ver o mundo e imaginar os lugares.” (E. Henriques, 1996: 93)

²⁰ O investigador utilizou técnicas de análise de conteúdo baseadas na mensuração do espaço textual ocupado pelos referentes escolhidos (ex: Mosteiro dos Jerónimos, Praça do Comercio, ...). E.B. Henriques, 1996: 86 e seguintes.

Com as conclusões encontradas pelo investigador conseguimos ver as principais alterações e permanências das imagens da cidade presentes nos guias turísticos, da passagem de valores de modernidade em finais de XIX, para valores estéticos e patrimoniais em fins do século XX. Em parte a presente investigação encontrou esse andamento no decurso da leitura dos guias produzidos durante o século XX e permitiu ver de modo mais fino a lenta alteração das mudanças apontadas por E. Henriques.

Em síntese, a presente investigação procurou em primeiro lugar analisar as representações e imagens de Lisboa inscritas nos guias turísticos através da sua sucessão no tempo destacando, pela sua inserção no contexto histórico de produção, os valores sociais que aí se expressam. Pressupôs-se que analisados desse modo, tendem a ressaltar alguns valores e figurações urbanas, omitindo outras. Como já anteriormente referido, consideramos que é importante o sujeito de enunciação dos textos, ou seja, que a pertença simbólica e identitária à cidade, a natividade, faz com que a representação da cidade se aproxime do auto-retrato. Por fim, não podemos escamotear as alterações provocadas no campo do turismo, desde o seu arranque em moldes modernos, ainda em fins de XIX e sequentes alterações, na configuração da cidade turística, que se apõe à cidade quotidiana.

3 – OS GUIAS TURÍSTICOS DA CIDADE DE LISBOA

3.1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1.1 – Delimitação do corpo documental e diferenciação do corpus de análise

O propósito central do trabalho consistiu na captação de imagens da cidade de Lisboa através dos guias turísticos de autoria portuguesa. Relembramos, considerou-se que aquelas se formulam como auto-retrato da cidade, que procurámos saber de que modo se foram compondo, enquanto decorreu em Lisboa o processo de urbanização e reconfiguração metropolitana (metapolitana), no decurso do século XX.

Como referido na Introdução houve algumas hesitações na definição do objecto de investigação de que resultaram alguns ajustes, quer no objecto, quer na delimitação do corpo documental, designadamente o arco cronológico. Concentrados sobre a produção portuguesa, e simultaneamente preocupados com a garantia de representatividade do universo²¹, acabámos por levantar um século de produção de guias com origem em Portugal/Lisboa. Reconhecendo contudo que a divisão em séculos não corresponde em rigor ao estudo de fenómenos sociais, designadamente tratando-se da produção de imagens de cidade através de textos turísticos.

No entanto ao procurar a contextualização histórica de ambos os campos implicados, o das mutações da cidade e do turismo no plano internacional e no caso de Lisboa em concreto, embora enquanto processos internacionais se tenham incrementado predominantemente no século XIX, a realidade do caso de Lisboa aproxima-se mais de fins de XIX e inícios de XX.

No plano das mutações da cidade de Lisboa, como refere T. Salgueiro, “veremos surgir já pela segunda metade de oitocentos um novo dinamismo económico, de faceta liberal, com profundos reflexos na cidade de Lisboa. Essas mudanças vão confluir para impactos na

²¹ Reconhecemos que implicitamente usamos uma metodologia (de base sociológica) que vem de uma prática de trabalho de muitos anos cuja responsabilidade tem sido a de apresentar respostas “oficiais”, com a garantia da verdade legal. Ou seja, para cada questão, habituamo-nos a procurar as fontes que nos podem fornecer a informação sobre o universo medido no quadro legal, passível de ser plasmado directamente ou através de amostras representativas. No caso, consideramos que o número de exemplares existentes na Biblioteca Nacional, obrigada ao depósito legal há mais de um século, e nas restantes bibliotecas e centros de documentação ligados com o objecto de partida - guias turísticos de Lisboa, turismo e Lisboa, usando o critério da autoria portuguesa para separar – correspondia à realidade do universo.

cidade em fins de XIX e inícios de XX que, em síntese, se expressam: por um crescimento da área urbana e a formação dos primeiros subúrbios, alargamento que ocorreu entre 1852 e 1903²², nesse período o território cresceu cerca de 586%; pela inflexão da direcção tradicional do crescimento, com a abertura da Avenida da Liberdade em 1879; pela adopção de novos modelos urbanísticos (plano das Avenidas Novas) com segregação social dos espaços produzidos; pela inscrição de novos símbolos do poder no território (a expropriação do património religioso pelo Estado); e, por fim, o forte crescimento demográfico que ocorreu em Lisboa, entre 1864 e 1900 a cidade teve uma taxa de crescimento na ordem dos 77%”. (T. Salgueiro, 2001: 41-43).

No plano do incremento do turismo em moldes modernos, ainda sem carácter de massas, aquele ocorreu durante o século XIX na Europa, como referem os investigadores consultados para este trabalho. No caso de Portugal poderemos dizer que o seu marco data já de início de XX com a criação da Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP), dinamizada por Mendonça e Costa em 1906, sem esquecer contudo que a inauguração do comboio Sud Express em 1887, que ligava Lisboa a Paris, com paragem em Madrid, terá sido já um forte pólo dinamizador para o afluxo de turistas à cidade.

O arco temporal delimitado entre 1905²³ a 2004 parece-nos então que pode dar conta das implicações da urbanização, posteriores configurações territoriais e imagéticas da cidade, e do incremento do turismo no início de XX, com a sua massificação a partir da década de 60, na composição do auto-retrato de Lisboa.

Os critérios de selecção obedeceram ao facto de os guias turísticos se incluírem naquele arco temporal; de serem guias turísticos sobre a cidade de Lisboa, ou que a cidade fizesse parte integrante, com um peso de descrição assinalável no guia; de autoria portuguesa, considerando-se a autoria o facto de ser, seja de edição portuguesa, mesmo que sem autores identificados, seja de autores e coordenadores dos guias identificados; e por fim garantes metodológicos, i.e. que representem o universo, que tivessem atingido um certo grau de saturação no universo documental arquivado nas várias bibliotecas da cidade, que fossem em número razoável para tratamento comparativo; e ainda critérios significativos,

²² Data de 1903 a delimitação legal do perímetro actual de Lisboa, D.G. n.º 189 de 27 Agosto 1903; os perímetros anteriores foram definidos em D.G. n.º 245 16 Outubro 1852 e D.G. n.º 209 18 de Setembro de 1885.

²³ Embora em rigor os guias editados nos últimos anos de XIX tivessem enriquecido a análise, pelos resultados apresentados por E.B. Henriques dos guias analisados para esse período, verificamos que as imagens aí produzidas se prolongam nos guias editados no início de XX, em parte devido ao “efeito de inércia” presente nos guias turísticos, que se vão citando uns aos outros até ruptura de modelo, objectivos e quadro sócio histórico no qual são produzidos.

i.e., que possuíssem elementos escritos suficientes para captação de “imagens de cidade” a partir das hipóteses levantadas em capítulo 4.

Como já foi referido na Introdução constatou-se uma escassez na produção de guias turísticos da cidade de Lisboa. Desde o início do século XX até hoje foram recenseados nas três bibliotecas (Nacional, Galveias e Gabinete de Estudos Olisiponenses - GEO) cerca de 80 guias de produção portuguesa²⁴, conjunto muito heterogéneo, metade dos quais não obedeciam aos nossos critérios. Importa destacar igualmente a ausência de guias da cidade na década de 70 de XX, a que não pode deixar de se associar a crise política, a guerra colonial e ruptura profunda na sociedade portuguesa ocorrida em Abril de 1974.

Por sua vez verificou-se a ausência de um guia da cidade, que se tenha constituído como um guia de referência, com sucessivas actualizações ao longo do tempo (XX), como acontece para outras cidades europeias como Paris, Londres, Roma Lyon, Rennes e Loire, e permitiu trabalhos como os de P. Saunier, S. Bonin ou S. Chmura. No entanto o *Guia de Portugal*²⁵, que iniciou a sua edição em 1924, com Lisboa e Região, da responsabilidade de Raul Proença, tornou-se uma obra de referência, algumas vezes citado e referido, outras vezes simplesmente copiado, mas sempre de forma retalhada, sem preocupação da sua coerência interna. A sua reedição pela F. C. Gulbenkian a partir de 1979 teve como objectivo o respeito pela obra, constituindo-se desse modo como objecto patrimonial, em parceria com o guia de F. Pessoa, deixando de ser um guia para fins práticos. Em 1984 a editora Presença iniciou a publicação de uma série de guias, cujo nome, “*Novos Guias de Portugal*”, recupera simbolicamente o projecto de R. Proença. Houve ainda um outro projecto iniciado com a publicação em 1985 do *Guia Laranja – Lisboa*, mas não continuado, cuja estrutura se assemelha aos princípios organizativos do guia de R. Proença. Por fim importa referir que foram excluídos dois guias, embora importantes para a compreensão das imagens simbólicas de cidade através da descrição da cidade para o turismo, cujas características, muito próprias, não nos permitiu a sua análise. Estamos a

²⁴ Admitimos no entanto que a busca na base de dados (BD) das bibliotecas consultadas não tenha atingido a saturação total. O recurso a várias palavras associadas e a busca de publicações por ano, que efectuamos com alguma exaustividade para os anos 70 de XX, pode não ter sido suficiente. Nomeadamente porque os guias em muitas circunstâncias se aproximam do formato de folhetos e desdobráveis sendo de arquivo mais difícil e ainda mais difícil explicitação de conteúdos nos descritivos das BD, facto que ocorre com mais frequência nas bibliotecas municipais e centros de documentação de serviços públicos, embora nestes a possibilidade de contacto directo com os técnicos, bons conhecedores dos espólios documentais nos tenha sido precioso.

²⁵ O Guia é composto por 7 volumes que cobrem as várias regiões do país, o segundo volume sobre a região do Algarve foi editado em 1928, os restantes apresentam a data da sua reedição pela F. C. Gulbenkian em 1984, 85 e 86. Raul Proença foi igualmente coordenador do *Guide Bleu* sobre Portugal editado em 1931.

falar do guia de Fernando Pessoa, *Lisboa: o que o turista deve ver e Lisboa always*, coordenado por Jorge M. Laureano Jacinto.

O guia turístico elaborado por F. Pessoa entre 1917 e 1925, editado em 1991, nem sequer foi incluído na base geral dos guias recenseados. Tanto quanto percebemos²⁶ o texto não foi editado e por isso não circulou na sociedade corrente da época. Assim, embora do ponto de vista da autoria, para encontrar o fio condutor do modo como alguns intelectuais pensaram Lisboa através do seu destino turístico, o contributo do pensamento de Pessoa seja muito importante, pelo lugar que o autor ocupa no campo do pensamento e da cultura portuguesa, como efectivamente não participou do conjunto da literatura editada e a circular, não se tendo constituído então como um novo referente, pelo menos até 1991, foi afastado da análise. Assinalamos no entanto o facto de se ter tornado, apesar da sua edição tardia, consideravelmente conhecido e procurado, a ver pelas edições sucessivas²⁷ em Portugal e no estrangeiro. Mas a sua leitura já não pode ser atribuída às evidências ditas sobre a cidade, este tornou-se, pelo significado e importância do autor, num valor patrimonial a falar de um outro valor patrimonial.

Foi igualmente excluído o guia *Lisboa always, roteiro guide*, editado em 1994, pois responde com dificuldade ao padrão do género discursivo “guias turísticos”²⁸, o que impediu a sua análise comparativa com os restantes guias. Foi com pena que o excluímos pois tratou-se do único guia de autoria portuguesa encontrado para o ano de 1994, ano em que Lisboa foi capital europeia da cultura²⁹. Mas acontece que o estilo discursivo escolhido pelos autores é consideravelmente excêntrico, pelo menos por comparação com os restantes guias encontrados. Obrigando-se a uma análise separada e exigindo outros instrumentos de análise metodológica, por necessitar da inclusão das imagens, fotografias. Esses eram aspectos fundamentais para compreender o sentido do que sobre Lisboa e sobre cidade estava ali a ser dito, entre o texto da entrada do guia, a legenda e a fotografia existem dissonâncias propositadas, a imagem não era ilustrativa e complementar, o texto só tinha sentido no seu conjunto. No que podemos analisar, mas sem nunca ter uma leitura

²⁶ Não o encontramos nem no espólio da Biblioteca Nacional, nem no espólio das bibliotecas municipais da cidade a não ser a sua edição de 91.

²⁷ A editora Livros Horizonte editou 4 edições entre 1991 e 2007 e existe mais do que uma edição do guia original. A título pessoal posso acrescentar que de cada vez que falava sobre o tema do trabalho o guia de Pessoa foi mencionado, até com mais frequência que o guia de Raul Proença.

²⁸ Embora todos os elementos referentes aos guias aí estivessem presentes.

²⁹ A Lisboa capital cultural em 1994 foi motor de operações de reabilitação urbana em parte do seu património cultural edificado, nos conjuntos urbanos antigos, assim como arrancou com eventos culturais de escala internacional os quais, embora não tendo continuado nos mesmos moldes, passaram a fazer parte da vida cultural da cidade desde então.

coerente, através do guia observamos um discurso ruptura irreverente da cidade, dos lisboetas, da concepção do que na cidade é património, das modas. Foi o primeiro guia encontrado que apresenta uma outra leitura da cidade, dá conta da importância da reabilitação urbanística que então se procurava fazer no Centro Histórico, nomeadamente nos Bairros Históricos; enumera uma longa lista de edifícios notáveis, que incluíam exemplares de arquitectura moderna entendidos como conjuntos urbanos³⁰, e também repete ideias de perda nostálgica de uma cidade que terciarizou no eixo das “Avenidas” ou cresceu de costas voltadas para o rio, ideias presentes em guias anteriores. Entendemos aquele guia como um guia manifesto de um pequeno grupo da cidade, grupo para quem foi impossível identificar a autoria com clareza³¹. Sendo com certeza um grupo com informação urbanística e artística considerável, preocupado com a nobilitação da cidade em moldes de integração do antigo em diálogo aberto com as novidades arquitectónicas e estéticas da época, corrente presente nos vários grupos que vinham fazendo intervenções na reabilitação do património urbanístico da cidade, pelo menos desde 1991 com alguma sistematicidade. No entanto o guia foi analisado no plano da caracterização geral. Apresentamos em seguida imagem de exemplo acerca dos homens e mulheres portugueses.

³⁰ O Conjunto Urbano à Lapa de Alberto Pessoa, Hernani Gandra e Abel Manta ou o Conjunto Urbano Amoreiras de Tomás Taveira para dar um exemplo.

³¹ Para além do coordenador L. Jacinto de quem encontramos uma publicação Valor: Política, Economia, Empresas. Jorge M. Laureano Jacinto, dir. Lisboa: S.n. 1998, Ano 7, n.ºs 344, 345 (Jun.) e Anamar, cantora pop da década de 80 de XX. Os restantes elementos do corpo redactorial pertencem ao jornalismo e especialização em História de Arte.

Da beira-mar parto para a conquista de outros espaços. Das praias do Rio a uma Goa revisitada procuro uma identidade que nunca foi. Mulher sou e mais hei-de ser. Em equilíbrio e paz com os outros, há-de valer a pena conhecer-me.

I depart from the shore to conquer distant lands. From the beaches of Rio to a revisited Goa, I seek an identity which I never had. I am a woman and I



PORTUGUESA

Foi no Domingo passado
que passei
à casa onde vivia a
Mariquinhas,
mas está tudo tão mudado
que não vi em nenhum

lado
as tais janelas que tinham
tabuinhas.
Do rés-do-chão ao telhado
não vi nada, nada, nada,
que pudesse recordar-me
a Mariquinhas.
E há um vidro quebrado e
isolado
onde havia as tabuinhas.

(In this poem, the poet writes about his nostalgia for an old house which he used to visit, but which has been modernized, by Alberto James)

Foi no Domingo passado
que passei
à casa onde vivia a
Mariquinhas,
mas está tudo tão mudado
que não vi em nenhum
lado
as tais janelas que tinham
tabuinhas.
Do rés-do-chão ao telhado
não vi nada, nada, nada,
que pudesse recordar-me
a Mariquinhas.
E há um vidro quebrado e
isolado
onde havia as tabuinhas.

(In this poem, the poet writes about his nostalgia for an old house which he used to visit, but which has been modernized, by Alberto James)

PORTUGUESE MEN



A partir dos critérios seleccionados conseguimos colectar quarenta e quatro guias que, grosso modo, respondiam aos pressupostos de partida³², se situam entre 1905 e 2004 e que designamos como o nosso corpo documental.

O conjunto de guias colectados correspondeu a uma grande heterogeneidade quer face à sua estrutura, quer do ponto de vista do seu conteúdo pelo que, para a prossecução dos objectivos de investigação, estabelecemos dois planos de abordagem. Em primeiro lugar tratou-se de fazer a sua caracterização geral, compreendê-los a partir da sua lógica organizativa, e numa segunda fase seleccionámos um subconjunto, que então se estabeleceu como o corpus no qual procurámos as representações e imagens de cidade aí contidas.

Dos quarenta e quatro guias recenseados (o corpo documental) foram trabalhados vinte e oito guias (o corpus de análise) para a captação de Imagens de cidade, o *Lisboa always, roteiro guide* foi excluído da análise de imagens, como explicado em cima, e os restantes, 15, analisados para a caracterização geral dos guias, dado apresentarem um texto escrito muito sucinto, onde se tornou difícil a apreensão de sentidos narrativos, foram sobretudo usados para confirmar as cristalizações que se foram configurando no decurso da análise.

Importa ainda chamar a atenção para a identificação da datação dos guias, que nem sempre se apresentou de forma clara. Embora tivessem sido consultadas algumas reedições procurou-se, tanto quanto possível, a data da 1ª edição dos guias para a sua inserção no respectivo contexto histórico de produção que, como à frente será explicado, periodizamos em ciclos histórico-urbanísticos. Embora poucos, alguns guias não apresentavam nenhuma data, a sua datação foi atribuída através das datas com que o documento foi identificado na Bases de Dados das bibliotecas consultadas (BN, Galveias e GEO).

Em síntese consideramos como o corpo documental, que esteve na base da caracterização dos guias produzidos para a cidade de Lisboa no período considerado, os quarenta e quatro guias recenseados e como corpus de análise, trabalhados no plano da análise de conteúdo dos textos escritos os vinte e oito guias seleccionados cuja especificação se apresenta mais à frente.

³² Referimo-nos aqui ao facto de dizerem respeito à cidade e serem de produção portuguesa, independentemente de obedecerem às condições significativas para capturar “imagens de cidade”

3.1.2 - O Arco Temporal 1905 – 2004; a sua agregação em ciclos histórico urbanísticos da cidade de Lisboa

Para uma melhor compreensão dos guias e da emergência das representações sociais sobre a cidade aí contidas, que se cristalizaram em Imagens, submetemo-los a dois níveis de análise. Por um lado, tendo em conta o longo arco temporal, procuramos a sua integração em arcos temporais de compreensão histórica, mais ou menos ampla e com expressividade político social, os ciclos, pretendendo distinguir aí os principais contornos do desenvolvimento urbanístico da cidade de Lisboa a partir de estudos da sua história urbana, assim como as principais linhas de desenvolvimento da indústria de turismo. Por outro lado, dado que lidamos com um corpo muito heterogéneo, que impediria uma análise mais consistente do surgimento e cristalizações das representações sociais no decurso do tempo³³, procuramos, à luz das categorizações genéricas encontradas nas investigações sobre o tema, reordená-los como conjuntos mais abrangentes homogeneizando-os em torno de grandes categorias de entendimento, permitindo-nos também ter uma visão de conjunto sobre o tipo de guias que foram sendo editados sobre Lisboa.

Como já sublinhamos, a nossa hipótese é de que quando a cidade é descrita nos guias para fins turísticos, pré existe no autor uma imagem de um todo da cidade, antecipado num molde que o orienta na organização da descrição e na escolha das principais entradas à apresentação da cidade, tarefa que faz em articulação com os modelos padrão que se definiram no mercado do turismo. Tendo os guias constituído um género textual que descreve cidades para fins específicos³⁴, tornados produtos rotineiros das sociedades de hoje, contêm necessariamente representações de cidade oriundas de outros campos, nomeadamente do campo técnico-científico que são vertidas para a linguagem de senso comum, dos lugares comuns, dos clichés e estereótipos.

Lisboa, independentemente da sua história particular, da história ainda mais singular como foi a de Portugal no século XX, foi-se reorganizando em articulação com o que ocorria no resto das cidades do mundo, no processo de urbanização que se desenvolveu nos territórios, reconfigurando cidades antigas, criando novas. O recurso aos tipos de cidade

³³ De acordo com os estudos sobre o mesmo tema, para controlar o corpo documental face aos objectivos programáticos e conteúdos organizativos dos guias, exigir-se-ia uma maior homogeneidade por parte daquele; Saunier, Margarito, Chmura.

³⁴ Relembramos, o de facilitar a estada do turista na cidade.

em Ascher servem-nos para contextualizar o processo de urbanização de Lisboa, com o processo desenvolvido num plano mais amplo e abstracto como o delimitou o autor.

Num entendimento geral, muito condensado, o movimento que animou e alterou as cidades no decurso de XX, mas também o turismo, pelo menos no quadro das sociedades euro-americanas³⁵, experimentou uma associação forte com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, nomeadamente com o aumento de meios de transporte por via terrestre e aérea, capazes de transportar em pouco tempo grande volume de pessoas e coisas, com tecnologias crescentes no decurso do tempo. É essa pelo menos a ideia apreendida das análises de Urbain e de Ascher, este último fez uma associação entre o processo de urbanização e mobilidade - “fixação-mobilidade”³⁶ – como estando implicados na compreensão da cidade da actualidade, herdeira do movimento de modernização.

De acordo com Ascher, quando ocorrem crises, redescobre-se a noção de ciclo. Oriunda da economia, repleta de significações, delimitando fronteiras sempre polémicas entre sequências de passagens de ciclo, o recurso àquela noção permite contudo visualizar as condensações e principais articulações dos processos sociais, sobre o urbano, as cidades e Lisboa no caso. Ascher diz nomeadamente “periodicamente constituem-se e aprofundam-se coerências de conjunto entre uma série de elementos sociais; coerências que formam o contexto activo das dinâmicas urbanas e das teorias sobre a cidade e o urbanismo.” A sua hipótese é a de que existe, num plano muito geral, uma coerência entre as características principais de um ciclo, o tipo de cidades que aí se desenvolveu e as teses urbanísticas, tendo delimitado, grosso modo, 3 ciclos: o ciclo da cidade “fordista”, que emergiu da cidade “pré-fordista” e, por fim, a cidade “sobremoderna”. (F. Ascher 1998: 52)

Considerando que o recurso à noção de ciclo permite agregar a temporalidade em compactações de tempo nas quais se articulam lógicas económicas, sociais, políticas, culturais, científicas e técnicas, que partilham os mesmos paradigmas ou noções vizinhas, pareceu-nos possível controlar melhor a contextualização histórica dos guias. Presumimos então que nos três ciclos se condensam valores sociais de cidade que transitam e se

³⁵ Recorremos a esta identificação, mais presente em investigações de tradição antropológica e de língua anglo-saxónica, dado que tem em conta as clivagens do etnocentrismo presente no universo cultural e científico da civilização de raiz ocidental

³⁶ Ascher chama a atenção para este par que remete para a distinção Héstia (deusa do lar) e Hermes (deus da viagem) como um dos fundamentos da cidade grega; casa-cidade; a cidade não como lugar onde o homem se instala, mas como passagem obrigatória, Ascher, 1998: 87;215-216

implicam no processo de urbanização que ocorreu em Lisboa, por nós apreendidos através de algumas histórias urbanas da cidade³⁷.

3.1.3 – Os ciclos da cidade e os ciclos histórico urbanísticos da cidade de Lisboa

Importa agora apresentar uma breve caracterização dos três ciclos de tipos de cidade propostos por Ascher.

O Ciclo da cidade pré-fordista

(início de mobilidades colectivas territoriais: o comboio e o eléctrico; sociedade estratificada a partir do lugar na actividade económica; urbanidade: convivialidade pública, o espaço público burguês)

O urbanismo praticado por Haussmann, quando coordenou o projecto de transformação da cidade de Paris, entre 1853-1870, considerado inaugurador da metrópole moderna, foi como dizem Ascher e Choay, “a combinação do impacto da revolução industrial, do desenvolvimento do transporte ferroviário; das novas fontes energéticas; do afluxo de populações à cidade, dos problemas sociais decorrentes da pressão de um proletariado urbano crescente; e da atitude técnico-científica para encontrar soluções no território da cidade, entendida pela primeira vez como conjunto.” (Ascher, 1998: 52)

A atitude para com a cidade foi abri-la, atravessar as muralhas, cercas, portas, nas quais tinha estado contida, e ordená-la como conjunto, como uma totalidade abstracta que se deveria organizar numa totalidade sistémica. A partir de Haussmann e Cerdá aquela passou a ser “um espaço isotrópico atravessado por sistemas de redes, assentes no princípio da “justiça distributiva”, pois as redes deveriam distribuir-se equitativamente³⁸ no território, garantindo os mesmos serviços e níveis de conforto a todos os bairros.”, como refere F. Choay, na introdução à edição das “Mémoires” do engenheiro urbanista. Aí a autora sintetiza a novidade das operações urbanas levadas a cabo por Haussmann: a

³⁷ Concentramo-nos sobretudo sobre as monografias de Lisboa, de Teresa. B. Salgueiro 2001 (1998), Lisboa, coordenado por Irisalva Moita, 1994; V. Matias Ferreira 2004; por terem a cidade como objecto das suas investigações, pela relativa actualidade e por cruzarem o olhar geográfico, sociológico e da história, estando igualmente incluída nas investigações uma certa perspectiva urbanista. Mas foram também importantes, apesar de corresponderem a estudos parcelares da cidade, as monografias de Alfama e Bica, respectivamente de Firmino Costa 1999, G. Índias Cordeiro 1998 e a monografia no catálogo editado a propósito da Exposição “A Lisboa de Ressano Garcia” em 1989, com coordenação científica de Raquel. H. da Silva

³⁸ Esse princípio equitativo não impediu que a cidade haussmaniana fosse já na concepção uma cidade estratificada que empurrou as classes pobres para zonas habitacionais na periferia, onde os terrenos eram mais baratos.

transformação da cidade resultou da conjugação das preocupações políticas e da busca de soluções técnicas para resolver problemas com que Paris se defrontava. **A circulação**, cuja rede antiga se adaptava mal ao novos meios de transporte (o comboio) e ao volume de pessoas que passou a circular na cidade, vindas de comboio, atraídas pelas possibilidades de trabalho nas fábricas nascentes. **A higiene**, dada a sobreocupação dos velhos bairros e da malha labiríntica, propensa a epidemias. E, por fim, **a paz social**, pois passou a correlacionar-se a densidade populacional na cidade antiga com as tensões sociais provocadas pelas populações pobres, desempregadas e a viver com más condições de habitação, desencadeando o mais das vezes motins e criminalidade.

A cidade, analogizada agora a um organismo vivo, assentou sobre a constituição de três sistemas chave a partir dos quais passou a ser construída: **o sistema de circulação**, estruturado numa rede viária (de vias alinhadas, largas, articuladas entre si por praças comutadoras), orientada segundo os pontos cardeais, e ligava os vários bairros entre si e os equipamentos nevrálgicos, nomeadamente as estações de caminhos de ferro; **o sistema de alimentação e evacuação**, assente nas redes de infra-estruturas de distribuição de águas, gás iluminação e a rede de esgotos; e **por fim o sistema respiratório**, assente numa rede hierarquizada de espaços públicos verdes, disseminados pelos espaços residuais dos bairros e articulados com parques periurbanos, facilitando a respiração na cidade. (F. Choay, 2000: 11-14)

Estes pressupostos que presidiram à construção da cidade de Paris de Haussmann marcaram o modo de construir cidade a partir daí; cidade pensada como um sistema aberto, ligado a redes de circulação para outros lugares e cidades, estruturadas a partir do território; cidade que se organizava internamente também em sistema de redes que colectivizavam e regulamentavam as práticas de viver na cidade.

O Ciclo da cidade fordista

(mobilidades territoriais e aéreas aceleradas e individualizadas: o automóvel e avião; sociedade de massas, de consumo de massas; a urbanidade metropolitana, figurada no *Estrangeiro*³⁹, mistura indistinta de indiferença e tolerância)

Ascher delimita o ciclo fordista a partir da conjugação dos princípios fordistas - produção em cadeia, consumo massificado; do sistema taylorista - organização científica do trabalho; e das concepções keynesianas - intervenção dos poderes públicos para limitar as

³⁹ Figura urbana que Simmel encontrou para definir a metrópole moderna.

desigualdades sociais e o desemprego provocados pelos efeitos do confronto capital-trabalho, oferta-procura. De acordo com o autor, Le Corbusier sintetizou aqueles pressupostos para as questões da cidade e do urbanismo, igualmente plasmados na Carta de Atenas de 1933: “A Cidade é só uma parte de um conjunto económico, social e político que constitui a região.” Este documento, saído do IV Congresso de Arquitectura, tornou-se uma pauta de conduta⁴⁰ para a formação e o exercício da profissão de arquitectura e urbanismo a partir daí, ainda que em campo controverso e de acordo com o contexto sócio histórico de cada um.

Os problemas da cidade, tais como foram formulados por Le Corbusier, cujas novas teses /soluções técnicas deveriam resolver, de acordo com Ascher (1998: 53-57), podem sintetizar-se em quatro pontos: a desorganização provocada pelo nomadismo caótico das populações operárias através do território da cidade, em virtude da desadequação entre lugares de trabalho e habitação (1); desordem na implantação das actividades económicas (2); desordem e ineficácia na circulação de pessoas e meios de transporte, pela desadequação das redes viárias às novas velocidades permitidas pelo automóvel (3); e por fim a desarticulação na gestão urbanística da cidade (4).

A cidade, para o urbanismo corbusiano, passou a ser olhada como inserida “no território económico, social e político que constitui a região.” Vasto território que deveria organizar-se a partir da racionalidade científica, pensando-o em termos de simplificação e especialização. Desse modo a cidade, tal como formulada pelos urbanistas de então, passou a ser zonada, tendo em conta as quatro funções chave que preenchia: habitar, trabalhar, recrear e circular. Para Ascher “o urbanismo corbusiano decompôs a complexidade da urbe em funções elementares e procurou a eficiência na monofuncionalidade; atribuiu o primado ao movimento e à velocidade; tentou sistematizar as economias de escala ao tipificar o alojamento e industrializar a construção; preconizou a intervenção pública sem pôr em causa as realizações privadas para regular as desigualdades; exigiu uma planificação para controlar a anarquia urbana, regular o mercado fundiário e propor equipamentos sociais de bem estar. “(Ascher, 1998: 57)

Em suma, é a própria cidade transformada em mercadoria, a cidade a construir habitações em série para serem habitadas em série; cidade onde se produzia, consumia e divertia em massa. Como dizia Le Corbusier “é necessário criar o estado de espírito da série; o estado

⁴⁰ “As boas práticas” na linguagem actual.

de espírito de criar casas em série; de conceber casas em série.”Le Corbusier, 1937 in Ascher, 1998: 55;207)

O Ciclo da cidade sobremoderna

(mobilidades de “alta velocidade” materiais e virtuais: os transportes de alta velocidade, TGV e internet; sociedade de estilos de vida; urbanidade metapolitana: casa-cidade-redes globais)

Ascher recorre ao conceito de sobremodernidade para identificar o novo ciclo com que se implicam as cidades da actualidade. Sabemos que a identificação da sociedade decorrente das novas tecnologias industriais e globalização gira em volta das noções de “pós-modernidade” ou “modernização tardia”⁴¹, campo aberto à discussão teórica que não está no nosso âmbito, e no qual Ascher se posiciona na proximidade de Giddens, “considerando que o projecto de estruturação que caracteriza a modernidade, baseado no uso da razão e da ciência, está mais presente que nunca, tendo mudado apenas os paradigmas científicos quando passaram do universo da complicação para o da complexidade.” (Ascher, 1998: 58) Desse modo considerou que o tipo de cidade associado ao novo ciclo, que se configurou com a globalização, se identifica com a sobremodernidade e resulta do impacto dos novos transportes de alta velocidade e das tecnologias de informação /comunicação, transformações que alteraram a lógica de organização territorial e as anteriores hierarquias urbanas e, embora sem ser condição necessária, todas as actuais metápoles surgiram de grandes metrópoles.

O ciclo fordista provocou alguns problemas na actividade económica, nomeadamente o esgotamento dos meios de crescimento da produtividade e dos modos de organização do trabalho; a saturação da procura, a formação de novos tipos de procura de produtos mais diferenciados a que a rigidez da produção fordista não respondia; a subida das contradições sociais; o desenvolvimento da concorrência internacional; a instabilidade nos sistemas monetários financeiros.

O ciclo da cidade sobremoderna é marcado, no plano económico, pela globalização, pela procura de novos tipos de produtividade, de flexibilidade, de polivalência, de procura sistemática da velocidade, da experimentação de novos modos de organização industrial, do desenvolvimento dos transportes, das telecomunicações e da logística. (Ascher 1998: 59) E no plano social e cultural pelo “duplo processo da complexificação da sociedade e de

⁴¹ Referimos os cientista que identificaram as noções: Lyotard (pós-modernidade:1979-84); Guiddens (modernidade tardia:1991)

individualização, i.e., uma maior interdependência, diferenciação da divisão do trabalho e variedade das estratificações sociais, multiplicidade cultural e simultaneamente a diferenciação dos indivíduos, não só em relação a outros grupos sociais, mas também face ao seu próprio grupo de pertença e família”. (Ascher 1998: 78)

Em síntese, a globalização leva ao reforço dos centros metropolitanos e metapolitanos, concentrando aí as funções estratégicas das empresas multinacionais e os serviços “avançados” de que necessitam, assim como de populações muito heterogéneas, em mobilidades de escala local-global, casa-cidade. As metápoles tomam cada vez mais a forma de centralizações funcionais: centros de negócios, centros comerciais, centros de comunicações avançadas, plataformas logísticas, tecnopólos, parques de actividades científicas e tecnológicas, e também parques de lazer ... A cidade, condensada por Ascher, “é hoje aprendida como um sistema complexo, irredutível à separação em funções elementares e em zonas; a ser concebida como uma realidade flexível, que se pode adaptar e modificar ao longo do tempo, a realizar-se mais a partir de projectos urbanos, a promover nas cidades a miscigenação funcional e a polivalência e a apoiar-se no marketing urbano, numa desmultiplicação de modos de habitar.” (Ascher, 1998: 74-75) A urbanidade metropolitana, no entendimento de Ascher, “estruturou-se como um quadro social e físico que, procurando maximizar a liberdade de cada um, abre a possibilidade a vizinhos de partilharem ou não práticas e opiniões, pois as solidariedades, as práticas colectivas, a consciência de interesses comuns, só muito raramente se estabelecem na base da proximidade. (1998: 93-100)

Retomando a noção de ciclo, recompusemos conjuntos que articulamos com os ciclos urbanísticos para a cidade de Lisboa propostos por J. M. Fernandes no livro Lisboa, editado em 1994, sequência igualmente presente nas análises para Lisboa efectuadas por T. B. Salgueiro, ciclos que se articulam com os principais quadros sócio históricos de mudança que ocorreram no decurso do arco temporal delimitado — 1905-2004. Esses conjuntos permitiram ter uma apreensão dos momentos histórico-urbanísticos centrais que atravessaram Lisboa, no interior dos quais foi produzido o nosso corpo documental, permitindo por sua vez contextualizar as representações de cidade que aí se formaram.

3.2 – OS CICLOS HISTÓRICO-URBANÍSTICOS DE LISBOA

Importa agora articular os grandes ciclos de mudança do tipo de cidade com a realidade histórica de Lisboa.

No quadro da história do processo de urbanização de Lisboa J.M. Fernandes (Lisboa, 1994: 493-522) delimitou 5 ciclos: Ciclo Lisboa em Movimento, que coincide com o período sócio político da Monarquia Constitucional; Ciclo Republicano que coincide com a 1ª República; Ciclo Imperial, que coincide com o período inicial do Estado Novo; Ciclo da Suburbanização, que abarca o último período do Estado Novo e o período da Democracia até à integração na CEE; e o Ciclo da Reconfiguração de Capitalidade⁴², que engloba a década de 90 de XX até hoje. Estes podem articular-se, embora com as especificidades sócio históricas de Lisboa, com os três tipos de cidade que Ascher demarcou, reportando-se Lisboa a uma cidade pré fordista nos dois primeiros ciclos, começando a cidade “fordista” a projectar-se no Ciclo imperial, atravessando o Ciclo da suburbanização e delineando-se a cidade “sobremoderna” no limiar do último ciclo, sem que subsistam como tipos puros em Lisboa.

Grosso modo os ciclos retratados por Ascher expressam os processos de modernização que ocorreram nas cidades das sociedades ocidentais no decurso de XIX. Em Portugal, como refere Margarida Ribeiro, “onde os movimentos que caracterizavam a modernidade europeia iam dando passos inibidos, ficando sempre aquém dos desejos de uma burguesia e de uma intelectualidade moderna, este movimento era também a expressão política de uma desconfiança face a essa Europa moderna que durante o século XIX foi entrando Portugal adentro, interferindo na política nacional e colonial, determinando grande parte dela e devolvendo perturbantes imagens de periferia”. (M. Ribeiro, 2004: 118) Ou como diz E. Lourenço: “a queda da Monarquia, a República e o regime de Salazar foram, em grande parte, respostas à desconfiança portuguesa da Europa, nos seus esforços para manter o império.” (E. Lourenço, 1988: 48)

Na verdade, quando fomos à procura da história de Lisboa, da sua urbanização, confrontámo-nos com aquela imagem expressa por M. Ribeiro: vontade e receio da sua modernização; vontade de adquirir os símbolos sem compreender a sua importância estratégica. As polémicas e os debates suscitados pelo projecto ressaniano da Avenida da

⁴² J.M.Fernandes não baliza com clareza o início do novo ciclo, mas considerando que, com a realização do Plano Estratégico de 1991-2, se iniciou uma nova política de cidade, com um alcance mais estrutural, os guias editados a partir de 1992 foram lidos dentro desse novo processo de reconfiguração de Lisboa como capital.

Liberdade, que ocorreram no último quartel de XIX, expressaram duas linhas de pensamento, de uma atitude para com a cidade e a modernidade. De um lado a atitude pragmática e amplitude estratégica protagonizada por Ressano Garcia, do outro Miguel Pais⁴³, cujos projectos, no dizer de R. H. da Silva, remetiam para “uma utopia de cidade, que desejava um moderno *boulevard* para Lisboa mas a queria olhando para o rio e plena de projectos irrealizáveis, utopia do sentido ribeirinho da capital que os primeiros republicanos defenderam”. (R. H. Silva, 1989: 24-29)

A cidade foi-se urbanizando durante o século XIX configurando dois momentos de alteração, de acordo com Jorge Gaspar: “um primeiro momento, que vai até ao terceiro quartel, Lisboa ia-se urbanizando muito lentamente, sobretudo com o enchimento dos espaços vazios da cidade construída por Pombal, ou após as demolições, com a construção de prédios mais altos e mais rendosos em áreas particularmente sensíveis⁴⁴. O segundo momento, desencadeado no último quartel de XIX, caracteriza-se por um grande surto urbano, acompanhado e impulsionado pela emigração maciça de rurais e do aparecimento de uma série de inovações que vão alterar profundamente os hábitos de vida da cidade. Este decidiu a expansão da cidade para norte, iniciada já por Pombal, com o rasgar da Avenida da Liberdade. Aquela expansão não alterou a localização do centro, mas alterou as suas funções, assim como a diminuição da função residencial com o reforço da actividade terciária”. (J. Gaspar, 1976: 37-51)

No entendimento de R. H. da Silva a alteração do quadro político a partir de 1820 não teve o incremento urbano e demográfico, decorrente da ruptura da sociedade do Antigo Regime, como acontecera em Inglaterra ou França. Mas reconhece que a mudança político-ideológica alterara a imagem e vivência da (na) cidade. A investigadora considera a extinção das ordens religiosas em 1834, um “verdadeiro terreno civilizacional” que mudou o quadro simbólico referencial de Lisboa, e diz nomeadamente: “a apropriação sistemática por parte do Estado desse património edificado, neles instalando serviços do estado moderno, mudou a imagética e a espiritualidade da cidade, substituindo a mística do catolicismo pela mística do estado. De resto, o Estado liberal valorizou os altos da cidade, que constituíam uma espécie de contraponto orgânico à monotonia estruturante da Baixa Pombalina, como se a atitude romântica, que revalorizava a Idade Média, fizesse

⁴³ Miguel Pais foi autor de vários projectos para Lisboa como a ligação aérea entre S. Pedro de Alcântara e a Graça, 1883. (fonte: Ressano Garcia e Lisboa, urbanismo e arquitectura)

⁴⁴ Espaços vazios que se concentravam em torno da Baixa Chiado.

redescobrir as potencialidades do corpo acidentado da urbe, implantando-lhe sucessivos palcos de ostentação⁴⁵, mas de refúgio também.” (Lisboa, 1994: 406)

Lisboa iniciou o século XX vivendo ainda no limiar da cidade antiga, que se sedimentara junto do rio no decurso dos últimos séculos, mas animada de um movimento expansivo que começava a acolher actividades industriais e populações oriundas dos meios rurais em busca de trabalho, onde emergiam novos grupos sociais nos estratos médios e grupos dirigentes, entre os quais se destaca para as questões da cidade, um grupo de promotores e investidores no mercado imobiliário, aberto pelas possibilidades de urbanização decorrentes do rasgar das Avenidas Novas.

Ciclo Lisboa em Movimento

(corresponde aos guias editados entre 1905 e 1909)

(inscrição do estrato da cidade moderna e capitalista em Lisboa a cidade pré fordista)

Aceitando que as periodizações são cesuras algo convencionais, não custa admitir que o século XX português terá tido o seu começo em 1890. Na segunda metade de Oitocentos o voluntarismo político modernizador dos principais partidos do constitucionalismo monárquico resultou no fomento material e em taxas de crescimento da riqueza nacional acima das do crescimento da população. Regeneradores e progressistas convergem no propósito de unificarem o mercado nacional e de fomentarem a abertura económica ao exterior. Alternando no poder, uns e outros contribuem para que Portugal integre o grupo de países a que podemos aplicar, até ao começo da primeira Grande Guerra, o conceito de “crescimento económico moderno. (Álvaro Garrido, 2005: 453)

O primeiro ciclo de guias, 1905 - 1906, produzidos ainda no quadro político da monarquia constitucional, integra-se na “Lisboa em Movimento”, e corresponde grosso modo ao período de implementação da política urbanística do programa “regenerador”⁴⁶, protagonizado por Ressano Garcia. Entre 1864 e 1911, como refere T. B. Salgueiro, “a sua área aumentou 586% e a população de Lisboa teve uma taxa de crescimento na ordem dos 120%, a capital concentrava uma classe burguesa, que prosperou devido ao comércio, à indústria, aos negócios financeiros e imobiliários, e estava desejosa de criar a sua cidade, talhada à sua imagem, instrumento ao serviço do capitalismo e portadora dos novos valores do liberalismo”. A autora sintetiza o conjunto de mudanças efectuadas em quatro pontos chave: “crescimento da área urbana e formação dos primeiros subúrbios; inflexão da

⁴⁵ R.H.Silva chama a atenção para o centro de animação que foi o jardim S. Pedro de Alcântara em 1880, que recuperava noutro patamar a vista do Passeio Público romântico, na moda em 1840.” Lisboa, 1994: 409

⁴⁶ Identificamos genericamente o período regenerador, com “a política fontista que incrementou a rede viária e ferroviária, o desenvolvimento da indústria, o crescimento económico, a modernização do país. 1851-56: 1859-60)” História de Portugal, 1992-1994, vol V: 121

direcção tradicional do crescimento, com afastamento entre a cidade e o rio; início da segregação social dos espaços produzidos; adopção de novos modelos urbanísticos e símbolos de poder no território”. (T.B. Salgueiro, 2001: 42)

Aquela cidade corresponde, num plano mais figurativo, à Lisboa de Ressano Garcia⁴⁷, iniciada ainda em fins de XIX com um conjunto de operações urbanas no sentido da modernização da cidade, baseado no modelo urbanístico haussmaniano, mas como refere M. Lobo, ”não estava em causa a harmonização ou a diversificação tipológica, nem a imposição de uma forma urbana; a opção pela edificação aberta foi deixada ao promotor da construção.” (1995: 19) Como chama a atenção R.H. da Silva, ”Adiaram-se as questões básicas de civilidade como as redes de infraestruturas de saneamento, água, luz, mercados e matadouros” (R.H. Silva in Lisboa, 1994: 409) lembramos, um dos pilares do urbanismo haussmaniano, da cidade pré-fordista.

E Lisboa dizia nos guias que **“rasgava amplas avenidas, construía bairros quadriláteros, implementava parques urbanos, iluminava-se, introduzia meios de transporte urbano, ligava-se à rede europeia do novo sistema de transportes - o comboio.”**

Ciclo Republicano

(corresponde aos guias editados entre 1908 – 1930)

Por toda a 1 República portuguesa – uma das mais precoces – as quedas de governo e o desgaste do parlamentarismo são a expressão regular e endémica de crises económicas e financeiras de forte raiz externa. Um bom exemplo reside no modo como terminou o primeiro “governo Afonso Costa”, em 1914, cuja queda terá resultado do desemprego e dos demais efeitos sociais da crise económica europeia de 1913-1914. Crises importadas, é certo, mas também movidas por indeléveis factores internos. Crises sempre associadas a tumultos sociais urbanos, não raro violentos e prenunciadores de interstícios autoritários. (Álvaro Garrido, 2005: 455)

“A Lisboa do ciclo republicano” foi uma cidade que estagnou, ou melhor, deixou num impasse as linhas de desenvolvimento urbano anterior. É desse modo que se referem, quer J. M. Fernandes, quer R. H. da Silva, às marcas que a conjuntura política da 1ª República deixou na cidade. De acordo com R.H. da Silva “para os modernos, arejados e verdes quarteirões das Avenidas de Ressano Garcia, ritmados pelas linhas de eléctrico, não havia nem suficientes promotores, nem moradores. Eram um *desejo de futuro* que, por razões diversas as gerações seguintes, republicanas, não souberam amar, por considerarem que correspondiam a um esbanjamento aristocrático, característico do espírito ostensivo e

⁴⁷ Ressano Garcia coordenou as principais obras da cidade entre 1874 e 1889, mantendo actividade até 1907.

luxuoso da corte de D. Carlos”. Ainda de acordo com o mesmo autor, “Embora com terríveis condições de habitabilidade, segundo os padrões que a saúde pública de então impunha, os velhos bairros permaneceram quase intactos gerando um alfobre de formas e figuras que iriam alimentar iconografias e mitogramas específicos”. (R.H. Silva, in Lisboa, 1994: 417- 421)

Ciclo Imperial

(Corresponde aos guias editados entre 1930 e 1953)

Fugidos da cidade, que tudo massifica, aí procuravam encontrar as raízes do “verdadeiro” Portugal, dando corpo e alma portuguesa a um movimento europeu crítico da modernidade, que via no mundo camponês as virtudes da simplicidade, da natureza e da autenticidade cultural, que urgia preservar à voracidade da modernidade. O Estado Novo vai combinar o nacionalismo, patente tanto nos discursos políticos como nos discursos poéticos da época, com o caldo cultural em que mergulhava as suas raízes: o mundo rural e católico que compunha o “país real” a que Salazar apelava ao apresentar-se como beirão, católico, “camponês, filho de camponeses”, “pobre, filho de pobres”. Herdeiro desta potencial mistura protagonista da aventura terrunha portuguesa, e gozando de um ambiente europeu favorável aos sistemas totalitários, Salazar vai basear a sua acção política num nacionalismo apelativo da tradição, da história, do império, dos valores morais católicos, da ordem e da unidade nacional. (Margarida C. Ribeiro, 2004: 117-119)

“A Lisboa do ciclo imperial”, que J. M. Fernandes baliza entre 1930 e 1940, foi o resultado da política urbanística do Estado Novo, personalizada em Duarte Pacheco, que com o seu plano procurou dar um ordenamento à expansão urbanística de uma cidade em crescimento populacional desde fins de XIX com variações crescentes até 1940, na ordem dos 20% entre Censos. Aquele engenheiro-urbanista procurou implementar um “programa de desenvolvimento de grandes infra-estruturas (estradas, pontes, barragens e o ordenamento urbano de cidades e vilas), e em particular, os melhoramentos urbanos necessários à afirmação de Lisboa como capital de um império, dotando-a com um aeroporto, um estádio nacional, o parque de Monsanto, a expansão de Alvalade, e as Gares Marítimas.” (M. Lobo, 1995: 37)

Aqueles melhoramentos traduzem-se na análise de T. B. Salgueiro “no prolongamento da mancha de urbanização, iniciada com as Avenidas Novas, pela Avenida Almirante Reis até à Praça do Areeiro. Na tímida oferta de habitação social, por meio de edificação de pequenos bairros, localizados na periferia e isolados da mancha urbana. Em intervenções, do tipo renovação urbana, na zona da Mouraria, pois o bairro labiríntico e degradado impedia a saída norte oriental da Baixa, a articular mal com a Avenida Almirante Reis, procedendo-se a demolições, de que ficou um buraco negro no tecido antigo, só resolvido

em 1997”. Renovação em Belém, a zona escolhida para montar a Exposição do Mundo Português em 1940, estruturando-se então para dar lugar a uma zona monumental e recreativa, que E. B. Henriques na sua investigação identificou como uma zona turística consolidada. (E. B. Henriques, 1996:124) Melhoramentos que incidiram ainda “com o restauro de diversos monumentos históricos, designadamente o Castelo de S. Jorge, no sítio genético da cidade.” (T.B. Salgueiro, 2001: 48)

O início da auto-estrada do Estoril reflecte por sua vez a importância da vocação turística dada no ciclo imperial para esse “arredor” de Lisboa. A valorização da Costa do Sol, projecto estudado em 1933 por Agache⁴⁸ e incluía como princípio programático que, “para urbanizar e valorizar a Costa do Sol, esta deveria ser considerada, não apenas no seu desenvolvimento ribeirinho, mas com o desenvolvimento regional, ligando essa zona aos principais centros funcionais da cidade.” (M. Lobo, 1995: 54)

O mérito de Duarte Pacheco, como refere J.M. Fernandes, foi, “mediante um Plano de Urbanização, gradualmente aperfeiçoado entre 1938 e 1948, ter dado à cidade escala, estrutura e funcionalidade necessárias, dentro de uma lógica de conjunto que ainda hoje subsiste, em parte, e por assim dizer, a última ideia urbanística da cidade”. (Lisboa, J.M. Fernandes, 1994: 501) O ciclo imperial entra em declínio depois da guerra, embora as colónias e o regime político de Salazar sobrevivam até 1974. (T.B. Salgueiro, 2001: 49)

Ciclo da Suburbanização

(corresponde aos guias editados entre 1958 e 1990)

(inscrição do estrato metropolitano em Lisboa; a cidade fordista)

É a partir da década de 60 que se desenham, de modo convergente e rápido, as profundas transformações sociais que, de maneira mais compassada, outros países europeus tinham experimentado no pós-guerra, talvez mesmo antes, nalguns casos. A industrialização, a terciarização e o incremento migratório do campo para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e para os países europeus, conheceram fortes impulsos. Ocorreram igualmente nesse período a queda da Índia portuguesa e o início da guerra colonial em África; a abertura de Portugal ao mercado europeu através da EFTA e ao investimento externo. Paralelamente, é a década do turismo, os operadores estrangeiros descobrem as potencialidades de Portugal – clima e praia – transformando-se num dos mais produtivos e lucrativos sectores de actividade do país. (A. Barreto, 1999: 21-23)

Lisboa entra em fins de 50 num processo de suburbanização que se prolonga até ao início da década de 90 de XX. Aquele período abarca por isso, no plano da cronologia histórico-política do país, o fim do Estado Novo, a ruptura de 1974 até à plena inserção do país na

⁴⁸ Agache foi um urbanista francês, secretário geral da Société Française d’Urbanistes – 1923, convidado por D. Pacheco em 1933 para estudar a “valorização da Costa do Sol”

Democracia, que inclui a regularização do sistema político democrático representativo e a integração na Comunidade Europeia.

O surto de crescimento industrial na década de 60 concentrou-se geograficamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que se traduziu em Lisboa, como explica T. B. Salgueiro: “num afluxo de população à cidade⁴⁹, emigração rural ainda⁵⁰, no interesse acrescido do solo na cidade (região), quer pelos industriais, quer pelos proprietários fundiários, favorecendo a especulação sobre o seu valor. Esse movimento, que se confrontou com graves problemas de alojamento, incrementou o desenvolvimento de núcleos suburbanos de tipo dormitório - a construção civil a partir de 60 construía, já não em lotes, mas a partir de grandes conjuntos⁵¹; a proliferação de soluções marginais, em paralelo com deficiente equipamento destes núcleos dormitório. A rede de transportes colectivos⁵², dimensionados muitas vezes por defeito, favoreceu o desenvolvimento da coroa suburbana.” (T.B. Salgueiro, 2001: 51-66)

De acordo ainda com T.B. Salgueiro, “com o aumento da dimensão e da complexidade funcional, Lisboa tornou-se uma metrópole, e o espaço urbano foi-se especializando, definindo áreas homogéneas, quer em termos de ocupação funcional, quer pelo nível social dos habitantes, tornando-se uma cidade segregada, zonada e polarizada por um centro.” (T.B. Salgueiro, 2001: 51-66) No entanto esse centro alterava-se, a instalação em Lisboa da Fundação Gulbenkian em 1965 determinou uma viragem na vida cultural da cidade e nas rotas turísticas, hegemonia que só perdeu na década de 90; a partir de 70 de XX o eixo das Avenidas Novas começou a terciarizar, surgiram os primeiros edifícios “prestígio”⁵³ associados a empresas, mudanças que contribuiriam para a alteração da imagem da cidade. A ruptura política de 1974 ocorreu numa cidade suburbanizada onde, a par dos bairros de lata, começaram a surgir na periferia edificações clandestinas em betão armado, sem redes de infra-estruturas básicas e equipamentos estruturantes, como refere J. M. Fernandes (1994). A década de 80 de XX, numa cidade que recebeu sem traumas os “retornados”, os

⁴⁹ Na década de 60 o país perdeu 2% da população residente, embora na região de Lisboa tivesse crescido 21%. Fonte: Salgueiro, 2001: 51

⁵⁰ Considerando que as cidades do norte da Europa, a metropolizar, recebiam imigrantes oriundos do sul da Europa, entre eles Portugal e dos países em descolonização.

⁵¹ St. António dos Cavaleiros, Portela e Carnaxide. O aumento da escala de construção alterou a configuração das actividades económicas ligadas ao imobiliário e urbanização que complexificaram.

⁵² A rede do metro foi inaugurada em 1959, Entrecampos – Restauradores, atingindo em 1966 os Anjos, Alvalade em 1972, o Colégio Militar e a Cidade Universitária em 1988, a Pontinha em 1997, Cais do Sodré e Estação Oriente 1998 e a coroa suburbana Odivelas – Amadora em 2004, finalmente St. Apolónia em 2007. A ponte 25 de Abril foi inaugurada em 1966, a auto-estrada do norte em 1961, retomada nos anos 80.

⁵³ Os edifícios Philips 1970; Franjinhas 1971, Castil 1972, o edifício Picoas em 1980 e o complexo das Amoreiras em 1982

“exilados” e imigrantes das ex-colónias, gerida a partir da governação democrática, num país aberto e membro da CEE, “viu introduzir em Lisboa, através das Amoreiras, o estilo pós-moderno, modificando a imagem da cidade, ao romper o equilíbrio do seu perfil adoçado às colinas e introduzindo a verticalização. Surgiram depois novas paisagens industriais, centros comerciais e hipermercados, novos edifícios de escritórios, sedes de bancos e grandes companhias, hotéis e centros de congresso; edifícios marcantes, pela dimensão e como objectos arquitectónicos, que transformaram a imagem da urbe e a vida social, pois criaram novas polaridades e atracções.” (T. Salgueiro, 2001: 53-61)

A consequência mais visível dos processos de dinâmica territorial neste período foi o da formação de um território urbano-metropolitano que em fins de 80 diversificava as centralidades e iniciava a diferenciação interna, palco de inúmeros fluxos em várias direcções; a Baixa perdeu hegemonia como centro, tendo-se desenvolvido novos pólos de serviços e comércio quer na cidade, quer na periferia; bem como de actividades industriais e centros empresariais mistos, originadores de migrações pendulares mais complexas.

Ciclo da Reconfiguração de Capitalidade

(corresponde aos guias editados entre 1992 e 2004)

(inscrição do estrato metropolitano em Lisboa; a cidade sobremoderna)

Em menos de três décadas, Portugal passou a ser uma sociedade plural. Ou percorre o caminho até lá chegar. Umas centenas de milhares de africanos, latino-americanos e asiáticos estabeleceram residência em Portugal abrindo as portas a alguns traços multi-raciais, facilmente visíveis nas áreas metropolitanas. A sociedade secularizou-se como nunca. Podem organizar-se livre e pluralmente os partidos políticos, as associações sindicais e patronais. Na vida económica e cultural, quase todos os monopólios desapareceram e vigoram, em geral, a competição e a concorrência. O igualitarismo de condição legal e cívica está em vigor, os direitos dos cidadãos são cada vez mais considerados como limites ao poder do Estado. As Forças Armadas deixaram de ter um papel preponderante na sociedade e na política. O casamento e o divórcio apenas dependem da responsabilidade individual. Internacionalmente Portugal é hoje um país como os outros, deixou de ser o país que se julgava excepcional para o melhor e para o pior.

No entanto nem tudo foram transformações, alguns traços da sociedade antiga, mesmo se modernizados, mostram aqui e ali a sua continuidade. O Estado persiste demasiado centralizado, a burocracia é excessiva, a sociedade civil continua fraca, a justiça é ainda ineficiente, os recursos naturais e técnicos são pobres, a produtividade do trabalho é baixa, a capacidade tecnológica e científica é reduzida, a desigualdade social é fortíssima e não se pode negar uma marginalidade cultural no contexto europeu.

Em certo sentido pode dizer-se que o desequilíbrio entre capacidades e aspirações, numa sociedade aberta, é maior do que há três ou quatro décadas. Ao tornarmo-nos um país como os outros, ficamos com os problemas de todos, mas não adquirimos, por golpe de mágica, os seus meios para os resolver. (A. Barreto, 1999 (1996): 13-15)

A partir da década de 90 do século XX Lisboa entra num novo ciclo, que J.M. Fernandes (1994) designa como “recuperação da capitalidade perdida”.

A adesão à União Europeia, o aumento do capital estrangeiro e a organização de programas de apoio ao sistema produtivo contribuíram para a reestruturação e modernização da cidade. Nos últimos anos de 80 de XX inicia-se uma fragmentação social e espacial, “completam-se radiais e circulares e a franja da cidade enche-se de viadutos e nós complexos à americana, enquanto se fazem importantes obras de expansão da rede do metropolitano, permitindo uma maior integração das periferias”, (T. Salgueiro, 2001: 55) Deu-se uma desconcentração e realocação das actividades económicas, acompanhadas de uma recomposição do sistema produtivo e alterações tecnológicas, que incrementaram a diferenciação na estratificação social das populações, consideravelmente mais escolarizadas. A dinamização do mercado imobiliário, que internacionalizou e passou a oferecer produtos novos, acrescentou uma diversificação e nova significação simbólica aos modos de habitar, ao valor simbólico dos lugares. As facilidades de crédito favoreceram a aquisição de casa própria e outros bens de consumo, nomeadamente o automóvel, incrementando a mobilidade individual das populações e possibilitando outras localizações das novas urbanizações. O campo dos lazeres tornou-se um investimento e consumo preferenciais na cidade. Lisboa começou a receber imigrantes geográfica e socialmente

mais diversificados. Em paralelo passou a dar-se importância à cidade, iniciando-se “um movimento de recentralização”, como se refere a este processo T. Salgueiro, a valorização da cidade antiga, objecto de diversas operações de reabilitação urbana, em particular nos bairros da área histórica central, mas igualmente de nobilitação e reconversão de áreas desafectadas de actividades industriais, como aconteceu na zona oriental, com a Expo 1998 como pretexto emblemático e catalisador. A zona portuária foi igualmente campo de modificações, aí se instalaram actividades para usufruto dos cidadãos.

Segundo a mesma autora, desde 1992, em que Lisboa foi sede da presidência das Comunidades Europeias, sucederam-se uma série de acontecimentos capazes de promover a imagem de Lisboa no estrangeiro, útil em termos de reforço de competitividade e motivo para congregar esforços na melhoria de determinadas áreas. (T. Salgueiro, 2001: 64)

A síntese apresentada por T.. Salgueiro define os contornos da imagem de Lisboa como se apresentando animada de um movimento de Reconfiguração de Capitalidade em fins do século XX. “A importância da posição de Lisboa pode ser vista tanto a nível nacional como internacional. A nível nacional a sua posição é dominada pela centralidade que cresceu devido à função de capital e de principal porto de contactos com o estrangeiro”. Centralidade que ocorreu numa temporalidade ampla e constante, com rupturas durante a governação castelhana (1580-1640) e no início do século XIX, com a deslocação da capital para o Rio de Janeiro. A posição de Lisboa a nível internacional “tem sido marcada por diferenças ao longo do tempo e Lisboa, ora aparece com uma posição privilegiada e central face às correntes de trocas dominantes, ora se oferece como periférica e marginal em relação a esses fluxos. Nos anos a seguir à independência dos territórios coloniais, Lisboa apresentou-se, especialmente quando vista do exterior, como uma pequena cidade periférica. No entanto, na história, diversas vezes foi uma cidade de dimensão internacional, potenciar essa faceta, aprofundando a sua capacidade de acolhimento e integração cultural é de novo um desafio que Lisboa tem para vencer neste princípio de milénio”. (T. Salgueiro, 2001: 215)

3.3 – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CAMPO DO TURISMO

Falta ainda fazer referência à articulação dos ciclos histórico-urbanísticos com as principais linhas do campo do turismo. Associado à diminuição do tempo de trabalho, ao direito institucionalizado a “tempos livres”, às práticas de consumos de lazer, e ao aumento do rendimento médio disponível, o turismo começa a expandir-se nos países industrializados do norte da Europa e Estados Unidos ainda no século XIX. Como alude E. Henriques: “o turismo, com as características formais e materiais que se lhe reconhecem actualmente (férias, infra-estruturas hoteleiras, serviços de apoio diversos ...) - e o valor simbólico e cultural que se lhe atribui - é um produto da sociedade moderna, capitalista e industrial.”(E. Henriques 1996: 28) O desenvolvimento dos meios de transporte contribuiu em particular para a expansão do turismo. De acordo com Urbain: “a inauguração da linha de comboio que ligava Saint-Etienne a Lyon (1830) foi também a época em que surgiu o primeiro *Baedeker*”. Sucederam-se o automóvel e o avião, progressos técnicos no domínio dos transportes, que contribuíram para colectivizar e massificar o turismo, cuja “história turística não tem sido selectiva, mas integrativa, pois aquele não só assimilou todos os novos meios de transporte, como manteve e recuperou antigos meios de comunicação, promovendo novas paisagens turísticas que cada meio proporciona.” (Urbain, 2002:164-179)

A cidade como destino de turismo tem vindo a assumir algumas particularidades. Aquela sempre teve um poder de fascínio, como dizem V. Ferreira e Urbain, acumulando um longo tempo como lugar de destino de viagem. Conforme Urbain, “na Idade Média e Renascença ela era um objectivo absoluto, dava propósito e sentido à viagem”. Este autor, que analisou a imagem da cidade através de narrativas de viagem, diz que com a modernidade a imagem da cidade mudou, nomeadamente pelo gigantismo que assumiu. A imagem da cidade devolvida pelos seus visitantes e narradores no decurso de XIX e inícios de XX transpira duas atitudes: a angústia e o temor pela expansão da civilização industrial; ou pelo contrário, o fascínio pelo gigantismo e concentração social; “imagens de passado perdido ou de futuro inquietante”, como resume Urbain (2002: 185-187). Essa dualidade transita para o lugar que as cidades passaram a ocupar no turismo de massas. Cidades

como Paris, Nova Iorque, Londres⁵⁴, nunca perderam o seu poder e atracção e muitas outras cidades do mundo se tornaram destino turístico em fins de XX. Contudo, também se tem desenvolvido um movimento de fuga da cidade desde o início de XX, o dos cidadãos em busca de outros lugares. A cidade como destino de turismo balança entre estas duas forças, e permanecerá como plataforma para outros destinos, tendo assumido alguma especialização, como o facto de Lisboa se promover turisticamente através do cartaz “cidade histórica” ou enquanto palco de acontecimentos mediáticos de escala internacional.

Em Portugal, como já foi referido, o surgimento da Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP) em 1906 marca o início de uma preocupação, publicamente organizada, com as questões do turismo, do seu desenvolvimento enquanto actividade económica, quer em relação a ofertas turísticas (termas e praia), quer face a actividades económicas de suporte, como a indústria hoteleira. Impulsionada por Mendonça e Costa, director da Gazeta dos Caminhos de Ferro, justamente por estar ligado ao moderno transporte ferroviário de então, meio propagador da procura turística, considerava que era prioritário difundir a imagem do país e das suas possibilidades turísticas. O governo republicano cria um Conselho de Turismo em 1911, presidido por Sebastião de Magalhães Lima, igualmente presidente da SPP, após a implantação da Primeira República, dado que Mendonça e Costa era monárquico. (P. Pina, 1988) A inauguração da Estação do Rossio em 1886, junto da qual foi construído o Hotel Palace, são indicadores da vontade de orientar a edificação de Lisboa nesse sentido. (J. Gaspar, 1976)

O Estado Novo, por sua vez estruturou uma política turística, criando o Secretariado Nacional de Propaganda (SPN) em 1933, dirigido por António Ferro, jornalista e intelectual que cooperou com Salazar, no sentido de criar uma imagem do país em conformidade ideológica com o novo regime político, surgido do golpe de 28 de Maio de 1926. Personalidade também responsável, juntamente com outros elementos da nomenclatura intelectual de então, pela configuração imagética da cidade de Lisboa e pela Exposição do Mundo Português, que consagrou nomeadamente o conjunto de Belém como um dos núcleos centrais da cidade turística. A política turística do Estado Novo orientava-se já para a democratização e massificação, com a criação da FNAT (Fundação Nacional

⁵⁴ De acordo com o Euromonitor, em 2006 Londres ocupava a primeira posição num ranking de 150 cidades visitada pelo maior número de turistas, Paris a 3ª, Lisboa ocupava a posição 47, Barcelona, por exemplo, ocupava a 10ª posição, www.euromonitor.com

para a Alegria no Trabalho) em 1935, com o objectivo de “promover por todas as formas ao seu alcance o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral.” (artº1, 13 de Junho de 1935) A criação da rede de Pousadas de Portugal, em 1942, procurava igualmente promover o turismo, mas também um modelo de hotelaria que conjugava uma ideia de arquitectura portuguesa, uma nova prática de hotelaria e a promoção de paisagens “típicas” no território português. (P. Pina, 1982, 1988; E. Pires, 2003 e História de Portugal, 1992-1994) Esta linha estratégica, que se delineou nas décadas de 30-40 de XX, concentrou-se no incremento de turismo mais orientado para o mercado nacional, preocupação já em afirmação no prefácio do guia de R. Proença: “despertar em todo o português o fremente desejo de conhecer o país” (1924GP: LIX).

A década de 60 de XX marca, como refere E. Henriques, “a grande mudança nos contornos do espaço turístico português, iniciando a abertura à Europa e aos circuitos internacionais do turismo de massa. O Algarve começa a ser valorizado nesse período, mas Lisboa era ainda o principal centro turístico do país, posição que mantém ainda em termos absolutos.” (E. Henriques, 1996: 61) O turismo passou a ser uma das actividades fundamentais para o crescimento económico.

A implementação da Democracia a partir de 1974 e a integração do país na Comunidade Europeia em 1986, consolidaram a abertura do país ao turismo internacional e a cidade foi sendo objecto de redefinições do seu lugar no campo das ofertas turísticas. A década de 80 concentrou-se na criação de infra-estruturas e serviços vocacionados para o turismo profissional a par da afirmação da cidade como “cidade histórica”. A realização de acontecimentos mediáticos, no campo da cultura e lazer, que arrancou com a Europália em 1983, ao que se seguiu Lisboa Capital da Cultura em 1994, a Exposição Universal em 1998, conjuntamente com vários festivais de carácter internacional que se têm sedimentado na cidade e têm procurado colocar Lisboa na rede dos fluxos turísticos de dimensão mundial. (E. Henriques, 1996)

3.4 - OS GUIAS TURÍSTICOS DE LISBOA

Depois de delimitados os cinco ciclos que enquadram a produção dos guias colectados, e constituem o nosso corpo documental, importa agora caracterizá-los, arrumá-los em grandes categorias de entendimento afim de procurar identificar em seguida as representações. A caracterização submeteu-se a três condições chave: a sua forma externa, as suas condições de produção e a sua estrutura organizativa.

Relembramos, os guias constituem-se como um género textual que tem como objectivo orientar o visitante num lugar para ele desconhecido, que visita enquanto turista. Esse género cristalizou-se numa forma em fins de XIX, sem deixar de ter sofrido alterações que acompanharam as dinâmicas do turismo no decurso de XX. No entanto, como chamam a atenção quer Saunier, quer Mondada e M. Margarito, nomeadamente no plano estrutural, o género manteve-se mais ou menos constante. A caracterização aqui proposta teve na base as grelhas de análise desses investigadores, procurando condensá-las e adaptá-las ao nosso corpo documental.

Consideramos aquelas condição chave como se correlacionando com a elaboração dos guias e, em consequência, com as descrições de cidade que aí são feitas, das Imagens que se foram impregnando nessas descrições. Em primeiro lugar a sua forma externa, uma vez que o guia tem de cumprir a sua função como auxiliador de orientação e usufruto da cidade que se está a visitar, exigindo desde logo ser um objecto facilmente identificável (o título), manuseável e transportável (o formato). Em segundo lugar importam as suas condições de produção; de que campos sociais são oriundos (o estado ou o mercado), quem são os seus editores e autores. E por fim, porque procuramos imagens de cidade, foi importante compreender o modo como se apresentaram os guias, do ponto de vista da sua organização interna, considerando que nela se estrutura já em parte o modo como a cidade é apreendida, nomeadamente pelas entradas (os descritores) dos guias.

A partir do seu formato delimitamos uma primeira grelha de tipificação dos guias: Folheto, Guias de país, Guias de cidade e Álbuns. Perante as condições de produção elaboramos uma segunda grelha de tipificação, dividindo os guias entre guias comerciais, oriundos das empresas privadas (do mercado); e guias promocionais, oriundos das entidades públicas (municipais, governamentais ou outros serviços do Estado). Abrimos uma excepção no caso dos guias editados pela Sociedade de Propaganda de Portugal (1906), que foram considerados como guias Promocionais. Embora a Sociedade tivesse o estatuto de uma associação privada, exprimia já o carácter de uma política de promoção turística do país,

como refere P. Pina (1988::17-19)⁵⁵. Tratava-se então mais de um projecto com alcance de política promocional e menos da dinâmica do mercado turístico, embora a sua editora não possuísse a marca pública dos restantes guias classificados como promocionais.

A separação entre edição pública e edição privada permitiu-nos verificar com mais clareza por um lado a importância que o campo político deu à promoção da cidade, mas também as implicações valorativas e ideológicas presentes nas representações e imagens de cidade contidas nos guias. Entendeu-se que os guias comerciais se encontram mais imediatamente mergulhados no campo do mercado turístico, recorrendo-se por isso a estereótipos e clichés do que seriam as modas turísticas de momento, enquanto nos guias promocionais se reflectem mais as posições de configuração ideológico-simbólica dominantes sobre a cidade.

Observando o movimento daquelas tipologias ao longo dos cinco ciclos histórico-urbanísticos verificamos que no primeiro ciclo e no último ciclo dominou a edição de guias comerciais. Os poderes públicos produziram mais guias no decurso do ciclo republicano, no ciclo imperial e no ciclo da suburbanização, entre 1908 e 1992, ou seja, em conjunturas sócio históricas de mais forte implicação ideológica, tendo em conta quer o significado do Estado Novo, quer os períodos da primeira República e de consolidação da Democracia entre 1974-1986. O primeiro porque nos envia para a sociedade fechada, de ideologia totalitarista (fascizante) que imperou no país entre 1926 e 1974; e os outros períodos por terem correspondido a conjunturas societárias a debaterem-se publicamente em campo ideológico controverso, saídas de rupturas políticas profundas (o período da 1ª República e a primeira década de abertura democrática pós 1974). Mas no plano de conjunto não encontramos muitas diferenças entre as imagens produzidas pelos guias comerciais e guias promocionais, reconhecendo que estes últimos foram difusores de uma certa imagem a partir de Mendonça e Costa e o guia por ele coordenado e promovido através da SPP, até ao fim do Estado Novo. A partir da Democracia a difusão de imagens passou a ser deslocada para o mercado do turismo. Por fim assinala-se a proliferação de guias de cidade a partir do ciclo republicano, expressando a crescente importância de Lisboa no panorama turístico.

⁵⁵ Como já referimos, aquele projecto transitou para o Estado na Primeira República parte dos seus pressupostos, tendo sido Sebastião Magalhães Lima presidente da Sociedade Propaganda de Portugal e Conselho de Turismo (1912), (P. Pina, 1988:23)

Em síntese foram colectados oito folhetos, todos correspondentes ao período anterior à Democracia, basicamente os folhetos, embora não servindo para a captação de “Imagens” por escassez de texto / informação, ajudaram como balizadores para verificar a presença de um cliché mais acentuado para a ideia de cidade.

Dos oito folhetos, dois foram edições de folhetos promocionais de guias editados como aconteceu em 1934, folheto que promovia o *Guia Roteiro Artístico de Portugal*, editado por Costa Ramalho em 1935; e o folheto de 1964 resumia a informação editada em álbum promocional pelo município em 1963. Os restantes foram folhetos emitidos por empresas com interesse turístico na cidade, como empresas transportadoras e hotelaria ou oriundos de associações privadas, que organizaram visitas guiadas em Lisboa e para as quais elaboraram folhetos. Como aconteceu em 1906 com o *Grupo Excursionista do Porto* e em 1953, por ocasião do *XV Congresso Internacional de Cirurgia* que se realizara em Lisboa. Estes folhetos ajudaram a balizar a repetição, síntese de “Imagens”, visto que, pelo seu reduzido formato, se obrigaram ao recurso de um discurso mais estereotipado.

Foram igualmente colectados três guias que se referem ao país, mas em que Lisboa ocupa uma percentagem considerável da informação, e correspondem ao início de XX, tendo sido produção da Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP, 1908 e 1913 respectivamente). A sua importância reside no facto de corresponderem às primeiras iniciativas de divulgação turística do país promovidas por aquela sociedade.

Os dois álbuns correspondem a um livro editado pelo município em 1963, *Lisboa, cidade de Turismo* e ao *Goldenbook of Lisbon* editado em 1989 por uma empresa com patrocínio de uma agência imobiliária. O álbum de 1963 é um prolongamento do guia editado em 1959. Usou-se para verificar alterações, visto que a coordenação mudou, embora parte dos colaboradores se tenha mantido. O álbum de 1989 tem a particularidade de permitir ver a alteração do campo de interesse promocional da cidade. Na década de 80 de XX Lisboa passou a ser entendida (e produzida, tendo em conta a construção de novos equipamentos urbanos) como uma cidade onde seria possível lançar eventos e território de investimento imobiliário de escala internacional, interessada no campo do turismo de negócios.

Se retirarmos os folhetos, álbuns e guias de país, os trinta e dois guias do corpo documental grosso modo respondem ao género guia turístico clássico tal como se encontra caracterizado por M. Margarito (2000). Todos possuem uma introdução à cidade com pendor mais ou menos historicizante, etnográfico ou referencial, um conjunto de entradas à descrição da cidade - o corpo do guia - que são possibilidades de a visitar; e por fim um

conjunto de informações úteis ao turista. A maior parte do trabalho de análise textual centrou-se sobre os dois grandes grupos de estrutura textual: introdução e corpo de guia.

Esta base de trinta e dois guias foi novamente reagrupada quando se tratou de propostas afins como acontece com os guias editados pela SPP, em 1908 e 1913 respectivamente, embora se complementem mais do que se substituem um ao outro.

Os guias editados em 1941 e 1943 são bastante coincidentes até porque o autor do segundo, Norberto Araújo, é co-autor no guia municipal de 1941, o que os diferencia é a edição de 1943 ser comercial.

Os guias de 1958 e 1960, *Um turista em Lisboa* e *Lisboa* respectivamente, ambos da autoria de Ferreira de Andrade, olisipógrafo menos conhecido do que Matos Sequeira ou Norberto Araújo, foram igualmente afastados porque a informação de 1958 repete mais ou menos o padrão de guia de 1935 de Norberto Araújo e o modelo seguido em 1960 repete o modelo do guia municipal de 1941.

Os guias de 1959 e 1963, ambos de edição municipal, embora tenham tido coordenadores diferentes, possuem a mesma ideia base, até porque foram produzidos pelo mesmo grupo de autores, de salientar o facto que em 1963 Alfama se destacava como descritor da cidade, quando até aí se inseria no descritor “bairros típicos”.

Foi mais difícil encontrar afinidades de objectivo nos guias produzidos entre 1980 e 2004 pelo menos a partir da estrutura dos guias (introdução, entradas do guia – corpo), mesmo no caso de guias editados e ou patrocinados pelo município (os de 1982, 1988, 1989 e 1990), expressando a pluralidade democrática.

Embora o guia de 1980 não acrescente grande informação para ser trabalhado é o primeiro guia editado depois de 1974 e por isso permaneceu no corpo de trabalho, pois embora não rompendo no plano dos estereótipos sobre Lisboa, que se desenharam a partir de 1941, marca a ruptura política e social que ocorreu em 1974.

Quadro Nº 1: Corpo documental

Tipo de Cidade	Ciclos Políticos	Ciclos histórico-urbanísticos de Lisboa	Guias
Cidade pré Fordista	Monarquia Constitucional	Lisboa em Movimento	Guia Ilustrado do Viajante em Portugal, 1905GL Roteiro de Lisboa, 1905RL Lisbonne, 1906L As bellezas de Lisboa e seus arredores, 1906BL Lisboa e Subúrbios, 1906LS
	1ª República	Ciclo Republicano	Portugal, Seus múltiplos aspectos como paiz de excursões, 1908 Manual do viajante em Portugal, 1913 “Tourist”, guia de Lisboa, 1924T Guia de Portugal, Lisboa e Arredores, 1924GP Guia de Lisboa, 1925 Livro de turismo, Lisboa, Sevilha, Paris, 1929
Cidade Fordista	Estado Novo	Ciclo Imperial	Vem a Lisboa? Guia turístico, 1930 Lisbonne histoire, description, monuments, 1933 Cidades de Portugal, Lisboa aspectos, 1934 Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores, 1935 Triangulo Turístico, roteiro Lisboa, Estoril, 1939 Guia Turística de Lisboa, 1941 Guia de Lisboa, 1943 Lisbon, 1952 Lisboa, 1953
		Ciclo da Suburbanização Estado Novo	Um turista em Lisboa, 1958 Guia de Lisboa, Costa do Sol e arredores, 1959GL Lisbonne et son charme, 1959LC Lisboa, 1960 Lisboa, cidade de turismo, 1963 Guia do turismo em Lisboa, 1964
	Democracia	Democracia	Guia e planta de Lisboa, 1977 Lisbonne et ses environs, 1980 Lisboa, guia da cidade, 1982 Guia de Lisboa, Estoril e Cascais, 1983 Lisboa e Costa de Lisboa: guia laranja, 1985GL Lisboa (novos guias de Portugal), 1985NG Lisboa, guia histórico turístico, 1987 Atlas Turístico de Lisboa, 1988 Goldenbook of Lisbon, 1989 Guia de Turismo, Roteiros, 1990GT Lisboa recomendada, 1990LR
Cidade Sobremoderna		Ciclo da Recuperação da Capitalidade	Guia de Lisboa, 1992 Lisboa always, roteiro, 1994 Passeando em Lisboa, 1995 Lisboa, Portugal, ir e voltar: Guias ir & Voltar 1998IV The Best Guide, Lisboa, 1998BG How to visit Lisbon, City Guide, 2002 Your Guide : Lisboa, 2004

Quadro N° 2: Corpus de análise

Tipo de Cidade	Ciclos Políticos	Ciclos histórico-urbanísticos de Lisboa	Guias
Cidade pré Fordista	Monarquia Constitucional	Lisboa em Movimento	Guia Ilustrado do Viajante em Portugal, 1905GL Roteiro de Lisboa, 1905RL As bellezas de Lisboa e seus arredores, 1906BL
	1ª República	Ciclo Republicano Datação dos guias. 1908 - 1929	Portugal, Seus multiplos aspectos como paiz de excursões, 1908 Manual do viajante em Portugal, 1913 Guia de Portugal, Lisboa e Arredores, 1924GP Livro de turismo, Lisboa, Sevilha, Paris, 1929
Cidade Fordista	Estado Novo	Ciclo Imperial Datação dos guias. 1930 - 1953	Lisbonne histoire, description, monuments, 1933 Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores, 1935 Triangulo Turístico, roteiro Lisboa, Estoril, 1939 Guia Turística de Lisboa, 1941
		Ciclo da Suburbanização Estado Novo	Lisbonne et son charme, 1959LC Lisboa, cidade de turismo, 1963
	Democracia	Democracia	Lisbonne et ses environs, 1980 Lisboa, guia da cidade, 1982 Guia de Lisboa, Estoril e Cascais, 1983 Lisboa e Costa de Lisboa: guia laranja, 1985GL Lisboa (novos guias de Portugal), 1985NG Lisboa, guia histórico turístico, 1987 Atlas Turístico de Lisboa, 1988 Goldenbook of Lisbon, 1989 Lisboa recomendada, 1990LR
Cidade Sobremoderna		Ciclo da Recuperação da Capitalidade	Guia de Lisboa, 1992 Passeando em Lisboa, 1995 Lisboa, Portugal, ir e voltar: Guias ir & Voltar 1998IV The Best Guide, Lisboa, 1998BG How to visit Lisbon, City Guide, 2002 Your Guide : Lisboa, 2004

3.4.1 – A sua forma externa

O Título

Em síntese, os títulos usados não fogem ao padrão do género, destacando nomeadamente *O Manual do Viajante*, título utilizado pela SPP em 1913, que foi o título de um dos primeiros guias com formato moderno: *guia Baedeker* editado em 1832, reconhecendo uma estratégia na SPP de identificação internacional.

Exceptuando os guias de país, que incluímos no corpo documental por insuficiência de guias de cidade no primeiro ciclo, respectivamente os guias datados de 1905GL, 1908 e 1913, e porque Lisboa ocupava uma grande parte da informação fornecida através desses guias, quase todos os guias aplicam o nome de Lisboa no seu título. Mas observados ao longo do tempo reparamos em pequenas concordâncias e mudanças. Embora, como já dissemos não tenhamos encontrado um guia de edição continuada ao longo do século, encontramos, contudo, guias que obedeceram a um plano mais vasto, num projecto de divulgação do país, cidades, regiões e por fim lugares turísticos.

O Guia de Portugal, Lisboa e Arredores organizado por R. Proença, editado em 1924, corresponde a um conjunto de guias que abrangem as diversas regiões do país (Estremadura, Alentejo e Algarve, Beiras, Entre Douro e Minho e Trás os Montes) e foram sendo sucessivamente editados entre 1927 e 1970. Em 1934 foi editado um guia *Cidades de Portugal, Lisboa aspectos*, em que Lisboa surge como um caso particular, encontramos outra edição sobre Coimbra e ainda uma outra sobre a Costa do Sol e Praia do sol, Caparica, ambos editados por C. Ramalho entre 1933 e 1934.

Já em 1985, embora a cidade surja como o título principal, em subtítulo apresenta *Novos Guias de Portugal*, indicando a pertença a uma colecção, proposta editorial, que durante 9 anos (1984 - 1993) editou outras cidades / regiões do país, cobrindo um novo guia de Portugal, reenviando ao projecto de Proença, embora no plano da organização e conteúdos em quase nada se assemelhe.

Por fim, é de salientar que na década de 90 de XX começaram a ser editados guias com projecto de divulgação turística próprio — as séries — cujos títulos mencionam o nome da cidade de Lisboa, mas que se identificam mais a si próprios. Pareceu-nos que este conjunto de guias é já reflexo da presença do mercado turístico em moldes modernos e massificados na sociedade portuguesa. É o caso do *Goldenbook of Lisbon and Estoril Coast*, editado por Interpropo, Lda (1989), que inclui outros volumes *Golden* (Estoril, Madeira, e Algarve); *Lisboa Recomendada (1990)* em que a acção *Recomendado* corresponde a uma outra série

de cidades / regiões ou possibilidades turísticas, edições L Palanque; *Lisboa; ir & voltar* (1998) que pertence a uma colecção da editora Estampa de Guias de cidades ir & voltar (Londres, Paris, New York ... Viena); *The Best Guide - Lisboa*, editado por J. Pedro Castanheira em 1998 e pertencente a um conjunto *the best guide* Costa do Estoril - Sintra; Madeira e Porto; *City Guide, How to visit – Lisbon*, Editado por Infoportugal em 2002, que editou igualmente *How to visit – Algarve*. Situação que corresponde já a uma nova inserção na dinâmica do turismo e do trabalho editorial, em que impera mais a produção editorial e a sua lógica própria do que a vontade de falar da cidade de Lisboa.

Através desta produção de séries de guias e do objecto que elas escolheram, percebe-se que nas décadas de 20 e 30 de XX a produção dos guias se concentra nos país, nas suas regiões e cidades, enquadrando-se no movimento de reidentificação daquele no quadro do Estado-Nação, o “reaportuguesamento de Portugal”; que progressivamente a cidade se autonomiza do seu arredor, substituído a partir da década de 60 pela Costa do Sol, marcando-se então como região turística. Os guias procuram associar a cidade às outras possibilidades turísticas que a região oferecia, imediatamente associada à oferta de praia. Na verdade dos quarenta e quatro guias recenseados só cinco não incluem nos seus itinerários visitas aos arredores de Lisboa, que abrangem o circuito Estoril – Cascais – Sintra e a “Outra Banda”, embora esta última com muito menos frequência, sobretudo as séries de guias editados a partir de 1990. E por fim, na década de 90 de XX, para além do guia se ter tornado uma imagem de marca, o seu projecto divulga essencialmente lugares turísticos em que Lisboa é um lugar e plataforma importante para aceder a outros lugares.

Foram editados quatro guias cujo título faz referência directa ao destinatário para qual foi elaborado o guia / descrição da cidade: *Tourist: guia de Lisboa* 1924; *Vem a Lisboa? guia turístico* 1930; *Um turista em Lisboa* 1958; *Your Guide : Lisboa* em 2004, tendo em atenção que dois deles foram editados por empresas transportadoras, ANA aeroportos em 2004 e REX propagandas em 1930, respectivamente. Sendo aqui de salientar o facto da origem do guia ser de empresas transportadoras, tendo desse modo como objectivo mais imediato o cliente e menos a cidade.

É de referir ainda a inclusão de adjectivos / atributos classificatórios da cidade como *As bellezas de Lisboa e seus arredores, guia e roteiro da cidade*, editado em 1906 por uma editora de Lisboa, ou *Lisbonne et son charme*, editado pelo município de Lisboa em 1959, e em 1994 *Lisboa Always, roteiro guide*, guias em que o título envia para a apreensão da cidade através de uma percepção estética, “beleza”, “charme” ou como manifesto “always”.

O Formato

Visto que os guias são no seu objectivo imediato livros orientadores do percurso de visitantes / turistas na cidade é importante o seu formato, a sua “portabilidade”, recorrendo ao conceito identificado por P. Saunier para caracterizar o fácil manuseio e transporte dos guias, condição que dependeu historicamente também das técnicas disponíveis. O autor faz referência a modificações no sentido da redução de volume e formato em fins do século XIX para os guias de Lyon, chamando a atenção para o facto de que “essas modificações se deveram mais às modificações das condições técnicas (métodos e máquinas de impressão) do que propriamente de uma vontade de agir sobre o potencial de «portabilidade»”. (P. Saunier, 1995:6)

Em relação ao guias de Lisboa recenseados, há que referir que grosso modo a sua portabilidade já estava presente desde o princípio do século, em média têm 159 páginas e medem entre 23 a 14 cm.

Só não correspondem a essa “portabilidade” os dois álbuns, que se destinariam a circular mais entre agências e promotores e não exactamente para o turista / visitante no decurso da sua visita, constituindo-se eventualmente como objecto de colecção de memórias do turista. O seu recurso para a presente análise justifica-se pela escassez da base documental. *Lisboa, cidade de Turismo*, editado pelo município de Lisboa em 1963, em três línguas⁵⁶, e o *Goldenbook of Lisbon*, em duas línguas⁵⁷, editado em 1989, este último financiado, em parte, por empresas imobiliárias, procurava com o livro a promoção / angariação de investidores para Lisboa. Embora com lógicas diversas e oriundos de autoria diferente, (sector público / privado, respectivamente) correspondem a dois períodos chave na alteração da vida da cidade de Lisboa. Em 1959-1963 tratava-se de vender o produto turístico Lisboa, como um bom destino na rota do turismo internacional de massas que então se desenvolvia. Em 1989 esse factor de interesse turístico estava presente, mas igualmente a possibilidade de investimento que a própria cidade começava a ter para o capital imobiliário internacional.

⁵⁶ Português, francês e inglês.

⁵⁷ Português, inglês

3.4.2 - As Condições de produção dos guias. A autoria: editores e autores

Como referimos antes, e em grande parte conduziu a presente investigação, a autoria e contexto histórico foram considerados como particularmente pertinentes para a apreensão e configuração das representações e imagens da cidade.

Como disseram os vários investigadores que trabalharam sobre guias turísticos, estes tendem para a produção anónima, neutralizados num género referencial e informativo, destacando-se das narrativas autorais do século XIX. Saunier nomeadamente refere que, com a edição dos guias *Hachette-Joanne*, se deslocou a caução emprestada pelo autor, a sua erudição e prestígio, para a da casa editora. Mas essa neutralização é só aparente como o atestam estudos como o de Florence Mourlhon-Dallies, Mondada e outros já referidos. O fenómeno de anonimização terá sido uma maior especialização na elaboração de guias turísticos, concentrando-se os objectivos programáticos nas casas editoras. De qualquer modo, todos estão de acordo que o recurso a autores de prestígio e o grau de erudição continuam a ser pressupostos dos guias, pelo menos em segmentos mais especializados. Atentos a esta questão desagregamos a autoria dos guias em editores e autores e coordenadores dos guias, que em conjunto constituem o quadro no qual foram produzidos. Em termos globais mais de metade dos guias do corpo documental são de origem comercial, detectando-se a presença de editoras especializadas desde o início do século, que contudo não permaneceram, notando-se a inclusão da edição do género por algumas editoras livreiras já na década de 90 de XX. A edição pública (promocional) concentrou-se mais, como anteriormente mencionado, nos ciclos republicano, imperial e de suburbanização da cidade.

Os editores públicos

Ao longo do século XX, dos quarenta e quatro guias publicados, dezasseis tiveram origem em organismos públicos ou com carácter de promoção pública como a SPP, sendo que na sua maioria (nove) foram de publicação municipal, nomeadamente os dois publicados em fins de 30 (1935, 1941), os três editados na década de 60 (1959, 1963 e 1964), e já em Democracia, os quatro publicados na década de 80 (1982, 1988, 1990). O Estado, através da Biblioteca Nacional, o Governo Civil de Lisboa, o Secretariado Nacional de

Informação, respectivamente em 1924, 1929 e 1952 e, depois, em 1985⁵⁸, através da Secretaria de Estado do Turismo, foram os restantes editores públicos. Em termos globais o Estado iniciou a difusão de guias a partir do ciclo republicano, deslocando-se para o município à medida que terá crescido o interesse sobre o turismo e este se abriu a vários segmentos de mercado, tendo terminado a edição directa de guias com a abertura da sociedade e da cidade ao mercado internacional, sobretudo no último ciclo histórico-urbanístico, enquanto Lisboa procurou reconfigurar o seu lugar de capital na rede das cidades do mundo. No entanto o organismo municipal continua a emitir folhetos e desdobráveis sobre áreas, acontecimentos e temáticas da cidade para fins turísticos. A produção de guias pelo município no decurso do segundo período do ciclo histórico-urbanístico da suburbanização, em Democracia, expressa ainda uma preocupação pública na difusão de uma imagem de cidade, que vem na concordância com a nossa ideia que nesse período o campo das ideologias se encontrava em recomposição da ruptura política, mas igualmente por efeito da inércia do anterior intervencionismo estatal.

Os editores privados

Os restantes vinte e oito guias levantados foram edições oriundas do mercado editorial privado, não apresentando nenhum patrocínio público. Em síntese, pode dizer-se que os guias foram sendo editados por livreiros / editoras ligadas a guias e turismo com ou sem colecções específicas, de que só podemos reter informação a partir da década de 80. Na última década de 90 do século XX surgiram algumas editoras com tradição de edição de livros⁵⁹, que incluíram colecções de turismo nos seus programas editoriais. Encontramos também empresas cuja actividade económica está directa ou indirectamente ligada ao turismo, como as empresas transportadoras⁶⁰; a hotelaria e restauração; e a partir de fins da década de 80 (de XX), o surgimento de empresas ligadas ao ramo imobiliário e interessadas em divulgar Lisboa como cidade de investimento, negócios, realização de congressos e afins.

⁵⁸ *O guia Laranja Lisboa e Costa de Lisboa*, patrocinado pela S E Turismo em 1985, surge editado pela **editorial Convergência**, é o primeiro, anunciando os restantes que correspondiam a 7 zonas turísticas de Portugal - Algarve, Costa Verde, Costa de Prata, Planícies, Montanhas e Açores e Madeira. Mas a verdade é que pelo menos na base de dados da BN não foi encontrado mais nenhum guia identificador com a marca **Guia Laranja**. Através dos objectivos explicitados no guia, tratar-se-ia de uma procura de reconfiguração no modo de apresentar a cidade - entendida já como região - o país e o património artístico e etnográfico

⁵⁹ Estamos a referir-nos à Colibri, Presença, Estampa e Pergaminho.

⁶⁰ Barco / comboio no princípio de XX, o Sudexpress emitiu pequenos folhetos; carros de aluguer e aviação a partir de 60

Verificou-se que as editoras privadas tendem a recorrer a autores menores⁶¹, cujos nomes não conseguimos associar nem ao campo intelectual, nem ao académico e científico. Foi excepção a Editorial Presença que recorreu a José Vitor Adragão, Natália Pinto, Rui Rasquilho, sendo nomeadamente o primeiro um historiador contemporâneo conceituado. Foram sobretudo os guias editados pelo município e o da responsabilidade de Raul Proença, editado pela Biblioteca Nacional, que recorreram a intelectuais.

As colecções

Depois do projecto de R. Proença, editado a partir de 1924, só já em fins da década de 80 (de XX) surgem novos editores com uma sequência de propostas de guias promotores / divulgadores do turismo do país, de cidades e da cidade de Lisboa. Embora já tenhamos apresentado parte da informação, voltamos a sistematizar este tipo de edições de guias turísticos, cujas colecções se iniciaram com a publicação de guia de Lisboa, seguindo-se depois outras regiões e temáticas de interesse turístico.

Em 1983 os editores **Pascoal e Palanque Lda Lisboa**, com o patrocínio da empresa Shell e Lisbon Convention Bureau⁶², iniciam a série “ *Recomendado*” (edições entre 1983 e 2002); de que só Lisboa e Porto correspondem a guia de cidade (Restaurantes, Praias e Algarve são os restante itens).

A editora **Presença** inicia em 1884, com *Os Novos Guias de Portugal*, sobre a cidade do Porto, uma colecção com objectivos de divulgação etnográfica e turística e até 1993 edita 10 guias, em que quatro correspondem a cidades (Porto, Lisboa, Coimbra e Aveiro). Contudo pelo conteúdo da edição Lisboa não podemos exactamente falar de um guia turístico, mas mais numa monografia da cidade de Lisboa.

Em 1989 o editor **Henrique Cerqueira, Interpropo, LDA**, patrocinado pela empresa mediadora imobiliária, “Exclusivo”, inicia a edição da série *Goldenbook of*, que editou quatro volumes entre aquela data e 2002, sendo Lisboa a cidade que iniciou o projecto, seguindo-se a Costa do Estoril em 1993, Porto e Madeira-Porto Santo em 1998 e Algarve em 2002.

⁶¹ Procuramos contudo confirmar nas bases de publicações da BN e através do Google se estes se encontravam em campos de especialização, facto que não ocorreu.

⁶² Associação privada patrocinada pela CML e outras agências oficiais ligadas ao turismo, assim como empresas, com o objectivo de promover facilidades e atractivos de Lisboa para realização de congressos e outro tipo de reuniões GICOL; esta associação surge pelo menos no guia de 1990 - Lisboa

A **Editorial Estampa** inicia em 1997 com Lisboa os guias de cidade Gallimard *ir & voltar* como proposta editorial portuguesa, tendo editado com regularidade até 2000. A edição de Lisboa contou com a participação de autores portugueses, daí ter sido alvo de análise do presente estudo. No entanto naquela colecção da Estampa das 20 cidades já editadas só Lisboa é portuguesa.

Em 1998 o editor **J. Pedro Castanheira** surge com a série *The Best Guide* com Lisboa, seguindo-se mais três guias, um da região Lisboa, Estoril Cost, Sintra & Oeiras, outro da cidade do Porto e o terceiro relativo à Madeira.

Por fim, em 2002, a editora **Infoportugal**⁶³, que mantém um site na internet ligado à divulgação de âmbitos turísticos, editou um outro *How to visit* que não correspondeu a um guia de cidade, mas de região turística.

Os Autores

Dos quarenta e quatro guias recenseados só nove não apresentam identificação de autor (coordenador) do conteúdo, são guias de redacção anónima; três são oriundos da esfera pública - o município (1982, 1988), o SNI (1952); dois folhetos são oriundos da SPP (1906 e 1908); quatro são folhetos / guias ligados a empresas privadas, a operar no mercado turístico (1925, 1930 e 2002, 2004) hotelaria, transportadoras e empresa operadora turística, respectivamente.

Surgiu em 1933 um guia anónimo, assinado como um *lisboeta*, que nos pareceu uma situação original no plano geral dos guias colectados. Este foi elaborado para apoiar um congresso internacional de medicina, que ocorreu em Lisboa nesse período e terá servido para orientar visitas guiadas dos participantes. O seu conteúdo discursivo revela ter sido elaborado por alguém que não só conhecia Lisboa, como a conhecia no plano do seu desenho urbanístico e arquitectónico. Apoiado no guia de Raul Proença, como afirma na introdução, segue a sua linha crítica sobre Lisboa e a cidade em que se estava a transformar, embora procurando conciliar a nova perspectiva urbanística que o Estado Novo visava implementar na cidade de então. Pareceu importante referir este facto porque o seu anonimato não correspondeu exactamente à neutralização do discurso textual turístico a que se referem alguns investigadores do campo.

⁶³ O Infoportugal.org é uma publicação digital interactiva, constituída por sete áreas de intervenção, Alojamento, Restauração, Operadores e Promotores Turísticos, Postos de Informação Turística, Agências de Viagem e Aluguer de Automóveis, cuja pretensão é fornecer informações nessa área howtovisitlisbon@infoportugal.pt

O guia 1985GL (*guia laranja*), patrocinado pela Secretaria de Estado do Turismo, embora não apresente autores, identifica a autoria do texto da história da cidade, assinado por Irisalva Moita, conhecida como olissipógrafa.

Quando olhamos para os autores da organização e autoria dos textos dos guias verificamos que terá existido uma diminuição da importância do género, da sua vulgarização, pois diminuiu o peso da relevância intelectual dos autores que neles participaram ao longo do século. Quase todos os nomes dos colaboradores do guia de 1924, incluindo o seu organizador, se encontram consagrados na história de Portugal⁶⁴, associados a lideranças nos movimentos culturais⁶⁵ e políticos da época. Nomes como Raul Proença, o coordenador, Afonso Lopes Vieira, Jaime Cortesão, António Sérgio, Aquilino Ribeiro ou Raul Lino bastam para nos reenviar a uns dos principais grupos que se confrontaram publicamente durante a Primeira República, com propostas e projectos políticos para a construção e governação de um novo país, tendo participado mesmo nalguns governos. Debatiam-se então ideologias, hipóteses políticas que permitissem a entrada de Portugal na modernidade, “o progresso”, tal como era entendido na altura. O movimento da Renascença Portuguesa, no qual parte dos autores participaram, foi um “projecto com que em 1912, intelectuais resolveram contribuir para a obra da ressurreição nacional da República”. A Renascença acompanhava o que toda a Europa intelectual então fazia. Por toda a parte, entre 1880 e 1920, através de investigações meio eruditas, meio esotéricas sobre as tradições poéticas e folclóricas, se procurava uma espiritualidade nacional, uma mente colectiva, onde as mentes individuais pudessem repousar” (História de Portugal, 1992-1994, vol. VI: 532-535). O guia terá sido então um excelente meio de sintetizar o país na nova geografia política e cultural do estado moderno e republicano, e Lisboa, como capital, foi o investimento prioritário ainda com a coordenação directa de Raul Proença, o obreiro da concepção geral do guia de Portugal, trabalho do qual foi afastado com a ascensão a partir de 1926 do salazarismo.

O guia de 1941, embora tenha diminuído a participação de autores implicados em lugares de liderança política ou cultural, agrega um conjunto de especialistas com relevância na olissipografia. Nomes como A. Vieira da Silva, Norberto de Araújo, Nogueira de Brito e

⁶⁴ Embora tivéssemos consultado outras histórias e dicionários, baseamo-nos sobretudo na História de Portugal coordenada por Mattoso, 1994.

⁶⁵ No campo da cultura foram mesmo geradores de movimentos como o Movimento da Renascença e a Seara Nova, revistas literárias e políticas que intervieram nos debates públicos sobre o estado e destino do país na conjuntura política da primeira república.

Mário Chicó reenviam a uma área mais especializada e em particular dos estudos culturais da cidade e o seu património artístico, arqueológico e arquitectónico. Os investigadores e os interessados na história da cidade reconhecem-nos, a sua participação política e cultural foi, contudo, mais recuada.

O guia de 1959 reuniu um conjunto de nomes igualmente marcantes na história cultural do país. Vasconcelos e Sá, Fernanda de Castro, Matos Sequeira, Luiz Teixeira, Leitão de Barros, Durval Pires de Lima, Azinhal Abelho, Julieta Ferrão, Natércia Freire, Eduardo Freitas da Costa e Ester de Lemos, que contribuíram com os textos; e Bernardo Marques, Carlos Botelho, Carlos Rafael, Costa Pinheiro, D. Tomaz de Mello (Tom), Leonildo Dias, Manuel Lapa, Manuel Rodrigues, Maria Keil e Sebastião Rodrigues, que ilustraram o guia, reenviam-nos também directamente para artistas plásticos e da literatura que fazem parte do nosso património cultural, com obra entre 30 e 60 de XX sobretudo, mas alguns como Fernanda de Castro e Natércia Freire, publicaram ainda na década de 80 de XX.

Estes três guias, pelo conjunto assinalável de intelectuais, cuja obra teve impacto ao nível cultural e político do país, e talvez por isso, pelo contexto histórico-urbanístico em que foram produzidos, contribuíram para um modelo de guia, um modelo de descrição de cidade, concorrendo fortemente, por sua vez, para a configuração de Imagens de cidade. Desse ponto de vista, ultrapassando o seu objectivo utilitário, agiram mais no campo da cultura / ideologia pelo modo como “fabricaram” imagens de Lisboa.

O guia de 1924GP pela natureza do seu autor / colaboradores enquadra-se no movimento da “Invenção de Portugal”, no aportuguesamento do país, talvez por isso a cidade de Lisboa aí descrita tivesse sido a mais idealizada, a mais imaginária: “O itinerário de Portugal justificou um dos mais ambiciosos empreendimentos dos intelectuais dessa época. O *guia de Portugal* de 1924GP, coordenado por R. Proença, seu organizador e a trabalhar na BN então, quis fazer dele uma espécie de resumo portátil de todo o saber que a sua geração produziu sobre Portugal. Tentou mobilizar a colaboração de todos os escritores da época, realizando uma espécie de união nacional (ou amizade intelectual) através das estradas de Portugal”. (História de Portugal, 1992-1994 vol VI: 585). O guia, tendo o lado prático, procurava igualmente “criar a «**obrigação de ver**», e de «**ver fielmente**» **as coisas, as coisas portuguesas**”, como refere no seu prefácio. Aquele pretendia ser “um catecismo, como se Portugal fosse a Meca dos portugueses.” Pode considerar-se em parte a continuação do movimento iniciado já em fins de XIX e de que o guia elaborado por

Mendonça e Costa, *Manual do Viajante*, é precursor, sem ter atingido a profundidade e qualidade do guia de R Proença.

O guia de 1959, *Lisbonne*, coordenado por Vasconcelos e Sá, urbanista no município de Lisboa, reuniu um vasto número de intelectuais, literários e artistas plásticos, que desde 1932 participaram em numerosas actividades culturais e lúdicas realizadas na cidade de Lisboa, com forte ligação a António Ferro, que desde 1932 dirigia o SPN (1932) / SNI (1944), organismo estatal com objectivos de promoção turística. Este guia, embora juntasse os principais elementos para “uso turístico”, no modo como se apresenta, trabalha fundamentalmente a imagem iconográfica da cidade, quer no plano textual, quer no plano gráfico. Apesar de termos afastado as imagens pictóricas reproduzidas nos guias, pareceu-nos importante fazer-lhes referência a propósito deste guia. Ele recorre ao uso de desenhos, vinhetas para ilustrar os textos, da autoria de pintores acima referidos; a fotografia que já era nessa época amplamente utilizada nos guias, aí submete-se às representações pictóricas dos pintores expressamente elaboradas para tal. Ilustrações que acompanham a entrada dos textos e respeitaram a estética inaugurada por António Ferro desde os anos 30 que M. Acciaiuoli sintetiza como o «charme da modéstia» (1998:77). O ressurgimento de intelectuais na colaboração da edição de um guia turístico no final da década de 50 de XX, já no ciclo de suburbanização de Lisboa, facto que coincide com a alteração estrutural da sociedade portuguesa nesse período, a importância da actividade turística para a economia e, num plano mais concreto, a inauguração da primeira linha de metro na cidade, fez-nos pensar que o guia correspondeu a uma reunião de esforços por parte do campo político e ideológico de então afim de reforçar uma configuração simbólica para Lisboa.

A autoria dos restantes guias assinados tem muito menor relevância, remetendo para autores especializados na elaboração de guias e roteiros de cidade, sobretudo na primeira metade do século XX (cartografia, manipuladores de bases de dados de ruas e elementos patrimoniais); especialistas em história urbana / história de Portugal; ou ainda das áreas dos especialistas em línguas, nomeadamente os guias elaborados a partir dos anos 80, autores não identificados noutros níveis de actividade cultural ou editorial.

Importa ainda ressaltar que os guias produzidos em Democracia, designadamente os guias editados em 1985, os *Novos Guias* pela Presença e o *Guia Laranja* recorreram a autores com crédito na área do universo académico, Vítor Adragão, e da olisipografia, Irisalva Moita, respectivamente. O guia *Ir e Voltar* de 1998, Estampa, tem igualmente no seu corpo redactorial Vítor Serrão, escritor e conferencista divulgador da cultura portuguesa. E ainda

o guia editado pela ANA, em 2004, recorreu ao Centro Nacional de Cultura (CNC), associação creditada na área da cultura, nomeadamente na divulgação do património e do património de Lisboa, para elaborar os textos, garantindo maior legitimidade na qualidade das suas propostas editoriais.

Em síntese encontramos cinco tipos de autores: os intelectuais reformadores que elaboraram o guia da Primeira República; escritores, jornalistas e artistas plásticos que participaram nos guias elaborados durante o Estado Novo; estudiosos do património e da história local⁶⁶, que têm mantido a sua participação no decurso de XX, embora em diminuição; especialistas ligados directamente ao turismo e divulgação turística⁶⁷; e especialistas directos em guias e roteiros que desde o início de XX exercem a profissão.

⁶⁶ Incluímos neste grupo, para além do já mencionados, Ferreira de Andrade que publicou até à década de 70, Pedro Vasconcelos (guia de 1980), , Natália Pinto e Rui Rasquilho (guia de 1985), Adérito Tavares (guia 1987), Alexandre Flores (guia de 1990) e M. Moura (guia de 1995).

⁶⁷ Incluímos neste grupo Mendonça e Costa 1849-1922), (guia 1913), João Pina Vidal (guia de 1963, 1964)

Quadro N° 3: Corpo documental, tipologias gerais

Ciclos histórico-urbanísticos de Lisboa	Guias				
		Folhetos	Guias de cidade	Guias de país	Álbuns
Lisboa em Movimento Datação dos guias. 1905 - 1906	Guia comercial	1906LS	1905RL 1906BL	1905GL	
	Guia promocional	1906L			
Ciclo Republicano Datação dos guias. 1908 - 1929	Guia comercial	1925	1924T		
	Guia promocional		1924GP 1929	1908 1913	
Ciclo Imperial Datação dos guias. 1930 - 1953	Guia comercial	1930 1953	1933 1939 1943		
	Guia promocional	1934	1935 1941 1952		
Ciclo da Suburbanização Datação dos guias Estado Novo. 1958 - 1964 Datação dos guias Democracia. 1977 - 1990	Guia comercial	1959GL	1958 1960		
	Guia promocional	1964	1959LC		1963
	Guia comercial		1977 1980 1983 1985NG 1987 1990LR		1989
	Guia promocional		1982 1985GL 1988 1990GT		
Ciclo da Recuperação da Capitalidade Datação dos guias. 1992 - 2004	Guia comercial		1994 1995 1998IV 1998BG 2002 2004		
	Guia promocional		1992		

3.4.3 - A sua organização interna: os modos de descrição da cidade de Lisboa

Importa agora dar conta do modo como os guias organizaram a informação para a descrição da cidade. Tendo em conta as distinções que M. Margarito, P. Saunier e outros fazem, todos os guias recenseados mais ou menos apresentam uma introdução ao guia e à cidade; arrumaram mais ou menos tematicamente um conjunto de entradas à descrição de Lisboa que se pode percorrer, que M. Margarito designa por corpo do guia propriamente dito; e incluíram um conjunto de informação útil aos turistas. Grosso modo foi esse o modelo generalizado dos guias turísticos desde fins de XIX até hoje. Mas como chamam a atenção aqueles investigadores, a linguagem usada, os modos de legitimação e as referências alteraram-se. Saunier fala nomeadamente do despojamento, da *secura* da linguagem, na mesma medida em que o turismo se torna um consumo de massas. Basicamente a grande diferença incide no tipo de linguagem usada; mais literária nos guias de fins de XIX e inícios de XX, ainda herdeira das práticas de escrita do século XIX; ou referencial nos guias a partir do segundo pós guerra até à actualidade. Mas a informação contida nos guias recorre igualmente a um maior ou menor aprofundamento histórico ou etnográfico. Desse ponto de vista para os autores houve um declínio da erudição em favor de condensações mais ou menos estereotipadas sobre os lugares e cidades descritos nos guias.

No caso do nosso corpo documental podemos dizer que na mesma medida em que declinou a participação de autores “consagrados”, também a linguagem usada tendeu a deslitterarizar. Mas discernir a apreensão do tipo de linguagem a partir desse parâmetro não esteve no nosso âmbito, só podemos dizer que, grosso modo, o pendor literário e historicizante dos textos esteve presente até à década de 80 inclusive, expressamente usado até no guia de 1959 *Lisbonne*, no qual participaram escritores “consagrados” então.

Procurámos mais o modo como nos guias se organizou a descrição da cidade, recorrendo ao índice, e através dele, o modo como se apresentaram as entradas, os descritores da cidade de Lisboa. Foi mais difícil aqui encontrar categorias tão condensadas como para os âmbitos anteriores, pois as balizas descritivas utilizadas são muito variadas dentro de cada guia.

Grosso modo encontramos a miscelânea (1); a arrumação topográfica, geo-administrativa da cidade (2); o recurso a itinerários (3) seja de orientação temporal⁶⁸, seja a partir das linhas de transportes públicos ou automóvel (novidade do guia de 1930), ou ainda através dos elementos monumentais; um modelo que tematiza a cidade em vários moldes, mas onde a referência etnográfica está bastante presente e se torna, de certa forma, o modelo de guias de edição municipal (4); e por fim uma estrutura organizativa orientada para a prática do turista na cidade (dormir, comer, passear, divertir...) (5), modelo que surge com clareza no último ciclo da cidade, com um fluxo de turismo mais massificado e que vem justamente em guias influenciados pelo mercado internacional (1989 e 1998IV respectivamente), mas começa a surgir já nos guias da década de 80 de XX.

Importa contudo dar conta de um guia que utiliza um modo muito interessante de organizar a descrição de Lisboa: o guia de 1933, assinado por “um lisboeta”. Nesse guia a cidade é apresentada a partir de três perspectivas de a olhar: através da topografia do território, da perspectiva da rua, e a partir do miradouro, onde se pode visualizar a cidade como um todo. Esta posição sintetiza os dois modos de olhar e apreender a cidade pelas “tribos” de turistas, de que Urbain dá conta: a visão global e panorâmica de *Ícaro* e a visão labiríntica e caótica de *Teseus*. Os primeiros, prudentes, vão de clareira em clareira, à procura do “texto puro” da cidade, circulam em grandes grupos através da rede visível. Os segundos mergulham na cidade-selva, explorando os seus segredos e mistérios, a cidade por detrás da cidade. (Urbain, 2002:192-193) Através da leitura daquele guia conseguimos ver Lisboa no seu conjunto e a animação quotidiana das suas ruas.

Até 1913 as entradas para descrever a cidade não seguem nenhuma ordenação (categorização) urbana imediatamente legível. A cidade é apresentada através do item “curiosidades”, que engloba museus, monumentos, instituições assistenciais, escolas, igrejas, cemitérios, mercados, cinemas e outros divertimentos, palácios (a miscelânea). Não encontramos divisões da cidade, conjuntos patrimoniais tematizados. A cidade é o conjunto dos elementos de interesse, sejam de valor patrimonial, artístico ou social. Embora o guia de 1905RL recorra já a categorizações urbanísticas e topográficas da cidade. Lisboa foi arrumada em seis entradas: Eixo Avenidas, Eixo Rio Ocidente Jerónimos, Campolide Aqueduto e Monsanto; Chiado Bairro Alto Príncipe Real Carmo; Zona Antiga Alfama Graça Mouraria; Eixo Rio Oriental Alfama Madre Deus, que

⁶⁸ O recurso a tempos curtos era um dispositivo corrente nos guias turísticos de âmbito internacional (ex: Lisboa em 3 dias ...)

correspondia à cidade de então. Os bairros e as novas áreas urbanas são organizados a partir dos principais eixos de circulação como o rio e as novas vias construídas, divididas de acordo com os pontos cardeais. Esta lógica de divisão vai surgir de modo mais abstracto no guia de 1913, continuada no guia de 1924GP procurando associar a divisão administrativa da cidade, organização que volta a ser usada depois, em 1985GL.

O guia de 1933 procurou dar uma visão de conjunto da cidade a partir das várias perspectivas, como já referido, e introduz a entrada Miradouros, tornada constante até 1982. Nos guias editados a partir daí, embora não destaquem Miradouros como entrada à cidade, estes são sempre apresentados como uma das perspectivas de interesse que Lisboa tem para oferecer. Um dos aspectos citados como de maior interesse, e permaneceu constante ao longo dos guias, foi o de convidar a ver a cidade em vários ângulos: do rio, das diferentes colinas, no interior da malha labiríntica do velho bairro de Alfama, do Zimbório da Estrela, dos miradouros construídos em XIX e depois turistizados nos anos 30 e 40 de XX, ..., o Padrão dos Descobrimentos, até à recente Torre Vasco da Gama, o novo miradouro de Lisboa construído por ocasião da Expo 1998. Como refere Urbain, “um dos primeiros interesses turísticos da cidade foi o facto de se ter tornado um ideal de organização do espaço. O gosto do panorama, visível já na Renascença, permite ver a cidade como um todo, de lhe encontrar uma inteligibilidade. O turismo urbano fez dessa percepção uma espécie de ponto prévio a qualquer exploração à cidade, e permite ao turista ter uma visão ícariana, onde tudo parece ter uma ordem e beleza, escapando à percepção labiríntica e caótica do plano da rua”. (Urbain, 2002: 185)

O modo como foram efectuadas as entradas no guia para falar de Lisboa, do nosso ponto de vista, não podem ser trabalhadas na diacronia entre 1905 e 2004. Aquelas cinco tipologias não apresentam uma configuração muito clara quando observadas a partir das conjunturas histórico-urbanísticas. Pode contudo dizer-se que o recurso a itinerários como um modo de descrever a cidade foi mais frequente nos guias dos primeiros ciclos, embora se repita constantemente como uma solução para conhecer a cidade. A mudança surge na passagem de uma apresentação de itinerários a partir da ideia de visita em curtos espaços de tempo, com o recurso às linhas de transporte existentes, para a concentração em itinerários tematizados, sobretudo em fins de 80 e 90 de XX, como a proposta de visita dos diversos estratos históricos de Lisboa, peças ou elementos de arquitectura como as “varandas”, os “azulejos”, a “7^a colina”, o “manuelino”, entre outros.

Os guias de Mendonça e Costa (1913), Raul Proença (1924GP) e *guia Laranja* 1985GL recorreram a uma divisão mais abstracta da cidade. Esta é dividida em bairros, recorrendo para os identificar a coordenadas geográficas. Tendo em conta que os primeiros são ambos o resultado da vontade de elaboração de um guia de Portugal o mais objectivo e útil ao visitante, compreende-se esta procura de coordenadas abstractas, identificáveis por todos e abarcando o maior número de cidade a descrever. O guia de 1985GL, oriundo de um organismo público, segue esta linha.

Quadro N° 4: Divisão topográfica de Lisboa

Guia de 1913	Guia de 1924GP	Guia de 1985GL
Baixa e margem ocidental do Tejo	I Parte central da cidade	Parte central da cidade
Avenidas e bairros novos	II Parte nordeste da cidade	Bairros orientais
Parte ocidental da cidade	III Bairros orientais	Bairros ocidentais
Parte nordeste da cidade	IV Bairros marginais de leste	Zona ribeirinha
Parte oriental da cidade, Alfama	V Bairros ocidentais	Parte nova da cidade
	VI Bairros marginais de oeste	
	VII Avenidas Novas	

Os guias elaborados pelo município, entre 1941 e 1963, fixam uma divisão na cidade utilizando critérios etnográficos, de condensação folclórica (Bairros Típicos, Usos e Costumes, Festas Populares, os velhos cafés); estratificações temporais (A velha cidade, Lisboa moderna, Lisboa centenária, capital moderníssima); patrimoniais (museus e monumentos) ou consumos turísticos citadinos (a noite na cidade, parques, Jardim Zoológico), a par da presença de descritores como miradouros e jardins, em constância desde 1933.

A “folclorização” da cidade promovida para o turismo, fixada pelo guia municipal de 1941, passou para os guias comerciais editados durante o ciclo sócio político do Estado Novo e permaneceu como modelo de apresentação da cidade nos guias municipais produzidos em Democracia, a que acrescentaram novas modas de turismo urbano (espectáculos, prazeres da mesa, animação, congressos, desportos), submetendo-se mais ao guia orientado para a prática turística. Os guias comerciais editados no último período da suburbanização da cidade, durante os anos 80 de XX, mas igualmente os do último ciclo histórico-urbanístico, exploraram vários modos de descrever a cidade, misturando

itinerários⁶⁹ e estratificação histórica⁷⁰: *Lisboa no princípio de século, Lisboa Pombalina, A Lisboa dos Descobrimentos, A Lisboa Romana e Medieval, A Lisboa Ontem e Hoje*. Em parte esta estratificação histórica, para além de reflectir o crescimento metropolitano da cidade, reenvia para o deslocamento do mote da “folclorização” para a Cidade Histórica como a nova configuração da Lisboa turística.

Quadro N° 5: Divisão tematizada de Lisboa

Guia 1941	Guia 1988	Guia 1995
Bairros Típicos Usos e Costumes Festas Populares Miradouros e Jardins Bibliotecas e Arquivos Museus Monumentos Igrejas Como ver Lisboa	Circuitos turísticos Arte e Cultura Artesanato Festas Populares Gastronomia Desporto Congressos Animação Excursões Circuitos	As origens: o Castelo e a Mouraria Lisboa medieval: Alfama O rio Tejo e a Baixa Pombalina «Chic» e Boémia Novos Horizontes À descoberta das descobertas

⁶⁹ 1983

⁷⁰ 1980, 1985NG, 1987,1990GT

4 – AS “IMAGENS DE LISBOA” QUE COMPÕEM A NARRATIVA DA CIDADE NOS GUIAS TURÍSTICOS

Depois da delimitação do nosso corpo documental, da diferença que estabelecemos para poderem ser trabalhados com o objectivo de captação de Imagens, lembrando o estatuto imaginal, fragmentário e de logro securizante que contêm, trata-se agora de dar conta das Imagens encontradas através do corpo textual dos guias turísticos.

4.1 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

A investigação que se apresentou mais próxima da nossa foi a de E. B. Henriques. No entanto este investigador seguiu uma metodologia para encontrar as Imagens no corpo escrito dos guias através de um método de análise de conteúdo que recorre a técnicas quantitativas. Pelas razões atrás expostas, quer face ao nosso entendimento sobre imagens de cidade que procuramos, quer face ao estatuto como fonte documental dos guias turísticos, das particularidades que apresentam, enquadrámos a estratégia da investigação procurando seguir, no plano metodológico, uma análise interpretativa, próxima do que será uma abordagem hermenêutica, embora não tenhamos tido um modelo prévio já testado. A solução encontrada resultou de uma articulação entre as investigações disponíveis sobre o tema, as suas categorizações e a especificidade do nosso corpo documental, do corpus de análise no qual o fechámos e procurámos controlar a heterogeneidade presente.

Em primeiro lugar trata-se de esclarecer o que entendemos por abordagem hermenêutica dos textos dos guias. Por motivos de economia de tempo, houve domínios teóricos que abordamos de modo mais superficial, recorrendo a literatura mais generalista. Os dicionários e as enciclopédias foram a nossa primeira fonte de referência, sobretudo nos âmbitos mais abstractos e especializados, admitindo que aí se encontra a definição de natureza técnico-científica, mais consensual, do campo do que está em questão. Estando o discurso em primeiro lugar no nosso caso, encontrando-se então no campo da linguagem, usamos o dicionário de linguagem literária, o E-Dicionário de Carlos Ceia editado em 2005, em concreto a entrada “Hermenêutica” por M. Luísa Portocarrero F. Silva.

Considera-se, em síntese, que a hermenêutica é a “arte de compreender o sentido latente e obscuro de mensagens que reclamam ser entendidas. Transmite a ideia de que algo deve

ser tornado inteligível, de que devemos conseguir que seja entendido, tendo em conta a historicidade da acção humana e a polissemia dos discursos. A hermenêutica de um texto é sempre aquele acto enigmático pelo qual o leitor tenta aproximar-se o mais possível da atitude mental do autor, procurando a cada momento refazer em si o que ele teria pensado e sentido, tentando ultrapassar os limites em que a subjectividade o pode encerrar. É por essa atitude que é possível desvendar aquilo que o autor possa ter ocultado”⁷¹.

O problema que desde logo se coloca aqui é não só o de conhecer o contexto histórico das ideias e das palavras que as exprimem, mas também o de saber o que quiseram dizer os autores, particularmente no contexto dos guias e, mais em geral, das obras que produziram, e nas variações que o vocabulário sofreu.

Na verdade procurou ser essa a nossa atitude para com a leitura dos textos. Acontece que o corpo textual dos guias constitui um conjunto de textos com um estatuto muito miscigenado, algures entre o dicionário, lista telefónica, roteiro de ruas, pequena monografia histórica, etnográfica, sociológica ..., que se referem a um território, cidade, como refere M. Margarito (2000:7). Na sua leitura imediata dão-nos informação de cidades turísticas. Retirar outras imagens exige uma atenção mais disciplinada. Nós procuramos imagens de cidade que, sabemos, não surgem imediatamente nos textos, antes se encontram lá de modo latente e transversal à lógica textual dos guias em análise. Para as encontrar é necessário viajar o mais historicamente possível até à autoria.

Nesse sentido obrigamo-nos a que a leitura dos guias obedecesse à inserção no contexto sócio histórico em que foram produzidos, contexto sintetizado em arcos temporais histórico-urbanísticos, afim de possibilitar uma leitura mais ágil. Procuramos igualmente equacioná-los com a sua “autoria” (editores e autores) a partir das categorizações atrás referidas (Guias promocionais e Guias comerciais) considerando-as como balizas de controle metodológico do trabalho da interpretação.

O segundo controle metodológico procurou efectuar-se na constituição de categorias suficientemente fechadas que permitissem articular as linguagens presentes nos textos dos guias — que reúnem padrões do género, inserção histórica e cultural da autoria, estilos de escrita e categorizações próprias da cidade descrita — com as categorias que remetem para as perspectivas analíticas dos estudos de cidades.

⁷¹ In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2008. [Consulta 2008-06-25] www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$hermeneutica](http://www.infopedia.pt/$hermeneutica)

Formulámos uma hipótese de trabalho, na qual procurámos concentrar e alinhar a nossa síntese de cidade, formulada em campo teórico e experiencial⁷², com a cidade que foi surgindo da leitura dos guias. Admitindo um *quantum* de imaginação, avançámos que uma “Imagem de cidade”, retirada dos textos dos guias turísticos, seria uma pequena narrativa onde começaríamos por dizer o que a cidade de Lisboa diz ser na sua imagem inaugural; que memória de si nos conta; como se apresenta na sua actualidade; de que bairros se enche; quem diz serem os lisboetas; o que a torna única.

Desdobrámos a hipótese em seis perguntas, que à falta de outro termo designámos como identificadores. Tais perguntas constituíram a grelha de leitura que aplicámos ao nosso corpus de análise e nos permitiram construir as pequenas narrativas do que foi sendo Lisboa, e nela as ideias e valores de cidade formuladas nos guias turísticos no decurso do século XX. Pequenas narrativas que, em parte, podemos remeter para os valores comuns, correntes na sociedade portuguesa em cada ciclo histórico-urbanístico, dado o estatuto particular da linguagem estereotipada usada nos guias.

Em grande parte a narrativa de cidade a partir dos seis identificadores segue o caminho narrativo dos guias colectados. De uma forma geral, todos começam por apresentar Lisboa, contam a sua história, apresentam as principais qualidades da cidade, as suas inovações urbanas, anotam razões para que seja visitada, enumeram um conjunto de lugares e ou património artístico a visitar / usufruir e fornecem informações práticas. Em sede científica a cidade é igualmente formulada pelo modo como é ocupada e ordenada (de populações, edificações e vias de circulação), através do seu contexto histórico, inovações e ajustamentos ao património herdado e da sua morfologia inscrita no território.

Assim propomos como hipótese geral que o “texto”, resultante do trabalho de corte e colagem através dos guias, que permite (re)construir as “Imagens”, é a acumulação de seis identificadores: a imagem inaugural (1), a memória que reactiva na narrativa histórica (2); a ideia base da apresentação da Lisboa coetânea (3); como organiza e descreve os seus bairros (4); os lisboetas (5); e por fim, as singularidades explicitadas, a sistematização do que é dito que não existe em mais nenhuma cidade (6).

Alguns dos identificadores exigiram um suporte conceptual ainda não referido e que decidimos apresentar à medida que expomos o entendimento para cada um.

⁷² Embora uma série de circunstâncias felizes me tenham permitido alguma distancia, não evito o facto de Lisboa ser a cidade em que vivo, trabalhar no município de Lisboa, o conhecimento empírico das operações de reabilitação urbana efectuadas por ele, os meus valores políticos, éticos e uma série de estereotípias que não controlo.

A Imagem Inaugural

Hipótese 1: a imagem inaugural (inicial) de Lisboa é a ideia mais síntese de cidade que se pode encontrar. E que propomos, se pode ler através do que sobre ela é dito logo no início do texto de apresentação do guia: introdução, prólogos, prefácios, 1ª frase da narrativa histórica. Por ser inicial, inaugural à apresentação da cidade assume o peso de ideia mais síntese da cidade que se quer dar a conhecer.

Entendemos aqui como próxima do conceito de morfema para a linguagem: “menor unidade linguística que possui significado, abarcando raízes e afixos, formas livres e formas presas e vocábulos gramaticais; a forma mínima dotada de significação que pode ocorrer livre ou ligada a outra”. (Dicionário Houaiss, tomo IV, 2003:2542) Ou seja, qualquer que venha a ser a significação que os guias apresentem sobre Lisboa, a sua imagem síntese inaugural é a sua unidade mínima de significação a partir da qual outras imagens a irão enriquecer e aprofundar⁷³.

A imagem inaugural é o primeiro cliché que se cola à identificação da cidade, um cliché de denominação. À unidade significativa mínima, morfema, acrescentarmos a proposta de análise dos guias em S. Reboul-Touré. A autora propõe alguns critérios para destacar os estereótipos presentes nos guias, nomeadamente através da “delimitação formal dos elementos linguísticos que permitem uma interpretação semântica e uma actualização de representações dos locutores em volta de noções essenciais do discurso escolhido, como por exemplo as “as frases genéricas e adjectivos relacionais”. (S. Reboul-Touré, 2000 : 155) Este último, definido como o adjectivo colocado imediatamente a seguir ao nome, é identificado como relacional “porque indica uma relação, por definição não gradativa, com o referente do nome do qual deriva” e possui propriedades morfo-sintáticas e semânticas particulares. (S. Reboul-Touré, 2000: 155-165) A situação que nos interessa é o facto desses adjectivos relacionais, que surgem imediatamente a seguir ao nome, Lisboa no caso, agirem como uma construção atributiva podendo carregar-se de uma qualidade de objecto. Desse modo o adjectivo relacional poderá transformar-se numa propriedade com uma semântica implícita originária de visões esquemáticas e partilhadas, os estereótipos, marcando a visualização posterior da cidade. A frase inaugural do guia de 1913 é disso exemplo: “Lisboa, cidade do excelente porto”.

⁷³ www: [http://www.infopedia.pt/\\$morfema](http://www.infopedia.pt/$morfema)>.

A Memória transportada na narrativa histórica

Hipótese 2: a imagem de cidade pode ler-se através da memória que a cidade transporta e narra aos outros (resumo da narrativa histórica). Como se trata de uma auto-representação essa memória tende a construir uma filiação imaginária, do domínio da simbólica, sobre quem é Lisboa que, pelo seu carácter de capitalidade, se aproxima à identificação do país, de Portugal.

Embora não se identificando na totalidade, considerámos contudo que existem algumas afinidades entre as narrativas históricas da cidade e as da nação, tanto mais quanto se trata de uma cidade capital como Lisboa. Desse modo, encontramos em B. Anderson, que estudou a construção imaginária das nacionalidades, algumas linhas orientadoras para o entendimento das construções narrativas. De acordo com o autor “as nações não possuem um lugar de nascimento claramente identificado e as suas mortes, se alguma vez acontecerem, não são naturais. Porque não tem um originador, a biografia da Nação não pode ser escrita evangelicamente no tempo descendente, numa longa cadeia de seguidores, procriadores Aquela tem de ser reconstituída numa viagem para trás até a um momento em que a arqueologia encontra um brilho que encaixe. Esta genealogia é marcada por mortes que se originam no presente. Renan, citado por Anderson, coloca a questão da necessidade do esquecimento “a essência de uma nação é, não só o facto de os indivíduos possuírem um conjunto de coisas em comum, mas também que tenham esquecido outras. Ter que «ter esquecido» tragédias que necessitamos de lembrar incessantemente tornou-se um mecanismo característico na construção tardia das genealogias nacionais.” (B Anderson, 1991: 199-205)

Procurou-se nas narrativas da história da cidade de Lisboa não a sua proximidade ou desvio da factualidade, verdade histórica, mas a apreensão da construção genealógica presente nas narrativas, que foi justapondo factos a que deu mais importância, para construir uma memória da cidade, presumindo que essa memória a enaltece, lhe dá uma configuração, uma identidade, dado que se trata de elaborar imagens “desejantes”, uma vez que estamos a lidar com guias turísticos.

Em termos muito gerais podemos dizer que as narrativas da história da cidade seguem um esquema comum. Situam o núcleo territorial da fundação de Lisboa. Procuram a origem etimológica do nome da cidade e associam-no a uma significação, simbólica, que a caracteriza em primeiro lugar: ao seu estuário, o porto de mar por exemplo. Estabelecem

uma mais ou menos longa ascendência da sua existência como cidade, apresentando uma sucessão de povoamentos no território pelas várias civilizações do mundo, e que lhe foram atribuindo uma dignidade maior. Assinalam o início da sua entrada para a comunidade civilizacional e sócio-histórica à qual pertence o Portugal da actualidade do guia, alongando-se mais ou menos na narrativa do episódio da “reconquista” da cidade. Assinalam igualmente a sua remota capitalidade do país. Por fim relembram os períodos de máxima glória na qual foi (a mais) importante cidade do mundo, mas também os seus maiores traumas: os sismos, os cataclismos naturais que fizeram desaparecer tantos vestígios da sua riqueza ou factos histórico políticos.

A fim de estabelecer a distanciação analítica, e tendo em conta a sequência narrativa encontrada, estabelecemos uma grelha para a leitura dos guias. Em primeiro lugar recorreremos ao dispositivo da relevância da frase inaugural, como um primeiro corte no texto. Em seguida retivemos a enumeração dos povoamentos anteriores à integração de Lisboa como cidade portuguesa e as suas principais adjectivações. Fixámos igualmente a frase que anuncia a entrada de Lisboa como portuguesa. Depois arrumámos as narrativas a partir de três dispositivos — as glórias da cidade, os traumas e a obra nova — considerando esta última como a passagem da narrativa histórica para a actualidade do guia, sequenciando-os cronologicamente.

Porque os guias correspondem a um arco temporal longo, a narrativa histórica dos primeiros guias situa-se em relação aos acontecimentos de fins de XIX numa relação de passado próximo, de quase presente, enquanto os guias do fim de século XX possuem já uma apreensão histórica dos acontecimentos ocorridos até meados desse século, pelo que retivemos como últimos factos a abertura da avenida da Liberdade, as Avenidas Novas, o surto de industrialização e as obras de modernização do porto de Lisboa, factos históricos comuns a todos, dado que ocorreram nas décadas finais de XIX, a fim de perceber as variações.

Para sintetizar as narrativas históricas foram excluídos alguns acontecimentos referidos em quase todos os guias que não consideramos relevantes para a definição de um contorno narrativo histórico particular. Estamos a falar das Cercas, Velha e Fernandina cujo uso, para além de serem a prova de um vestígio do passado, serve igualmente para demonstrar o ritmo de expansão e densificação da cidade, a criação da universidade em Lisboa e outros acontecimentos que correspondem mais directamente a factos políticos da história de Portugal, com a qual, de qualquer das formas a história da cidade está sempre a confundir-se, tendo só a relevância de terem ocorrido em Lisboa. Esses factos políticos, ligados às

questões com Castela ou associados à Restauração, foram sintetizados em chapéus “invasões castelhanas” ou “domínio castelhano”, termos usados pelos guias, o mesmo em relação as “invasões francesas”, retendo aqui contudo a adjectivação porque ela foi diferente, nomeadamente o grupo de guias editados nos fins de 50, no período do Estado Novo, já no ciclo de suburbanização da cidade.

A ideia da síntese foi procurar os momentos fortes narrados que se referem a uma apreensão da cidade e as diferenças significativas encontradas no corpo documental, embora os traumas remetam o mais das vezes para factos da política nacional, mas com consequências directas no desenvolvimento da cidade. As narrativas reconstruídas por nós, e sintetizam as várias narrativas dos guias, tentaram explicitar as genealogias padrão encontradas, das suas repetições ou mudanças no decurso dos ciclos histórico-urbanísticos delimitados.

A Lisboa coetânea

Hipótese 3: a descrição da cidade coetânea do guia considera-se como permitindo ver os valores com que revestem a cidade em que vivem. Considera-se que a escolha dos adjectivos e sentidos que os guias fizeram para descrever a Lisboa coetânea, expressa os valores da autoria; expressa a imagem estereotipada de Lisboa a correr na sociedade de então; e expressa os valores de Lisboa no campo das cidades turísticas. A partir da retenção da descrição da cidade coetânea, seria então possível apreender a cidade de Lisboa no campo das cidades, passando para um plano mais abstracto, o campo das ideias sobre cidades na contemporaneidade do guia.

Importa lembrar que a cidade de Lisboa descrita nos guias é a cidade que se considera como de interesse turístico, correspondendo por isso às partes de cidade que cada guia quis ressaltar.

Só seis guias dos vinte e oito efectivamente mais trabalhados, mas igualmente dos quarenta e quatro recenseados, fazem uma descrição da totalidade da cidade⁷⁴: respectivamente o *Manual do Viajante em Portugal*, de Mendonça e Costa (1913), o *Guia de Lisboa e Arredores* de R. Proença (1924GP), *Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores* de Norberto Araújo (1935), *Lisboa e Costa de Lisboa: Guia Laranja* (1985GL), Lisboa: Novos guias de

⁷⁴ A área territorial da cidade já era no início do século XX a mesma da actualidade.

Portugal (1985NG) e *Lisboa Recomendada* (1990LR). Pode dizer-se que existe uma afinidade para este conjunto de guias, pois, por um lado, reúnem o propósito de apresentarem um guia de cidade a partir de fontes mais eruditas, os seus autores foram e são, intelectuais e estudiosos da cidade de Lisboa; e por outro, propósitos divulgadores e didácticos, pela exaustividade de informações sobre a cidade apresentada nos guias.

As frases retidas nos guias são os fragmentos dos textos nos quais resumem a cidade actual.

Os seus bairros

Hipótese 4: de que bairros se enche. Tendo em conta que estamos a falar de Lisboa, e isso foi sempre evidente nos guias desde o início de XX, os bairros constituem-se como um dos mais importantes e recorrentes descritores da organização territorial da cidade. O conceito de bairro foi um fechamento prévio às categorizações espaciais aí presentes. Como essa categoria espacial tem pertinências na organização e vivência urbana da cidade, pareceu relevante para encontrar representações da cidade.

Quais são, a sua descrição e adjectivação foi a principal inquirição que fizemos aos guias. Aqueles foram mudando no decurso do século XX, assim como o seu lugar enquanto projecção de identificação de Lisboa, tendo sido contudo um importante identificador da cidade de Lisboa.

A procura nos guias da descrição dos bairros não suscitou nenhuma grelha prévia. Os bairros surgiram como entradas (descritores) de Lisboa, embora não em todos, os que organizaram a apresentação da cidade a partir de itinerários, ou em estratos históricos. Sendo de referir que os guias de 1913, 1924GP e 1985GL identificam os bairros primeiro a partir da divisão topográfica⁷⁵ da cidade, enquanto os restantes se referem aos bairros por categorizações (bairros típicos) ou pelo nome com que são conhecidos (Alfama e Bairro Alto, sobretudo). Nos restante procurámos dentro dos guias as alusões aos bairros e as suas categorizações.

⁷⁵ Bairros ocidentais, orientais, marginais, Avenidas Novas (1913, 1924GP) e Parte central, Zona Ribeirinha (1985GL) são alguns exemplos das designações usadas.

Os lisboetas

Hipótese 5: a imagem de cidade pode ler-se através da identificação e das descrições dos habitantes da cidade, os lisboetas, quem e como são os que vivem na cidade ou que dela são representativos, mesmo que só presentes em memória.

A procura da descrição e adjectivação dos lisboetas nos guias não exigiu conceitualizações prévias, embora tivesse oferecido particularidades que se apresentam na sua descrição⁷⁶.

As singularidades explicitadas

Hipótese 6: A imagem de cidade pode ler-se através dos atributos (das tipicidades; singularidades) que nela se cristalizaram ao longo do tempo considerados como mais valias, o que empresta o carácter de raridade, de único a Lisboa. E também pode ler-se através das razões apeladas para a virem visitar (a atractividade). Encontrámos diferenças entre apresentação da singularidade, do que torna única a cidade e a enumeração dos atractivos que são enunciados ao visitante para que a visite. Com muita frequência singularidade e atratividade coincidem, ou melhor o singular de Lisboa é o que é considerado atractivo, a primeira razão para visitar a cidade. Contudo a atractividade responde mais directamente ao mercado do turismo global, enquanto a singularidade é resultante dos projectos de cidade e por isso as razões para atractividade e singularidade desdobram-se em alguns guias. Tanto quanto podemos procurámos separar os dois momentos, mas reunimo-lo num identificador único.

Considerou-se a atractividade como as razões que os guias apresentam para visitar Lisboa, ou seja, as vantagens, as possibilidades antecipadas de prazer que o turista encontrará se vier a Lisboa. Porque se encontra a lidar com o mercado turístico do momento o guia tenderá a apresentar as vantagens que respondem às solicitações do mercado (procuras daquele). Esta poderá ser um modo de ver que turismo se praticava no mercado, e como se tratou de uma análise diacrónica, de evidenciar as dinâmicas que o turismo sofreu no decurso do século XX, das suas flutuações. Mas, simultaneamente, porque se trata de apresentar uma cidade com uma identidade própria uma história, presume-se que na descrição das razões, se manifeste igualmente o traço de único que esta possui, a sua singularidade exclusiva, o que faz Lisboa ser Lisboa, única e irrepetível.

⁷⁶ (Cap. 4.2)

Como já foi exposto considerou-se que a atractividade responde mais directamente ao mercado do turismo global, como por exemplo “**ter um excelente clima, ameno durante todo o ano**”, que sendo uma qualidade da cidade não é exclusiva desta, mas que foi, no início do século nomeadamente, um atributo desejável no mercado de procura turística. Enquanto a singularidade, como por exemplo ser uma “**cidade de panoramas**”, conseguida pela conjugação entre o largo estuário do Tejo e o terreno acidentado, de colinas, sobre o qual foi edificada a cidade, reunindo por isso uma paisagem única, não repetível noutras cidades. Ambos os atributos são de ordem física, geográfica, mas no caso da qualidade paisagística da cidade, esta passou a ligar-se aos projectos urbanos para a cidade de Lisboa, desde meados de XIX, com a construção de “Miradouros”, sendo assim uma particularidade socialmente construída.

Neste ponto tratou-se ainda de uma terceira questão. Ao verificar uma constância, a afirmação nos guias da minoração monumental da cidade de Lisboa, minoração que surgiu nos guias do ciclo republicano e se repete continuamente até ao início dos anos 80 de XX.

Tal facto colocou-nos um novo âmbito no campo da análise das descrições de cidades através de guias turísticos. A descrição da cidade nos guias remete para três níveis de referência: a cidade material feita do somatório de edifícios e sistemas de redes que a atravessam; a descrição da cidade desejável, desejável quer para o autor do guia, quer igualmente desejável para o segmento de mercado para o qual aquele se escreve; e por fim a cidade que inevitavelmente se compara com as outras do grupo ao qual se afirma pertencer, que no caso de Lisboa se apresenta sempre como capital europeia.

Independentemente do efeito de repetição característico deste tipo textual, a verdade é que essa imagem de Lisboa, (minoração monumental da cidade) e não outras, foi escolhida para ser sucessivamente passada ao longo do tempo, reencontrando-a ainda na década de 90, mas já sem o carácter sistemático com que ocorreu em quase 80 anos de produção de guias.

Como já dissemos, a imagem surgiu com os guias SPP (1908-13) e foi-se repetindo sobretudo nos guias promocionais, sendo mais rara nos guias comerciais, no decurso dos três períodos histórico-urbanísticos da cidade, os ciclos Republicano, Imperial e de Suburbanização. Essa imagem altera-se a partir do guia de 1992 em que se afirma que Lisboa “**não é exactamente uma capital monumental, é um monumento**”. Ou seja, na apresentação / descrição de Lisboa esteve subjacente uma percepção da cidade em que

esta, no confronto inevitável com outras cidades quando teve de se apresentar como cidade capital europeia, durante o período histórico urbanístico acima referido, surgia em desvantagem, para depois no ciclo de reconfiguração de capitalidade superar essa percepção de inferioridade. Desse modo aquela afirmação, que remete para a comparação-confronto com outras cidades, sendo o resultado da comparação, passou a figura textual que trouxemos para a análise dos guias e para a sua contribuição na composição de imagens sobre a cidade de Lisboa. Como ela surge quase sempre associada à apresentação das razões apeladas para visitar a cidade, considerou-se que seria importante englobá-la nas atractividades de Lisboa explicitadas nos guias.

Poderíamos dizer que para os autores dos guias a imagem de uma cidade capital europeia vinha associada a alguns atributos: a de que uma cidade deveria ter monumentalidade, monumentalidade que se equivalia a valores arquitectónicos e artísticos, sendo a sua presença o que fazia uma cidade importante, uma capital. Lembramos a importância do valor de monumentalidade referido por E. Henriques no mercado do turismo de cidades. Apresentar-se no mercado turístico como capital europeia sem essa monumentalidade e ainda assim continuar a ser monumental e atractiva acabou por se tornar o fio narrativo. A falha constatada vai-se colmatando de diferentes modos, consoante o período sócio urbanístico e a autoria do guia.

Sendo aquela afirmação, para além de recorrente nos guias, uma ideia importante para definir a imagem de cidade, e porque se associa igualmente à atractividade, pois uma cidade seria digna de ser visitada pela sua monumentalidade, que no caso de falta ainda assim Lisboa pode ter, fomos organizando as três questões — falta (trata-se mais do confronto com as outras cidades), atracção e singularidades que colmatam a falha — visto que realmente é difícil dissociá-las, para a construção das singularidades de Lisboa.

Julgamos que com estes seis identificadores conseguimos controlar a heterogeneidade e, simultaneamente, escavar os textos na procura das Imagens de Lisboa que sintetizamos em seguida. Temos contudo consciência das limitações da interpretação produzida, sabemos que ela é singular, finita.

A interpretação aqui proposta tem o estatuto de uma possibilidade, que só ganhará maior firmeza (sem nunca possuir poder argumentativo de dado de facto, de verdade) através da abertura ao diálogo que procura estabelecer com os outros, os leitores do presente relatório,

sobre as “Imagens de Cidade”. Gostaríamos que, as que foram o resultado do nosso trabalho interpretativo, e traduzem as ideias de cidade, no campo de uma linguagem de lugar comum, paraliteratura como diz S. Bonin (2001: 113), que circularam na sociedade portuguesa no decurso do século XX, poderão contribuir para mais um ponto de vista a partir do qual se poderá compreender o fenómeno das cidades na actualidade, tal como se tem colocado à cidade de Lisboa em particular.

4.2 – AS IMAGENS

A Imagem Inaugural

As descrições que enunciam pela primeira vez a cidade de Lisboa apresentam algumas constantes que se repetem em todos os guias. Lisboa é em todos apresentada como cidade antiga e capital, embora a condição de capitalidade nem sempre esteja associada de imediato. O clima, o porto de mar, a beleza da sua configuração panorâmica, a evocação do “**lendário Ulisses**” ou do passado histórico glorioso, a metrópole do “**milhão**”, a sua abertura e tolerância e, por fim, o rio Tejo, a vocação oceânica e cosmopolitanismo, são os adjectivos relacionais que se acrescentam à antiga e cidade capital de Lisboa.

A antiguidade nos guias do ciclo da Lisboa em Movimento não se constituiu propriamente como um atributo de Lisboa. O “excelente clima” é a qualidade principal, é essa a primeira imagem de Lisboa que se apresenta ao turista. **Lisboa a cidade capital do clima ameno** foi a primeira imagem inaugural encontrada.

Já no ciclo republicano desenham-se duas imagens: a de uma cidade dotada de um excelente porto, difundida pela SPP, considerando-o como um pólo estratégico e económico e mais valia da cidade; a de uma cidade castigada pelos vários cataclismos naturais, que fizeram desaparecer “**majestosos monumentos**” e, passe a metáfora, castigada pelas catástrofes políticas, que resultaram em projectos insuficientes para a cidade, deixando nela marcas de mau gosto, má arquitectura, incipiente e mau desenvolvimento urbanístico e modernização. Neste ciclo formulou-se igualmente a imagem de Lisboa como uma cidade antiga e histórica colada à lenda de Ulisses, que irá permanecer até fins de XX, embora com diferentes adjectivações consoante o ciclo político e urbanístico.

Verificou-se que as imagens mais controversas entre si se deram neste ciclo histórico-urbanístico da cidade. A Lisboa promissora, crente na sua modernização, do ciclo anterior deixou fluir nos guias uma vocação turística em moda na época. Mas neste período em que o impulso modernizador desembocou num impasse, tornou polissémica a identificação primeira, e queixosa no caso de R. Proença que inaugurou um velamento imaginário “**a cidade feita de afastamento e ilusão**” presente no período seguinte. Sintetizamos em duas imagens inaugurais este período: **Lisboa a cidade do excelente porto** e **A cidade capital castigada**.

No período do Estado Novo, no ciclo imperial, as imagens inaugurais dos guias concentram-se em torno da poética lenda de Ulisses a que se acrescentou a beleza panorâmica e a antiguidade e pitoresco de Lisboa como os seus atributos primeiros, afastando-se de referentes mais imediatamente materializáveis no campo do turismo, envolvendo-se num véu de idealização. Sintetizamos em duas imagens inaugurais este ciclo: **Lisboa a cidade de panoramas** e **Lisboa, capital antiga**.

A entrada da cidade no ciclo da suburbanização, em fins de 50, com o forte crescimento populacional, a expansão de ocupação territorial e densificação da periferia presente-se nos guias produzidos. Pois à antiguidade e pitoresco vem juntar-se o “**seu impressionante desenvolvimento**”, a “**Lisboa Nova**” a crescer de pessoas, a densificar como metrópole. Sintetizamos numa imagem inaugural esta fase do ciclo: **Lisboa, cidade antiga, pitoresca e simples, apesar do seu desenvolvimento impressionante**.

Ainda no ciclo de suburbanização, mas já em Democracia, os primeiros guias editados não alteram a imagem forte da cidade, como cidade capital antiga, “**uma das mais antigas da Europa e do Mundo**”. Lisboa continua a ser cidade memória e cidade panorâmica. Mas os novos atributos incluídos sinalizam a ruptura política ideológica, através de uma imagem única, surgida em 1983, e que associa Lisboa à memória “**da mais enaltecida das aventuras da humanidade que fez saber a todos que afinal ... os homens são todos iguais**”, alterando a significação da importância dos “**Descobrimientos**”. A outra mudança diz respeito à entrada do novo, da presença da modernização como atributo representativo da cidade; a “**metrópole jovem e aberta**” junta-se à velha cidade, “**harmonizam-se novo e velho**”.

Importa ainda sinalizar a entrada do rio como o pólo catalisador da cidade “**o seu destino desde sempre**”. No princípio do século o rio foi sobretudo referido através do porto de mar,

agora corresponde a um rio patrimonializado⁷⁷. Sintetizamos em duas imagens inaugurais a última fase do ciclo de suburbanização da cidade: **Lisboa, cidade antiga e bela que quer ser jovem, aberta e acolhedora** e **Lisboa, metrópole onde velho e novo se fundem num presente harmonioso**.

Lisboa “**cidade mar, capital antiga, cidade memória, cidade monumento, jovem, aberta, cosmopolita, moderna**” é imagem expressa nos guias editados já no ciclo de reconfiguração de capitalidade, na última década de 90 do século XX, em que se procuram harmonizar pares de figurações tendencialmente em oposição: natureza e edificado; tradição e inovação; popular e cosmopolita. Sintetizamos numa imagem inaugural o último ciclo: **Lisboa, cidade capital monumento, romântica, nostálgica e cosmopolita**.

⁷⁷ A imagem do Tejo como rio património foi iniciada por Raul Proença no guia de 1924 quando o enaltece pela memória que evoca. Essa imagem foi repetida em alguns guias depois noutras entradas, mas torna-se um dos principais atributos de Lisboa sobretudo nas últimas décadas de XX.

Quadro N° 6: Imagens Inaugurais através dos ciclos histórico-urbanísticos

Tipologia dos Guias	Lisboa em Movimento	Ciclo Republicano		Ciclo Imperial		Ciclo da Suburbanização				Ciclo da Recuperação da Capitalidade	
	Monarquia Constitucional	1ª República		Estado Novo				Democracia			
	Guia comercial	Guia comercial	Guia promocional	Guia comercial	Guia promocional	Guia comercial	Guia promocional	Guia comercial	Guia promocional	Guia comercial	Guia promocional
Folhetos		A cidade do excelente porto 1925		A cidade metrópole de quase um milhão 1930	A cidade capital e linda, rainha do Oceano 1934		Cidade (capital) antiga, desde cedo cobiçada 1964				
Guias de cidade	A cidade capital do clima ameno 1905GI; 1905RL; 1906BL	A cidade da poética lenda da sua fundação capital monumental e histórica 1929	A cidade capital castigada, uma cidade toda de afastamento e de miragem 1924GP	A cidade da poética lenda da sua fundação cidade com uma configuração de terreno inconfundível 1933 A cidade do excelente porto 1939 Cidade (capital) antiga, desde cedo cobiçada 1943	Cidade antiga e sugestiva de pitoresco, cidade memória 1935 Cidade (capital) antiga, desde cedo cobiçada 1941	Cidade (capital) antiga, desde cedo cobiçada 1958	Cidade antiga, pitoresca e simples, apesar do seu desenvolvimento impressionante 1959LC	A cidade da poética lenda da sua fundação 1980 Cidade antiga e bela, a sua história fez saber a todos que afinal os homens são todos iguais. 1983 Cidade antiga, que quer ser jovem, aberta, acolhedora, lugar de um milhão de habitantes 1985NG A cidade da poética lenda da sua fundação pequena, onde a vida decorre com tranquilidade 1987	Cidade antiga e bela 1982 A cidade cujo destino esteve sempre vinculado ao grande rio 1985GL e 1988 Cidade metrópole de múltiplos pontos de interesse 1990GT	Cidade capital antiga, pictórica pelas suas cores 1995 Cidade antiga e antiga vocação marítima rica e popular, cidade branca 1998IV Cidade do mar, antiga, patrimonial e cosmopolita, (plural e tolerante) 1998BG 2002 2004	Cidade da poética lenda da sua fundação cidade monumento, romântica, nostálgica e cosmopolita. 1992
Guias de país		A cidade do excelente porto 1918 -1913									
Álbuns							Cidade (capital) antiga, desde cedo cobiçada 1963 Cidade onde velho e novo se fundem num presente harmonioso 1989				

A Imagem da Narrativa Histórica

As narrativas de fundação raramente constituem narrativas de autoctonia, mais frequentemente, são narrativas que integram os génios do lugar e os primeiros habitantes na aventura comum do grupo em movimento. A marca social do solo é tanto mais necessária quanto nem sempre é original. (M.Augé 1994 (1992 1ªed.): 50)

A memória transportada foi considerada como permitindo ver que genealogia de cidade foi sendo transmitida, que encontrámos nas narrativas históricas. No nosso corpo documental a história da cidade constituiu-se como uma das suas entradas quase sempre presente e, em muitos guias, o corpo textual dominante. Os guias apresentam pequenos ou grandes blocos de texto com a história de Lisboa e foi sobretudo nos grandes blocos que procurámos um sentido compreensivo.

Grosso modo as histórias estendem-se muito no passado remoto e contraem-se em relação ao passado próximo e isso independentemente dos ciclos. Facto que nos lembrou a chamada de atenção para o *efeito Doppler invertido* referido por F. Costa:”no domínio da memória social, o valor atribuído às obras humanas, o interesse que despertam e, mesmo, a sua percepção explícita, enquanto algo digno de nota, tendem muitas vezes a aumentar com o afastamento histórico.” (F. Costa, 1999:26)

Organizámos, como dissemos atrás, as narrativas de Lisboa desagregando-as primeiro com a sua frase inaugural, os povoamentos prévios à existência da cidade como portuguesa e por fim, através da enumeração as suas glórias e traumas. A separação surgiu-nos na medida em que as histórias de Lisboa lidas nos guias queixam-se bastante. A enumeração dos sismos, pestes e outras calamidades ou de acontecimentos políticos ameaçadores para a cidade, ficaram na nossa própria memória. Ou tem saudades dos tempos “**gloriosos**” em que “**Lisboa foi Rainha dos Oceanos**” “**Cidade-mãe de Continentes**” “**Esplendorosa Lisboa manuelina**”. Embora a divisão pareça um arcaísmo, adapta-se ao teor de crónica e lenda, que as pequenas histórias apresentadas nos guias assumem.

Os episódios (períodos) em que Lisboa merece a nomeação positiva de todos são o facto de ser uma muito antiga capital; o lugar dominante na rede de cidades que possuiu no século XV, que alguns prolongam até XVI; o período em que se cobriu de “**fausto**” (período joanino); o urbanismo pombalino e o urbanismo ressaniano. Os ciclos histórico-urbanísticos permitiram ver algumas interpretações divergentes desses estratos, e reparámos que marcaram a estratificação histórica de Lisboa nas narrativas dos guias.

Alguns, editados na última década do século XX, usam essa estratificação para descrever Lisboa, foram o principal descritor.

Os traumas enumerados concentram-se em torno dos sismos e da agitação política que ou destroem ou impedem o desenvolvimento da cidade. Esta questão remete para uma outra, que identificamos como minoração monumental da cidade e de que falaremos na última imagem, a das singularidades.

A Frase Inaugural

Encontramos três imagens síntese para iniciar a narrativa da cidade: “**A origem de Lisboa perde-se na noite da eternidade**”; “**Lisboa, cidade cuja fundação foi atribuída pelos antigos a heróis fabulosos - o Ulisses da Odisseia Grega**”; e “**Lisboa cidade cristã e portuguesa, conquistada pela força indomável de Afonso Henriques aos sarracenos**”.

Tratou-se nestas frases inaugurais de perceber a marcação temporal simbólica da existência da cidade. Para quase todos os guias, Lisboa foi apresentada como uma cidade que já o era, muito antes dos contornos civilizacionais que lhe deram a sua existência como cidade capital do país com que se apresentava na actualidade do guia.

A primeira imagem diluiu o mais que pôde as balizas recorrendo à eternidade, ao remoto como as marcagens temporais iniciais. A ancianidade da cidade de Lisboa é o seu facto primeiro e a imagem a que a maior parte dos guias recorre. A antiguidade foi sendo narrada com mais ou menos fundamentação técnico-científica, dependendo da erudição dos guias.

Imagem 1: A sua origem perde-se na noite da eternidade. (1905GI, 1905RL, 1906, 1913, 1941, 1943, 1952, 1982, 1985GL, 1985NG, 1988, 1989, 1992, 1998IV, 2002, 2004)

A segunda imagem encontrada, e cuja origem se situou no guia de R. Proença (1924GP), colocou como primeira ideia a associação da fundação da cidade ao herói Ulisses, mesmo que sendo para afirmar essa ideia como lenda e repôr a verdade em seguida. Aliás este pequeno mito de fundação foi quase sempre referido nos guias recenseados. A sua entrada como frase inaugural nos guias ocorreu naqueles que tinham origem comercial, à excepção do guia 1924GP, e que assumiram um estilo de linguagem mais literário.

Imagem 2: Lisboa, cidade cuja fundação foi atribuída pelos antigos a heróis fabulosos (1924GP, 1933, 1980, 1982, 1987, 1995, 1998BG)

O uso constante da lenda da origem de Lisboa fundada pelo herói Ulisses como primeira memória da cidade a relembrar, mesmo já em plena Democracia, na última década de XX, quando o trabalho da história, na sua expressão mais vulgar, como são as sínteses editadas em guias turísticos, se fazia a partir dos novos paradigmas científicos de forte controle factual e discursivo, fez-nos pensar na importância simbólica do seu recurso. E tanto mais quanto Lisboa possui um outro herói mítico ligado aos episódios da “tomada” de Lisboa por Afonso Henriques, Martim Moniz, que quase nunca foi referido.

Dos vinte e oito guias analisados só oito não relembram a lenda, tendo sido estes elaborados por autores mais cautelosos na apresentação dos factos sobre Lisboa. É o caso V. da Silva em 1941, J. P. Vidal em 19663, I. Moita e V. Adragão em 1985. A maioria das vezes a referencia a Ulisses surge para explicar o nome da cidade, Olissipo, nome a que Lisboa permaneceu associada, sobretudo na tradição literária e na área dos estudos históricos que se fizeram sobre ela. Mas no início e no fim do século XX, e foi essa a única relevância encontrada, Ulisses surge associado ao herói trágico grego ou ao significado da palavra Lisboa como porto de mar, como se fossem esses os atributos mitológicos que Lisboa recolhe nos seus períodos mais abertos.

De acordo com estudiosos da cultura mediterrânica, os poemas de Homero personificam o surgimento do primeiro herói literário, simbolizando a junção do herói guerreiro e agricultor; na Odisseia falar-se-ia da viagem do herói à procura dos seus domínios, da sua casa. E experienciar Lisboa como uma cidade onde se está em casa, foi o slogan usado por alguns guias, nomeadamente a partir do último período do ciclo de suburbanização e mesmo já na década de 90 de XX.

A terceira imagem inaugural que se formou pareceu-nos muito interessante justamente por ter surgido exclusivamente nos guias do ciclo de suburbanização da cidade, no período do Estado Novo. A imagem inaugural fixa Lisboa à sua existência como cristã e portuguesa, facto que só entra para as narrativas nos restantes guias, depois de obedecer a uma cronologia sequencial dos anteriores povoamentos da cidade. Nesse período ideologicamente foi dado mais ênfase à presença de Lisboa como cidade cristã e portuguesa. Aliás neste período a história anterior à reconquista de Lisboa é narrada como um período de tentativas sucessivas dos cristãos para a dominar. Não sabemos bem que relações retirar desta convergência, constatando só que ela coincide com o período inicial da suburbanização de Lisboa, ter sido o período de incremento da actividade turística e

ainda coincidir com o último período do regime político e ideológico do Estado Novo. Deve ainda acrescentar-se que este núcleo de guias, editados pelo município de Lisboa foram elaborados por um grupo de intelectuais que sob a coordenação de António Ferro, produziram desde o início da década de 30 um conjunto de artefactos que contribuiu para a formação de uma “Imagem” simbólica da ideologia do Estado Novo, e muito em particular para a cidade de Lisboa. O estilo da narrativa histórica nos guias acompanhou o modelo desenvolvido por A. Ferro para outros processos de difusão de imagens de Lisboa e de Portugal. Estamos a referir as festas e comemorações da cidade, como as marchas e desfiles históricos, a participação em algumas Exposições Universais, manifestações que ocorreram com alguma regularidade entre 1932 e 1960.

Imagem 3: Lisboa cidade cristã e portuguesa, conquistada pela força indomável de Afonso Henriques aos sarracenos (1958, 1963)

Povoamentos anteriores à integração de Lisboa como cidade portuguesa

Na sequência de povos enumerados como tendo antecedido a “conquista” de Lisboa para a coroa portuguesa, seguem-se fenícios, romanos, bárbaros e muçulmanos. Exceptuando os Bárbaros de que ninguém comenta contributos trazidos à cidade, conotados em alguns guias editados em democracia como tendo coarctado as possibilidades de desenvolvimento de Lisboa, e concorrido para o seu “ensimesmamento”⁷⁸, as outras civilizações foram chamadas para enriquecer a genealogia da existência da cidade. Foi consensual em todos relembrar o estatuto de município romano que Lisboa possuiu. Contudo, quando contextualizamos os guias nos diferentes ciclos histórico-urbanísticos verificamos que aquelas civilizações assumiram um peso simbólico dissemelhante.

A presença fenícia foi mais ressaltada pelos guias do princípio de século, guias que concentram a imagem de Lisboa como cidade de porto. A cidade fenícia, na sua síntese, de acordo J. Carpentier e F. Lebrun, era um “entre terra e mar; as cidades correspondiam a etapas comerciais por onde transitavam os produtos do oriente e metais provenientes das regiões atlânticas”. Aqui a associação efectuada é a de Lisboa como porto de mar, entreposto comercial.

⁷⁸ Adjectivo usado por I. Moita (1985GL)

A presença romana foi a civilização mais adjectivada nos guias editados a partir do ciclo republicano até à democracia. Embora sem ser de modo muito acentuado, a importância maior é dada à anterioridade romana, ao número e imponência de vestígios que aquele povo deixou, os edifícios públicos monumentais, ao estatuto de “**município**” que alcançou.

No ciclo imperial, os guias de Vieira da Silva (1941) e o que foi editado pelo SNI em 1952 fazem referência à cidade “**rica e próspera do período de dominação árabe quando foi incorporada pela coroa portuguesa no período da Reconquista**”. Mas nada é referido acerca da cultura árabe, do seu contributo para que a cidade fosse então próspera. A ênfase é colocada na mais valia trazida “**ao reino português pela posse daquela cidade cobiçada**”.

No ciclo de suburbanização os guias editados durante o Estado Novo dão a ênfase, como já foi referido, à Lisboa cristã e portuguesa, retendo o cosmopolitismo da sua existência prévia no período romano.

Procuramos um entendimento para o “**município romano**” em Pierre Grimal. De acordo com o autor a *urbs* romana “era para aquela civilização o lugar onde os homens reuniam para deliberar, para ouvir falar de direito, para falar aos deuses Para os Romanos a realidade fundamental da vida política era a cidade e o Império, que do ponto de vista jurídico, não era mais do que uma federação de cidades A cidade era então entendida como o centro da administração do poder sobre os territórios e os cidadãos”. (P. Grimal, 1993 (1984 orig): 187-261) Tendo em conta os valores ideológicos presentes neste período histórico do país, pareceu-nos coerente a associação simbólica de Lisboa à presença romana, buscando nela a imagem imperial, que julgara ter construído na década de 30, mesmo que já suburbana e periférica.

Já em Democracia os guias abrem-se a uma outra leitura histórica, nomeadamente sobre a importância da cidade durante o domínio árabe, presença civilizacional mais errática ou esquecida nos anteriores guias. E este facto é tanto mais interessante quando o primeiro guia que reabilita a importância para Lisboa da presença árabe ter sido o guia de 1980, que é um guia ainda muito próximo dos padrões narrativos dos guias editados durante o Estado Novo. Aí apresenta-se a ideia de que Lisboa escapara ao declínio das cidades europeias durante o período da Idade Média, por causa da sua ocupação muçulmana, uma civilização que assentava sobre a importância da cidade, embora com outros referentes de apropriação espacial. Esta teria “**ensimesmado**” após a reconquista, tendo recuperado só quando se tornou capital. A importância da presença árabe na genealogia fundadora de Lisboa continua no ciclo de reconfiguração de capitalidade.

Procuramos novamente um entendimento das significações da cultura urbana árabe em Cláudio Torres: “Continuadora e herdeira das tradições mercantis do mundo clássico, a civilização muçulmana concebe o seu local de culto como a síntese do espaço religioso com o espaço cívico do grande mercado”. (História de Portugal, 1992-1994, Vol I: 395) Ou, a partir de Carpentier e Lebrun, “os traços civilizacionais do império Abássida (que marcou a sua presença em Lisboa), assentava sobre três princípios: grande liberdade de circulação de homens, mercadorias e ideias pelas rotas marítimas e vias que delimitavam o império; a sua abertura ao mundo exterior; e a importância das cidades, a rede de cidades, que eram a ossatura do espaço político e económico muçulmano. As cidades são ao mesmo tempo centros políticos, centros religiosos e culturais e centros de consumo, de produção e de rotas; funções que têm lugar nos palácios, cidadelas, mesquitas e medinas”. (J. Carpentier e F. Lebrun, 2000: 141)

Terá sido esta a filiação simbólica que a Democracia quis instaurar para a nova Lisboa.

GLÓRIAS

Capital

A primeira *glória* conseguida pela cidade após a sua integração na coroa portuguesa foi em todos os guias o facto de se ter tornado capital com Afonso III **“depois de estabilizada a fronteira de Portugal, no século XIII”**.

Lisboa no seu período áureo, o século XV

Os Descobrimentos, é a ideia consensual e repetida do grande momento da cidade: **“a mais abastada e animada do mundo”; “a abarrotar de mercadorias e glória”; “O empório de Veneza foi passado para Lisboa”; “nadava-se em ouro”; “encheu-se de estrangeiros”, “de mercadores”, “de artistas e cientistas”; a mais opulenta cidade da Europa”; “metrópole de um imenso império”**.

Lisboa é dita como tendo sido **“um dos centros comerciais mais importante do mundo de então; a cidade tornou-se densa, cosmopolita e rica; nela circulavam mercadorias de luxo e foram construídos monumentos que definiram um estilo artístico único.”** A presença de monumentos, e a explicação pelos terramotos da ausência de outros, são a marca dada à cidade.

A partir do guia de 1985NG (V. Adragão), neste período passa igualmente a ser incluído o surgimento do Bairro Alto, como um bairro de ordenamento regular resultante da expansão

marítima: “lugar de preferência de mercadores, mareantes e aristocracia que mudava de Alfama para o bairro novo a partir do momento em que os Jesuítas aí se instalaram⁷⁹ nobilitando o bairro, no dizer de J. Augusto França”.

O ressurgimento de fausto na cidade, a Lisboa Joanina

Existem duas atitudes, os que fazem referência à riqueza patrimonial deixado por este período e os que embora referindo esse enriquecimento, com vestígios materiais na cidade, não deixam de condenar a *aplicação do ouro* em património religioso.

O primeiro conjunto de guias editados no ciclo da “Lisboa em movimento” não fazem referência especial a este período da cidade

No ciclo republicano ambos os guias editados não deixando de mencionar a riqueza deste período, presente nomeadamente na Capela de S. João Baptista, ou a importância para a cidade da construção do Aqueduto, condenam no entanto o excessivo investimento de capital em monumentos / património religioso. Opinião que o guia de 1933 repete.

O guia editado pelo município em 1941 nem sequer faz referência a este período, não nos podendo esquecer também da especificidade do guia, que no plano da narrativa histórica da cidade só se concentrou na presença de uma malha urbana regular (ou irregular) na cidade. A Lisboa joanina é para Vieira da Silva uma cidade antiga, de malha irregular. Os guias posteriores até à ruptura democrática salientam este período pela riqueza das Igrejas e pela importância da pompa católica introduzida.

Os guias editados em Democracia referem-se ao estrato histórico joanino para destacar a obra do Aqueduto que relembra a introdução nos inícios de XVIII de um moderno abastecimento colectivo de água à cidade, ressaltando a modernidade desse facto. Mas já sem condenar o excesso de investimento em património religioso.

Baixa Pombalina (ou urbanismo pombalino)

A Lisboa pombalina é igualmente referida em todos os guias como uma marca importante da cidade, para muitos expressa a passagem da Lisboa antiga à Lisboa moderna. Tendo sido consequência de um terramoto que destruiu uma parte considerável da cidade, enfatizada nalguns guias como toda, noutros como metade ou, o facto é narrado como “**resultado positivo de uma causa negativa**”. Pela primeira vez, exceptuando a referência ao surgimento do Bairro Alto como um acontecimento urbano assinalável no século XVI, a

⁷⁹ Igreja de S. Roque data de 1553

marca de “glória” da cidade é um “plano” de ordenamento, um modelo de urbanização, de que foi enfatizado ou a **“regularidade e alinhamento das edificações”**; a **“disciplina e uniformidade da sua aplicação”** ou **“a novidade do próprio modelo no contexto europeu”**; e cujo expoente foi a edificação da Praça do Comércio, que ainda merece atributos comparativos à escala mundo: **“a mais bela praça da Europa”** (1933, 1983), **“uma das maiores e mais prestigiadas do mundo”** (1988)

Os guias editados no início do século XX consideram esse impulso urbanístico pombalino de Lisboa como o antecedente natural do modelo de urbanização e desenvolvimento que então ocorria na cidade. O mesmo aconteceu com os guias editados no período do Estado Novo, no ciclo de suburbanização da cidade, 1958 e 1963. Existe algum saudosismo no guia editado em 1924 e 1933, não tanto do estilo arquitectónico, que consideram **“monótono e simples”**, mas no autoritarismo e disciplina com que foi implementado por Pombal a sua execução; **“um autoritarismo iluminado”** com que é referido em guia já da década de 90 de XX.

Sem que tenha assumido uma consistência clara, mas reparámos que o destaque dado à novidade e exemplaridade do plano urbanístico pombalino se encontrou nos guias editados no ciclo de suburbanização da cidade, a partir de fins de 50 que se prolonga na Democracia. O carácter de inovação volta a ser assinalado em 1998BG, justamente no guia que procurava a promoção da cidade para além das manifestações da Expo. Considerámos que a maior distância histórica que a urbanização pombalina possuía em fins de 50, leva a que nos guias editados nesse período, aquela se destaque como conjunto patrimonial histórico, ao contrário da visão dos guias editados no início do século, que referem aquele conjunto urbano e modelo de urbanismo, como um antecedente natural do modelo de urbanização e desenvolvimento que então ocorria na cidade. Mas perguntamo-nos se o facto de ser mais difícil escapar à inevitabilidade da comparação da modernização, de que Lisboa padecia na década de 50-60, não teria contribuído para que nos guias se (re)lembre a inovação pombalina?

A Avenida da Liberdade (ou o rasgar das Avenidas)

“Em 1879 Lisboa sofrera uma operação urbanística das maiores consequências: a abertura da avenida da Liberdade. Depois da Reconstrução pombalina, pela primeira vez se criavam ruas novas em Lisboa, inteiramente inventadas, fora de qualquer sujeição a sítios tradicionais que elas atravessavam com uma indiferença moderna, cortando a direito em nome do progresso. (J Augusto França, *Lisboa, Urbanismo e Arquitectura* 71 73)

A abertura da Avenida da Liberdade é o último acontecimento da cidade que reúne o consenso de quase todos os guias como uma das suas marcas de glória: “**a Avenida, transpôs a cidade frívola e mundana do Passeio Público, para dar lugar a uma cidade de bairros modernos e saudáveis.**” (1958). Mas a importância desta já só se pode comparar à escala da cidade e quanto muito comparar-se ao “original”: “**os Campos Elíseos de Lisboa**” (1985NG), “**a mais bela e rasgada artéria**” (1963).

Se o acontecimento é relatado por todos, querendo expressar que o desenvolvimento e expansão da cidade se iniciara com essa abertura, os guias vão-lhe atribuindo adjectivações diferentes. Uns (1958, 1987 e 2002) exprimem a ideia de que o sentido fora o errado, remontando à velha discussão que a abertura da avenida suscitara então e reflecte uma querela de desenvolvimento urbanístico associado à cidade desde fins de XIX, o crescimento ao longo do rio, a cidade ribeirinha, ou a sua expansão para norte, como acabou por ser a orientação da avenida. Outros chamam a atenção para o modo anárquico com que acabaram por ser preenchidos os novos quarteirões delineados pela abertura da avenida (1924GP, 1933). Outros ainda, no período da democracia no ciclo de suburbanização da cidade, e já marcados pela distanciação histórica, queixam-se da descaracterização que a velha avenida estava a sofrer com a demolição dos “**belos exemplares de arquitectura portuguesa**”.

A avenida começa por ser o início da expansão moderna e sanificadora da cidade, o rasgão da cidade antiga, mas que se foi enchendo de modo polémico ao longo de XX.

Os Esquecimentos

No plano cronológico dos acontecimentos urbanísticos para Lisboa ainda era passível ser narrado por todos os guias alguns aspectos que ocorreram em XIX: as obras de modernização do porto de Lisboa; e a instalação de zonas fabris e bairros operários, o incremento dos novos transportes públicos. Factos que alguns guias referem: **introdução dos modernos meios de transporte e estradas macadamizadas SPP 1913; Modernização do porto de**

Lisboa 1913, 1933; primeiros bairros sociais na periferia a electrificação do Chiado 1985NG; Surgiram as zonas fabris de Xabregas, Poço do Bispo e Alcântara, com construções industriais e bairros operários 1987; A vida cultural e intelectual nos cafés de Lisboa, 1995, 1998IV.

De resto o século XIX o século das grandes reivindicações na Europa e em Portugal (1985GL) é consensualmente narrado nos guias, com diferenças de adjectivação motivadas pelo contexto histórico da sua produção, o período em que a cidade de Lisboa foi saqueada pelos “invasores napoleónicos” e alvoraçada pelas “guerras fratricidas”. E mesmo depois do rasgar da avenida, “O aspecto geral de Lisboa não sofrera grandes melhoras, facto para o qual também contribuiu a ruína de muitas famílias aristocráticas.” (1933). Lisboa nesse período foi descrita fundamentalmente como uma cidade que crescera em território urbano, não se acompanhando de um crescimento populacional ou de alteração da composição social da sua população.

Poderíamos dizer que neste período a cidade industrial e operária e os problemas de condições de habitação é um dos “esquecimentos”, referido contudo noutras entradas dos guias, nomeadamente quando falam dos bairros e da população, deixando ver alguns dos impactos que a urbanização marcara em Lisboa. Nesse aspecto os guias do ciclo republicano são os que mais referências fazem. Através deles podemos ver a ocupação “desordenada” de instalações industriais junto do rio, de que tanto se queixou Raul Proença.

TRAUMAS

As narrativas históricas de Lisboa apresentadas nos guias introduziram esse parâmetro que nós sintetizamos como “traumas”, que equivale ao facto de que foram muitas vezes enunciados os revezes que a cidade sofreu e usados como explicação para o quadro da cidade pouco monumental encontrado pelos turistas. Separamos esses revezes entre cataclismos naturais e perturbações de ordem político social.

Acrescentámos ainda do lado dos “traumas” críticas efectuadas ao período joanino, ao modo como foi investido o “ouro do Brasil”. Nalgumas narrativas históricas de Lisboa, apresentadas nos guias, passou a imagem de “oportunidade perdida”, na linha de ideias que se banalizaram na reflexão histórica. No período joanino teriam escasseado investimentos estratégicos na cidade como fora a construção do Aqueduto, financiado pela população de Lisboa, apontado como um exemplo que não teria frutificado. D. João V optou por deslocar os recursos “do ouro” para investimentos de “prestígio”, que se traduziram no

aumento patrimonial religioso. Em algumas narrativas esse facto é uma das razões apontadas para a menorização monumental da cidade. Esta posição expressa uma apreensão da cidade a partir de um lugar mais dinâmico na economia, que decisões régias teriam travado.

Os cataclismos

A narração sistemática dos sismos sofridos pela cidade, fez-nos procurar igual insistência rememorativa num outro acontecimento catastrófico para outra cidade. Londres sofreu um incêndio em 1666 que destruiu igualmente uma parte considerável da cidade. E verificamos, através da leitura da narrativa histórica apresentada também em guia, que o trauma dos incêndios aí se repete. Existirão por isso factos na história das cidades, pelas consequências provocadas, que tenderão a serem sistematicamente relatados. Ambos destruíram grande parte das cidades então, ambos levaram à sua reedificação em novos moldes, ambos fizeram um corte com a construção de dimensão espontânea anterior, ambos tiveram em atenção a prevenção contra esses desastres, ambos empreenderam grandes operações de reconstrução da cidade em simultâneo.

A enumeração dos sismos vai sendo diferente ao longo dos guias do nosso corpo documental. Os primeiros guias enumeram sismos que remontam ao século XII, dando particular relevância aos que deram origem a reconfigurações morfológicas na cidade, o de 1597, que originou o actual bairro da Bica e o de 1755, que “tornou a colocar Lisboa nas notícias do mundo” e desencadeou a reconversão da cidade por Pombal. Depois, a partir do guia de 1952 passa a fazer-se referência só ao sismo de 1755 “de horrenda memoria, que desmantelou quase toda a cidade”.

Os sismos destruíram sempre uma cidade “já então desenvolvida, próspera e rica”, servindo de explicação para a pouca monumentalidade da cidade.

As perturbações político sociais

No campo das perturbações político sociais, as invasões de Castela no século XIV e napoleónicas em XIX foram factos recorrentes nas narrativas, invasões que causando o saque da cidade a tornava vulnerável e impedia de desenvolver-se. As invasões castelhanas no século XIV foram sistematicamente lembradas até ao período da Democracia. Este acontecimento histórico foi evocado para dar conta da construção da muralha Fernandina, vestígio arqueológico da cidade desse tempo. Os guias posteriores embora façam

referencia ao facto político e à presença da muralha, concentram-se mais sobre o desenvolvimento comercial que Lisboa começava a ter nessa época.

O “imperialismo napoleónico” (1963) foi também causa da atrofia da cidade, embora o saque efectuado pelas tropas francesas tivesse sido posto em dúvida nos guias editados já no período já democrático (1985NG). Aliás nestes últimos, mais do que as “invasões”, a perda maior para a cidade passou a ser a “fuga para o Brasil da corte” e a consequente “perda de capitalidade da cidade, deslocada para o Rio de Janeiro”.

As consequência da Contra Reforma, a entrada da Inquisição em Portugal e a “matança dos cristãos novos” é o outro facto enunciado como tragédia no guia de 1924, “mais trágico do que a derrota de D. Sebastião em Alcácer-Quibir”, repetido até 1933 e excluído nos restantes guias editados no período do Estado Novo, lembrado novamente em Democracia na década de 80, para ser outra vez esquecido nos guias editados no ciclo de reconfiguração de capitalidade.

A perda de independência em 1580, outro revés que a cidade atravessou e evocado até aos guias editados na década de 90, nos quais este facto não merece ser assinalado, teve duas leituras diferentes. Esse período foi considerado uma perda para a cidade pelo seu isolamento e desgaste económico canalizado para os investimentos espanhóis à excepção do guia de 1924GP e de 1985NG. Nestes, essa época assumiu marcas na cidade com alteração do tipo de arquitectura por influência espanhola e jesuíta, incrementando uma “febre de construção de conventos que se prolongou ainda depois da Restauração”.

Como foi atrás mencionado incluímos a queixa de excesso de investimento por parte da realza no século XVIII em património religioso em detrimento de melhorias na cidade, no conjunto dos traumas, queixa explicitada pelos guias 1913 (SPP), repetida por guia 1924GP (coord. R. Proença), considerado “**um desaproveitamento do ouro do Brasil**”. Aquela queixa não volta a ser repetida, embora, como já foi dito, se tenha alterado a importância dada à obra de D. João V, que do património e pompa religiosa passou a ressaltar-se o Aqueduto, sobretudo a partir da Democracia.

A agitação política interna desde o início de XIX com as lutas liberais e a guerra civil que “**não foi ultrapassada com a monarquia constitucional, nem com a Primeira República**”, foram argumentos convocados nos guias do Estado Novo. Em democracia incluiu-se o regime de Salazar como uma das razões convocadas para o atraso do desenvolvimento e modernização da cidade. “**O séc. XX inicia-se com a proclamação da república que passada pouco mais do que uma década foi estrangulada por uma ditadura de meio século que**

paralisou o país no tempo e cujos malefícios ainda hoje estão presentes, 1995. No entanto, essa argumentação foi poucas vezes usada.

O século XX nas narrativas históricas

Apesar de já não apresentar a mesma uniformidade, pois a memória histórica de XX é aumentativa no corpo documental entre 1905 e 2004, julgamos importante assinalar os factos históricos que dizem respeito a Lisboa e como foram sendo incorporadas as mudanças da cidade. Podemos afirmar que, de uma forma geral, o século XX é muito encurtado nas narrativas. Estas fixam tendencialmente o grande momento da cidade na construção das Avenidas Novas, saltando em seguida para a actualidade do guia.

De resto, XX é assinalado como um período de expansão nos primeiros ciclos, com a animação urbanística encetada por Duarte Pacheco⁸⁰, salientando a construção das acessibilidades e de novos bairros satélite ou dormitório; a arquitectura começa a ser assinalada pelo seu “**carácter mais nacional**”. O ciclo de suburbanização dá conta do impacto dos fluxos migratórios. Por seu turno, em Democracia começa a dar-se importância aos edifícios-prestígio e construção em altura, a par dos acontecimentos mediáticos que ocorreram em Lisboa a partir de 1983. A arquitectura inovadora e “**típica portuguesa com recurso a materiais nacionais**” é salientada no último ciclo de Lisboa, a par das novas acessibilidades.

Ciclos Lisboa em Movimento e Republicano

Até 1924 os acontecimentos ocorridos no século XX encontram-se em ligação directa com o impulso renovador ressaniano, iniciado em meados de XIX, que “**o advento da República continuou**” (1924GP). O século XX é sintetizado nestes dois ciclos como o período de expansão da cidade: “**Lisboa tem aumentado de maneira prodigiosa, contando muitos bairros novos, jardins, edifícios, monumentos, etc.**” (1905RL)

⁸⁰ Este foi titular da pasta Instrução Pública em 1928, ministro das Obras Públicas e Comunicações em 1932, acumulação com a presidência do município 1938, e em 1940 foi um dos principais organizadores da Exposição do Mundo Português

Ciclo Imperial, Estado Novo

O guia de 1933 assinala a agitação política que se seguiu à implantação da República e a participação do país na Primeira Grande Guerra, como factos que não interromperam o movimento expansivo: *“com a implantação da República em 1910 a agitação política continuou, que nem a participação de Portugal na 1ª grande Guerra interrompeu. No decurso deste primeiro terço do século o desenvolvimento continuou no mesmo sentido. Mas é importante que Lisboa tome, cada vez mais, consciência que é preciso ver a coisas do urbanismo de um outro ponto de vista e que a disciplina pombalina tinha de bom.* Este guia como já afirmado noutros momentos, transporta ainda a atitude crítica assumida pelos guias do ciclo republicano, mas procurando incorporar as novas medidas da governação do Estado Novo.

A implementação dos modernos meios de transporte públicos eléctricos, que transformou radicalmente a cidade, *“fazendo agora do longe perto”*, embora ainda tivesse *“vastos territórios por urbanizar”*, (1933). O mau gosto arquitectónico, começava a ser substituído por boa arquitectura, *“mais nacional”*⁸¹. Mesmo *“a falta de planificação na expansão da cidade começava a ser reparada. O Estado e a Cidade mostram-se mais cuidadosos com o ordenamento geral da capital, nomeadamente com a vinda do urbanista Forestier”*⁸² que estudava a direcção do crescimento”, (1933).

Os guias posteriores narram de outra forma o início de XX, marcando outras balizas políticas para o incremento positivo da cidade: *“Instabilidade política que só termina com o movimento de 28 de Maio de 1926, que deu à Nação, juntamente com o regime corporativo, uma era de paz e prosperidade de que Lisboa aproveitou largamente, desenvolvendo-se de modo extraordinário. Com os seus bairros residenciais bem planeados tornou-se mais bela, moderna e grande cidade”*, (1952).

O guia de 1941, para além de genericamente assinalar a expansão da cidade, aponta a construção de *“miradouros apropriados nos pontos altos dos quais se avistam numerosos e variados panoramas, qual deles mais surpreendente.”*

Lisboa no século XX assinalada nos guias deste ciclo adoptou uma atitude mais conforme com a história oficial do Estado Novo.

Ciclo Suburbanização, Estado Novo

O século XX em Lisboa no guia de 1958 é marcado pelo plano de expansão, esboçado por Duarte Pacheco, que permitiu *“o novo abastecimento de água à cidade, a abertura de*

⁸¹ Referem-se aos arquitectos João Luiz Monteiro, Ventura Terra, Raul Lino

⁸² O urbanista, membro fundador da Sociedade Francesa de Urbanistas, responsável pelos jardins de Paris, influenciado pela ideia da cidade-jardim, apresentou em 1927 uma proposta para uma nova avenida, ao longo do Tejo, entre a Praça do Comercio e o Cais do Sodré. M. Souza Lobo, 1995: 28

modernas saídas, a auto-estrada e a estrada marginal de Cascais, o novo aeroporto, a arborização do Parque de Monsanto, a requalificação dos Miradouros na cidade e a recuperação de monumentos históricos e arqueológicos como o Castelo de S. Jorge e a Sé Catedral, sem esquecer o novo arruamento na encosta da Ajuda que voltou a orientar-se na direcção do rio”.

No guia de 1963 o facto mais importante assinalado refere-se ao afluxo de população das províncias que passou “a buscá-la com uma ansiedade inusitada”. Lisboa tornou-se pólo de atracção de imigração e esse movimento migratório foi impulso para a renovação da cidade que “construiu modernas cidade satélite” no território por urbanizar dos ciclos anteriores, renovando igualmente a cidade antiga, “a própria cidade velha, nalguns pontos de maior concentração de população activa, foi coagida a mesclar-se com as necessidades prementes do progresso, sem perder contudo, o que de mais pitoresco a caracteriza”.

Ciclo Suburbanização Democracia

Neste novo período político do ciclo de suburbanização, os primeiros guias voltaram a marcar os factos políticos associados ao país, como a 1ª República, anulada anteriormente, condensam o Estado Novo, dizendo dele que “os negócios do país são entregues a um professor de Coimbra, Salazar, que em 1928 se torna primeiro ministro governando até 1968, ano em que a doença o afasta do aparelho de estado. Marcelo Caetano não consegue vencer as contradições da situação política” e assinalam a “Revolução dos Cravos”, (1982).

O guia de 1985NG, também pelo seu estatuto de monografia, vai destacando vários ciclos de mudança em Lisboa. Os anos 30 de XX foram marcados pelo plano de Duarte Pacheco que “fixou o desenvolvimento da cidade com a construção da auto-estrada, o viaduto e a saída para Cascais, o parque de Monsanto, o aeroporto, o bairro de Alvalade, a renovação da zona de Belém por causa da Expo de 40, os bairros económicos, alguns edifícios de arquitectura com premo Valmor, a primeira igreja moderna, o traçado do Areeiro e o plano dos Olivais.” A partir da década de 60 (XX) Lisboa é assinalada pela “construção em altura que invadiu todas as zonas” na Av. dos Estados Unidos, a ponte sobre o Tejo e os primeiros arranha céus já em 70. Mas igualmente pelo surgimento de edifícios-prestígio “como a Cidade Universitária, a sede da Fundação Gulbenkian, o Centro de Arte Moderna, a recuperação do edifício quinhentista da Casa dos Bicos; e o surgimento dos novos acontecimentos mediáticos como a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura que ocorreu em Lisboa em 1983”.

Ciclo Reconfiguração da Capitalidade Perdida

O último ciclo histórico-urbanístico de Lisboa que de um modo geral resume as narrativas históricas, fez uma compressão da primeira metade de XX “ que se inicia com a

proclamação da República que passada pouco mais do que uma década, foi estrangulada por uma ditadura de meio século, que por sua vez paralisou o país no tempo e cujos malefícios ainda hoje estão presentes”, 1995. Ressalta-se “a construção da ponte sobre o Tejo, o Aeroporto, os bairros de Alvalade e Areeiro, a inauguração da estátua do Marquês de Pombal”, 1992, passando para a actualidade do guia.

O guia de 1998IV assinala a chegada dos “retornados” que alteraram a vida e a composição social da população de Lisboa, “fazendo-a uma cidade de contrastes em muitos aspectos”. O guia 1998BG volta a referir a introdução de edifícios-prestígio que “ilustram o que de mais inovador se tem feito na cidade⁸³ de Lisboa. Todos eles procuram ligar elementos típicos portugueses, as cores quentes e mediterrânicas, utilizar materiais nacionais – como o mármore – procurando novas linguagens plásticas de cariz nacional”. Os acontecimentos mediáticos são novamente assinalados: “em 1994 Lisboa foi capital europeia da cultura e este ano haverá a Expo 98. Assim este programa de revitalização da cidade veio juntar-se à revitalização da zona oriental, criando novos espaços culturais e de lazer, fazendo florescer a indústria imobiliária, daquela região e construindo a que será dentro em breve a maior e mais dinâmica gare do país: a Gare do Oriente”, (1998BG).

O guia de 2002 sintetiza o século XX com “o aumento de população que levou ao surgimento de dormitórios, à renovação e modernização das acessibilidades, como o aeroporto, a rede de metro, a nova ponte sobre o Tejo”. Mas também “a requalificação urbana, que promoveu a reabilitação dos bairros históricos e a reconversão da zona ribeirinha, nova área de lazer e entretenimento arejada”.

83 Referem-se ao CC Amoreiras, o edifício CGD, o edifício Guitarra – uma homenagem ao fado e à guitarra portuguesa – BNU, o edifício Marconi ou o CCB (Belém)

A Imagem da Cidade Coetânea

A descrição da cidade coetânea do guia foi considerada como permitindo ver os valores com que revestem a cidade do presente, na qual vivem. Admitiu-se que a escolha dos adjectivos e sentidos que os guias usaram — os autores, a imagem estereotipada de Lisboa a correr na sociedade da época — para descrever a Lisboa coetânea, expressa os valores do que consideram mais importante para a cidade. Presumindo nós que aqueles valores expressam, num plano mais abstracto, ideias sobre cidades na contemporaneidade do guia.

Antes de apresentar a síntese de Imagens da Lisboa Coetânea, é importante ter em atenção que a cidade de Lisboa descrita nos guias é a cidade que se considera como de interesse turístico, correspondendo por isso às partes de cidade que cada guia quis ressaltar. Como já foi dito, só seis guias dos vinte e oito efectivamente mais trabalhados, mas igualmente dos quarenta e quatro recenseados, fazem uma descrição da totalidade da cidade.

Em termos gerais, pela leitura dos guias, verificou-se que as descrições da apresentação da cidade, a Lisboa de interesse turístico, vão balanceando entre a Lisboa moderna e actual, a que estava em construção em acumulação com os monumentos e outros interesses turísticos considerados; e a Lisboa antiga consoante o período histórico urbanístico.

Ciclo Lisboa em Movimento

“A cidade a tornar-se moderna: a crescer em superfície e população; a implementar os novos meios modernos eléctricos para acelerar a circulação e o conforto dos habitantes; a rasgar extensas avenidas; a criar novos bairros de edifícios públicos e particulares, bem alinhados e de vários andares; a aumentar o número de fábricas e actividades manufactureiras; a construir novas escolas e bibliotecas; a tornar-se mais confortável para quem nela vive e a visita. Uma das mais deliciosas capitais do mundo” (1905RL e 1906BL).

Esta é a imagem que transpira dos guias do primeiro ciclo: **A cidade a modernizar**

Assim constatamos que no início de século a Lisboa Moderna tem maior importância e correspondia grosso modo à cidade que estava a ser ocupada no momento da elaboração dos guias, embora correspondesse a bastante menos do que os limites territoriais da cidade. Pode afirmar-se que os primeiros guias tendem a falar da cidade nova, a apresentar Lisboa como uma cidade moderna, aliás os turistas chegavam a Lisboa desembarcando em estações muito recentemente construídas (comboio ou barco). A cidade antiga surge

através da narrativa histórica e pelas suas qualidades panorâmicas, mas de forma pouco afirmativa.

Ciclo Republicano

“A cidade que se compõe de três cidades: a moderna, sanificada pela largueza e boa orientação da avenida, embora com algumas obras arquitectónicas de mau gosto, a pombalina que perde o seu antigo e característico aspecto e a de antes do terramoto, densa, saturada”, guias (1908-1913).

Esta é a primeira imagem que transpira dos guias do segundo ciclo: **a cidade a sanificar.**

Cidade de “segunda ordem, de costas voltadas para o rio, suja, sem a ordenação, o conforto e monumentalidade estética da arquitectura das cidades modernas. Lisboa, uma cidade ainda por fazer ... o seu Palácio da Justiça, o seu palácio da Leitura, o seu Palácio de Exposições, o seu Palácio de Festas, o seu Palácio do Povo, os seus jardins, o seu Bosque, e (como queria Fialho) uma larga avenida marginal orlada em toda a sua extensão das estátuas dos navegadores, poetas, artistas, filantropos, e das alegorias triunfantes da nossa aventura marítima”, (1924GP).

Esta é a segunda imagem que transpira dos guias do segundo ciclo: **a cidade por fazer.**

No Ciclo Republicano é mais vincada a descrição da degradação dos velhos bairros, e ao mesmo tempo aumenta a importância dada à qualidade cenográfica e panorâmica dos bairros vetustos de Alfama e Mouraria. É aliás interessante porque os guias correspondem às duas ideologias, republicana e monárquico liberal, tendo em conta os respectivos autores. Ambos estão de acordo com a falta de qualidade de boa arquitectura na cidade e a vida miserável dos bairros antigos. Em R. Proença existe um desejo de construir uma cidade monumental, enquanto em M. e Costa se expressa a crença no desenvolvimento da cidade “pela vida comercial que anima a Baixa e da população que tornou necessária a sobreposição sucessiva de novos andares nos prédios”, (1913).

Ciclo Imperial

“Lisboa tem um pitoresco muito variado A cidade adquiriu o hábito de revestir as casas de azulejos, brancos ou coloridos, começa a construir obras de qualidade, mais lógicas, mais belas, mais portuguesas e não os pastiches que até há pouco eram moda. Cidade que ainda tem de se convencer da necessidade de um pensamento, uma regra e uma disciplina no seu ordenamento, para se engrandecer, embelezar e se tornar capital”, (1933).

Esta é a primeira imagem que transpira dos guias do terceiro ciclo: **a cidade a construir obra para se tornar capital.**

“A cidade a crescer com plano e ordem, em território, em população; novas vias públicas têm sido rasgadas, ligando antigas e recentes artérias dentro do já vasto território da cidade; construíram-se jardins, palácios e prédios modernos; cresceu o cais acostável. A cidade toma um aspecto desafogado e elegante; contudo esta expansão incessante, pois Lisboa ainda muito tem para urbanizar, combina-se com o pitoresco alfacinha da Lisboa de antigamente, dos bairros típicos em primeiro lugar”, (1941).

Esta é a segunda imagem que transpira dos guias do terceiro ciclo: **A cidade a crescer com plano e ordem.**

No ciclo imperial os guias configuram duas imagens, uma, mais inicial (guia de 1933), que se assemelha à visão da cidade inscrita nos guias anteriores, mas talvez por se confrontar como o maior crescimento da cidade, a apropriação efectiva dos novos bairros das Avenidas Novas, o novo urbanismo “**a cidade com várias cidades que se bastam a si**”, que expandia e se descentralizava da antiga Baixa pombalina, com as obras iniciadas por Duarte Pacheco, embora ainda crítica, exprime uma adesão positiva na obra nova que então se iniciava. E uma segunda imagem que faz a afirmação de um crescimento que vai “desafogando” Lisboa, crescimento que se alia à Lisboa antiga, evidenciando o pitoresco alfacinha, que nos guias do ciclo anterior expressavam atraso.

Em parte separando-se alguma crítica ao gosto da arquitectura, a imagem não muda muito de uma cidade com três camadas: a moderna e cosmopolita, desenvolvimento quase natural da urbanização pombalina, a segunda camada; e a cidade antiga, que no princípio do século era densa, saturada, suja e pobre, a necessitar de ser transformada como a Baixa, que Pombal arrasara, como acontece nos guias de início do século e do período republicano, nomeadamente os oriundos da SPP e mesmo com R. Proença, embora este lhes encontrasse apesar de tudo um interesse pitoresco, nomeadamente pelo panoramas que daí eram possíveis usufruir. O interesse da cidade antiga era reduzido ao seu interesse panorâmico. Ao entrar no Estado Novo, a cidade antiga, na figura dos bairros, começa a adquirir o adjectivo de típico, de pitoresco, a dignidade da sua presença secular, os “miradouros” tornaram-se peças urbanas, categorias de entrada descritiva da cidade nos guias. passando a ser aquela a cidade com interesse a apresentar.

Os guias do ciclo imperial consideram que o crescimento territorial da cidade, que ocorreu ainda em fins de XIX, não tenha entretanto correspondido a uma maior urbanização. Dão conta de espaços vazios, ainda com clima e escala de termo rural, classificados como lugarejos e campos de lavoura, “**no actual circuito incluem-se muitos lugarejos ou pequenos aglomerados de habitações, vastos campos de lavoura, montes quasi desertos, e até um ribeiro**

completo” mas cujo novo urbanismo “a prolongar-se sempre, conquistando novos domínios, abrindo novos caminhos, aumentando a vastidão e o espírito civilizador de Lisboa, que não para de inovar-se, de se alindar” (1941).

Ciclo da Suburbanização

Estado Novo

“A cidade que se aproxima rapidamente do milhão de habitantes. A cidade estaleiro que para albergar tão grande número de indivíduos teve que criar na periferia novos bairros residenciais, as modernas cidades-satélite de Lisboa. Ajardinou-se, arborizou-se, construiu auto-estradas, avenidas marginais para nela melhor circular e voltou a ligar a cidade ao seu rio. A própria cidade velha, nalguns pontos de maior concentração de população activa, foi coagida a mesclar-se com as necessidades prementes do progresso, sem perder contudo, o que de mais pitoresco a caracteriza”, (1959LC e 1959GL).

Esta é a imagem que transpira dos guias do quarto ciclo (Estado Novo): **a cidade estaleiro do milhão a mesclar-se com a cidade velha.**

No ciclo da suburbanização torna-se clara a pressão demográfica que a cidade de Lisboa estava a sofrer. No guia editado pelo município em 1959LC, que sintetizamos na imagem “Cidade Estaleiro”, reflecte-se a pressão demográfica e a intensificação e complexificação da urbanização da cidade, descrevendo-se nesse guia a ideia de uma cidade que acompanhava as principais tendências urbanas, estando a dotar-se do que “*uma capital europeia deveria ter*”: um sistema de “*transportes colectivos práticos e rápidos*”, espaços verdes e jardins, nos novos bairros de habitação (*as células habitacionais* como os designam), “*para diversão e descanso*”, bairros de habitação social.

Democracia

“Lisboa uma urbe moderna, metropolitana oferecendo dimensões cosmopolitas com altos blocos de vidro e cimento com nova arquitectura e modernos Centros Comerciais, cujo crescimento a faz expandir-se para lá do arrabalde tradicional, muitas vezes num crescimento desordenado, planos aqui, improvisando acolá, destruindo alguns edificios interessantes e deixando terciarizar outros, sem implementar os necessários espaços verdes em zonas de elevada densidade urbana (edificado e população), mas sem ter perdido o seu carácter intimista”, (1982, 1983, 1985NG, 1987, 1988, 1989, 1990GT, e 1990LR).

Esta é a imagem que transpira dos guias do quarto ciclo (Democracia): **a urbe metropolitana a descaracterizar.**

A imagem que se desenha no ciclo suburbano em democracia reflecte definitivamente a suburbanização ao declarar que cresceu para lá dos seus limites, “**que a breve trecho a confundiram com os arrabaldes tradicionais**”. Mas volta a queixar-se, como o fizeram os guias do ciclo republicano, do modo desordenado desse crescimento e agora também do que o crescimento entretanto fez desaparecer. É interessante verificar que a figura da *Lisboa Desaparecida* que se desenha já desde o início de XX, concentrando-se nessa altura mais nos tipos lisboetas que marcavam a cidade, bem documentada no guia de 41, agora passou a ter fragmentos edificados, como a descaracterização da Lisboa rissaniana ou a Lisboa romântica e mesmo das marcas da Lisboa industrial. A importância patrimonial dos Pátios e Vilas emerge em vários guias do último período deste ciclo de suburbanização.

Existe uma ambivalência entre o regozijo e a lamentação da Lisboa que descrevem. Regozijo na entrada dos novos valores da pós modernidade, traduzidos na presença de edifícios símbolo, como o centro comercial Amoreiras por exemplo, os novos centros de negócios (eixo da Avenida Liberdade - Avenida da República). Lamento pela terciarização e desaparecimento de alguns exemplares de arquitectura que a entrada da modernização significou. Estes são ligeiramente saudosistas, nostálgicos em relação agora à cidade rissaninana em desaparecimento por demolição e terciarização.

A cidade passara a metropolitana, mas sem apresentar a escala das restantes metrópoles, desse modo reforçando a permanência da cidade intimista característica, dada pelos bairros de Alfama sendo este último a imprimir a marca da singularidade de Lisboa.

Ciclo da Reconfiguração de Capitalidade

“Lisboa, a «cidade branca», une harmoniosamente a tradição de uma cidade com muitos séculos com a modernidade de uma capital europeia.”

“Lisboa uma cidade de contrastes em todos os aspectos. Enquanto as torres pós modernas se elevam a norte, nos velhos bairros em volta do Castelo de S. Jorge a cidade toma, aqui e acolá, ares de aldeia.”

“Cidade centro de uma área metropolitana com cerca de 2,5 milhões de habitantes é uma cidade em mudança que modernizou as suas acessibilidades (rede de metro e nova ponte), aumentou a oferta de habitação, melhorou as condições de conforto dos seus habitantes e (visitantes), procura reabilitar os seus bairros históricos, revitalizar áreas em declínio, (como a zona oriental) introduzir na cidade símbolos de arquitectura sem perder os

elementos típicos portugueses e mediterrânicos, cidade que procura fazer-se à medida das pessoas, cidade de escala humana, enfim.”

Esta é a imagem que transpira dos guias do quinto ciclo: **a cidade a harmonizar a tradição com o desenvolvimento urbano.**

As imagens da cidade coetânea do último ciclo ressaltam a inclusão de elementos de modernidade – acessibilidades e arquitectura – reforçando a ideia de escala humana e intimismo.

Em síntese, no início tínhamos os guias a fazerem referência à Cidade que em 30 anos sextuplicou o seu território e duplicou a sua população, e que ao longo do século XX se vai enchendo / urbanizando. Nos anos 40 a cidade ainda se concentrava no centro antigo tradicional, como refere V. Silva (1941) possuía ainda algumas zonas de horta, mas em fins de 50 já tinha crescido para fora de Lisboa.

Em 1998 os guias apresentam a cidade como o centro de uma área metropolitana com 2,5 milhões de habitantes, afirmando que ainda assim, comparativamente com as outras grandes capitais, metrópoles, era uma cidade pequena, permitindo-se por isso a ser uma cidade *intimista*, de *escala humana*.

Exceptuando os guias editados no ciclo Lisboa em Movimento, nos restantes ciclos, embora com configurações diferentes, a cidade de Lisboa coetânea procura a cidade antiga para se identificar. Apreendemos os valores higienistas pelo atributo sanificador que dão à Avenida. Detectamos os valores funcionalistas pela referência ao plano de regularização do crescimento, na designação dos novos bairros, como bairros-satélite ou bairros-dormitório. Compreendemos os valores estratégicos quando referem as novas acessibilidades. Percebemos os valores patrimoniais quando insistem na preservação do tecido antigo, da cidade velha. Percebemos a importância de construções emblemáticas quando se referem a arquitecturas “mais nacionais”, mais mediterrânicas e portuguesas.

A Imagem dos seus Bairros

A linguagem popular aplica a palavra bairro a certas zonas da cidade, ainda que mal definidas, mas em que as condições topográficas, o carácter ou os hábitos da população fazem lembrar pequenas cidades dentro do grande mappa de Lisboa.

“Assim são de todos os lisboetas conhecidos os característicos de certos bairros de: o bairro de Alcântara onde predomina o elemento operário; o bairro de Santos e do Mocambo, onde principalmente as peixeiras e os homens do mar habitam; o bairro Alto, antigamente bairro aristocrático e hoje principal colónia das várias Severas que vegetam em Lisboa; o bairro de Buenos Ayres, alegre e desafogado, preferido pela colónia estrangeira principalmente os ingleses; o bairro Camões onde dominam as donzellas sonhadoras; os bairros de Alfama e Mouraria, muito conhecidos pelo carácter belicoso de uma certa casta dos seus moradores; o bairro das Avenidas Novas onde tem residência os habitantes endinheirados da capital; e o bairro de S. Vicente, onde se entrincheirou a aristocracia legitimista. (Vieira da Silva, *Os Bairros de Lisboa*, 1930: 32)

Tendo em conta que estamos a falar de Lisboa, e isso foi sempre evidente nos guias desde o início de XX, os bairros foram usados como identificadores, da organização territorial da cidade, assumiram-se como um dos seus mais importantes e recorrentes descritores, daí a sua inclusão como a quarta baliza para integrar a pergunta “a cidade é”.. Quais foram, a sua descrição e adjectivação, que lugares ocuparam nas projecções de identificação com a cidade, tornaram-se na nossa inquirição ao texto.

O trabalho de pesquisa centrou-se da busca nos textos da palavra *bairro* como designativo de áreas territoriais de Lisboa, que os guias identificavam como tal, independentemente do conceito sociológico e urbanístico actual de bairro, assim como da sua identificação e presença na cidade, embora se denote alguma coincidência.

Uma das razões que nos fez seleccionar esta categoria remete para o facto dos bairros terem sido “entradas” para descrever a cidade de Lisboa nos guias turísticos, pelo menos desde 1933, seja do ponto de vista da organização de informação para orientar o visitante na cidade, seja como lugares a visitar. Alguns bairros na cidade foram considerados, desde cedo, como pontos de interesse turístico, a par de categorias mais tradicionais como monumentos, museus, diversões e vida nocturna, embora tenham variado ao longo do tempo os focos de interesse desses bairros.

Ciclo Lisboa em Movimento

“É uma Cidade de **bairros novos**, como o bairro da Avenida; **bairros antigos**, como o da Baixa; **bairros vetustos** como os de Alfama e Mouraria; ou ainda **bairros de arrabalde**, no termo da cidade, em Campolide ou Campo de Ourique; e também **bairros operários**, como em Alcântara. Bairros modernos, com praças e edifícios de fachadas elegantes, bairros atravessados por correntes sanificadoras; o bairro antigo da Baixa com a sua qualidade majestosa, moderno à época; e os bairros atrasados, com a sua malha densa e labiríntica, de

atmosfera saturada e, o mais das vezes, povoados por pardieiros ou palacetes em ruína”, (1905GL, 1905RL e 1906BL).

O bairro, tal como o lemos nos guias, do início de XX, no Círculo da Lisboa em Movimento, aparece como um modo de identificação de lugares na cidade, sobretudo lugares residenciais, seja através das características arquitectónicas e urbanísticas, seja pelo tipo de população residente e o tipo de actividades económicas que aí se desenrolam.

As descrições dos primeiros guias, apresentam Lisboa como uma cidade em que os bairros eram modernos (bairros novos da Avenida e bairros de arrabalde de Campolide, Campo de Ourique), antigos (Baixa) ou atrasados (bairros vetustos de Alfama e Mouraria). A modernidade traduzia-se na presença de avenidas e ruas *“amplas, arborizadas, com praças e edifícios de fachadas elegantes, bairros atravessados por correntes sanificadoras”*. Nos bairros atrasados, a malha densa e labiríntica *“saturava a atmosfera”* e *“o mais das vezes”* eram povoados por *“pardieiros ou palacetes em ruína”* e não por casas ou edifícios.

A atitude dos guias do início de século perante os bairros de Alfama e Mouraria segue a ideia de renovação urbana explicitada em 1864 pelo Relatório da Comissão de Melhoramentos para a cidade, como refere R. Henriques da Silva: *“se tivesse sido economicamente possível executar o programa, Alfama, Mouraria e Bairro Alto teriam sido demolidos, por não corresponderem à ideia de Cidade modernizada.”* (1994: 411).

Era dado destaque ao bairro *“antigo da Baixa”* que possuía a qualidade *“majestosa, moderna, inovadora”* ao tempo histórico da sua concepção, identificando-o como o modelo urbanístico pombalino, e marcou a entrada de Lisboa na modernidade. É a primeira configuração do centro histórico da cidade.

Por fim é mencionada a presença do bairro operário de Alcântara, merecendo destaque na cidade turística.

Ciclo Republicano

“Cidade com bairros antigos, de carácter pitoresco e popular; a grandiosa edificação pombalina da Baixa; e bairros novos. Estes caracterizam-se por obedecer a um plano harmonioso e possuírem a “higiene e comodidade das grandes cidades modelares de hoje”, embora o bom gosto arquitectónico nem sempre prevaleça. Os bairros antigos, Alfama e Mouraria em primeiro lugar, apesar do labirinto de ruelas tortuosas, da casaria onde nunca chega a entrar o sol, possuem a qualidade rememorativa do passado de Lisboa e oferecem belas vistas panorâmicas, quadrinhos pitorescos”, (1908-13; 1924GP).

No ciclo republicano os guias transpareceram uma única imagem dos bairros, ao contrário da Memória e Imagem Inaugural, em que divergiram. Ambos utilizaram a organização topográfica para apresentar a cidade de Lisboa, as curiosidades a visitar. Pode dizer-se que na descrição da Lisboa turística se faz referência à mesma divisão da cidade do ciclo Lisboa em movimento: bairros antigos, de carácter pitoresco e popular, a “grandiosa edificação pombalina da Baixa”; e bairros novos. Estes últimos caracterizam-se por obedecer a um plano harmonioso e possuírem a “higiene e comodidade das grandes cidades modelares de hoje”, embora o “bom gosto arquitectónico” nem sempre prevaleça. Ambos estão de acordo de que Lisboa já possui elementos de modernidade e ambos estão de acordo com o “mau gosto”. O “plano harmonioso” e a “simetria rigorosa” afiguram-se qualidades a que se associa a cidade.

Todavia, o que se deve ressaltar é a entrada dos bairros vetustos, antigos, na sua qualidade rememorativa do passado de Lisboa. Alfama e Mouraria nestes guias passaram a ser **bairros memória**, salientando-se já os tipos populares que aí se encontram. Neste ciclo a antecipação do usufruto da visita assenta principalmente na cenografia panorâmica que aqueles oferecem. No entanto, descrevem esses bairros como tendo poucas condições de habitabilidade. O guia de 1924GP, talvez também por ser mais exaustivo, é particularmente expressivo na apresentação do carácter incivilizado desses bairros. Mas ambos lhe reconhecem a qualidade panorâmica, intercalando entre edificações “**pardieiras**”, as belas vistas panorâmicas, ou “**quadrinhos pitorescos**”, como refere Raul Proença: “**arcos e postigos, recantos de um sabor arcaico, com os seis andares de ressaltos apoiados ... De quando em quando as vielas rasgam-se, alcandoram-se a alturas inesperadas, e a vista lava-se então numa nesga do Tejo**”, (1924GP).

Ciclo Imperial

“A cidade compõe-se da sua *City* - Baixa - bairros novos, que são outras tantas cidades que se bastam a si, e bairros de carácter primitivo e pitoresco”, (1933).

“A cidade em que, por toda a parte, vive um pouco o pitoresco alfacinha: dos bairros típicos em rigor, como Alfama e Mouraria, com o seu tipo inconfundível, onde a beleza e o negrume das idades jogam às escondidas; ou os menos característicos, mas também pitorescos como o Castelo, Alcântara, a Madragoa, uma parte do Bairro Alto e certos recantos na Graça e em S. Vicente a Lapa, nos quais encontramos o popular-pitoresco e o aristocrático-diplomático. Bairros que são uma atracção visual e cultural para toda a espécie de visitantes; neles se revela sempre uma excentricidade, uma curiosidade”, (1941).

No ciclo imperial a cidade falada é cada vez menos a cidade e mais a cidade antiga, a diferenciação entre os bairros faz-se, já não entre modernos e atrasados, ou modernos e pobres, mas entre “popular-pitoresco e o aristocrático-diplomático”, ou seja, os grupos sociais que marcam o quotidiano dos bairros. O bairro de Alfama passou a ser um dos atractivos na visita a Lisboa; relembra-se a anterioridade aristocrática do bairro e Alfama para contrariar a degradação e falta de condições de habitabilidade.

Os bairros de Alfama, Mouraria, Madragoa, Castelo, Bairro Alto ... passaram a ser identificados como bairros com carácter primitivo, “Típicos”. Estes são nos guias explicitamente atracção para os turistas. Para além de se terem constituído como uma categoria de entrada nos guias (1941), a par das suas possibilidades panorâmicas, juntaram-se os valores étnicos, as características imutáveis das populações residentes que lhes emprestam um quadrinho pitoresco, mas, e nos pareceu mais interessante, atribuem à presença desse tipo de bairros de Lisboa, na contemporaneidade da cidade um papel de significação urbanística, de serem diferenciadores (a marca de diferenciação) de Lisboa face às outras cidades (Europa; mundo), estabelecendo contudo uma hierarquia de importância para essa significação; surgindo Alfama como o bairro entre os bairros, e a Mouraria o seu parente pobre, sendo os restantes identificados de menor importância diferenciadora.

Dado que neste ciclo foram editados vários guias a imagem não se formula, desde logo, como um todo homogéneo. O guia editado em 1933, guia comercial, apresenta uma descrição dos bairros numa imagem mais próxima dos guias do ciclo republicano, embora reflecta já as alterações na cidade que o projecto de Duarte Pacheco iniciou na década de 30 de XX, falando mais frequentemente nas necessidades de planificação urbanística. Este guia expressa uma maior importância dada à presença da cidade moderna, quase ausente

nos guias promocionais de 1935-41. A *City* - uma das figuras da cidade moderna – mas também pela descrição da vida e autonomia dos novos bairros urbanos (Estefânia ...) são lugares de referencia na cidade turística de Lisboa.

Ciclo de Suburbanização

Estado Novo

“Cidade em que cada bairro é uma pequena cidade e cada paróquia uma pequena aldeia. A cidade onde, perante a constante transformação trazida pela civilização, com as suas cidades satélite - Areeiro, Alvalade, Olivais, Encarnação, Vale Escuro, Picheleira, Campolide e Restelo - células habitacionais em perfeita simbiose com a velha urbe, se estabeleceram núcleos de resistência. A cidade dos bairros típicos, nos quais permanecem gerações sucessivas de populares, menos permeáveis às influências do modernismo. Alfama, o centro de resistência Nº1 da cidade, mas também Mouraria, Bairro Alto, Madragoa”, (1959LC).

Em 1959, já no decurso do **ciclo de suburbanização** da cidade, os bairros típicos são convertidos em **“bastiões de resistência”** sobre os quais Alfama lidera. O guia municipal editado neste ciclo (1959) retomou a configuração anterior - a importância urbanística da presença dos bairros típicos como diferenciador / identificador da cidade. Mas agora faz deles, mais do que identificadores, **“bastiões de resistência”** às consequências da modernidade, do impulso de industrialização e urbanização na cidade e a que Lisboa parece resistir, simbolizada naqueles bairros. E resistiu pela sua posição periférica, pelo acidentado topográfico do território, pela permanência de gentes aí a viver, menos sensíveis à modernização, à mudança. A Lisboa resistente nos **“seus velhos bairros que fornecem ao turismo moderno uma contribuição de interesse urbanista que ultrapassa a curiosidade levantada pela arquitectura e os traçados dos planos, que se assemelham em todo o lado”**. A cidade antiga, rememorativa, constituiu-se como a singularidade, a resposta lisboeta às consequências da modernidade, que gerava cidades monótonas, sempre iguais. A cidade moderna, ou a cidade que entretanto se foi fazendo, entra novamente nas descrições dos guias, mas o que nos pareceu de ressaltar, foi a analogia usada entre **“as células habitacionais”⁸⁴**, tal como são identificados os novos bairros, e os bairros típicos. Procurava equivaler-se aí o mesmo tipo de vivência e atmosfera; nas células estavam presentes as mesmas relações de sociabilidade e vizinhança, o mesmo povo, e as mesmas possibilidades panorâmicas do rio.

⁸⁴ Reflexo das ideologias urbanísticas de “zoning” prevaletentes nos projectos e obras urbanísticas que então se faziam em Lisboa: ex: as urbanizações de Alvalade, Olivais Norte e Chelas, bairros com uma escala urbana consideravelmente mais densa.

Democracia

“Cidade onde os bairros velhos mantiveram as suas características ancestrais, bairros que transportam uma memória histórica. Alfama, o burgo fidalgo dos séc. XIV e XV, que depois foi judeu, marinho e operário; a Mouraria dos mouros forros, da vida nocturna e profissão indeterminada, onde nasceu o fado; o Mocambo dos negros; a Lapa aristocrática; a Alcântara fabril; a Madragoa das varinas e pescadores; ou o Bairro Alto das tascas e tipografias, cheio de tradições boémias. A Baixa que se tornou um lugar de passagem apressada. E o Chiado, o ar que se respira, o som que nos envolve, o cheiro a violeta e castanha assada, a sandes antes da ópera, as luzes, os passos, as montras, os cafés ... Eça, Junqueiro, Júlio Castilho, Camões, Chiado no seu banco oscilante, os Mártires e Loreto, ... é Lisboa”, (1980, 1982, 1983 e 1985GL e 1985NG).

“Cidade com o seu centro dinâmico e cosmopolita - a Baixa - o seu centro habitacional em expansão - Amoreiras-Campolide - os seus bairros sofisticados e cosmopolitas de Alcântara-St Amaro, Alvalade-Areeiro e Lapa-Campo de Ourique; os grandes bairros habitacionais de Benfica Carnide, Campo Grande-Lumiar; os bairros residenciais invadidos pela actividade comercial de Anjos-Arroios; os bairros populares e históricos de Belém-Ajuda e Graça-Penha de França; os bairros industriais de Marvila-Beato-Xabregas. E os bairros típicos de passagem obrigatória como Alfama, ou o Bairro Alto, este último coração da *dolce vita* lisboeta, mas também o Castelo, Mouraria e Madragoa”, (1990LR).

No segundo período do ciclo da suburbanização, em Democracia a descrição dos bairros de Lisboa nos guias expressa uma complexificação. Agora a cidade tem vários tipos de bairros: sofisticados e cosmopolitas, bairros populares e históricos, grandes bairros residenciais, bairros a terciarizar, bairros industriais e o “bairro antigo” da Baixa, outrora centro dinâmico e cosmopolita tornou-se lugar de passagem.

Durante a década de 80, nos guias editados a tipicidade é deslocada dos bairros para elementos presentes nesses bairros e na cidade, como as varandas de ferro forjado ou os pátios e vilas, que entram como categoria urbana de interesse patrimonial e turístico. O fado, que só começa a ser falado nos guias como tipicidade lisboeta na década de 50, passou a ser um dos elementos a que se associam os bairros de Alfama Mouraria e Bairro Alto.

Aqueles bairros são considerados de interesse turístico, “pela sua singeleza e harmonia, menos que pela grandeza”, aspecto já anteriormente ressaltado; há contudo uma alteração no modo de os descrever. Já não é feita referência à característica de resistência à modernidade, mas por se manterem, em muitos dos seus aspectos, com as mesmas características desde tempos remotos (classificadas de medievais), o bairro antigo adquire a importância da preservação patrimonial, identificando os elementos à época histórica. Ex:

“portais góticos, registos de azulejos, perfis de casas com carácter seiscentista, pedras de armas firmando fachadas, ruelas do primitivo burgo da Alcáçova”. Nas descrições dos guias turísticos na década de 80, os bairros populares, típicos passam a ser caracterizados como bairros históricos.

Notou-se na constatação dessa permanência um certo espanto, transparecendo a ideia de que, já que os bairros sobreviveram na sua configuração tradicional, então há que torná-los atractivos para o desenvolvimento turístico, preservando agora a sua pureza histórica como conjuntos urbanos, fazendo deles novamente uma raridade apresentável no mercado turístico internacional. Por outro lado, passaram a estar associados a ambientes de diversão, uma das ofertas na cidade, seja para a escuta do fado⁸⁵, mas igualmente de diversões mais cosmopolitas, de cultura jovem. O Bairro Alto ganha uma nova preponderância sobre os outros bairros, menos por ser emblemático da singularidade da cidade, mas porque nele é possível o visitante encontrar mais aspectos de interesse e diversão.

Neste período do ciclo suburbano nos guias percebe-se a historicização de outras unidades residenciais urbanas, como as “Avenidas Novas”, de que se dá conta, com nostalgia, a terciarização e desaparecimento dos edifícios que as caracterizavam; o Chiado, emblematicamente equivalido a Lisboa; a alteração da Baixa Pombalina, a City dos anos 30, o centro nevrálgico da cidade, que se tornara, por essa altura, lugar de passagem dos movimentos pendulares dos lisboetas; incluem-se também antigos lugares de Termo arrabaldino, como Carnide, Paço do Lumiar ... , que possuíam ainda ambiências de aldeia. Os guias editados em fins de 80 do século XX, trazem a metrópole cosmopolita - as novidades pós-modernas - para dentro das descrições da cidade turística. Ao lado das tipicidades populares de Alfama e Mouraria, que vão sendo declinadas em relação à juventude e possibilidades de diversão no “buliçoso” Bairro Alto, de tradição boémia, enaltece-se o novo visual de vidro e cimento. A entrada dos grandes edifícios de arquitectura pós-moderna, as Torres das Amoreiras, são imagem de rosto de Lisboa, tanto quanto o universo pitoresco dos bairros antigos.

⁸⁵ O fado só é associado ao pitoresco da cidade no guia de 1951 oriundo do SNI mas que o guia emblemático de 59 não retoma.

Ciclo da Reconfiguração de capitalidade

“Cidade em cujo centro o terreno é acidentado, mas com escadinhas e elevadores para resolver o acidentado, onde antigos bairros residenciais se transformam em áreas de escritório - Av. Liberdade, S. Sebastião Saldanha / Estefânia Avenidas Novas; com um novo centro empresarial em plena expansão - Av. da República / Campo Pequeno - ou o novo centro de negócios - Amoreiras / Campo de Ourique. Com bairros elegantes como a Lapa ou da moda como o BA; os bairros genuínos de Alfama e Mouraria; o centro da cultura de Belém; as “Docas”; e a zona oriental da cidade, antigo “buraco negro” de onde emerge uma cidade moderna. Finalmente pode-se usufruir de um dos aspectos mais encantadores da cidade: o Tejo”, (1992, 2002).

No período de reconfiguração da capitalidade perdida a cidade é descrita como **áreas de escritório, centros empresariais, centros de negócio, centros culturais, bairros elegantes, bairros da moda, bairros genuínos**. Os bairros são associados a unidades residenciais na cidade, sejam mais populares, típicos, sofisticados ou cosmopolitas, os seus novos atributos.

E ainda resolveu alguns dos seus “**buracos negros**”, como o Martim Moniz, a zona das Docas ou a zona oriental (Expo), revitalizados, tornados modernos e cosmopolitas, com equipamentos culturais e de lazer. Os bairros típicos dão o sinal da diferença, da distintividade da cidade, “**bairros genuínos**”, mas o seu interesse passou a ser, como no caso do Bairro Alto, o facto de se ter tornado bairro da moda, lugar de interessantes diversões nocturnas e de preferência dos jovens. A ambiência jovem, que sobressaiu nos últimos guias do ciclo anterior, continua a ser a referência de interesse turístico nos bairros do centro histórico de Lisboa.

Novas áreas são trazidas à descrição pela presença de equipamentos culturais aí instalados como a zona da F. Gulbenkian, a zona Rato-Amoreiras, pelo museu Vieira da Silva ou o Aqueduto e Belém, que acrescentou à zona monumental um moderno e arquitecturado Centro Cultura (o CCB). A presença em Lisboa de vários centros e a diversidade de bairros foram as características principais deste último ciclo, aproximando-se da ideia de cidade metropolitana policêntrica e diversificada.

A Imagem dos Lisboetas

Devido à invasão de Lisboa pelas populações da província fenómeno que se acentuou após a primeira guerra mundial, operou-se uma tão acentuada desproporção entre a população residente e a população adventícia que não foi mais possível distinguir, nesta amálgama, o povo de Lisboa como uma realidade com características próprias. Assim, o alfacinha não é hoje mais do que uma abstracção, perdido num conjunto populacional indistinto, proveniente das mais diversas origens. Não sendo já possível contactá-lo como uma realidade concreta, procuraremos reconstruí-la através de uma vasta recolha de documentação iconográfica e de alguns vestígios materiais que são já peças de museu. Irisalva Moita, *O Povo de Lisboa, Exposição Iconográfica*, 1979.

A imagem de cidade pode ler-se através da identificação e das descrições dos habitantes da cidade, os lisboetas, quem e como são os que vivem na cidade ou que dela são representativos embora em desaparecimento. Ou melhor que habitantes de Lisboa descrevem?

Através da leitura dos guias, à procura do que disseram sobre os lisboetas, verificamos que estes eram as pessoas que se viam nas ruas, nos espaços públicos da cidade.

No quadro do modelo geral dos conteúdos dos guias, a entrada “Povo versus nativo da cidade; Lisboetas” não existe. À partida não se apela à visita da cidade por causa dos seus habitantes. Ela é uma categoria subliminar que vai atravessando as diversas entradas para falar sobre o que na cidade tem interesse turístico. No caso do nosso corpus só surge de uma forma destacada mais aproximada, através da entrada “Usos e Costumes” no guia municipal de 1941, e é caso único.

Fala-se da história do povoamento da cidade, nos diferentes povos / civilizações que marcaram a cidade, deixaram vestígios-monumentos, e lhe imprimiram carácter, enumerando origens até para lá das fontes documentais, aludindo a mitos / lendas de fundação como a presença do herói grego da Odisseia, Ulisses, referencia quase constante ao longo do século XX. Estabelecendo desse modo uma linhagem a que Lisboa e os lisboetas pertencem.

Relatam períodos em que a cidade foi especialmente cosmopolita, enumerando com alguma exaustão os diferentes povos que em Lisboa circularam. Fala-se da presença de comunidades regionais cujas características se destacam.

Menciona-se o seu número de população, dando conta da sua expansão ou decréscimo desde os primórdios da existência da cidade. A esse propósito foi interessante constatar que a ideia de Lisboa **com um milhão de habitantes** para os autores dos guias se constituiu uma

espécie de número mágico, um atributo que aquela deveria possuir no campo do que ambicionavam para Lisboa enquanto cidade capital. Esta ideia base presente ao longo do século XX tem o movimento que vai da “**Lisboa quase com um milhão de habitantes**”, no início do século, um momento de esquecimento, em que a pequenez se tornou o seu atributo, passando pela “**cidade que se aproxima rapidamente do milhão de habitantes**” (1959) e, finalmente, na década de 90, a “**Lisboa com um milhão de habitantes**”.

A imagem de cidade que surge no início de XX, e permanece até nós, é a de que Lisboa se quer apresentar como uma cidade cujo número de habitantes pertence à classe do milhão. Interrogando-nos sobre a origem desse número baliza fomos à procura dos valores populacionais de Londres. Esta é caracterizada em enciclopédias como a *Universallis* e *Britannica*, como a cidade que no século XIX mais se industrializara e crescera, possuindo um milhão de habitantes em 1820⁸⁶. A analogia estabelecida é a de que a cidade se associa a quantidade de população habitante, e uma cidade moderna, urbana, tal como existia desde meados de XIX nos países desenvolvidos, é uma cidade com uma elevada população, na classe do milhão.

A concentração populacional foi um factor dinamizador da actividade económica, na mesma medida em que impulsionava a expansão dos sistemas colectivos de serviços e a concentração de informação, gerando dinâmicas no mercado. Até meados do século XX, uma maior taxa de urbanização era sinónimo de crescimento económico.

No princípio do século XX todas as cidades europeias ultrapassavam o milhar de habitantes. Poderia dizer-se que Lisboa, se apresentou através dos seus guias turísticos como uma cidade que aspirava a cidade de um milhão de habitantes, aspiração de início de século e concretizada no seu termo.

Mas de resto Lisboa poucas vezes tem habitantes, moradores que lhe emprestem um carácter atractivo maior, exceptuando o guia de 1941. Mesmo a figura do “alfacinha”, “**apoda**” porque é conhecido o “**natural**” de Lisboa, como diz Raul Proença (1924GP), não surge quase nas descrições da cidade.

A nossa hipótese inicial de encontrar na descrição dos habitantes da cidade projecções e identificações do povo, do Estado-Nação Portugal ou ao *lisboeta*, enquanto representativo da comunidade da cidade de Lisboa — o povo da cidade — não se mostrou muito evidente, mesmo numa análise mais transversal, nomeadamente para o segundo.

⁸⁶ Hoje possui mais de 7 milhões (7 517 700) em comparação com o meio milhão de Lisboa (509 751) (dados de 2001)

Poucas vezes a referência ao povo de Lisboa, como a sua comunidade de cidadãos, de cidadãos, se encontra presente. Referem-se desse modo Raul Proença, quando se alude ao **estado de incivilidade do povo lisboeta**, e o “anónimo lisboeta”, respectivamente em 1924GP e 1933. De resto o povo lisboeta são as classes populares que percorrem as ruas de Lisboa, colorindo-as com as características que em cada ciclo histórico-urbanístico foram consideradas como lhe sendo próprias. As classes altas, a burguesia, os outros grupos sociais das classes médias ou operários poucas vezes são referidos.

Podia dizer-se que os guias turísticos falam dos lisboetas quando vão dando a descobrir o movimento da cidade, a sua vida e ritmo quotidiano nas ruas. Cada grupo visibilizado é identificado a territórios concretos da cidade. Aos bairros com muita frequência, mas igualmente a lugares públicos, lugares de entretenimento, da moda à actualidade do guia: teatros, circo, ópera, picadeiros, no princípio do século; cafés, pastelarias e cinemas nos anos 30; nos bairros populares e nas ruas a vender diversos produtos, quase em todos os guias; na “*dolce vita*”, na “*movida*” do Bairro (Bairro Alto), ou as “docas” nos anos 90.

As classes populares de Lisboa entram nos guias a partir dos que a SPP promoveu (1908-1913) que são justamente os primeiros guias promocionais do país com fins turísticos no século XX. Pode avançar-se que serão mais os guias promocionais a fazer-lhes referência e a apresentar igualmente algumas predicções valorativas que os ligam ao povo português e ou lisboeta. Os primeiros guias, comerciais, referem-se genericamente a gente que trabalha e se diverte, assinalam a presença de classes operárias e também de classes viciadas, habitantes da Mouraria, da Sé e na Graça, pessoas que viviam em “**pardieiros**”.

Os guias do ciclo imperial, especificamente o guia de 1941, que trouxe as classes populares para a Lisboa turística como um dos seus principais interesses étnicos, embora já estando a referir-se a um grupo social em recomposição e ao desaparecimento de alguns dos seus tipos. O sentimento de nostalgia desses tipos sociais permanece na Lisboa turística no ciclo da suburbanização, desaparecendo da descrição turística da cidade na década de 90, no ciclo da reconfiguração de capitalidade, em que o cosmopolitismo da população lisboeta é mais reforçado.

É fundamentalmente através dos vendedores ambulantes que as classes populares são enumeradas e representam ou envergonham o povo de Lisboa ou o povo português. Estes, para os autores dos guias, marcaram a paisagem da cidade, e falar desta significou falar deles, das suas particularidades, das qualidades e defeitos que poderiam ser projectadas como características do lisboeta, do português. Analogia que só é feita com clareza durante

o período do Estado Novo. A sua presença como sinal de atraso na imagem da cidade só acontece nos guias produzidos pela SPP e o guia de R. Proença (1908-1924). A partir daí as suas particularidades deixam de ser sinal de atraso para passarem a ser tradicionais, com valor étnico, ou como pormenor folclorista nos guias de fim de século.

E entre os muitos vendedores ambulantes, diferenciados pelo seu produto de venda, origem regional ou raça, destacou-se a “**varina**”, figura emblemática de beleza feminina popular, que só abandona o palco citadino turístico no guia de 2004, quando já era só memória de memória, a saudade do seu desaparecimento iniciada em 1941 com o guia municipal coordenado por Vieira da Silva. Sobre ela se destacaram os mais espantosos adjectivos, que por si só mereceria um trabalho mais apurado, obrigando todavia a outros âmbitos de análise que não estão em causa neste trabalho. Expressam uma certa coerência com as explicações avançadas por G. Índias Cordeiro para a persistência desse “tipo popular”: “A visibilidade do trabalho exercido na rua e em outros lugares públicos. A evidência da sua origem geográfica bem expressa, por exemplo, no vestuário e na linguagem, o papel desempenhado no abastecimento da cidade, uma sonoridade particular, evocadora de um passado relativamente recente, e simbolizando um tipo de conhecimento interpessoal, hoje intensamente valorizado e uma intensa sociabilidade de grupo”. (G. Índias Cordeiro, 2001: 16)

Os vendedores ambulantes foram sendo identificados a partir das suas origens regionais, ovarinos e galegos mais frequentemente, mas também judeus, gente de raça africana, “**mulatas ou pretas**” no início de XX ou “**ciganos**” em meados dos anos 80. Vendiam peixe, jornais, cautelas, azeite, ferro-velho, mexilhão, tâmaras, água, hortaliças e frutas, queijos frescos e ovos; leite, pão, castanhas, fruta ou gelados já em fins dos anos 60 até aos anos 90. Ou prestavam serviços ao domicílio como a lavadeira, o caiador, o carvoeiro ou o galego das mudanças, ordenha de leite, entrega de perus vivos no natal, ferro-velho ou engraxador, apregoando das ruas para se fazerem ouvir no interior dos domicílios.

Mas os vendedores ambulantes começam a sair das ruas nos guias, a partir de 1924GP. No guia de 1941 já não existem judeus das tâmaras, os galegos já não vendem água, nem fazem mudanças, já não há pretos caiadores. Em 1959 permanecem os vendedores de jornais e cautelas. Vendedores que na década de 80 foram fixados em bancas e as varinas imobilizadas em pequenos mercados de levante e feiras regularizadas, 1985NG. Nos últimos anos da década de 80 de XX, pelas ruas só existem vendedores de castanhas ou

gelados, a encontrar nas grandes avenidas ou nas vielas dos bairros antigos, é o que descrevem os guias do último ciclo.

Os outros tipos sociais são pouco expostos; como os operários, assinalados no princípio de XX; os “**empregados de escritório**”, as “**costureirinhas**” e “**fabricantas**” identificadas nos guias dos anos 50; os “**fragateiros**”, “ **pescadores**” e “**marinheiros**”, que se falam mais como velhas figuras típicas nos guias editados na década de 80. A referência a tipos populares é remetida para os **comerciantes de bairro** nos últimos guias daquele período. A partir daí as ruas são ocupadas por populações heterogéneas, cosmopolitas em que se cruzam **estrangeiros**, “**empertigados homens de negócios**”, “**secretarias perfumadas**”, “**engraxadores**”, “**amoladores**”, “**cauteleiros**”, “**ciganas**”, os “**donos dos quiosques**”, “**antiquários**” e “**bibliófilos**”. De resto passaram a ser assinaladas as **populações jovens** e os locais e bairros de diversão escolhidos por elas. As ruas de Lisboa em fim de século voltam a ser vividas por populações heterogéneas, que deambulam e se divertem, como surgem nas descrições dos guias do ciclo Lisboa em movimento.

Podemos afirmar que o vendedor ambulante, desde logo marcado como imigrante, foi durante muito tempo assinalado nos guias como uma das mais importantes e marcantes figuras que povoavam a cidade, porque para além de residirem nos bairros que se tornaram pitorescos e de interesse turístico a partir do guia de 1930, cruzavam a cidade nas proximidades dos lugares de atractivo monumental e turístico de Lisboa recomendados para visita nos guias.

A outra figura urbana, e essa sim, sem referências de regionalismo, de origem geográfica, que poderíamos considerar então como intrinsecamente urbana e lisboeta remete para as **classes viciadas** (1905RL), **rufiões**, **brigões e cantadeiras**, **o fadista com o seu calão de bordel e cadeia**, (1924GP) que R. Proença diz estar em desaparecimento nesse período. Ou os **boémios e fadistas sofisticados** em fins de 80. Importa clarificar, contudo, as diferenças entre o **fadista avinhado** (1924GP) e o **fadista sofisticado** dos anos 80 de XX, que em parte expressa a mudança do estatuto do fado na cultura da cidade. O **fadista** de Proença pertence “ao gang composto de gente dos ofícios, antigos marinheiros e soldados e simples marginais, com as alcunhas típicas dos «fadistas», entre outros bandos armados que percorriam as ruas de Lisboa no início do século XX. “ (...) a gente dos democráticos, a que os sindicalistas chamavam a «formiga branca» tinha o seu pouso no café da Brasileira

no Rossio, os anti democráticos no Centro 27 de Abril”, como refere R. Ramos na História de Portugal de Mattoso, (1992-1994, vol VI: 544)

O alfacinha, identificado genericamente com o lisboeta, poucas vezes é mencionado e caracterizado, alguns contam a origem do nome, como os guias 1924GP e 1959, este último descreve-o como morador dos bairros antigos, “**amante do petisco**” em fim de dia ou fim de semana.

A ideia de povo da cidade, de população urbana que transparece nos guias remete para o passado, em momentos políticos chave como a Restauração: “**no 1º de Dezembro de 1640, o povo de Lisboa invadiu o Paço das Ribeira, tomou o poder e proclamou rei o duque de Bragança, João IV**”, 1933, situação que acontece pouco. De resto, a ideia de população urbana remete para o significado histórico da “canalha” do princípio do século XX, citando mais uma vez R. Ramos: “Canalha, chamava-se assim ao povo urbano, que em Portugal era sobretudo o de Lisboa. A «canalha» definia o espírito daqueles que abominavam o Estado e os seus conselheiros ao ponto de não terem pejo de vir para a rua insultar e apedrejar a autoridade. Podiam ser lojistas e operários, estudantes e jornalistas, juntos às gentes que havia nas ruas, desempregados, vadios, garotada descalça”. (História de Portugal, 1994: Vol. VI: 266)

O cosmopolitanismo foi o atributo que se utilizou para traduzir a ideia da população urbana. Aquele é mencionado como uma das características da Lisboa coetânea, nos guias do primeiro e do último ciclo histórico-urbanístico; mas também rememorado, em quase todos os guias, sendo um dos indicadores da **grandeza** da cidade no seu período áureo (os Descobrimentos), em que se comparava “por cima” com o resto das cidades do mundo.

Por fim, através da pesquisa aos lisboetas, também pudemos apreender a estratificação social de Lisboa. Esta surge muito polarizada entre “pobres / populares” e “elegantes”, estratificação que se vai esbatendo e diversificando a partir do ciclo da suburbanização, no período da Democracia, surgindo figuras urbanas como homens de negócios, secretarias, bibliófilos.

Apresentamos em seguida as imagens que se configuraram em cada ciclo.

Ciclo Lisboa em Movimento

“Em Lisboa o povo é alegre e hospitaleiro; na parte antiga residem as classes operária e as viciadas”, (1905RL-1906).

Os primeiros guias de XX fazem uma diminuta referência às populações da cidade demarcando só as classes operárias e as viciadas.

Ciclo Republicano

“Em Lisboa a alta sociedade - cavaleiros e amazonas - gostam de passear no Campo Grande, ou circulam em bons e modernos automóveis pela Baixa. As classes populares têm tipos característicos e atrasados, raramente perdem hábitos e costumes das suas regiões de origem, como as varinas, mulheres que se empregam em Lisboa na venda de peixe, muito esbeltas e de tez morena, percorrendo descalças as ruas”, (1908-1913).

“Em Lisboa o seu povo ainda não atingiu o estágio da civilização de outras cidades modernas. As classes altas vestem com elegância, pelo último figurino de Paris. Contudo nos bairros antigos podem ver-se “mulheres desgrenhadas, crianças rotas e sujas,”; “população ociosa de gentio aventureiro, rufias, brigões e cantadeiras, fadistas com o seu ar avinhado, felizmente em vias de desaparecimento”. Nela vivem também importantes colónias como a dos galegos e das varinas, estas “um dos tipos femininos mais curiosos e gentis da nossa terra”, que pelas ruas de Lisboa, de pé descalço, felizmente em desuso, apregoam, com melodias de um inexplicável sentimento poético, peixe, fruta, jornais, azeitonas, hortaliças, queijo fresco, ... “, (1924GP).

Este período inicia a descrição dos vendedores ambulantes como uma figura característica de Lisboa e o realce dado à figura da varina como um exemplo de beleza popular feminina. Contudo, aqui contrabalançam-se os tipos populares com as classes elegantes, que também marcam o espaço público da cidade, como as “amazonas e os cavaleiros no Campo Grande.

“Os mercados, logo de manhã, são um bom sítio para observar as classes inferiores de perto, gente diligente como formigas, que raramente perde hábitos e costumes regionais. Nas ruas da cidade podem ver-se vendedores vindos de outras regiões do país ou mulatas e negras, tantas quantas em outras cidades marítimas, que se identificam pelos seus trajes e produtos: peixe, cautelas, jornais, leite trazido pela ordenha das vacas à porta do freguês, ou os rebanhos de perus no natal”, (1913).

Na Lisboa que se expressa nestes guias instalam-se fábricas – “barracões” junto do rio⁸⁷, despeja-se lixo nas ruas, anda-se descalço. Estas duas imagens mostram a bipolarização da cidade de Lisboa, espelho da sociedade portuguesa – a classe alta elegante e europeia, pois veste segundo a moda ditada por Paris, e a classe mais pobre “desgrenhada, rota e suja”.

⁸⁷ As fábricas de fiação e estampanaria em Alcântara e do gás em Belém.

Ciclo Imperial

“Em Lisboa, cidade meridional, vive-se na rua. Nos bairros populosos saíam para se aquecer no inverno ou refrescar no verão, para namorar ou simplesmente para ver quem passa. Na Baixa, depois do almoço, as ruas enchem-se de homens que fazem uma pausa do trabalho no escritório, indo até ao café conversar de política, as senhoras tomam o chá das 5 nas pastelarias. Os laboriosos varinos, pescadores e vendedores de peixe; as varinas, mulheres belas e esbeltas, correm as ruas alegremente, pernas e pés nus, se a polícia o consentir”, (1933).

“Não se pode falar de Lisboa sem falar do tipo popular lisboeta, o vendedor ambulante e o seu pregão, motivo de estudo de folcloristas e viva atracção de visitantes. E de entre todos a varina, incarnação estrídula do trabalho alegre, é o cartaz de Lisboa, ela incarna a pureza de uma raça cujo segredo é não mudar de profissão. Pena que alguns estejam a desaparecer e os seus trajes se tenham vindo a descaracterizar pelo verniz da civilização. Mas também não podemos esquecer os saloios e as costureirinhas, nos seus vestidos de chita”, (1941).

Em 1933 as varinas, continuam esbeltas, e descalças se a policia as deixar, apregoando peixe pela ruas. Os homens, igualmente rudes trabalhadores, pescam e também vendem peixe. Lisboa é uma cidade meridional, e uma parte do tempo as pessoas andam nas ruas. Nos bairros populosos saíam para se aquecer no inverno ou refrescar no verão, ou simplesmente para ver quem passava. No Rossio, na Baixa, depois do almoço as ruas enchem-se de homens que fazem uma pausa do trabalho no escritório indo até ao café conversar de política, as senhoras tomam o chá das 5 nas pastelarias. Pelo contrario, à noite a *city* fica deserta, poucos aí moram já. Entre o Rossio e os Restauradores os teatros e os *dancings* enchem à noite, “permanecendo até muito tarde alguns retardatários”.

Em 1935 as ruas continuam povoadas de gente de hábitos modestos e tranquila, contempladora da orla marítima.

Em 1941 a varina, “incarnação estrídula do trabalho alegre”, transforma-se no cartaz de Lisboa, “não se compreende o burgo lisboeta sem ela”, ela incarna “a pureza de uma raça cujo segredo é não mudar de profissão”. Com o saloio, são o tipo popular lisboeta, “muito nosso”, o povo de Lisboa, apesar do “traje desvirtuado com que então se passaram a vestir”. O galego continua no “seu afã de grande trabalhador a trabalhar na carvoaria e na tasca”. Os vendedores ambulantes continuam a atravessar Lisboa, cuja linguagem “pregoeira deixara de ter o encanto de outrora”. Das ruas desaparecera o judeu das tâmaras, o preto caiador ou o galego das mudanças e da água. As *costureirinhas*, a nova profissão e figura cristalizada da ambiência lisboeta, juntam-se às *varinas* e aos *salaios* através do guia de 1952. Percebemos aqui o início da diversificação da população urbana, que se acentua no ciclo seguinte.

Ciclo de Suburbanização

Estado Novo

“Lisboa tem uma castiça paisagem humana. Na Madragoa marinheiros, varinas e descarregadores do porto resistem, pela policromia dos seus trajes, à evolução da moda e do modo de viver nas cidades. Vendedores ambulantes atravessam a cidade, levando à nova Lisboa a voz da tradição, o velho pregão. Mal o dia nasce, os jornais saídos das máquinas arrumam-se no saco dos vendedores; as ninfas do Tejo - peixeiras airosas - fazendo soar as suas chinelas na calçada, correm para os mercados, com as suas canastras e cestos ainda vazios; os eléctricos vão cheios de operários, fabricantas e costureirinhas alegres e caprichosas; campainhas tocam, ouvem-se os gritos dos leiteiros e dos padeiros quando passam ... e ao fim da tarde o alfacinha saltita da tasca para a carvoaria à procura do melhor petisco”, (1959LC)

Mantendo a atenção nos tipos populares e castiços, percebe-se nas descrições destes guias a entrada do operariado, de novas figuras urbanas, os distribuidores de leite e pão ao domicílio, que já se deslocam nas suas bicicletas.

Democracia

“Lisboa teve sempre uma individualidade própria, os seus tipos citadinos, tão populares: a Varina, o Saloio, o Galego, o Aguadeiro ou o Ardina. Mas esta gente fazia parte de um contexto sócio cultural que também foi desaparecendo. Os fadistas tornaram-se sofisticados, os ardinhas assentaram bancas fixas nas ruas, os vendedores ambulantes calaram os pregões e foram remetidos para lugares pré estabelecidos pelas entidades camarárias. Mesmo assim, nos dias de hoje, com um olhar atento, ainda se descobrem pelas esquinas, nas vielas dos bairros antigos, ou mesmo nas grandes avenidas, vendedores de castanha ou de fruta, engraxadores ou cauteleiros que fazem parte da galeria de «alfacinhas»”, (1980; 1982; 1983; 1985GL)

“Em Lisboa a população, que conta hoje mais de um milhão de pessoas, é tão heterogénea como o traçado arquitectónico: do homem de negócios empertigado, passando pela secretária perfumada, a cigana, o dono do quiosque de jornais, o bibliófilo, o engraxador, ao “alfacinha” e gente oriunda dos vários cantos do país e do mundo. Boémios, fadistas, poetas ou varinas vê-los-á com certeza nos velhos postais da cidade ou quem sabe, nos velhos bairros”, (1989, 1990GT).

No último período do ciclo da suburbanização, os guias dão conta de uma Lisboa mais diferenciada. Os tipos populares encontravam-se explicitamente cristalizados em bilhete-postal e referenciados como tal. Os lisboetas são agora entendidos, sobretudo, como população, heterogénea e cosmopolita.

Ciclo da Reconfiguração de capitalidade

“Lisboa cidade mediterrânica onde a cultura está na rua, nos seus mercados, nos cafés e bairros. Os lisboetas são, por natureza e tradição, abertos à novidade e à convivência, hospitaleiros e simpáticos para quem os visita”, (1992-2004).

De certa forma, neste último ciclo a imagem dos guias remete para as imagens sintéticas transmitidas nos guias de início de século XX. É novamente a população sem identificação de tipos.

A Imagem das singularidades de Lisboa

Sendo um lugar de encontro entre a actual Europa multicultural, África e as Américas marcadas pela História da Europa, Lisboa goza da condição privilegiada de ser uma cidade capaz de problematizar esse encontro complexo, tensional, mas anunciador de muitas criações de futuro. A Lisboa contemporânea pode ser uma plataforma única de criação de obras e de imagens que reveja e recrie a história da criação cultural contemporânea e seja única nesse modo de se apresentar ao mundo. (A. Pinto Ribeiro, *Abrigos, condições das cidades e energia da cultura*, 2004: 80)

A imagem de cidade pode ler-se através dos atributos (das tipicidades; singularidades) que nela se cristalizaram ao longo do tempo considerados como mais valias, o que empresta o **carácter de raridade, de único a Lisboa**. E também pode ler-se através das razões apeladas para a virem visitar, a atractividade. Esta responde mais directamente ao mercado do turismo global, aos gostos turísticos que dominam a procura no momento da edição dos guias. Enquanto a singularidade é mais resultante dos projectos de cidade, por isso as razões para atractividade e singularidade desdobram-se em alguns guias. Sempre que possível separamos os dois momentos, mas reunimo-lo num identificador único.

Começamos por apresentar as ideias síntese encontradas, em primeiro lugar a partir do confronto de Lisboa na sua comparação com outras cidades e em seguida tendo como referência o mercado turístico.

Lisboa em Movimento

Nos guias do ciclo Lisboa em Movimento, esta apresenta-se como uma cidade a modernizar colocando-se em equivalência com as outras capitais, usando para tal a opinião

de elites sociais: “A sua celebridade tem chamado a atenção de vários monarcas da Europa que ultimamente a têm visitado, elogiando a alegre hospitalidade do bom povo português e o seu progresso, classificando-a como uma das melhores capitais da Europa”, (1905RL, 1906BL).

“Lisboa, uma cidade a modernizar-se, como as outras capitais, ideal como “refúgio de inverno” por causa da sua temperatura amena, mesmo no inverno, e pelo excelente porto onde todos os navios do mundo podem aportar”, (1905RL,1906BL).

Neste ciclo, os guias fazem de Lisboa um “*resort de inverno, capital da hibernação*”. Claro que esta atractividade se relacionava com o tipo de turismo que então se praticava, um turismo mais de elite e igualmente correlacionado com os meios principais de deslocação de grandes distâncias: o transatlântico e o comboio. Nesse período aqueles detinham velocidades muito baixas, as viagens eram demoradas, exigindo também um período maior de permanência. Mas se o clima é o principal atractivo, a cidade de panoramas configura-se como a singularidade de Lisboa.

Nessa medida esta imagem de Lisboa, cidade de clima ameno, com panoramas únicos, luminosidade especial e um rio de passado histórico será o principal atractivo de Lisboa, que vai permanecer até aos guias editados a partir de 1941, o qual introduz uma nova imagem a esta já delineada. Pode dizer-se que Lisboa como cidade de panoramas se configura nos primeiros guias editados na Lisboa em movimento, atravessa o ciclo republicano e ainda entra no ciclo imperial.

O turismo de Inverno estava na moda em fins de XIX, sendo a costa mediterrânica um dos lugares privilegiados. Nice foi a capital de inverno, de acordo com estudo de Culturello e Rinaud, a região demarcada “Cote d’Azur” data desse período. (Culturello e Rinaud 2002:16)

Ciclo Republicano

“Mas se os monumentos e as obras de arte não abundam aqui como em algumas outras grandes cidades da Europa, outro tanto não se poderá dizer dos encantos com que a natureza prodigamente dotou Lisboa: a topografia, o céu, o solo, o clima, a flora, a paisagem”, (1908).

Os guias emanados da SPP, editados no ciclo Republicano, ao apresentar Lisboa, fazem-no começando por enunciar a sua fraca monumentalidade quando comparada com outras capitais europeias. Faltam-lhe “monumentos e obras de arte” ou “edificações de grande valor arquitectónico”; “grandiosos palácios e outros monumentos foram destruídos pelo cataclismo.” Mas isso não impede a atractividade de Lisboa, pois “a natureza dotou-a prodigiosamente

de encantos” fazendo dela uma cidade de panoramas. Esta imagem de relativa pobreza monumental, que se associa igualmente a monumentalidade perdida⁸⁸, e compensada pela beleza da sua configuração topográfica, cristalizou-se por um período consideravelmente longo na cidade. O guia editado em 1933, *Lisbonne*, repete a mesma ideia base destes guias, assim como o guia editado em 1995.

Do ponto de vista da apreensão da fraca monumentalidade de Lisboa o guia editado por R. Proença assemelha-se ao guias emanados da SPP, mas enquanto os primeiros destacam os atributos da cidade, como a sua bela configuração topográfica e as qualidades estratégicas e económicas do porto, em R. Proença avança-se uma proposta para repor a monumentalidade com a construção de novos palácios e monumentos. É a cidade sonhada de que já se falou a propósito das imagens de Lisboa coetânea aos guias.

“A cidade é geograficamente indicada como cais da Europa, pela sua situação na parte mais ocidental do continente europeu e pelas magníficas condições naturais da sua barra, sempre de fácil aceso. Não tendo a monumentalidade de outras grandes cidades, a natureza dotou-a prodigiosamente, sendo uma bela cidade de panoramas”, (1908-1913)

“Cidade resgatada da banalidade pela importância arquitectónica dos Jerónimos, a Torre de Belém, o Terreiro do Paço ou um ou outro portal de igreja; e pela sua maravilhosa situação dominadora sobre o rio Tejo, raro no mundo, de gradações infinitas de colorido, irreais, como panorama entrevistos em sonhos, rio que ao encanto da paisagem vem juntar-se ainda a sugestão do passado, que faz desse estuário o mais histórico de todo o planeta” (1924GP).

Convém destacar que os guias SPP apelam para a importância geoestratégica do porto de Lisboa, geograficamente posicionado como porto de escala entre continentes. E através do seu discurso, mas também objectivos que eram inerentes nestes guias, a maior importância é dada ao porto, que aliás tinha sofrido obras de modernização para receber maior número de embarcações.

Por seu lado o guia de Proença, apresentando o mesmo tipo de razões de atractividade da cidade, refere a importância do rio, mas fá-lo mais no sentido simbólico, patrimonializando-o. O Tejo, o porto de Lisboa significava antes de mais **“a sugestão do passado, que faz desse estuário o mais histórico de todo o planeta”**. Imagem que se repete até ao guia de 1939.

⁸⁸ Os sismos foram uma das razões principais para explicar a pobreza monumental da cidade. Por isso, sabendo que Londres sofrera um cataclismo que destruíra grande parte da cidade quase 100 anos (1666) antes do sismo de 1755, fomos ler alguns guias e constatamos que o trauma cidadão é várias vezes referido nos guias sobre Londres. Mas esses incêndios relatados são igualmente o pretexto para falar das renovações que então se operaram na cidade dando-lhe novas formas, assim como as alterações necessárias para impedir novos cataclismos como o abandono de construção em madeira. Em nenhum dos guias de Londres se refere a fraca monumentalidade ou a nostalgia do monumento perdido.

Ciclo Imperial

Os guias editados no **ciclo Imperial** de Lisboa (34, 35 ... até 1952) a enunciação da fraca monumentalidade é seguida da afirmação de que “os **arrebiques**” não são necessários para a afirmação de beleza, e conseqüente atractividade, da cidade.

Teremos contudo de assinalar aqui uma diferença no guia de 1941 cujo sentido interno não é totalmente uniforme, existindo duas linhas, o discurso de Vieira da Silva reflecte, na sua escrita seca e objectiva, o fôlego de modernidade a ser implementado na cidade de então, dizendo de Lisboa no guia como “**cidade em igualdade com a das capitais estrangeiras**”. Embora toda a estrutura do guia se concentre na referencia à Lisboa antiga dos bairros típicos e seja sobre estes que recai o apelo à atractividade da cidade. Não tendo sido este guia quem introduziu a nostalgia das figuras típicas da cidade de Lisboa, pois já vinham dos guias de 1908, foi ele que, com mais sistematicidade, ordenou e documentou a Lisboa antiga em desaparecimento, folclorizando-a.

Nestes guias a monumentalidade, como atributo de uma grande cidade, passou a ter valor de arrebique, “**disfarce para colmatar essa sim, importante falta, de beleza natural, como acontece noutras grandes cidades**”. Continua a confirmar-se aqui na ideia de cidade desenvolvida pela ideologia do Estado Novo, a presença da *ideologia da modéstia*⁸⁹, como já referido. A arte usada nas outras cidades, como foi dito no guia de 1908, vinha colmatar o que a natureza fora incapaz de produzir.

Como refere A. Tostões: “**a política do espírito**” tende a repor uma certa história, balizada entre um Império e um Portugal rural, folclórico, entendido na superficialidade da sua doçura como virtude de resistência à degeneração dos tempos modernos. E procurando exaltar a mais profunda «alma» portuguesa, ancora as referências culturais num pátrio passado heróico, mitificando sem tempo esse Portugal grande”. (Arquitectura Moderna Portuguesa, 2004: 122-124)

“**Cidade, cujo rolar dos tempos lhe foi ingrato, mas não necessita de arrebiques para se enaltecer, bastando as suas belezas naturais, os seus bairros típicos e a amenidade do clima, atracções visuais e culturais para toda a espécie de visitante**”, (1941).

“**Lisboa não se presta aos traços que dão a impressão do monumental e vinga-se desta insuficiência, entregando-se deliberadamente à composição de quadros pitorescos, onde motivos imprevistos assumem um lugar importante. Na bela cidade banhada pelo Tejo, o que atrai são os velhos monumentos, a típica Alfama, o relevo particular deste velho aglomerado de navegadores, voltado para o rio, que constituiu a grande via civilizadora dos séculos XIV e**

⁸⁹ Conceito de autoria de Margarida Acciaiuoli, 1998.

XV, e que hoje ainda marca a sua fisionomia cheia de particularismo, contrariando a monotonia das modernas cidades”, (1959LC).

Como já foi anteriormente referido a partir de 1941 o atractivo forte da cidade turística é dada aos bairros típicos “*uma atracção turística da cidade*”. Este investimento sobre o interesse étnico vai permanecer no decurso do ciclo da suburbanização durante o Estado Novo, alterando-se no período da Democracia. Não se faz referência a atractividades mais gerais vindas da procura externa.

Ciclo de suburbanização

No ciclo de **suburbanização da cidade**, durante o Estado Novo, a falta de monumentalidade explica-se pela longevidade da cidade, aos estragos que o tempo promove e a subalternidade monumental de Lisboa é compensada pela singularidade do seu pitoresco, o da beleza dos bairros antigos, e os quadros panorâmicos que aí se podem observar, em coerência com a função que lhe é dada, como “*bastiões de resistência à monótona repetição das metrópoles modernas*”. Eles são justamente a sua singularidade, o que a tornava única e razão então para ser visitada: a muito longínqua e continuada presença do pitoresco e a sua divergência das restantes monótonas capitais europeias. “*Ninguém vai a Atenas ver bairros modernos*”, (1959LIS).

Em Democracia, a fraca monumentalidade volta em parte a assumir uma componente de queixume, como acontecia nos dois primeiros ciclos histórico urbanísticos, compensada agora “*pela harmonia da sua morfologia e ambiente de intimidade familiar e amigável*”, imagem continuada do período do Estado Novo, a que se associa a imagem de que Visitar Lisboa é como sentir-se em casa. Substituiu-se a singeleza pela intimidade da casa.

A partir de 1982 a imagem de subalternização deixa de aparecer. E embora não sejam equivalentes, tal como acontecia no início do século a afirmação da modernidade da cidade, a par da presença do tecido urbano antigo, tornam a ser a figura usada para apresentar a cidade, sendo o contraste entre a tradição e a modernidade a sua singularidade e atractividade.

“*A Lisboa característica continua a ter um aspecto familiar, amigável e íntimo, que ainda convida aos longos passeios a pé, às paragens contemplativas em face de um recanto curioso, de um monumento simples, ou à descoberta do pormenor que não se encontra em mais nenhuma capital europeia. Faz sentir o visitante como se estivesse na sua própria casa*”, (1980, 1987).

“Lisboa oferece hoje possibilidades de importante turismo profissional (congressos e seminários), é uma cidade cheia de lojas, com preços competitivos e interessante programa cultural”, (1988, 1990).

Nesse ciclo da cidade a atractividade dos bairros típicos fragmenta-se em elementos presentes nos bairros, mas também noutros locais da cidade: o fado, as ruelas, os mercados coloridos, casas árabes e varandas de ferro forjado onde seca roupa multicolorida, como Alfama, Mouraria, Castelo e Madragoa ou o Bairro Alto, cheio de atractivos e diversões”. E em síntese o que nos guias se diz como sendo a principal atracção da cidade é o ambiente recatado, propenso à intimidade, onde se pode encontrar “o que já desapareceu noutras metrópoles”; é o facto de que em Lisboa o turista se pode sentir em casa.

A partir dos guias de 1988, que são guias promocionais, percebe-se a mudança de orientação da política turística urbana, da abertura da cidade a um novo segmento de mercado, o mercado de turismo de profissional. Lisboa nesses guias diz-se ideal para “realização de congressos, seminários e negócios”, mas igualmente uma cidade “onde a vida é barata e se encontra tudo o que existe nas outras capitais europeias”.

Ciclo de reconfiguração de capitalidade

A partir de 1992 nos guias a subalternização foi superada pela recuperação da monumentalidade, pois Lisboa passou a ser apresentada dizendo-se não monumental mas “um monumento em si”, “Cidade monumental” como é apresentada em 1998, conferindo alguma coerência à periodização⁹⁰ por nós introduzida para a leitura dos guias, dado que esta alteração se dá justamente no novo ciclo de reconfiguração de capitalidade que se inicia como novo programa político do executivo municipal de 1991.

“Cidade que oferece aos seus visitantes um conjunto de ambientes diversos e um extraordinário leque de estruturas urbanas. Lisboa, a «cidade branca», une harmoniosamente a tradição de uma cidade com muitos séculos com a modernidade de uma capital europeia”, (1992, 2004).

Com a entrada de Lisboa no Ciclo de reconfiguração de capitalidade, os guias expressam a nova atractividade forte da cidade, a da sua entrada no circuito turístico das cidades históricas: “Cidade monumental, com vestígios que datam dos romanos, é de uma riqueza sem par para quem gosta de descobrir a história através das evoluções que sofreu uma cidade; (...) é um centro turístico, pois permite apreciar o seu rico património histórico e cultural e é simultaneamente um bom ponto de partida para outros locais igualmente aliciantes”, (1998BG).

⁹⁰ Periodização que não é da nossa autoria, relembramos.

Deste primeiro nível de leitura dos guias poderíamos sintetizar que a imagem de atractividade de Lisboa, nos primeiros guias do século XX, quando se confrontou na sua apresentação pública com outras cidades, capitais europeias, se sentia confortável e igual na modernidade que estava então a construir, atractividade a que se associavam atributos ligados às condições geográficas. No decurso do ciclo republicano as descrições da cidade deixam transparecer a consciência de um atraso acerca do processo de modernização e urbanização de Lisboa, incapaz de acrescentar nova monumentalidade (valores arquitectónicos e artísticos), desde o primeiro impulso pombalino e lamentando a monumentalidade que a natureza, com os seus cataclismos (sismos) destruiu. Até aí impossibilitada de se comparar com a “grandeza” das outras capitais, a não ser no seu passado remoto e sem vestígios, encontrou na mesma natureza, afinal caprichosa, pois que também lhe emprestou a sua principal qualidade, a beleza panorâmica. No Estado Novo o confronto alterou a lógica de forças, Lisboa não era uma capital de segunda ordem, antes colocou na tipicidade dos bairros antigos e na beleza panorâmica que neles se podia contemplar a qualidade, o que realmente faria a monumentalidade de uma cidade. A presença de “bairros típicos” de longevidade remota, raridade no plano urbano europeu, e que faziam a singularidade perante a monotonia metropolitana moderna, permitiam que Lisboa passasse a ser novamente única no género. Imagem base que permanece nos guias editados em fins de 50 e princípios de 60 do século XX. No confronto entre imagens de cidade deixa de evitar a modernidade, ou melhor a metropolização de Lisboa, dando-lhe a configuração de uma cidade em que, embora a modernizar-se, contudo **“cada bairro [satélite] era uma pequena cidade e cada paroquia uma pequena aldeia”**.

Na Democracia saúda-se a modernidade, embora sendo uma cidade de escala humana e, nesse sentido, propensa à intimidade. Neste novo período sócio histórico altera-se no entanto, a relação de confronto com a modernidade, agora sublinha-se a existência dos modernos edifícios de arquitectura nova, pós moderna. A partir da década de noventa, depois da Exposição Mundial dos Oceanos Lisboa apresenta-se como **“cidade monumento, cosmopolita e preparada para os desafios do futuro”**.

Em relação aos movimentos turísticos a atractividade de Lisboa mais direccionada para o mercado turístico de valores e gostos, pode dizer-se que através dos guias neles se formularam duas imagens / razões que se mantiveram constantes ao longo dos guias produzidos em XX: qualidade do clima; a beleza panorâmica da cidade, beleza dada pela conjugação entre o largo estuário do Tejo e a configuração acidentada do solo, a cidade de

colinas; e ainda um terceiro aspecto, esse nem sempre ressaltado, o facto de Lisboa ser também ponto de acesso para outras ofertas turísticas, de praia e termas, estas no início de XX, de praia e outros destinos no fim de XX. Obviamente no plano do interesse monumental a visitar, esteve sempre presente o conjunto monumental de Torre de Belém - Jerónimos e Praça do Comércio. Mas a expressão do estado do mercado nos guias deixa de ser visível depois do primeiro ciclo da cidade até aos guias editados em Democracia. As atractividades concentram-se na singularidade de Lisboa como os “miradouros” e os bairros antigos, que assumiram várias configurações ao longo do tempo. No entanto, se aquelas foram as razões constantes, a elas associadas foram sendo formuladas novas razões que se ligam mais à própria cidade e aos diferentes projectos e investimentos simbólicos identitários que Lisboa recebeu no decurso dos vários ciclos histórico urbanísticos que atravessam os guias colectados.

5 – AS “IMAGENS SÍNTESE DE LISBOA” NO DECURSO DO SÉCULO XX

Ao procurarmos uma condensação de imagens através dos ciclos histórico-urbanísticos, para confirmar ou infirmar a hipóteses inicial⁹¹, reparámos que as imagens, apreendidas a partir de várias perspectivas, nos levaram até à relação, que historicamente se estabeleceu, entre a Modernidade e a urbanização de Lisboa.

Grosso modo, se tivermos em conta o arco temporal do século XX, o que caracteriza as sociedades nesse período longo, foi a entrada daquelas animadas pelo movimento da Modernidade, a abertura do debate intelectual sobre o seu fim, colocado por Lyotard em 1984, debate que em inícios de XXI ainda se divide acerca da força que possuem os principais motores da Modernidade no desenrolar das sociedades. Pós modernidade e sobremodernidade foram dois conceitos usados, para os quais não possuímos suficiente entendimento. Aceitamos a posição de Ascher (1995), porque consideramos que, para a questões das cidades e do urbanismo, aquele autor apresenta um importante contributo⁹². As cidades e o urbanismo foi justamente um dos campos a que mais tem sido associado o processo de modernização, e para aquele autor o último ciclo em que entraram, em fins de XX, caracteriza-se por uma sobremodernização, movimento que permanece animado da racionalidade técnico-científica com que irrompeu a Modernidade no século XIX. A arquitectura, que faz marca na imagem e na vida das cidades, nos territórios urbanos, sofreu forte influência dos pressupostos estéticos e conceptuais pós-modernos, mas para o plano da estruturação dos territórios, nos quais as cidades estão implicadas, continua a recorrer-se ao uso da razão e da ciência, como argumenta Ascher. Foi então nesse plano que fomos em busca do diálogo entre a Modernidade, até à sua expressão como Sobremodernidade, a partir da década de 90 de XX, e a constituição de uma imagem de cidade nos guias, contextualizando-a com a perspectiva dada pela história que sobre esse ângulo tem sido feita.

Lembramos a ideia chave da cidade moderna (haussmaniana), “cidade pensada como um sistema aberto, ligado a redes de circulação para outros lugares e cidades, estruturadas a

⁹¹ Relembramos, a influência do contexto social e histórico na produção de representações e imagens de cidade nos textos turísticos.

⁹² Pelos menos para o nosso âmbito, que não esquece a importância da contribuição teórica nos aspectos mais operativos da intervenção pública nas cidades e em Lisboa em particular.

partir do território; cidade que se organizava internamente também em sistema de redes que colectivizavam e regulamentavam as práticas de viver na cidade”. (F. Choay, 2000: 12-17)

Os guias do primeiro ciclo adequam as imagens de Lisboa à modernização; “**na cidade construía-se avenidas largas, bem orientadas de circulação de ares e bairros modernos e alinhados**”. O novo, tal como acontecia, era bem vindo e exprime a importância dada às redes de circulação na cidade. Mas sabemos que a presença de belas avenidas não constituiu o único elemento da modernidade. Esta era a superfície ordenada de outras redes subterrâneas que garantiam abastecimentos colectivos. A nota dada por R. H. Silva expressa o peso que o simbolismo, o prestígio dos elementos urbanos possuiu em detrimento do carácter de civilidade colectiva, presente na equidade que as redes de infraestrutura básica das cidades, das povoações de um modo geral. “A Câmara queria um *boulevard* porque Lisboa não tinha ainda nenhum e esse instrumento parisiense parecia ser o palco indispensável para a convivencialidade burguesa, sintetizando uma ideia contemporânea de progresso. Claro que também se esperava que melhorasse a comunicação centro arredores, a norte, e estimulasse o crescimento de bairros nesse eixo”. (R. H. da Silva 1989: 22)

Os guias do ciclo republicano começam a queixar-se: da fealdade da arquitectura recente, de estar a voltar as costas ao rio, “**memoria viva do passado glorioso da cidade**”, da alteração da escala pombalina, da desgraça e miséria dos velhos bairros, da falta de um bom plano que ordenasse o movimento expansivo que apesar de tudo alastrava Lisboa na direcção do arrabalde. E a dividir-se em posições divergentes face à Modernidade. O temor e a angústia das consequências já vinha de trás. R. H. da Silva refere-se desse modo ao falar do modelo urbano da Lisboa romântica, que construía os seus bairros nos topos das colinas, rematados por miradouros jardins, cujo paradigma é S. Pedro de Alcântara. Angústia por antecipação, dada a debilidade do surto industrial, embora a pressão demográfica se fizesse sentir, nomeadamente através da indicação da elevada densidade nos bairros antigos, pois apesar de loteadas, as Avenidas iam-se enchendo com lentidão. No ciclo republicano a “nostalgia do rio” foi-se instalando.

Aceitamos que nos foi difícil compreender o ciclo republicano, na aparente descoincidência entre a imagem que ressaltou do guia de R. Proença, retida pela nossa grelha de análise, onde encontramos os primeiros sinais da cidade fechada do Estado

Novo, discordante do lugar que aquele intelectual ocupou no debate ideológico⁹³ que então se travava. Talvez que nessa conjuntura política e social fosse difícil formular uma cidade mais concreta, dado o estado débil das forças económicas. Entre fins de XIX e princípios de XX o Porto competia com Lisboa no incremento industrial e económico e também no debate literário e ideológico. Nessa conjuntura histórica, como nos esclarece Rui Ramos, “Dava-se um processo de concentração da vida política na capital, processo que ocorria na Europa, era o momento em que o progresso se tornou uma forma de competição e não apenas a marcha para a civilização comum. Um dos sinais dessa luta foi o engrandecimento das capitais, agora perspectivadas como capitais imperiais, altares da glória nacional, da pujança e grandeza do Estado. Em Roma, Berlim, Washington, Rio de Janeiro, Londres, apareceram grandes avenidas e *boulevards*, onde os não havia, edifícios públicos monumentais ou outras quaisquer construções, como a Torre Eiffel. Os investimentos eram sempre justificados com a necessidade de aturdir o mundo, de exhibir força no *struggle for life*. Em Lisboa, em 1906, em pleno auge do franquismo, Fialho de Almeida, um franquista convertido, imaginava a cidade monumental na Ilustração Portuguesa”. (História de Portugal, 1992-1994, Vol VI: 100-134) E foi essa cidade imaginada por Fialho de Almeida que terá orientado o olhar de R. Proença sobre a Lisboa descrita no guia de 1924GL, deixando transparecer a idealização, quando na comparação, aquela surgia pobre, despida de monumentalidade, coberta de “*uma banalidade charrra*”. Terá sido difícil aos políticos e intelectuais de então sair da “*imaginação do centro, apesar da vivência periférica*”, conjuntura identificada desse modo por M. Calafate.

A Modernidade foi negociada na ideologia do Estado Novo em colaboração estreita com António Ferro. O que nos pareceu interessante no estudo de Margarida Acciaioli (1998), e nos ajudou a compreender melhor a mundividência da sociedade do Estado Novo, foi o modo como deixou ver, através do seu estudo sobre a organização das Exposições entre 1934 a 1940, como o período em que o regime político foi definindo uma ideologia, um quadro de representação identitária de Portugal, que agora identificamos como a ideologia do Estado Novo. As Exposições Universais foram um modo de troca internacional, “*serviam para estimular e universalizar o comércio, observar os progressos alcançados e reforçar o prestígio das nações no plano internacional*”. (História de Portugal, 1994 Vol V :129)

⁹³ Reconhecemos como tendo pertencido ao grupo de intelectuais atentos à importância do conhecimento científico, da importância da escolarização para a constituição de uma sociedade mais cívica, afastando-se dos imperativos “da tradição e da raça” valores caros ao Estado Novo de Salazar, que via a Democracia como “a insurreição da razão contra a natureza”.

O programa de exposições segue uma sequência calendarizada de “Outros” a quem o governo e as elites políticas e intelectuais concordantes querem dizer quem são. Primeiro, a Exposição de 1934⁹⁴, para dentro, para o grupo que apoiava a governação de Salazar, a recém formada União Nacional, “um colectivo político despolitizado”, sem programa político ideológico; depois para fora, para os dois pólos fortes da comunidade internacional, as Exposições de Paris e Nova York em 1937 e 1939⁹⁵; e por fim para o país, e no país⁹⁶, para o mundo, a Exposição do Mundo Português, que se realizou em Lisboa – Belém, em 1940. Juntando um programa vasto de comemorações que ocorreram em vários locais do país, este período foi politicamente muito activo na fabricação de símbolos e emblemas que contribuíram para a construção de uma Imagem que se cristalizou, e se pode associar ao regime do Estado Novo, que perdurou até 1974. A investigadora chama a atenção para o facto da Exposição de 1934 ter sido o início do uso das imagens para estabelecer um emblema de identificação, de reunião em conjunto dos portugueses, de Portugal, do uso da técnica de propaganda para chegar ao colectivo social, às massas.

Com o objectivo de narrar os acontecimentos da Primeira República até ao golpe militar de 1926 e mostrar obra feita pela governação de Salazar, a filiação histórica encontrada anulou a experiência republicana anterior, como uma hipótese para resolver os problemas que o país atravessava, nomeadamente a sua incapacidade para integrar as novas dinâmicas económicas; reforçaram-se os momentos históricos em que Portugal estivera na liderança; e procurou filiar-se o novo governo como herdeiro directo dessa força anímica lusa, a essência perdida a que se refere Acciaiuoli, que prometia repor a “grandeza passada”. E a força anímica era a da Fé cristã que tanto conseguira conquistar a Europa do Sul ao poder muçulmano, como atravessara os mares para a expandir à escala mundo. Em 1934, lembramos, foram realizadas as primeiras festas da cidade, organizadas pelo mesmo grupo de intelectuais e artistas, grupo esse que colaborou em dois guias turísticos, o de 1959 e 1963, festas que se tornaram um dos rituais identitários citadinos mais popular e

⁹⁴ Exposição Documentaria do I Congresso da União Nacional, realizada no Parque Eduardo VII em 1934, comissariada por António Ferro.

⁹⁵ Exposição Universal de Paris em 1937: Artes e Técnicas na vida moderna; artes decorativas e industriais modernas. Esta exposição foi comissário por um político socialista e encontrava-se no poder a Frente Popular. Exposição Universal de Nova Iorque em 1939: A construção do mundo de amanhã com os instrumentos de hoje, a elevação de um mundo melhor. Esta exposição foi comissariada por grupos económicos e a Comissão do plano regional de Nova York.

⁹⁶ Tal como referem os investigadores deste tema Salazar pretendia chamar a Lisboa visitantes estrangeiros, objectivo não conseguido pelo debelar da Segunda Guerra Mundial.

duradouro. Não será por acaso que as frases inaugurais com que nos guias se inicia a história de Lisboa a marcam com “a sua origem cristã e portuguesa”, assim como o anulamento do período republicano ou da anterioridade árabe.

A Exposição Universal de Paris em 1937⁹⁷ foi o momento em que o regime político procurou fazer uma síntese entre o moderno e o português, uma imagem de identidade nacional que fosse moderna mas portuguesa, e funcionasse como cartaz do país, a imagem da “reconstrução (o moderno) do país numa evocação calma da tradição.” (Acciaiuoli, 1998: 43) De acordo com Acciaiuoli, as elites políticas tinham medo do moderno e procuraram exorcizar esse medo incorporando-o sobre controlo, citando A. Ferro para exemplificar: “estamos quase felizes de não termos sido os seus criadores [modernidade, tecnologia, máquinas] embora Portugal tivesse aproveitado as modernas invenções e progressos da humanidade, porque assim mais facilmente nos defendemos dos seus perigos e charme diabólico.” (Acciaiuoli, 1998: 61-75) A ideia base apresentada na exposição de Paris fora a de um país sem avanços técnicos, neutro nos conflitos internacionais (mesmo que com participação na 1ª Guerra Mundial), oferecendo-se turisticamente como um oásis de aparente quietude que se instalara na sociedade portuguesa. O Turismo era um dos temas e a cidade de Lisboa um dos símbolos apresentados, através de um painel de azulejos⁹⁸: «Lisbonne aux mille couleurs», cliché recorrente nos guias turísticos. Aquela síntese transpareceu nas imagens de Lisboa promovidas pelos guias turísticos. A cidade imperial que o Estado Novo quis para Lisboa nos guias turísticos é espelhada nos **Bairros Típicos**, na **Singeleza**.

Na exposição de Nova York em 1939, na qual a cidade do futuro, imaginada como um centro de trabalho rodeado de cidades-satélite, ligadas por auto-estradas, fora a grande atracção, o público alvo do programa português foram os portugueses emigrados. Para Acciaiuoli, Salazar, fixando o futuro de Portugal ao culto do passado, quis dirigir-se em particular aos emigrantes, “transmutados em descendentes dos descobridores, apresentando-se como país ficcionado em saudade, transformado em paraíso desejado nos regressos hipotéticos de fim de vida.” (Acciaiuoli, 1998:83)

A Exposição de 1940 relatada por Saint-Exupery sintetiza a apreensão do outro: “**o continente inteiro pesava sobre Portugal à maneira de uma montanha selvagem, carregada com as suas tribos de rapina; Lisboa em festa desafiava a Europa, capital resplandecente, feliz e sossegada.**” (Y. Léonard, 1998: 116)

⁹⁷ O projecto do pavilhão português foi de autoria de Keil do Amaral.

⁹⁸ Paulo Ferreira foi o autor.

Com o ciclo político do Estado Novo os valores da Modernidade apresentaram-se cativos do culto do passado, que o regime político manipulou autoritariamente. No fim da década de 50 de XX, no início do ciclo de suburbanização de Lisboa, em que esta se enchia de “bairros de barracas”, de “bairros de betão clandestinos” na periferia, o guia *Lisbonne et son charme* (1959LC) elevava os bairros populares a cidadelas em luta contra a monotonia metropolitana. Bairros sobredensificados, sem condições básicas de habitabilidade, que a Comissão Executiva da valorização e conservação do carácter tradicional e secular do bairro de Alfama, em 1960, embelezara com “escadinhas”, empedrado, reabilitação de algumas fachadas, e a construção de alguns balneários e lavadouros. E como dizia no relatório: “Dura tem sido a luta e persistente a acção para oferecer ao público uma zona capaz de mostrar o que poderá vir a ser Alfama quando estiver beneficiada. Estamos seguros que do ponto de vista do interesse turístico ele excede muito do que se vê em países estrangeiros e em bairros tão antigos como o de Alfama. Pelo pitoresco, pelo inesperado, pelas condições de vida da população, pelo ambiente vivo e dinâmico, este bairro apresenta a quem o visitar tais condições de interesse, que seguramente não receará confrontos⁹⁹”.

A democratização da sociedade portuguesa, depois de 1974, abriu ao debate público a discussão sobre a modernidade e pós-modernidade. Modernidade que, de acordo com B. Sousa Santos, no país na década de 90 “ainda não tinha cumprido, nem a promessa da resolução dos problemas de distribuição (as desigualdades que deixam largos estratos de população aquém da sobrevivência); nem as promessas de democratização política do sistema político democrático (erradicação do clientelismo, do personalismo, da corrupção e da apropriação privatística da actuação do Estado por parte dos grupos sociais ou dos funcionários públicos). Mas, em contraponto, passou a estar aberta à entrada dos múltiplos artefactos pós-modernos, que diariamente entram em nossas casas através dos diversos canais de informação, com a particularidade de termos menos capacidade para gerir a penetração, pelo facto de não possuímos as resistências modernas”. (B. Sousa Santos, 1999: 84) A ruptura política e social com 25 de Abril de 1974 reatou a exposição de Lisboa aos símbolos de modernidade, agora com o peso da escala metropolitana e abertura às ideias pós-modernas que entraram na cidade logo em 80. O novo centro das Amoreiras

⁹⁹ Documento elaborado pela Comissão presidida por Aníbal David, nomeada em 1959 pelo município, e redigido em 1962. Lembramos que a melhoria geral das condições de habitabilidade básica em Alfama e restantes bairros antigos só arrancou na década de 90 de XX.

erige-se em 1982, desejado por Tomás Taveira, o seu autor, que já em 1973 se referia à importância de um novo centro cidadão: “O coração da cidade deve ser um lugar apto às mais variadas e longínquas relações humanas: o *shopping*, o piropear, o flunar e aquele impagável «*dolce far niente*», que no seu melhor sentido é a expressão mais natural da contemplação. Local onde o humor e a acção, a vida, o negócio e as formas passadas e as aves do futuro possam existir e penetrar a alma da população.” (T. Taveira, 1973: 177) Os guias em Democracia repetiram muitas vezes a existência desses novos centros metropolitanos – os centros comerciais, os centros culturais, os centros de lazer ... – com que Lisboa se foi dotando desde então. A cidade sobremoderna, lembramos, toma cada vez mais a forma de centralizações funcionais: centros de negócios, centros comerciais, centros de comunicações avançadas, plataformas logísticas, tecnopólos, parques de actividades científicas e tecnológicas, e também parques de lazer. A Lisboa nos guias, sobretudo a partir de 1998, reforça essa imagem de si.

Embora os ciclos histórico-urbanísticos nos tivessem deixado ver a construção de imagens de Lisboa nos guias, as rupturas político ideológicas foram mais marcantes na constituição de imagens. Na verdade, embora se perceba a cidade a suburbanizar nos guias deste ciclo através do cliché “**bairros típicos-bastiões de resistência**”, a Imagem repete a simbólica de uma ideologia começada a construir nos anos 30 e 40 de XX. Nenhum guia em Democracia voltou a repetir nem o seu poder de resistência nem a potencialidade simbólica da singeleza. Os bairros típicos adquiriram outros adjectivos, alguns vizinhos como o “*intimismo*”, a “*escala humana*” ou “*históricos*”, mas particularmente a Lisboa dos guias turísticos foi buscar outros atractivos para além dos bairros: cinemas em estreia simultânea, objectos de todo o mundo a preço de ocasião, centros culturais, edifícios prestígio, arquitectura com assinatura, exposições de carácter internacional.

Foram reconstruídas, a partir do corpo textual dos guias, nove Imagens, que seguem os cinco ciclos histórico-urbanísticos e procuraram sintetizar as representações de cidade a partir das seis hipóteses da sua significação, atrás propostas: a imagem inaugural (o seu cliché de denominação), a memória histórica que se relembra, como se descreve, de que bairros fala, os lisboetas e por fim, o que fez a singularidade e atractividade da cidade. Imagens que previamente descrevemos em particular. Mas, como antes avançamos, as Imagens de cidade são a sua narrativa conjunta.

Aquelas, embora se diferenciem, tenderam a configurar-se em torno de quatro ideias chave. Lisboa a modernizar-se, Lisboa a idealizar, Lisboa a resistir à metropolização e Lisboa a procurar harmonizar a cidade histórica e metropolitana.

A Lisboa a modernizar atravessa os três primeiros ciclos de transformação urbana. Expressa uma imagem optimista acerca do processo de urbanização da cidade, ressaltando sobretudo os aspectos de modernidade que Lisboa vai incluindo. No entanto o optimismo ingénuo, crente nos primeiros focos de industrialismo que surgiam na cidade, anunciado nos primeiros guias do Ciclo Lisboa em Movimento, começa a declinar.

Os guias editados no Ciclo Republicano através da SPP, para além de enunciarem uma crítica ao modo como estava a ser desenvolvida a modernização, o repetido mau gosto da arquitectura, ou o estado de degradação em que se encontra a Lisboa antiga, queixando-se da fraca monumentalidade, começam a destacar o pitoresco panorama como uma das principais qualidades da cidade. O guia editado em 1933, e que moldou consideravelmente a terceira imagem construída, ainda evidencia a modernidade, a Lisboa com a sua *City* e bairros modernos auto-suficientes. Mas neste acentua-se uma crítica à desordem com que o crescimento está a ocorrer: a falta de um plano geral para a cidade e o seu cumprimento rigoroso. Esta ideia tem sido muitas vezes repetida nos discursos sobre as causas dos problemas urbanísticos de Lisboa, na actualidade.

Lisboa “**a cidade capital do clima ameno**”, “**a cidade do excelente porto**” e a “**cidade de panoramas**” são as três imagens inaugurais (os clichés de denominação), construídas a partir do conjunto de guias nos quais encontramos, apesar das diferenças, a imagem maior da modernização da cidade, concentrando-se na cidade a potenciar os seus recursos naturais para acompanhar os movimentos de escala mundo, da economia e urbanismo em particular.

A Lisboa a Idealizar encontra-se em rigor no guia de R. Proença. Neste, ao rigor da descrição de Lisboa, sobrepõe-se um desejo de “cidade capital monumental”. Um desejo “idealizado” por F. Almeida a que já aludimos. À incivilidade e inestética de que acusa queria opor uma Lisboa poderosa “**toda feita de palácios e monumentos aos heróis**”, para usar a imagem de R. P.¹⁰⁰ O rio e a evocação do passado assumem o lugar central para valorizar a cidade. Em parte, esta imagem sintetiza a “utopia” do projecto republicano.

¹⁰⁰ A Lisboa toda feita de afastamentos e miragens, 1924GP: 181

Lisboa a Resistir à metropolização, “**capital antiga, desde cedo cobiçada**”, “**cidade antiga, pitoresca e simples**”, é a Lisboa que, submetendo-se ao alastramento da Modernidade, construindo eixos estratégicos como o aeroporto e as auto-estradas do Estoril e do Norte ou a zona turística da Costa do Sol e os bairros de Alvalade e Olivais, se resguarda simbolicamente na cidade antiga. Presumindo controlar as consequências negativas da Modernidade, compondo para si a imagem de que a sua simplicidade é a chave para ultrapassar os graves problemas do progresso, formulou a “**singeleza**” como solução, exportando-a para os outros através de Exposições¹⁰¹ e guias turísticos. E a simplicidade achava-se nos homens e mulheres do povo, sempre os mesmos, que palmilhavam as ruas de Lisboa a vender tudo o que fosse preciso¹⁰², os mesmos que os ventos da modernidade¹⁰³ arrancavam da mesmidade. Lisboa no Estado Novo, no ciclo de suburbanização da cidade, a abarrotar de bairros clandestinos e insalubres, cativa e elege a “**varina**”, como o seu cartaz, que já R. Proença em 1924 dizia “**dever figurar como monumento elevado à glória de Lisboa**” (1924GP: 185), e o bairro típico de Alfama como “**o bastião nº1 de Resistência às monótonas metrópoles**”. No poder dado a esse espelho, revê-se Lisboa capital na ideologia do Estado Novo como “o centro e único membro do centro que em torno de si construiu, defendido das “conspirações estrangeiras” como propõe M. Calafate Ribeiro, (2004: 12).

O ciclo político do Estado Novo interferiu particularmente na formulação de Imagens da cidade produzidas nos guias turísticos, ou seja, foi afastando as imagens de modernidade em favor das de resistência. A Lisboa a Resistir (à metropolização) marca a cidade nos guias turísticos do Estado Novo, sejam eles oriundos do município ou comerciais. Encontramos duas imagens, uma que se formou no Ciclo Imperial e uma outra já no Ciclo de Suburbanização. A cidade apresentada nos guias concentrou-se na Lisboa antiga e pitoresca como o contraponto à monumentalidade moderna e monótona das outras capitais. Deixou de ser imagem do atraso da cidade, imagem presente nos guias dos ciclos anteriores, para passar a possuir valor patrimonial, valor turístico, porque folclorizada. Representava o genuíno do povo lisboeta, português. A Lisboa Nova equivalia-se à Lisboa

¹⁰¹ Remetemos para a leitura de Acciaiuoli 1998, Exposições do Estado Novo : 1934-1940, cuja leitura nos fez compreender um pouco mais sobre a ideologia do Estado Novo.

¹⁰² Pois as infra-estruturas de serviços colectivos à cidade tardaram instalar-se em Lisboa. Alfama bairro residencial só viu estabelecidas as suas condições de habitabilidade nos anos 90 de XX.

¹⁰³ Usamos a metáfora de Walter Benjamin sobre o efeito da tempestade-progresso no anjo da história: “que queria ficar, despertar os mortos e reunir os vencidos, mas do Paraíso sopra uma tempestade que o impele incessantemente para o futuro, ao qual volta as costas, enquanto diante dele se acumulam ruínas.” W. Benjamin, 1992: 162

antiga porque nela residia o mesmo povo. As diferenças de imagem resultam da, ainda fraca urbanização da cidade no ciclo imperial, animada pelo surto desenvolvimentista de Duarte Pacheco e da clara pressão demográfica que os guias do quarto ciclo deixam ver, no qual se formula com clareza a imagem da resistência, com Alfama como bastião da cidade de bairros-aldeia que Lisboa queria ser.

A Lisboa a procurar harmonizar a cidade histórica e metropolitana “A urbe metropolitana e íntima”, imagem que os guias transpiram após a abertura à Democracia, numa Lisboa em plena suburbanização, reenvia-nos para uma cidade a despegar-se do “charme da modéstia”, a refazer a sua narrativa histórica, procurando no passado os períodos em que foi cidade aberta (a Lisboa árabe ou durante os Descobrimentos). A “ser outra vez um centro de vida europeia. A fazer de Lisboa, outra vez, uma capital de cultura europeia”, como escreveu Lucas Pires¹⁰⁴ em catálogo da XVII Exposição Europeia da Arte Ciência e Cultura, que ocorreu em Lisboa em 1984. Catálogo, 1984: 20. A “**Cidade de Congressos**”, para que se preparou, desmultiplicando na cidade espaços multiusos arquiteturados, prontos para receber consumidores em massa, de produtos massificados, congressistas, investidores ..., turistas de cidade à procura de tipicidade e diversão a preços de oportunidade.

Estas duas imagens, expressas nos guias editados no último período do ciclo de suburbanização de Lisboa, numa cidade-sociedade a democratizar-se, confrontam-se em espaço aberto novamente com o campo de debate Modernidade e Pós Modernidade agora, “talvez mais pacificada da sua pequena dimensão e banalidade¹⁰⁵” na escala das *global cities*, a batalhar nessa competição.

A “**moderna capital cheia de diversidade**” é a última imagem inaugural, produzida no último ciclo da cidade. Escreve sobre ela Vítor Costa, então presidente do Conselho de Turismo e Ambiente, no guia 1992: “**Lugar de partidas e chegadas, encruzilhada de culturas e civilizações, plataforma permanente de acontecimentos, Lisboa reencontra hoje a sua tradicional vocação cosmopolita e situa-se no contexto das grandes cidades. Oferecendo aos seus visitantes um conjunto de ambientes diversos e um extraordinário leque de estruturas urbanas, Lisboa, a «cidade branca» une harmoniosamente a tradição de uma cidade com muitos séculos com a modernidade de uma capital europeia.**” (1992).

¹⁰⁴ Foi na qualidade de Secretário de Estado da Cultura que redigiu texto de abertura da edição do Catálogo da Exposição.

¹⁰⁵ Usamos aqui a ideia sobre o país expressa por António Barreto e já citada a propósito os ciclos histórico-urbanísticos de Lisboa, no último ciclo.

A Lisboa a harmonizar a cidade histórica e metropolitana foi a última imagem encontrada embora, as três imagens sintetizadas expressem as etapas das mudanças: da “**cidade antiga e bela que quer ser jovem, aberta e acolhedora**”, passando pela “**metrópole onde velho e novo se fundem num presente harmonioso**”, até “**cidade capital monumento, romântica, nostálgica e cosmopolita**”.

Conquanto o ciclo republicano tenha deixado expressar a interpenetração entre as representações da cidade e o contexto sócio-político, foi na passagem à Democracia que esse facto se tornou mais evidente. Em primeiro lugar, pela alteração ocorrida nas narrativas históricas, pelo rompimento da “minoração monumental da cidade” e depois pela reorganização dos valores patrimoniais e turísticos que passaram a apresentar-se como atratividade. A Lisboa Antiga permanece como (um)a singularidade, porém traduzida como intimidade, nostalgia. Aquela transformou-se em património histórico urbano e os *novos* bairros históricos dizem-se animados de uma dinâmica jovem e cosmopolita. Os valores de modernidade (pós-modernidade) da arquitectura que começava a encher a nova cidade ocuparam lugar de destaque nos guias, sobretudo na última década de 80 de XX. E por fim a configuração de Lisboa como uma cidade mediterrânica que explora o rio como palco e cenário de acontecimentos mediáticos e zonas de lazer.

As nove Imagens reconstruídas a partir dos textos dos guias estruturaram-se como narrativas que seguem um mesmo fio condutor, os identificadores que descrevemos separadamente no capítulo 4. Reunidas, as narrativas deixam ver as repetições de imagens, tornados lugares comuns e repetidos no decurso do tempo em análise. Destacam-se nomeadamente as narrativas históricas, cujas diferenciações são mínimas e que já salientámos em capítulo próprio¹⁰⁶.

As Imagens são distorcidas porque revelam o que a cidade desejou que vissem de si, porque recorreram à linguagem estereotipada e generalista para o fazerem, repetitiva e cheia de clichés pois o género textual é particularmente propício, mas a verdade é que através delas conseguimos ver a história da cidade, o modo como a cidade (nós, a comunidade de lisboetas e portugueses) se agarrou a determinados símbolos para manter uma identidade.

¹⁰⁶ 4.2 – A imagem da narrativa histórica

Os textos que se seguem são fabricações resumidas dos guias, textos para os quais procuramos manter a fidelidade do estilo, depurando o mais possível a adjectivação, de modo a só fazer significar o que propusemos como sendo as Imagens síntese de cidade e reunimos agora em Imagens “inteiras” de Lisboa. Seguindo o fio condutor – a imagem inaugural, a imagem da narrativa histórica, a imagem dos bairros, a imagem dos lisboetas e a imagem das singularidades – as nove imagens apreendidas constituem para nós o remate final da viagem interpretativa que fizemos aos guias de Lisboa, produzidos por “nativos da cidade” no decurso do século XX. Aquelas formaram-se em torno das cinco Imagens síntese já apresentadas: Lisboa a modernizar, Lisboa a idealizar, Lisboa a resistir à metropolização e Lisboa a harmonizar a cidade histórica e metropolitana.

1 - LISBOA A MODERNIZAR

Reunimos na Imagem Síntese Lisboa a Modernizar três imagens que atravessam os três ciclos, Lisboa em Movimento, Republicano e Imperial: Lisboa capital de hibernação, Lisboa a cidade-cais da Europa e Lisboa a cidade de panoramas.

Imagem 1 — Ciclo Lisboa em Movimento: Lisboa capital de hibernação

Imagem inaugural

Lisboa a cidade capital do clima ameno

Imagem da narrativa histórica

A sua origem perde-se na noite da eternidade

Os Fenícios, em cujos barcos terão partido para expedições comerciais, da larga baía do Tejo, nas suas longas navegações mediterrâneas, deram-lhe o Nome. Consignaram-lhe então influência e preponderância em quase todas as costas conhecidas. Os Romanos elevaram-na à categoria de município. Outros povos por aqui estiveram, os Bárbaros do Norte e os Mouros, mas em constantes sobressaltos.

Até que finalmente D. Afonso Henriques, passando por ali, depois da sua proclamação a rei de Portugal, almejou a conveniência de juntar aos seus domínios a poderosa cidade, ainda em poder dos Árabes. Tornou-se a capital de Portugal em 1255. Foi o porto de mar de onde partiram as naus que realizaram os Descobrimentos.

Por causa do terramoto de 1755 cedo implementou um modelo de urbanização, com base no alinhamento regular, em terreno aplanado, de prédios altos, sóbrios e sólidos, cortados por ruas alinhadas e praças: a Baixa Pombalina.

Mas também sofreu reveses: as Invasões de Castela no século XIV, a derrota de D. Sebastião em Alcácer Quibir e o domínio de Castela em XVII, as Invasões Francesas e as lutas fratricidas, a Liberal e a Patuleia em XIX.

Lisboa, que tem lutado com tantos e tão fatídicos reveses, conseguiu por fim enveredar por um caminho de crescente progresso; e hoje, ostenta-se garbosamente como uma das primeiras cidades do mundo em beleza, civilização e movimento comercial e industrial.

A Imagem da cidade coetânea

Lisboa é uma cidade a tornar-se moderna: a crescer em superfície e população; a implementar os meios modernos eléctricos para acelerar a circulação e o conforto dos habitantes; a rasgar extensas avenidas; a criar novos bairros de edifícios públicos e particulares, bem alinhados e de vários andares; a aumentar o número de fábricas e actividades manufactureiras; a construir novas escolas e bibliotecas; a tornar-se mais confortável para quem nela vive e a visita. Uma das mais deliciosas capitais do mundo.

A Imagem dos bairros

*É uma Cidade de **bairros novos**, como o bairro da Avenida; **bairros antigos**, como o da Baixa; **bairros vetustos** como os de Alfama e Mouraria; ou ainda **bairros de arrabalde**, no termo da cidade, em Campolide ou Campo de Ourique; e também **bairros operários**, como em Alcântara.*

Bairros modernos, com praças e edifícios de fachadas elegantes, bairros atravessados por correntes sanificadoras; o bairro antigo da Baixa com a sua qualidade majestosa, moderno à época; e os bairros atrasados, com a sua malha densa e labiríntica, de atmosfera saturada e, o mais das vezes, povoados por pardieiros ou palacetes em ruína.

A Imagem dos Lisboetas

Em Lisboa o povo é alegre e hospitaleiro; na parte antiga residem as classes operária e as viciadas.

A Imagem das singularidades de Lisboa

Lisboa, uma cidade a modernizar-se, como as outras capitais, ideal como “refúgio de inverno” por causa da sua temperatura amena, mesmo no inverno e pelo excelente porto, onde todos os navios do mundo podem aportar.

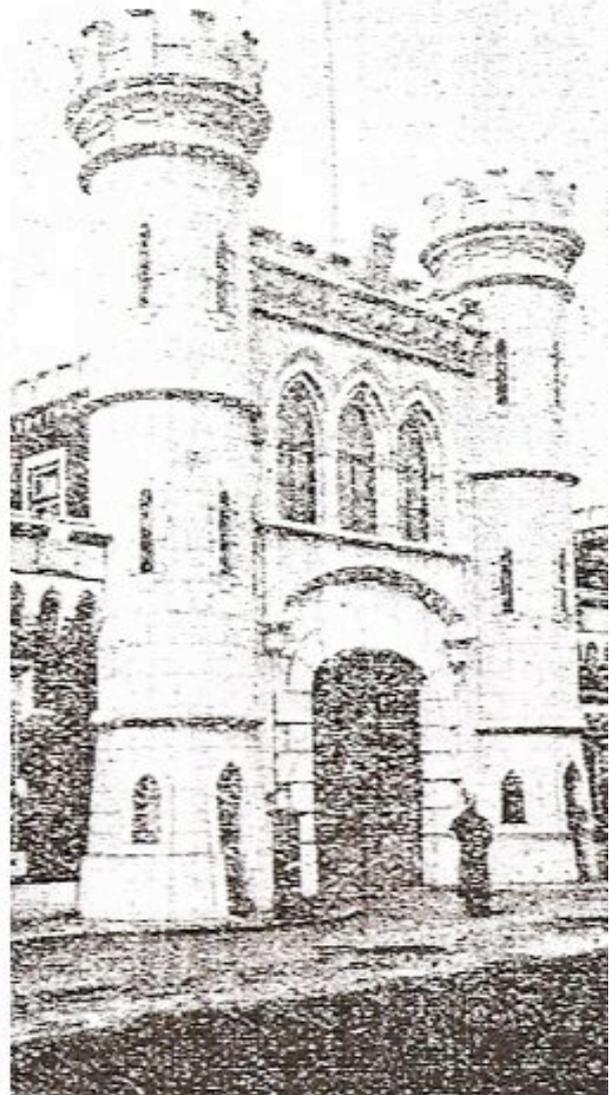
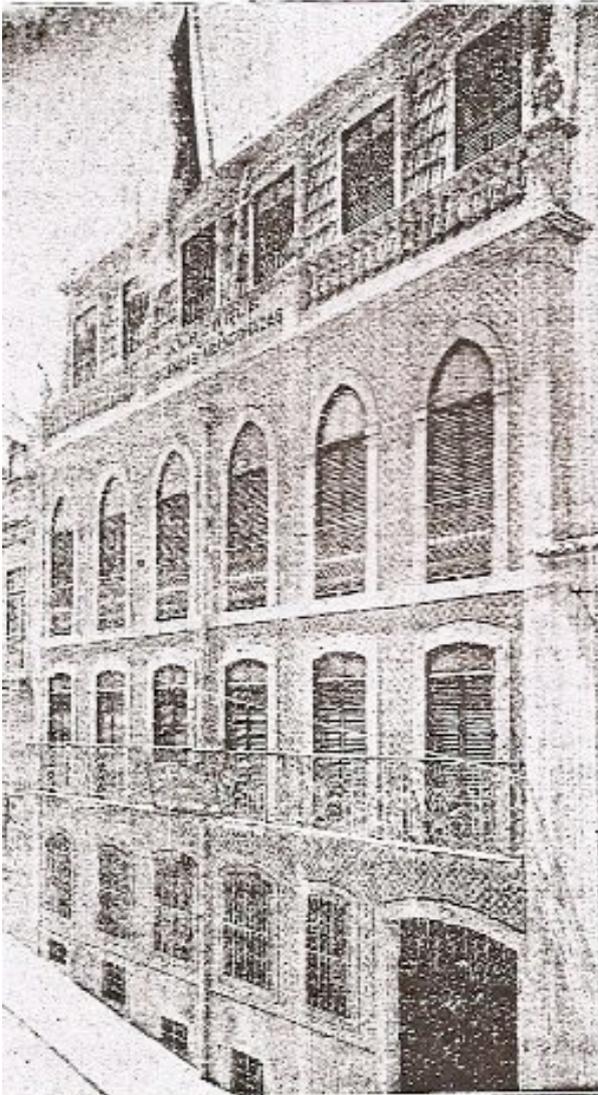


Imagem 2 — Ciclo Republicano: Lisboa a cidade-cais da Europa**Imagem inaugural**

Lisboa a cidade do excelente porto

Imagem da narrativa histórica

A sua origem perde-se na noite da eternidade.

Os Fenícios deram-lhe o Nome. Os Romanos embelezaram-na, desenvolveram-na notavelmente e elegeram-na à categoria de Município. Outros povos por aqui estiveram, os Bárbaros do Norte e os Mouros, mas em constantes sobressaltos.

Até que em 1147 D. Afonso Henriques a conquista definitivamente para as armas cristãs. Tornou-se a capital de Portugal em 1255. Foi o porto de mar de onde partiram as naus que realizaram os Descobrimentos. No século XV Lisboa tornou-se a cidade mais abastada e animada do mundo. A população aumentou e internacionalizou, o luxo tornou-se espantoso.

Por causa do terramoto de 1755 surgiu a grandiosa edificação pombalina, mostrando outro tipo de construções e arruamentos, de simetria rigorosa e caracteriza, de modo inconfundível, a Lisboa do séc. XVIII.

Mas também sofreu revezes: as Invasões de Castela no século XIV, a derrota de D. Sebastião em Alcácer Quibir e o domínio de Castela em XVII. No reinado de D. João V, apesar da colonização do Brasil e dos colossais rendimentos, o ouro foi aplicado na construção de faustosos edifícios como a Capela S João Baptista, mas o aspecto geral da cidade em nada se melhorou. Sofreu ainda em XIX as Invasões Francesas e as Lutas Liberais.

Mas hoje, depois de fomento iniciado em meados de XIX quando no país se estenderam as primeiras linhas telegráficas, os primeiros caminhos de ferro e numerosas estradas macadamizadas, começa então a esboçar-se também a expansão e aformosamento da capital. Rasgaram-lhe grandes artérias, algumas das quais, como a Av. Liberdade, dum soberbo efeito de perspectiva, ladeada por belas construções; formaram-se novos bairros de edifícios elegantes, com lindas ruas desafogadas e magnífica arborização.

A Imagem da cidade coetânea

Lisboa é uma cidade que se compõe de três cidades: a moderna, sanificada pela largueza e boa orientação da avenida; a pombalina que perde o seu antigo e característico aspecto; e a de antes do terramoto, densa, saturada

A Imagem dos bairros

A Cidade compõe-se de bairros antigos, de carácter pitoresco e popular; a “grandiosa edificação pombalina” da Baixa; e bairros novos. Estes caracterizam-se por obedecer a um plano harmonioso e possuírem a “higiene e comodidade das grandes cidades modelares de hoje”, embora o “bom gosto arquitectónico nem sempre prevaleça”. Os bairros antigos de Alfama e Mouraria, apesar do labirinto de ruelas tortuosas, da casaria onde nunca chega a entrar o sol, têm a qualidade rememorativa do passado de Lisboa e oferecem as belas vistas panorâmicas, ou quadrinhos pitorescos.

A Imagem dos Lisboetas

Em Lisboa a alta sociedade - cavaleiros e amazonas - gostam de passear no Campo Grande, ou circulam em bons e modernos automóveis pela Baixa. As classes populares têm tipos característicos e atrasados, raramente perdem hábitos e costumes das suas regiões de origem, como as varinas, mulheres que se empregam em Lisboa na venda de peixe, muito esbeltas e de tez morena, percorrendo descalças as ruas.

A Imagem das singularidades de Lisboa

A cidade é geograficamente indicada como cais da Europa, pela sua situação na parte mais ocidental do continente europeu e pelas magnificas condições naturais da sua barra, sempre de fácil acceso. Não tendo a monumentalidade de outras grandes cidades, a natureza dotou-a prodigiosamente, sendo uma bela cidade de panoramas.

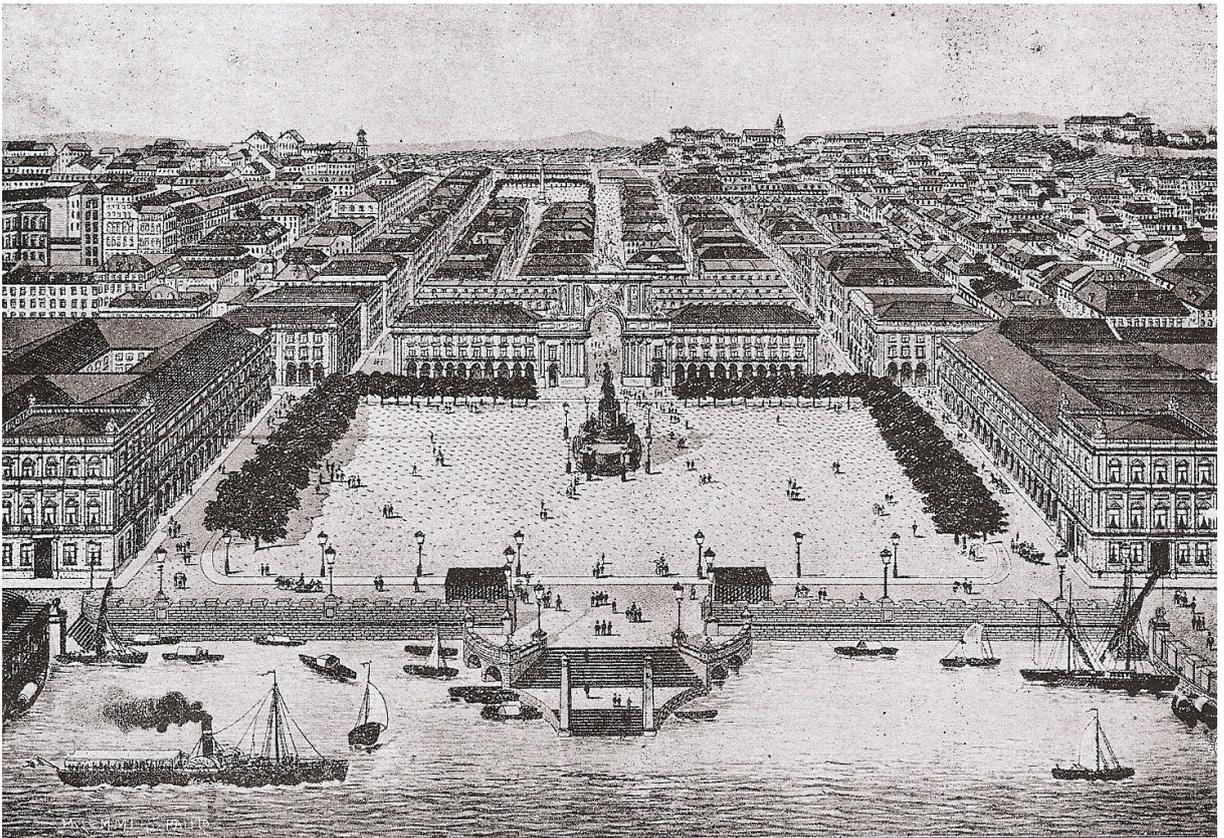


Imagem 3 — Ciclo Imperial: Lisboa a cidade de panoramas**Imagem inaugural**

Lisboa, cidade com uma configuração de terreno inconfundível, a cidade de panoramas

Imagem da narrativa histórica

Lisboa, cuja fundação foi referida pelos antigos a heróis fabulosos – o Ulisses da Odisseia Grega - deve com maior probabilidade atribuir-se aos Fenícios.

Os Romanos embelezaram-na, desenvolveram-na notavelmente e elegeram-na à categoria de Município. Outros povos por aqui estiveram, os Bárbaros do Norte e os Mouros, mas em constantes sobressaltos.

Até que em 1147 D. Afonso Henriques, a conquista definitivamente para as armas cristãs. Tornou-se a capital de Portugal em 1255. No magnífico século XVI a grandeza de Lisboa expandiu-se até Alcântara enchendo-se de estrangeiros, a abarrotar de mercadorias e glória. No séc. XVII esse movimento expansivo acentuou-se. A cidade foi enriquecida de templos e monumentos, sobretudo templos. Com D. João V, e a descoberta das minas de diamantes no Brasil, o tesouro público cresceu e Lisboa aumentou de igrejas e conventos, ricamente ornamentados.

Por causa do terramoto de 1755 surgiu a Lisboa Pombalina, que tão profundamente transformou a capital, com as suas ruas alinhadas e cruzadas, os seus quarteirões de estilo sóbrio e simples, deixando irremediavelmente o seu carácter de cidade antiga.

Com o advento do regime constitucional o Estado tomou posse de numerosos conventos da cidade e fez deles serviços administrativos. Assim fornecido de edificações, que adaptou melhor ou pior, inibiu-se de fazer obra própria. Rasgou-se a bela avenida da Liberdade, ponto de partida para a construção de novos bairros, tendo sido dotada ainda com um moderno porto que cresceu em cais acostável.

Mas também sofreu vezes: as Invasões de Castela no século XIV, o estabelecimento da Inquisição, a decadência do comércio oriental, a derrota de D. Sebastião em Alcácer Quibir e o domínio de Castela em XVII. Reverberou o luxo religioso, a troca do ouro do Brasil absorvido em Roma. Sofreu ainda em XIX as Invasões Francesas e as lutas internas entre Miguelistas e Constitucionais. Mas também a ruína de muitas das grandes famílias que contribuiu, tanto quanto os sismos, para a decadência de numerosos palácios e palacetes.

O século XX teve de acabar ou continuar trabalhos que o século precedente lhe legou

A cidade cresceu continuamente, embora quase sempre de modo irregular. A substituição dos eléctricos de tracção animal para a tracção mecânica em 1900 transformou a cidade do dia para a noite. De repente, bairros excêntricos viram-se ligados entre si e ao centro. No decurso deste primeiro terço do século o desenvolvimento continuou no mesmo sentido

A Imagem da cidade coetânea

Lisboa tem um pitoresco muito variado A cidade adquiriu o hábito de revestir as casas de azulejos, brancos ou coloridos, começa a construir obras de qualidade, mais lógicas, mais belas, mais portuguesas e não os pastiches que até há pouco eram moda. Cidade que ainda tem de se convencer da necessidade de um pensamento, uma regra e uma disciplina no seu ordenamento, para se engrandecer, embelezar e se tornar capital.

A Imagem dos bairros

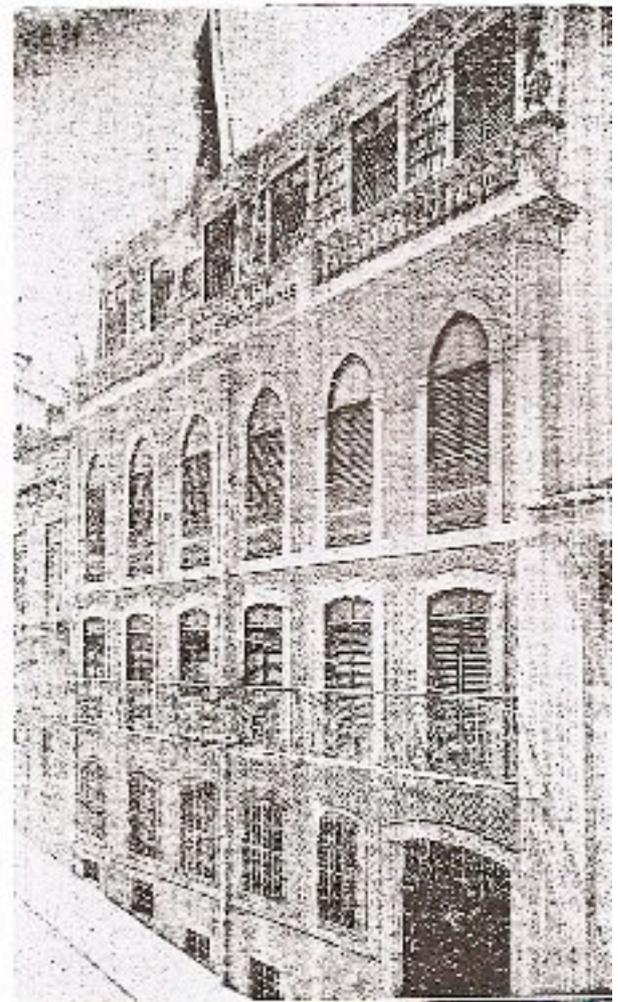
A cidade compõe-se da sua City - Baixa – bairros novos, que são outras tantas cidades que se bastam a si, e bairros de carácter primitivo e pitoresco.

A Imagem dos Lisboetas

Em Lisboa, cidade meridional, vive-se na rua. Nos bairros populosos os lisboetas saíam para se aquecer no inverno ou refrescar no verão, para namorar ou simplesmente para ver quem passa. Na Baixa, depois do almoço, as ruas enchem-se de homens que fazem uma pausa do trabalho no escritório, indo até ao café conversar de política, as senhoras tomam o chá das 5 nas pastelarias. Também podemos encontrar os laboriosos varinos, pescadores e vendedores de peixe; e as varinas, mulheres belas e esbeltas, que correm as ruas alegremente, pernas e pés nus, se a polícia o consentir.

A Imagem das singularidades de Lisboa

A cidade é geograficamente indicada como cais da Europa, pela sua situação na parte mais ocidental do continente europeu e pelas magníficas condições naturais da sua barra, sempre de fácil aceso. Não tendo a monumentalidade de outras grandes cidades, a natureza dotou-a prodigiosamente, sendo uma bela cidade de panoramas



2 - LISBOA A IDEALIZAR-SE

A Imagem síntese Lisboa a Idealizar formou-se no ciclo Republicano.

Imagem 4 — Ciclo Republicano: Lisboa a cidade de afastamento e ilusões

Imagem inaugural

A cidade capital castigada

Imagem da narrativa histórica

Lisboa, cuja fundação foi referida pelos antigos a heróis fabulosos – o Ulisses da Odisséia Grega - deve com maior probabilidade atribuir-se aos Fenícios.

Os Romanos embelezaram-na, desenvolveram-na notavelmente e elegeram-na à categoria de Município. Outros povos por aqui estiveram, os Bárbaros do Norte e os Mouros, mas em constantes sobressaltos.

Até que em 1147 D. Afonso Henriques a conquista definitivamente para as armas cristãs. Tornou-se a capital de Portugal em 1255. O séc. XVI foi para Lisboa um período de variadas vicissitudes: as descobertas e navegações tornaram-na num empório comercial, encheram-na de estrangeiros, abarrotaram-na de mercadorias e de glória. No séc. XVII esse movimento expansivo acentuou-se. A cidade foi enriquecida de templos e monumentos, sobretudo templos. No séc. XVIII construiu-se o colossal Aqueduto das Águas Livres, que veio libertar a cidade do perigo constante de morrer à sede, dotando-a ao mesmo tempo com uma verdadeira obra de arte. E também se construiu a preciosa capela de S. João Baptista, fundou-se a Academia Real da História, criou-se a Patriarcal e Lisboa dividiu-se em duas zonas: oriental e ocidental.

Por causa do terramoto de 1755 surgiu a Lisboa Pombalina, que tão profundamente transformou a capital, com as suas ruas alinhadas e cruzadas, os seus quarteirões de estilo sóbrio e simples, dada a urgência da reconstrução e a sumptuosa Praça do Comércio. Nasceram ainda numerosas oficinas industriais e bairros de fabricantes.

Mas também sofreu reveses: as Invasões de Castela no século XIV, o estabelecimento da Inquisição, a decadência do comércio oriental, a derrota de D. Sebastião em Alcácer Quibir e o domínio de Castela em XVII. Reverberou o luxo religioso, a troca do ouro do Brasil absorvido em Roma em XVIII. Sofreu ainda em XIX as Invasões Francesas e as lutas internas entre Miguelistas e Constitucionais.

No segundo quartel do séc. XIX realizou-se o movimento expansivo da cidade, com a criação de novos bairros, abriram-se largas ruas arborizadas, e modernas avenidas começam a romper-se no arrabalde, ligando a antiga cidade com os subúrbios. Com o advento da República manteve-se essa tendência expansiva, e continuou a construção de novos bairros, que dia a dia vão alargando a povoação, mas que irritam pela vulgaridade ou pretensiosismo pesado e sem gosto

A Imagem da cidade coetânea

Cidade de segunda ordem, de costas voltadas para o rio, suja, sem a ordenação, o conforto e monumentalidade estética da arquitectura das cidades modernas. Lisboa, uma cidade ainda por fazer ... o seu Palácio da Justiça, o seu palácio da Leitura, o seu Palácio de Exposições, o seu Palácio de Festas, o seu Palácio do Povo, os seus jardins, o seu Bosque, e (como queria Fialho) uma larga avenida marginal orlada em toda a sua extensão com as estátuas dos navegadores, poetas, artistas, filantropos, e as alegorias triunfantes da nossa aventura marítima.

A Imagem dos bairros

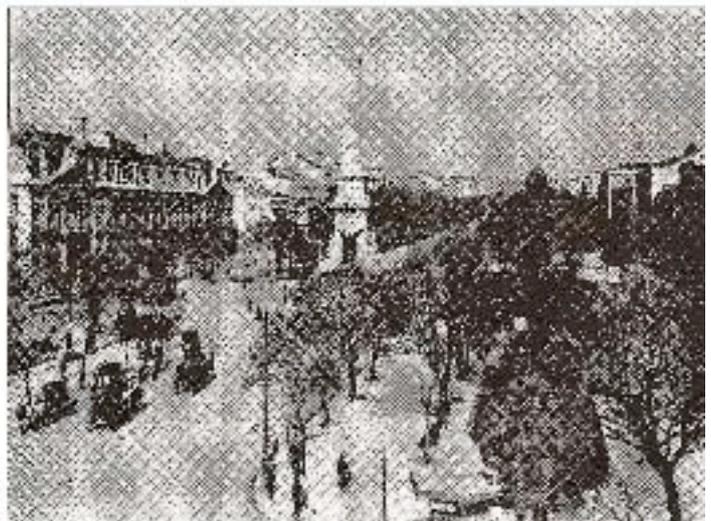
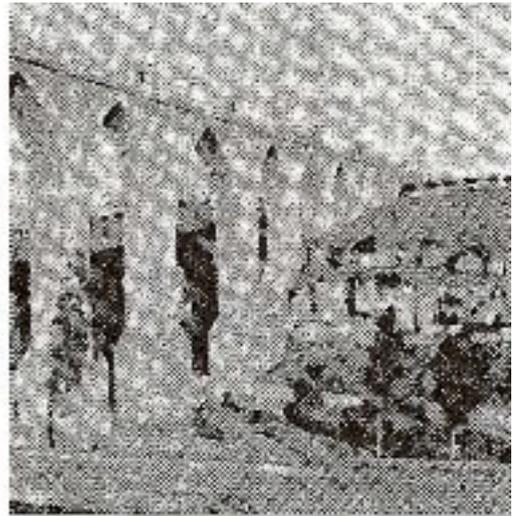
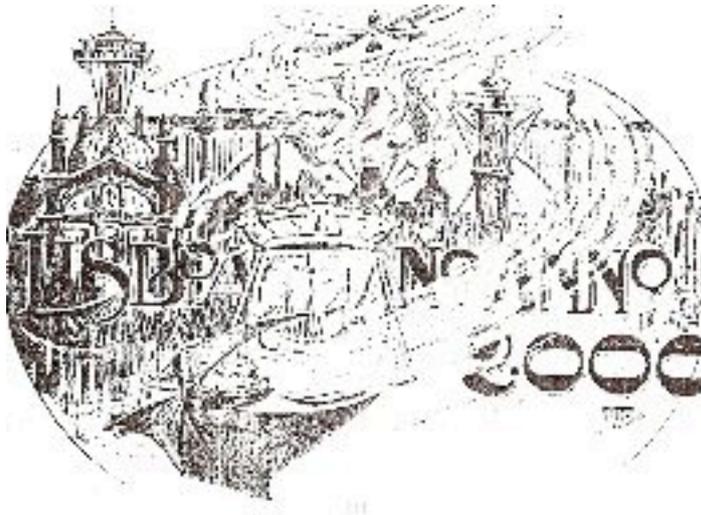
A cidade compõe-se de bairros antigos, de carácter pitoresco e popular; a “grandiosa edificação pombalina” da Baixa; e bairros novos. Estes caracterizam-se por obedecer a um plano harmonioso e possuírem a “higiene e comodidade das grandes cidades modelares de hoje”, embora o bom gosto arquitectónico nem sempre prevaleça. Os bairros antigos de Alfama e Mouraria, apesar do labirinto de ruelas tortuosas, da casaria onde nunca chega a entrar o sol, possuem a qualidade rememorativa do passado de Lisboa e oferecem belas vistas panorâmicas, quadrinhos pitorescos.

A Imagem dos Lisboetas

Em Lisboa o seu povo ainda não atingiu o estágio da civilização de outras cidades modernas. As classes altas vestem com elegância, pelo último figurino de Paris. Contudo nos bairros antigos podem ver-se “mulheres desgrenhadas, crianças rotas e sujas,”; “população ociosa de gentio aventureiro, rufias, brigões e cantadeiras, fadistas com o seu ar avinhado, felizmente em vias de desaparecimento”. Nela vivem também importantes colónias como a dos galegos e das varinas, estas “um dos tipos femininos mais curiosos e gentis da nossa terra”, que pelas ruas de Lisboa, de pé descalço, felizmente em desuso, apregoam, com melodias de um inexplicável sentimento poético, peixe, fruta, jornais, azeitonas, hortaliças, queijo fresco, ...

A Imagem das singularidades de Lisboa

Cidade resgatada da banalidade pela importância arquitectónica dos Jerónimos, a Torre de Belém, o Terreiro do Paço ou um ou outro portal de igreja; e pela sua maravilhosa situação dominadora sobre o rio Tejo, raro no mundo, de gradações infinitas de colorido, irrealis, como panorama entrevisto em sonhos, rio que ao encanto da paisagem vem juntar-se ainda a sugestão do passado, que faz desse estuário o mais histórico de todo o planeta.



3 - LISBOA A RESISTIR À METROPOLIZAÇÃO

A Imagem síntese Lisboa a resistir à metropolização reuniu duas imagens, produzidas no ciclo político do Estado Novo: Lisboa cidade pitoresca e desafogada, a varina é o seu cartaz e Lisboa cidade-resistência à monotonia da modernização.

Imagem 5 — Ciclo Imperial: Lisboa cidade pitoresca e desafogada, a varina é o seu cartaz

Imagem inaugural

Lisboa, capital antiga, desde cedo cobiçada

Imagem da narrativa histórica

A sua origem perde-se na noite da eternidade

Já os homens do período quaternário acharam a região de Lisboa apetecível. No período histórico, povos de diferentes raças conquistaram e dominaram na crescente povoação.

Era então cidade importante, quando foi incorporada na coroa portuguesa em 1147 pelo rei D. Afonso Henriques. Lisboa começou por se cingir ao recinto fortificado do Castelo e à povoação envolta pela Cerca Velha. A cidade foi-se expandido para fora da Cerca Moura, necessitando de nova muralha em 1373, a Cerca Fernandina, e os bairros, sucessivamente formados, apresentavam a mesma fisionomia de redes inextricáveis de ruas estreitas e sinuosas que tinha a cidade muçulmana. No século das grandes descobertas e conquistas, em que o ouro e as mercadorias da Índia e África entravam a rodo no mercado de Lisboa, a cidade povoou-se de palácios, especialmente na sua beira rio e começou-se a introduzir alguma regularidade no traçado das vias públicas. Mas de modo geral a cidade continuou irregular e pouco higiénica.

Até que no século XVIII o terramoto de 1755 permitiu que Lisboa pudesse reconstruir essa zona arruinada segundo um plano metódico, confortável e higiénico. No século XIX, limitada por uma circunvalação, Lisboa tornou-se 528 vezes maior que a primitiva cidade da época mourisca

No actual perímetro administrativo do território da cidade as regiões com maior densidade de população são as que ficam dentro da antiga circunvalação, entre Alcântara, Arco do Cego e Cruz da Pedra, e as que ladeiam as estradas, hoje ruas, de acesso à antiga cidade, especialmente as marginais, que acompanham o curso do Tejo. Só há pouco tempo começaram a vestir-se de casario, geralmente de boa arquitectura, os terrenos entre as vias de acesso à cidade, rasgando-se ou alargando-se as artérias de ligação entre umas e outras. Ainda inclui muitos lugarejos, vastos campos de lavoura, montes quasi desertos, e até um ribeiro completo.

A Imagem da cidade coetânea

Cidade a crescer em território, em população, com plano e ordem; novas vias públicas têm sido rasgadas, ligando antigas e recentes artérias dentro do já vasto território da cidade; construíram-se jardins, palácios e prédios modernos; cresceu o cais acostável. A cidade toma um aspecto desafogado e elegante. Contudo esta expansão incessante, pois Lisboa ainda muito tem para urbanizar, combina-se com o pitoresco alfacinha da Lisboa de antigamente, dos bairros típicos em primeiro lugar.

A Imagem dos bairros

A cidade em que, por toda a parte, vive um pouco o pitoresco alfacinha: dos bairros típicos em rigor, como Alfama e Moraria, com o seu tipo inconfundível, onde a beleza e o negrume das idades jogam às escondidas; ou os menos característicos, mas também pitorescos como o Castelo, Alcântara, a Madragoa, uma parte do Bairro Alto e certos recantos na Graça e em S. Vicente a Lapa, nos quais encontramos o popular-pitoresco e o aristocrático-diplomático. Bairros nos quais se revela sempre uma excentricidade, uma curiosidade.

A Imagem dos Lisboetas

Não se pode falar de Lisboa sem falar do tipo popular lisboeta, o vendedor ambulante e o seu pregão, motivo de estudo de folcloristas e viva atracção de visitantes. E de entre todos a varina, incarnação estridula do trabalho alegre, é o cartaz de Lisboa, ela incarna a pureza de uma raça cujo segredo é não mudar de profissão. Pena que alguns estejam a desaparecer e os seus trajes se tenham vindo a descaracterizar pelo verniz da civilização. Mas também não podemos esquecer os saloios e as costureirinhas, nos seus vestidos de chita.

A Imagem das singularidades de Lisboa

Cidade, cujo rolar dos tempos lhe foi ingrato, mas não necessita de arrebiques para se enaltecer, bastando as suas belezas naturais, os seus bairros típicos e a amenidade do clima, atracções visuais e culturais para toda a espécie de visitante.

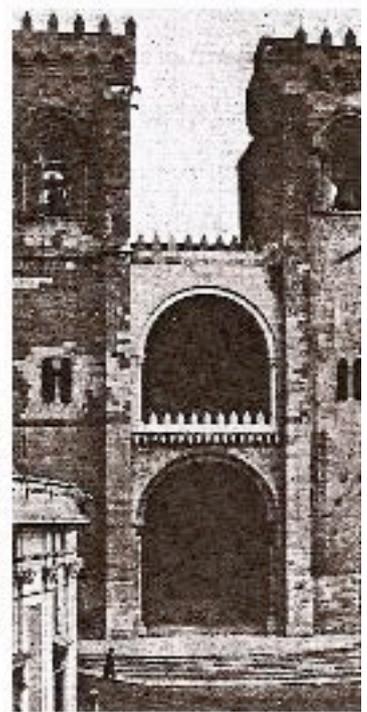


Imagem 6 — Ciclo da suburbanização, Estado Novo: Lisboa cidade - resistência à monotonia da modernização

Imagem inaugural

Lisboa, cidade antiga, pitoresca e simples, apesar do seu desenvolvimento impressionante

Imagem da narrativa histórica

Lisboa cristã e portuguesa, conquistada pela força indomável de Afonso Henriques aos sarracenos.

... antes Romana, que a elegeu a Município, já então com uma densa população, de variadas raças e crenças.

Muito populosa, luxuosa e rica, tendo no Tejo a sua principal razão de prestígio, nela se multiplicou a construção de edifícios religiosos, Lisboa tornou-se a capital do reino nascente no século XIII. Cabeça do Império com os Descobrimentos, sofreu uma mudança radical, rompendo com a ancestralidade de costumes patriarcais que caracterizavam o lisboeta. Tornou-se um dos centros cosmopolitas mais famosos da Europa. Arruinou a extraordinária Veneza, e a exuberância do comércio, aliada aos lucros avultados a que o mesmo dava lugar, ocasionou a fixação de numerosas colónias estrangeiras. No início do séc. XVIII, com reflexo do ouro proveniente do Brasil, o rei magnânimo deu corpo à construção do Aqueduto das Águas Livres, grandiosa obra que trouxe de Campolide às Amoreiras, a água buscada em Queluz.

Por causa do terramoto de 1755 surgiu em Lisboa a obra de urbanização pombalina, trabalho arrojado para a época, transformando o dedalo das ruas ainda de tipo medieval, no que hoje chamamos a «Baixa Pombalina», simbolizada no carácter imponente, majestoso e elegante do Terreiro do Paço. A cidade foi crescendo, senão em população, pelo menos em extensão e já no fim do século XIX ela foi dotada da mais bela e rasgada artéria - a Avenida da Liberdade - de um moderno porto, que cresceu em cais acostável. Construíram-se numerosos prédios e povoaram-se rapidamente as «Avenidas Novas» que prolongavam a urbe para o norte.

Mas também sofreu revezes: as Invasões de Castela no século XIV, a infeliz jornada de D. Sebastião que terminou na monarquia dualista, o imperialismo napoleónico, as infiltrações de ideias revolucionárias oriundas de França, e as agitações políticas que continuaram depois da proclamação da República.

Com o princípio deste século a expansão e o enriquecimento patrimonial de Lisboa não sofreram qualquer paragem, mas foi nas últimas décadas que se registou um desenvolvimento verdadeiramente extraordinário. A capital tornou-se um centro de atracção para a população das províncias.

A Imagem da cidade coetânea

A cidade que se aproxima rapidamente do milhão de habitantes. A cidade estaleiro que para albergar tão grande número de indivíduos teve que criar na periferia novos bairros residenciais, as modernas cidades-satélite de Lisboa. Ajardinou-se, arborizou-se, construiu auto-estradas, avenidas marginais para nela melhor se circular e voltou a ligar-se ao seu rio. A própria cidade velha, nalguns pontos de maior concentração de população activa, foi coagida a mesclar-se com as necessidades prementes do progresso, sem perder contudo, o que de mais pitoresco a caracteriza.

A Imagem dos bairros

Cidade em que cada bairro é uma pequena cidade e cada paróquia uma pequena aldeia. A cidade onde, perante a constante transformação trazida pela civilização, com as suas cidades satélite - Areeiro, Alvalade, Olivaís, Encarnação, Vale Escuro, Picheleira, Campolide e Restelo - células habitacionais em perfeita simbiose com a velha urbe, se estabeleceram núcleos de resistência. A cidade dos bairros típicos, nos quais permanecem gerações sucessivas de populares, menos permeáveis às influências do modernismo. Alfama, o centro de resistência Nº1 da cidade, mas também Mouraria, Bairro Alto, Madragoa.

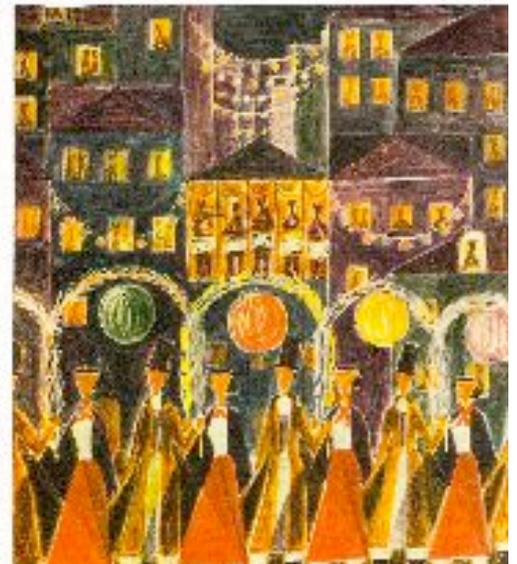
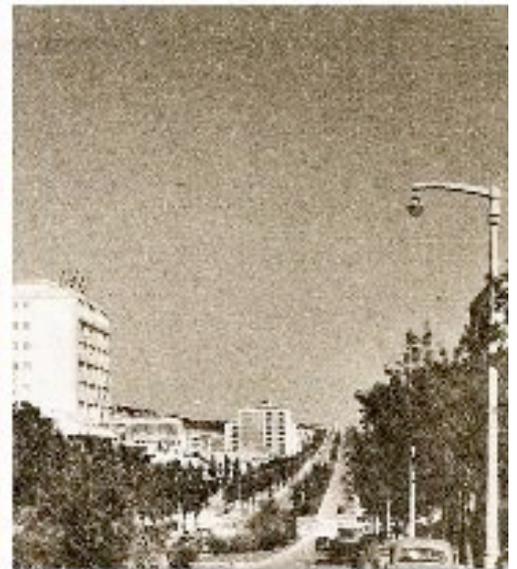
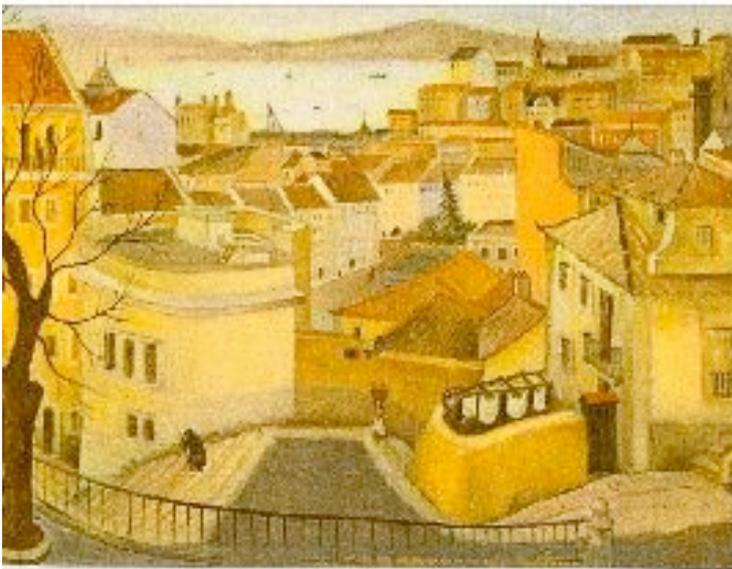
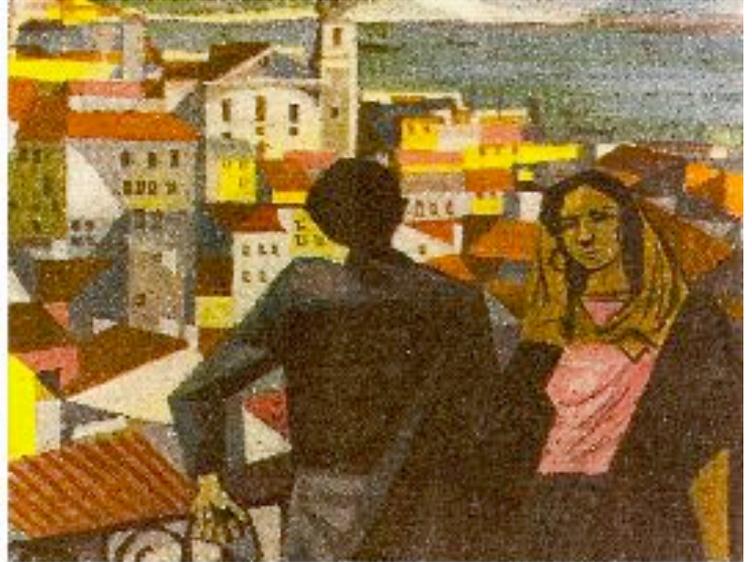
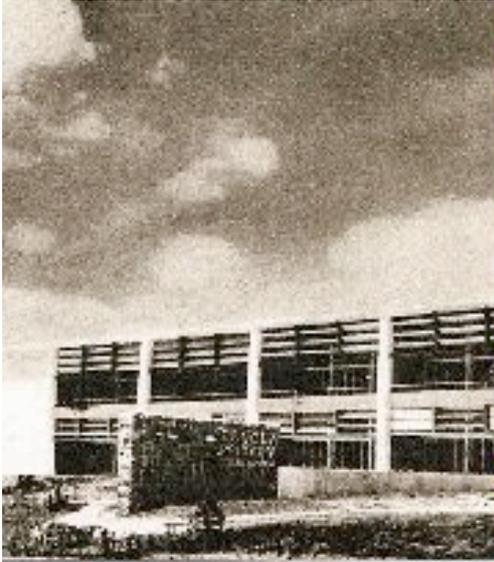
A Imagem dos Lisboetas

Lisboa tem uma castiça paisagem humana. Na Madragoa marinheiros, varinas e descarregadores do porto resistem, pela policromia dos seus trajes, à evolução da moda e do modo de viver nas cidades. Vendedores ambulantes atravessam a cidade, levando à nova Lisboa a voz da tradição, o velho pregão. Mal o dia nasce, os jornais saídos das máquinas arrumam-se no saco dos vendedores; as ninfas do Tejo - peixeiras airosas - fazendo soar as suas chinélas na calçada, correm para os mercados, com as suas canastras e cestos ainda vazios; os eléctricos vão cheios de operários, fabricantas e costureirinhas alegres e caprichosas; campainhas tocam, ouvem-se os gritos dos leiteiros e dos padeiros quando passam ... e ao fim da tarde o alfacinha saltita da tasca para a carvoaria à procura do melhor petisco.

A Imagem das singularidades de Lisboa

Lisboa não se presta aos traços que dão a impressão do monumental e vinga-se desta insuficiência, entregando-se deliberadamente à composição de quadros pitorescos, onde motivos imprevistos assumem um lugar importante. Na bela cidade banhada pelo Tejo, o que atrai, o que chama a atenção em primeiro lugar são os velhos monumentos, a típica Alfama, o relevo particular deste velho aglomerado de navegadores, voltado para o rio, que constituiu a grande via civilizadora dos séculos XIV e XV, e que hoje ainda marca a sua fisionomia cheia de particularismo, contrariando a monotonia das modernas cidades.

LISBOA NOS GUIAS



4 - LISBOA A HARMONIZAR A CIDADE HISTÓRICA E METROPOLITANA

A Imagem síntese Lisboa a harmonizar a cidade histórica e metropolitana, evidencia-se no ciclo de suburbanização – Democracia e no ciclo de reconfiguração de capitalidade perdida, reunindo três imagens: Lisboa a urbe metropolitana e íntima, Lisboa cidade de Congressos e Lisboa a moderna capital cheia de diversidade.

Imagem 7 — Ciclo da suburbanização, Democracia: Lisboa a urbe metropolitana e íntima

Imagem inaugural

Lisboa, cidade antiga e bela que quer ser jovem, aberta e acolhedora

Imagem da narrativa histórica

A sua origem perde-se na noite da eternidade.

Foi cabeça de grandes estradas marítimas com os Tartéssios, Fenícios e Gregos. Ponto de partida de importantes vias terrestres com os Romanos, elevada à categoria de Município, foi influente cidade da província da Lusitânia, centro comercial, termal e de prazer. As estradas que serviram Lisboa no período romano, foram as mesmas que a puseram em comunicação com o restante País até ao séc. XVIII. As invasões dos Bárbaros do Norte desencadearam a decadência das cidades na Europa Central e Ocidental, Lisboa, incluída no Império Árabe desde 711, escapou à decadência e foi cidade florescente durante o domínio muçulmano.

Com a conquista de Lisboa aos Mouros em 1147, cortadas as ligações com os mercados muçulmanos, a cidade ensimesma-se e vai entrar verdadeiramente na sua Idade Média.

Finalmente, quando se tornou capital em 1255, a antiga urbe abre-se a novos horizontes políticos e económicos. No século XIII o desenvolvimento de centros manufactureiros no norte vão dar uma importância inesperada à rota atlântica, acontecimento que vai decidir do destino de Lisboa, situada a meio caminho da rota que ligava importantes centros industriais. Era a Lisboa que acorriam os produtos vindos de todo o país, em Lisboa abasteciam-se os barcos estrangeiros, e dos seus estaleiros começaram a sair as primeiras embarcações construídas. Com a empresa dos Descobrimentos, a pequena cidade, semi-rural, semi-urbana, transforma-se num centro eminentemente urbano. Lisboa torna-se o principal mercado e pêndulo económico da Europa, a população crescente, extravasa ao longo do rio em direcção a Santos e Alcântara, rasgam-se praças ladeadas por belos edifícios. Surge o Bairro Alto, que cresceu como bairro popular e depois se tornou um bairro aristocrático, diferente pelos bons ares e ruas largas, de traçado geométrico. D. João V, em inícios de XVIII, torna a cidade faustosa em pompas religiosas, e dota-a com água em abundância que chegando através do gigantesco Aqueduto, jorra de inúmeros chafarizes dispersos pela capital.

Por causa do terramoto de 1755, planificou-se de raiz, e de uma só vez, uma nova cidade - a Baixa Pombalina - cuja importância, dentro do panorama urbanístico europeu, é em extremo relevante.

O grande desenvolvimento industrial de XIX enriqueceu a burguesia e despejou na cidade uma população ávida de conquistar maiores facilidades, que ao estender-se e alargar, faz surgir constantes tentativas urbanísticas para ordenar esse crescimento. Urbanizaram-se as zonas fabris de Xabregas, Poço do Bispo e

Alcântara, onde se misturavam as construções industriais e os bairros operários, rasga-se a espaçosa Avenida da Liberdade e a cidade começa a estender-se para norte. Em fins de XIX Lisboa alterou a fisionomia da antiga cidade ribeirinha rodeada de hortas e de quintas de recreio. O desenvolvimento dos transportes urbanos contribuiu imenso para descentralizar as zonas de habitação. Duarte Pacheco ordenou em 1935 a elaboração de um plano geral coordenador do futuro desenvolvimento da cidade, período a partir do qual Lisboa começa a adquirir a feição actual.

Mas também sofreu revezes. A segunda metade de XVI foi dominada pela perda sucessiva dos pontos-chaves conquistados e consequentemente do monopólio do comércio do oriente; a Contra Reforma e a Inquisição; a perda da independência política em 1580, ligando o país aos destinos reservados à Espanha, em luta contra a Europa, foram factos que isolaram Lisboa. A instabilidade política em XIX fez com que a cidade tivesse acabado por crescer sem um plano, orientada apenas pelo acaso da expansão demográfica.

No meio de uma verdadeira explosão de entusiasmo popular que ficou conhecida como a Revolução dos Cravos. Lisboa foi ainda, como em toda a História do país, o grande cenário desse movimento que deu origem ao regime democrático e pluripartidário que hoje vigora em Portugal

A sua qualidade de capital e de principal centro urbano do país continua a fazer dela sede de todos os acontecimentos que desde então têm agitado a vida nacional e que o tempo se encarregará de ir transformando em História.

A Imagem da cidade coetânea

Lisboa uma urbe jovem, aberta e acolhedora; urbe metropolitana, lugar de convívio de um milhão de portugueses. Cidade cujo crescimento a fez expandir-se para lá do arrabalde tradicional, muitas vezes num crescimento desordenado, planos aqui, improvisando acolá, destruindo nesse processo alguns edifícios interessantes e deixando terciarizar outros, sem implementar os necessários espaços verdes em zonas de elevada densidade urbana, oferecendo todavia dimensões cosmopolitas, sem ter perdido o seu carácter intimista.

A Imagem dos bairros

Cidade onde os bairros velhos mantiveram as suas características ancestrais, bairros que transportam uma memória histórica. Alfama, o burgo fidalgo dos séc. XIV e XV, que depois foi judeu, marinheiro e operário; a Mouraria dos mouros forros, da vida nocturna e profissão indeterminada, onde nasceu o Fado; o Mocambo dos negros; a Lapa aristocrática; a Alcântara fabril; a Madragoa das varinas e pescadores; ou o Bairro Alto das tascas e tipografias, cheio de tradições boémias. A Baixa que se tornou um lugar de passagem apressada. E o Chiado, o ar que se respira, o som que nos envolve, o cheiro a violeta e castanha assada, a sandes antes da ópera, as luzes, os passos, as montras, o café, ... Eça, Junqueiro, Júlio Castilho, Camões, Chiado no seu banco oscilante, os Mártires e Loreto, ... é Lisboa.

A Imagem dos Lisboetas

Lisboa teve sempre uma individualidade própria, os seus tipos citadinos, tão populares: a Varina, o Salóio, o Galego, o Aguadeiro ou o Ardina. Mas esta gente fazia parte de um contexto sócio cultural que também foi desaparecendo. Os fadistas tornaram-se sofisticados, os ardinas assentaram bancas fixas nas ruas, os vendedores ambulantes calaram os pregões e foram remetidos para lugares pré estabelecidos pelas entidades camarárias. Mesmo assim, nos dias de hoje, com um olhar atento, ainda se descobrem pelas esquinas, nas vielas dos bairros antigos, ou mesmo nas grandes avenidas, vendedores de castanha ou de fruta, engraxadores ou cauteleiros que fazem parte da galeria de «alfacinhas».

A Imagem das singularidades de Lisboa

A Lisboa característica continua a ter um aspecto familiar, amigável e íntimo, que ainda convida aos longos passeios a pé, às paragens contemplativas em face de um recanto curioso, de um monumento simples, ou à descoberta do pormenor que não se encontra em mais nenhuma capital europeia. Faz sentir o visitante como se estivesse na sua própria casa.

LISBOA NOS GUIAS

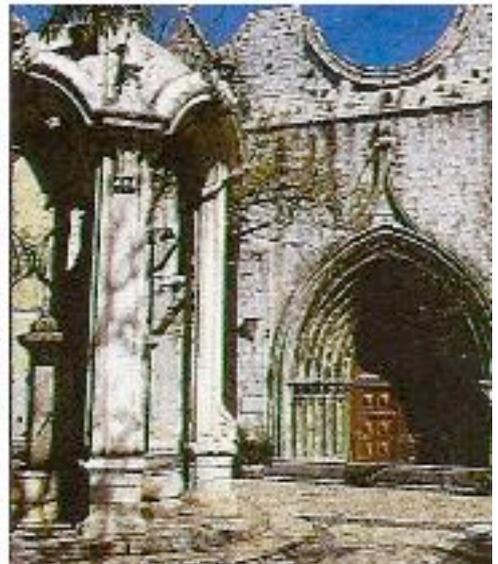
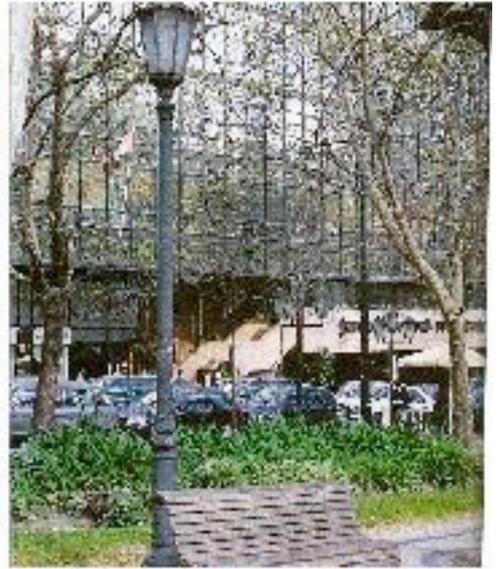
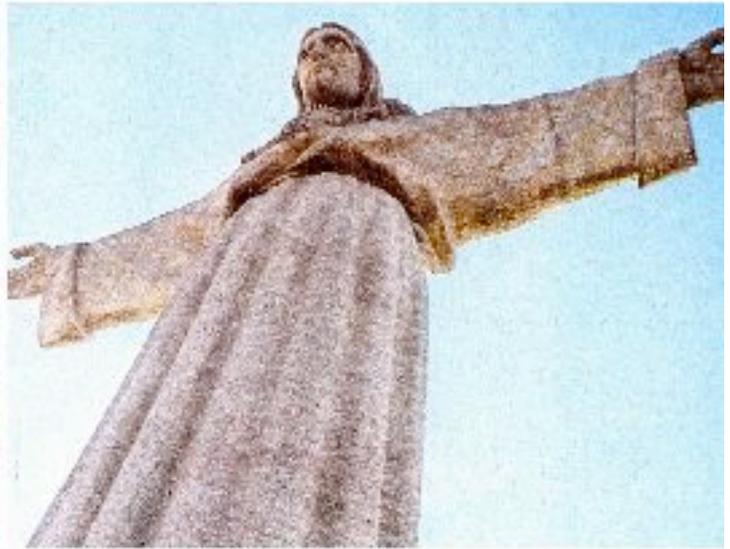


Imagem 8 — Ciclo da suburbanização, Democracia: Lisboa cidade de Congressos**Imagem inaugural**

Lisboa, metrópole onde velho e novo se fundem num presente harmonioso

Imagem da narrativa histórica

Lisboa, cuja fundação foi referida pelos antigos a heróis fabulosos – o Ulisses da Odisseia Grega - deve com maior probabilidade atribuir-se aos Fenícios.

Ao certo sabe-se que foi um importante município romano, um dos mais importantes centros urbanos da península. A presença árabe na Península Ibérica contribuiu para um assinalável desenvolvimento económico e cultural.

Em 1147 Afonso Henriques conquista Lisboa aos mouros. Ao converter-se portuguesa e cristã a cidade foi eliminando todos os vestígios de ocupação muçulmana. Tornou-se capital de Portugal em 1255. A expansão marítima, nos séculos XV e XVI, veio abrir novos rumos à cidade. Lisboa torna-se então um importante entreposto comercial. Pouco a pouco Lisboa transfigura-se numa cidade de Colinas, ocupando os montes vizinhos. Nasce o primeiro bairro de ruas direitas, traçadas geometricamente – o Bairro Alto - um dos mais típicos da cidade. Foi graças ao ouro brasileiro que Lisboa atravessou um novo período fugaz de prosperidade, com a construção de obras grandiosas. Constrói-se o Aqueduto para matar a sede a Lisboa e a talha dourada, os azulejos, a cerâmica e outras artes decorativas atingem uma qualidade excepcional nessa época.

Por causa do terramoto de 1755, Lisboa foi reconstruída segundo modernas concepções urbanísticas. Surgiu uma Baixa Pombalina de ruas amplas, geométricas, ladeadas por construções sóbrias e funcionais, que se tornou o verdadeiro coração da cidade, sede do poder político e financeiro.

Com a implantação do regime liberal Lisboa atravessou um novo período de expansão na segunda metade de XIX: urbanizaram-se as zonas fabris de Xabregas, Poço do Bispo e Alcântara, onde se misturavam as construções industriais e os bairros operários. rasgou-se a espaçosa Avenida da Liberdade. A cidade começou a estender-se para norte, uma cidade moderna, com novos bairros; mas de costas voltadas para o Tejo.

Mas também sofreu revezes: as invasões de Castela no século XIV, a guerra da Restauração, as Invasões napoleónicas e as lutas Liberais.

Com cerca de 300 000 habitantes a findar XIX, Lisboa tem hoje mais de 1 milhão de habitantes. Se a compararmos com as grandes metrópoles europeias ou mundiais, Lisboa é uma cidade pequena, onde a vida decorre com tranquilidade e os viajantes encontram gente hospitaleira, amável e um clima ameno.

A Imagem da cidade coetânea

Cidade metrópole de um país membro da UE, com características próprias e cosmopolita; cidade com altos blocos de vidro e cimento e centros comerciais a dar-lhe um “novo visual”, ao lado da cidade tradicional.

A Imagem dos bairros

Cidade com o seu centro dinâmico e cosmopolita - a Baixa - o seu centro habitacional em expansão - Amoreiras-Campolide - os seus bairros sofisticados e cosmopolitas de Alcântara-St Amaro, Alvalade-Areeiro e Lapa-Campo de Ourique; os grandes bairros habitacionais de Benfica Carnide, Campo Grande-Lumiar; os bairros residenciais invadidos pela actividade comercial de Anjos-Arroios; os bairros populares e históricos de Belém-Ajudá e Graça-Penha de França; os bairros industriais de Marvila-Beato-Xabregas. E os bairros típicos de passagem obrigatória como Alfama, ou o Bairro Alto, este último coração da doce vida lisboeta, mas também o Castelo, Mouraria e Madragoa.

A Imagem dos Lisboetas

Em Lisboa a população é tão heterogénea como o traçado arquitectónico: do homem de negócios empertigado, passando pela secretária perfumada, a cigana, o dono do quiosque de jornais, o bibliófilo, o engraxador, ao “alfacinha” e gente oriunda dos vários cantos do país e do mundo. Boémios, fadistas, poetas ou varinas vê-los-á com certeza nos velhos postais da cidade ou quem sabe, nos velhos bairros.

A Imagem das singularidades de Lisboa

Lisboa oferece hoje possibilidades de importante turismo profissional (congressos e seminários), é uma cidade cheia de lojas, com preços competitivos e interessante programa cultural.



Imagem 9 — Ciclo da reconfiguração da capitalidade: Lisboa a moderna capital cheia de diversidade

Imagem inaugural

Lisboa, cidade capital monumento, romântica, nostálgica e cosmopolita

Imagem da narrativa histórica

A sua origem perde-se na noite da eternidade.

*Existem vestígios humanos da época do neolítico. Os mercadores Fenícios terão instalado aqui um entreposto comercial. Com os Gregos, este mesmo lugar pode ter sido chamado de “Olísipo”. Os Romanos ocuparam a cidade, uma das mais importantes da Lusitânia, tornaram-na um Município e os seus habitantes obtiveram o direito de cidadania. Vários povos Bárbaros ocuparam a cidade, mas não se produziram alterações significativas até à chegada dos Árabes em 714. Estes modificaram tudo com a sua civilização, bastante avançada do ponto de vista cultural e técnico. A *Aschbouina* dos árabes expandiu e enriqueceu com o ouro e a prata provenientes do comércio com outros lugares.*

Foi assim que a encontrou o primeiro rei português, Afonso Henriques, quando a conquistou em 1147. Durante os séculos XV e XVI, com os Descobrimientos Portugueses, Lisboa tornou-se o centro comercial mais importante da Europa e metrópole de um imenso império, que se expandiu de África ao Brasil, Índia e Extremo Oriente. Ao seu importante porto afluíam escravos, tecidos, especiarias e metais preciosos. Lisboa abriu-se para o mundo e os estrangeiros passaram a ocupar um espaço inquestionável no comércio da cidade e na formação das populações. A capital de D. João V em XVIII foi embelezada com novas igrejas, conventos e inúmeros palácios, construídos com o ouro vindo do Brasil. O Aqueduto das Águas Livres, com os seus arcos impressionantes, foi o trabalho mais emblemático desse tempo.

Por causa do terramoto de 1755 o Marquês Pombal aproveitou para destruir muito mais, e erguer uma cidade quase nova, moderna e exemplar para a época: a Lisboa Pombalina como hoje a conhecemos. Para preservar os edifícios do fogo, cobriram-se de azulejos e a cidade enfeitou-se de frescos azuis e brancos, evocando a Lisboa desaparecida, deu-se igualmente o recrudescimento da arte de calcetamento.

Na segunda metade do século XIX iniciou-se o período de industrialização e de recuperação económica, tendo havido um crescimento populacional, Lisboa ganhou um novo impulso. A abertura da Avenida da Liberdade e o desenvolvimento dos transportes públicos criaram um novo ritmo à cidade, como os eléctricos, um dos meios de transporte mais típicos de Lisboa. A urbanização das Avenidas Novas marcaram o início de uma nova era, de avenidas largas, em locais planos, de edifícios mais altos e de belas fachadas. Nesse período a vida literária da cidade foi extremamente rica, polémica e agitada; os cafés em volta da Baixa e Chiado, onde se reuniam os intelectuais, tornaram-se emblemáticos.

*O séc. XX inicia-se com a proclamação da República que, passado pouco mais do que uma década, foi estrangulada por uma ditadura de meio século e paralisou o país no tempo, cujos malefícios ainda hoje estão presentes. No entanto a população aumentou e começaram a surgir dormitórios em volta da cidade. Alguns importantes trabalhos se iniciaram como a ponte construída sobre o domínio de Salazar, rebaptizada como **Ponte 25 de Abril**, em homenagem à pacífica **revolução dos cravos** que pôs termo à ditadura. A chegada de milhares de retornados e refugiados a seguir à independência das colónias africanas faria de Lisboa uma cidade de contrastes em todos os aspectos.*

Sofreu alguns revezes: o seu declínio durante a ocupação dos povos Bárbaros do norte, a perda de estatuto de capital durante a ocupação filipina, a passagem da capital do império para o Rio de Janeiro com as

Invasões Napoleónicas; demolições nos anos 50 de XX de exemplares da arquitectura portuguesa nas Avenidas Novas

As duas últimas décadas têm marcado um período forte de modernização da cidade, com expansão do “metro”, a construção de uma 2ª ponte sobre o Tejo, a construção de grandes centros comerciais e edifícios inovadores que procuraram ligar elementos típicos portugueses e arquitectura inovadora. Nos anos 90 iniciou-se a sua requalificação urbana com a reabilitação dos bairros históricos e a reconversão da zona ribeirinha, agora área de lazer e entretenimento arejada. A realização da Lisboa capital da Cultura em 1994 e a Exposição Mundial em 1998 foram importantes acontecimentos da cidade preparando-a para os desafios do novo milénio.

A Imagem da cidade coetânea

Lisboa, centro de uma área metropolitana com cerca de 2,5 milhões de habitantes, é uma cidade em mudança; a modernizar as suas acessibilidades, a aumentar a oferta de habitação e equipamentos culturais; a melhorar as condições de conforto dos seus habitantes e (visitantes); a reabilitar os seus bairros históricos; e a revitalizar áreas em declínio, (como a zona oriental). Em síntese, Lisboa tem vindo a transformar-se numa metrópole mais eficaz e confortável, com símbolos de arquitectura moderna, sem perder os elementos típicos portugueses e mediterrânicos, cidade que procura fazer-se à medida das pessoas, cidade de escala humana, enfim.

A Imagem dos bairros

Cidade em cujo centro o terreno é acidentado, mas com escadinhas e elevadores para resolver o acidentado, onde antigos bairros residenciais se transformam em áreas de escritório - Av. Liberdade, S. Sebastião Saldanha / Estefânia Avenidas Novas; com um novo centro empresarial em plena expansão - Av. da República / Campo Pequeno - ou o novo centro de negócios - Amoreiras / Campo de Ourique. Com bairros elegantes como a Lapa ou da moda como o BA; os bairros genuínos de Alfama e Mouraria; o centro da cultura em Belém; as “Docas”; e a zona oriental da cidade, antigo “buraco negro” de onde emerge uma cidade moderna. Finalmente pode-se usufruir de um dos aspectos mais encantadores da cidade: o Tejo.

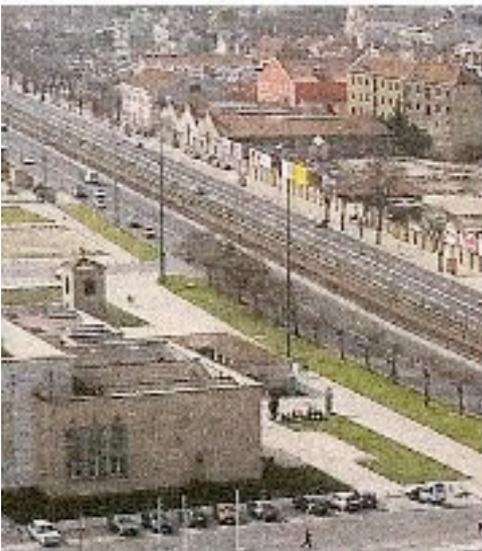
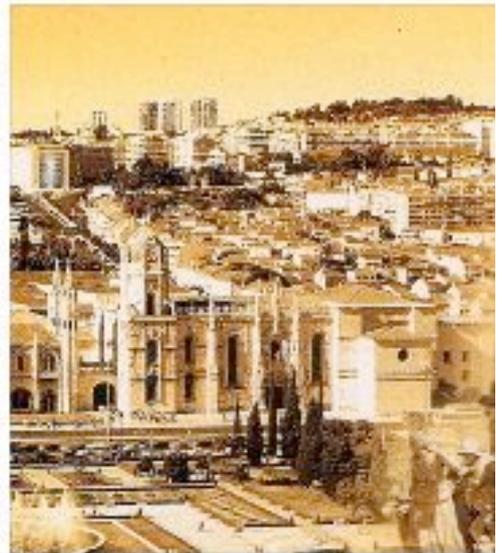
A Imagem dos Lisboetas

Lisboa cidade mediterrânica onde a cultura está na rua, nos seus mercados, nos cafés e bairros. Os lisboetas são, por natureza e tradição, abertos à novidade e à convivência, hospitaleiros e simpáticos para quem os visita.

A Imagem das singularidades de Lisboa

Cidade que oferece aos seus visitantes um conjunto de ambientes diversos e um extraordinário leque de estruturas urbanas. Lisboa, a «cidade branca», une harmoniosamente a tradição de uma cidade com muitos séculos com a modernidade de uma capital europeia.

LISBOA NOS GUIAS



CONCLUSÃO

Através da análise efectuada concluímos que as representações da cidade nos guias reflectem mais acentuadamente as mudanças político-ideológicas, que ocorreram na sociedade portuguesa para o arco temporal do século XX, do que as dinâmicas sociais associadas ao turismo e às modas do mercado, e mesmo até das transformações urbanísticas da cidade. A autoria pública (promocional), composta de autores oriundos do campo intelectual e político, mais presente nos segundo e terceiro ciclo histórico-urbanístico, compuseram as imagens mais cristalizadas e persistentes de Lisboa: “A cidade do rio evocativo”; “A cidade dos bairros típicos”; “A cidade de panoramas”. Pela análise diacrónica podemos confirmar a sua interferência.

O fim do Estado Novo, a democratização da sociedade portuguesa, a integração na Comunidade Europeia foi a outra baliza política que marcou uma nova imagem de Lisboa nos guias: a cidade a harmonizar o seu passado histórico com a modernização e cosmopolitização da cidade.

A correlação encontrada permite-nos pressupor que o símbolo identitário Cidade possui fortes ligações com o campo da simbólica política e se articula com o campo dos projectos políticos da cidade / sociedade.

Reter a autoria deixou ver, no processo de formulação de imagens de cidade através dos guias turísticos, diferenciações que remetem uma vez mais para o campo político. Estamos a falar, nomeadamente, da diferenciação de imagens que se estabeleceu nos guias da Primeira República entre os guias emanados da SPP, coordenados por Mendonça e Costa, e o guia de coordenação de R. Proença. Aí encontramos posições divergentes perante o incremento e modernização e as possibilidades turísticas apresentadas como a vantagem de Lisboa, diferença que ainda encontrámos no guia do “Lisboeta” de 1933, no qual transparece a importância atribuída à modernização da cidade. Diferenças que remetem para o campo das ideologias, tendo em conta o perfil intelectual da autoria dos guias, cujos coordenadores, lembramos, se filiavam no “liberalismo monárquico” e no “republicanismo de esquerda” respectivamente.

Por fim importa reter a pertinência da fonte documental guias turísticos. Nos guias de produção portuguesa encontrámos uma atitude crítica perante a cidade que descreveram, afastando-se do discurso “referencial”, dirigindo-se nessa medida menos aos estrangeiros e mais aos lisboetas. Embora, como já referimos, o argumento da autoria, separando-a grosso

modo entre os “nativos da cidade” e “estrangeiros”, só se possa confirmar com a análise das descrições de Lisboa pelos “estrangeiros”, a presença daquela atitude crítica revela que o género textual guia turístico não se restringe à repetição. Pelo menos no caso de Lisboa, para além do aspecto promocional e funcional, os guias turísticos também foram usados como instrumento de defesa de um tipo de cidade. Encontrámos essa situação nos guias editados no ciclo republicano, no guia de 1933, nos guias do ciclo de suburbanização em Democracia, ciclos em que o debate dos projectos de cidade / sociedade foi mais intenso e conflitual.

A fonte documental “guias turísticos” revelou-se como uma fonte particularmente rica para observar as cristalizações imagéticas da cidade que têm alimentado o fazer e o viver quotidiano de Lisboa.

Neste trabalho procurámos restituir uma imagem geral das implicações da autoria nas descrições de cidade, analisando os guias turísticos de produção portuguesa sobre Lisboa, no decurso do século XX. A análise diacrónica expressou as implicações do campo político nas descrições. Como referimos, formulámos o auto-retrato de Lisboa. Permanece em aberto, contudo, o reajuste desse auto-retrato a partir da investigação sobre o olhar do outro estrangeiro, afim de argumentar a pertinência da autoria.

BIBLIOGRAFIA**Bibliografia Geral**

- Acciaiuoli (Margarida), *Exposições do Estado Novo : 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- Anderson (Benedict), *Imagined Societies*, London, Verso, 1991, (1983 1ª ed.).
- Ansary (Pierre) e Schoonbrodt (René) (coord.), *Penser La Ville, choix de textes philosophiques*, ed. Archives d'Architecture Moderne (AAM), Bruxelles, 1989.
- Arnold (Dana) (edied by), *The metropolis and its image. Constructing identities for London, c 1750-1950*, Oxford Blackwell Publishers, 1999.
- Asher, (François), *Metapolis, acerca do futuro da cidade*, Celta editora, 1998 (1995 1ªed).
- Ashworth (G.I.), "On townscapes, heritages and identities, Townscapes and Landscapes", position paper in, Poulot (Dominique), *Patrimoine et modernité*, Paris L'Harmattan, 1998, 107-127, www.lancs.ac.uk/ias/annualprogramme/regionalism/docs/Ashworth_paper.doc.
- Augé (Marc), *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, edições Bertrand, 1994, (1992 1ª ed.).
- Barreto (António), *Tempo de Mudança*, Relógio de Água Editores, 1999 (1996 1ªed.).
- Barthes (Roland), *A Câmara Clara*, edições 70, 1981, (1980 1ª ed.).
- Bauman (Zygmunt), *Confiança e Medo na Cidade*, ed. Relógio D'Água, 2006 (2005 1ªed).
- Bauman (Zygmunt), *Identidade*, Jorge Zahar Editor, 2005, (2004 1ªed.).
- Benjamin (Walter), *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, ed. Relógio D'Água, 1992, (1916 – 1940, edição textos originais).
- Bourdieu (Pierre), *O Poder Simbólico*, Difel, 1989.
- Bourdin (Alain), *Le patrimoine réinventé*, ed PUF, col Espace et Liberté, Paris, 1984.
- Braudel (F.), *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, edições D. Quixote, Vol. I, 1983 (1947, 1ª edição).
- Calvio (Ítalo), *Seis Propostas Para o Próximo Milénio*, Teorema, (1990 1ª ed.).
- Carpentier (Jean) e Lebrun (François) (dir.), *História do Mediterrâneo*, editorial Estampa, 2000, (1998 1ªed.).
- Choay, (Françoise), (édition établi par) *Baron Haussmann, Mémoires*, ed. Seuil, Paris, 2000
- Choay, (Françoise), *A Alegoria do Património*, edições 70, 2000, (1982 1ªed).

- Choay, (Françoise), *La Règle et le Modele, sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*, ed. Seuil, 1985.
- Dicionário de História do Estado Novo*, F. Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), edições Bertrand, 1996.
- Fortuna (Carlos), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, edições Celta, Oeiras, 1999.
- Foucault (Michel), *As palavras e as coisas*, edições 70, 1988, (1966 1ª ed.).
- França (José Augusto), *Lisboa, Urbanismo e Arquitectura*, Editado por Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- Giddens (Anthony) and Turner (J. H.) edited by, *Social Theory Today*, Polity Press, 1990, (1987 1ªed.).
- Giddens (Anthony), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta Editora, 1994, (1991 1ªed.).
- Goffman (Erving), *A Apresentação do Eu na Vida Quotidiana*, edições Relógio D'Água, 1993, (1959 1ªed.).
- Grimal (Pierre), *A Civilização Romana*, Edições 70, 1993, (1984 1ª ed).
- Guillaume (Marc), *A Política do Património*, ed. Campo das Letras, 2003 (1980 1ªed).
- História de Portugal*, direcção José Mattoso, Círculo de Leitores, 1992 – 1994.
- História Económica de Portugal 1700 – 2000*, Pedro Lains e Álvaro Ferreira Silva organizadores, Volume III, O Século XX, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- Jodelet, (Denise) (sous la direction de), *Les Représentations Sociales*, P.U.F., 1991, (1989 1ªed.).
- Lobo, (Susana), “1942-2002, 60 anos de Pousadas”, in, *Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970*. Edição MC-IPPAR, 2004, (84 – 101).
- Lourenço (Eduardo), *Nós e a Europa ou as duas razões*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- Lowenthal (David), “Fabricating Heritage”, in *History and Memory*, volume 10, nº1, 1995, www.iupjournals.org/history/ham10-1.html.
- Lynch, (Kevin), *A Imagem da Cidade*, Lisboa, edições 70, 1982, (1960 1ª edi.).
- Menezes (Marluci), “Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação. Uma breve visita à Mouraria”, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 11, 2005, 67-83.
- Mondada (Lorenza), *Decrire la ville, la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*, col Villes, ed Anthropos, Paris 2000.
- Ramos, (Manuel João) (cord.) *A Matéria do Património, Memórias e Identidades*, ed. Colibri, Lisboa, 2003.

- Ribeiro (A. Pinto), *Abrigos, condições das cidades e energia da cultura*, Cotovia, 2004.
- Ribeiro (Margarida Calafate), *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós Colonialismo*, edições Afrontamento, 2004.
- Salgueiro (Teresa Barata), *A cidade em Portugal*, Porto, edições Afrontamento, 1992.
- Santos (Boaventura Sousa), *Pela Mão de Alice*, edições Afrontamento, 1999 (1994 1ªed).
- Seixas (João), “A cidade na encruzilhada. Novas realidades e novos desafios para a cidade europeia contemporânea”, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 11, 2005, 107-124.
- Silvano (Filomena), *Antropologia do Espaço*, Celta, 2007, (2001 1ªed.).
- Smith (Valene L.) and Brent (Maryann) co-edited by, *Hosts and Guests Revisited: Tourism Issues of the 21st Century*, Cognizant Communication Corporation, New York, Sydney, Tokyo, 2001.
- Tostões (Ana) (coor científica), *Património moderno, A arquitectura moderna portuguesa 1920 – 1970*, coor IPPAR, Miguel Lacerda, Miguel Soromenho, Edição MC-IPPAR, 2004.
- Vala (J.) e Monteiro (M. Benedita) (coord.), *Psicologia Social*, Edição F. C. Gulbenkian, 1993.
- Vidal (Frédéric), “A Hipótese da cidade imóvel. Itinerários Urbanos numa perspectiva comparada”, in *Ler História*, n.º 48, 2005, 109-123.

Bibliografia sobre Guias

- Amirou (Rachid), “Tourisme et postmodernité. Les métamorphoses de l’authenticité”, in *Espaces Tourisme & Loisirs*, n.º 245, Février, 2007, www.revue-espaces.com. (2007)
- Barreira (Irllys Alencar Firmo), “Os Guias Turísticos em Berlim”, in *Tempo Social*, revista de sociologia da USP (S. Paulo), volume 17, n.º1, Junho 2005, 299-320, <http://www.scielo.br/scielo.php>. (2007)
- Bonin (Sohie), “Paysages et représentations dans les guides touristiques. La Loire dans la collection des Guides Joanne, Guides Bleus (1856 à nos jours)” in *L’Espace Géographique*, 2001, n.º2, 111-126, <http://www.mgm.fr/PUB/EG/EGPre1.html>. (2007)
- Bremond (Isabelle), “Les Bouches – du – Rhône. De la Cigale à la fourmi identitaire”, in *Espaces* 245, Février 2007, 25 – 26. (2007)
- Cazes (Georges) (dirigée par), *Le Tourisme et La Ville: Expériences Européennes*, L’Harmattan, 1998. *E.book*
- Chmura (Sophie), *Espace Bâti, Urbanisme et Patrimoine*, 2007, Thèse doctorat, Rennes, 2006, hal.archivesouvertes.fr/docs/00/18/99/68/PDF/thesechmura.pdf. (2008)

- Claire Zalc. "Review of Evelyne Cohen, Paris dans l'imaginaire national de l'entre-deuxguerres, H-Urban, H-Net Reviews, March, 2000. URL: <http://www.h-net.msu.edu/reviews/showrev.cgi?path=25890954527224>, <http://www.h-net.org/reviews>, (2007).
- Cohen (Évelyne), "Du guide au récit, un parcours historique", in *Villes, Voyages, Voyageurs*, 83-87, 2005.
- Culturello (Paul) e Rinaudo (Christian), *Mise en Image et mise en critique de la « Côte D'Azur »*; Programme d'Action concertée, initiative Ville 1999, « la ville: enjeux de société et questions scientifiques» Rapport final, Université de Nice – Sophia Antipolis, Décembre, 2002, <http://hal-unice.archives-ouvertes.fr>, (2007).
- Gayet, (Joël), "Stratégie de marque. Donner du sens aux politiques touristiques", in *Espaces Tourisme & Loisirs*, n° 245, Février, 2007, www.revue-espaces.com. (2007)
- Gras (Pierre) et Payen (Catherine) (sous la direction de), *Villes, voyages, voyageurs*, L'Harmattan, 2005. *E.book*
- Kong (Lily) and Yeoh (Brenda), "The Meanings and Making of Place: Exploring History, community and Identity", <http://profile.nus.edu.sg/fass/geokongl/intro.pdf>, in Yeoh, B.S.A. and Kong, L. (eds.) *Portraits of Places: History, Community and Identity in Singapore*, Singapore: Times Editions, (1995). (2007).
- Margarito (Mariagrazia) (sous la direction de), *L'Italie en stéréotypes, analyse des textes touristiques*, L' Harmattan, 2000. *E.book*
- Melissinos (A.), "La Ville, "monument" de l'urbain", in *Prospective: Fonctions du Patrimoine Culturel Dans une Europe en Changement*, Conselho da Europa, 2001: 86-89, http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/Resources/Publications/heritage_FR.asp, (2007).
- Michel (Franck), *Tourisme, Touristes et Sociétés*, col Tourismes et sociétés, L'Harmattan 1998. *E.book*
- Mourlhon-Dallies (Florence), Les prospectus d'offices de tourisme sur l'Italie du Nord: introduction à la notion de "particularisme discursif" in *L'Italie en Stéréotypes*, Harmattan, 2000.
- Rebillard (Sylvie), "L'analyse identitaire, un enjeu pour les territoires", in *Espaces Tourisme & Loisirs*, n° 245, Février, 2007, www.revue-espaces.com. (2007).
- Saunier (Pierre Yves), "Le Guide Touristique, un outil pour une possible histoire de l'espace: Autour des Guides *De Lyon*, 1800-1914", in *Géographie et cultures*, n° 13 p.35-54, 1993 <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00002779/fr/>. (2007).

Saunier (Pierre Yves), Lyon Du Fauteuil a La Poche. Le Guide Touristique Au XIX^o Siecle, 1995 Lyon, in *Revue d'Histoire du Livre* N^o. 92-93 (1995), 287-312 - <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00002794/fr/>. (2007).

Tornatore (Jean-Louis), “Les formes d’engagement dans l’activité patrimoniale. De quelques manières de s’accommoder au passé”, in Meyer (Vincent) et Walter (Jacques) (dir.), *Formes de l'engagement et espace public*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 2006, 515-538, <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00122998>, (2007).

Tritz (Céline), “Les Espaces Touristiques représentés : proposition d’analyse” in 6èmes Rencontres de Théo Quant. Février 2003, 1 – 11, thema.univ-fcomte.fr/theoq/pdf/2003/03Tritz.pdf. (2007).

Urbain, (Jean-Didier), “Tourisme de Mémoire, un travail de deuil positif”, in *Espaces Tourisme & Loisirs*, n^o 80, Décembre 2003, www.revue-espaces.com. (2007).

Urbain, (Jean-Didier), *L'Idiot du Voyage, histoires de touristes*, ed. Payot, 2002, (1993 1^aed).

Vourc’h (Anne), “Les Grand sites de France, L’étude d’identité comme outil fédérateur”, in *Espaces Tourisme & Loisirs*, n^o 245, Février 2007, www.revue-espaces.com. (2007)

Obras sobre turismo e guias de Lisboa / Portugal

Carvalho (Francisco Avelino), “O Lugar Dos Negros Na Imagem De Lisboa”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 52, Dezembro de 2006, pp. 87-108, <http://sociologiapp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=539> (2008).

Henriques (E. Brito), *A Lisboa Turística, entre o imaginário e a cidade*, edições Colibri, Lisboa, 1996.

Matos (A. C.) e Santos (M. L.), “Os Guias de Turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)” in *Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de junio de 2004, vol. VIII, núm. 167. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-167.htm> (2008).

Pina, (Paulo), *Cronologia do Turismo Português, 1900-1929*, editado por Secretaria de Estado do Turismo, Direcção Geral do Turismo, Porto, 1982.

Pina, (Paulo), *Portugal, o turismo no século XX*, ed. Lucidus, publicações LDA, Lisboa, 1988.

Pires (Ema Cláudia), *O baile do Turismo, turismo e propaganda no Estado Novo*, edições Caleidoscópico, 2003.

Bibliografia sobre Lisboa

- Carsten Land, (Klaus), Huckling (J.) e Trigueiros (Luiz), *Arquitectura Em Lisboa e Sul de Portugal desde 1974*, editorial Blau, Lisboa, 2005.
- Cordeiro (G. Índias), *Um Lugar na Cidade, quotidiano, Memoria e Representação no Bairro da Bica*, Publicações D. Quixote, 1997.
- Cordeiro (G. Índias), “Trabalho e Profissões no Imaginário de uma Cidade: sobre os “tipos Populares” de Lisboa” in *Etnográfica*, Vol. V (nº1), 2001, 7-24, http://ceas.iscte.pt/etnografica/2001_05_01.php. (2007).
- Cordeiro (G. Índias), “A propósito das Peregrinações em Lisboa, relato de uma cidade passo a passo”, in *Artifícios e Artefactos: entre o literário e o antropológico*. Gilda Santos e Gilberto Velho (organizadores), Rio de Janeiro, 7 Letras, 2006.
- Cordeiro (G. Índias), “Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca”, (Este texto retoma algumas partes do capítulo “Lisbonne et ses quartiers” in *Lisboa, un monde fait de tous les mondes*, catálogo organizado por Claude Archambault, Parc de La Villette, 5 Oct - 2003 - 25 Jan. 2004: 55-60), ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8491.pdf. (2007).
- Cordeiro (G. Índias), Baptista (Luís Vicente) e Costa (A. Firmino) (organizadores), *Etnografias Urbanas*, Celta Editora, 2003.
- Costa (A. Firmino), *Sociedade de Bairro*, Celta Editora, 1999.
- Ferreira, (Vitor Matias), *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*, Publicações D. Quixote, 1987
- Ferreira, (Vitor Matias), *Fascínio da Cidade, Memória e Projecto de Urbanidade*, Centro de Estudos Territoriais - Ler Devagar, 2004.
- Gaspar (Jorge), “A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa”, in separata *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XI – 21, Lisboa, 1976.
- Lisboa*, Moita (Irisalva) (coord), edições Expo 98, Lisboa capital da Cultura 1994 e Livros Horizonte, 1994 (autores dos textos J. Gaspar, R. Henriques da Silva, J. Custodio, J. Manuel Fernandes)
- Lisboa: oito séculos de história*, edição Câmara Municipal de Lisboa, 1945.
- Lobo (Margarida Souza), *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU FAUP, Porto, 1995, (1993 1ª ed.).
- Salgueiro, (Teresa Barata), Lisboa, *Periferia e Centralidade*, Celta editora, 2001.
- Vidal (Frédéric), *Ruas e sítios na Lisboa oitocentista. Usos e classificações em quatro roteiros da cidade*, in *Ler História*, nº 52, 2007, 9-21.

Outras obras sobre Lisboa

Catorze anos de política do espírito, Secretariado Nacional de Informação, edições SNI Lisboa, 1948, (Consulta B. Gulbenkian cota: AHP 2436.2).

Celestino da Costa (A.), *A evolução de uma cidade, Lisboa*, edições Câmara Municipal de Lisboa, 1951.

Forjaz (Albino Sampaio), *Lisboa Trágica (aspectos da cidade)*, ed Santos & Vieira Empresa Literária Fulminense, Lisboa, 1917, 3ª edição.

Léonard (Yves), “Portugal de um Século a Outro”, in Portugal na Viragem do Século, Valor da Universalidade, coord. F. Rosas e M. Fernanda Rollo, edição Cadernos do Pavilhão de Portugal, Expo’98 e Assírio e Alvim, 1998.

Mourão-Ferreira (David), desenhos de Bernardo Marques, *Saudade de Lisboa, de Eça de Queiroz a Miguel Torga*, selecção de textos, Lisboa, Estúdios Cor, 1967.

Rodrigues (Mª João Madureira), *Tradição, transição e mudança; a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*, edição Sep. Bol. Cult. da Assembleia Distrital de Lisboa, 3ª série, nº 84, 1979.

Sá (Alexandre de Vasconcelos), *Expansão e remodelação de Lisboa, orientação administrativa*, comunicação de Eng. Alexandre Vasconcelos e Sá ao II Congresso das capitais, 3ª secção – urbanização, 1954.

Silva, (Vieira da), 1930, “Os Bairros”, in *Separata da Arqueologia e História*.

Taveira (Tomás), *Discurso da Cidade*, edições Novotipo, 1973.

Catálogos de Exposições

Lisboa 94, Capital europeia da Cultura, Memoria Fotográfica, edição apoiada por Império, companhia de Seguros, edições Planeta Agostini Lisboa, 1994.

Lisboa Vista pelos Pintores “naif”, catálogo da exposição, Lisboa, P. Coruchéus, edição Câmara Municipal de Lisboa e Companhia de Seguros Império, 1988.

Moita (Irisalva), 1979, *O Povo de Lisboa*, Exposição Iconográfica, catálogo, edição Câmara Municipal de Lisboa, 1978-1979.

Silva (Raquel Henriques) (dir.), *Lisboa de Ressano Garcia, 1874 – 1909*, edição Câmara Municipal de Lisboa, 1989.

Trajes míticos da cultura regional portuguesa, Lisboa, capital europeia da cultura 94, Catálogo da Exposição, edição Museu Nacional do Traje, 1994.

XVII Exposição Europeia da Arte Ciência e Cultura (Conselho da Europa): os descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento, Catálogo da Exposição, edição Montepio Geral, 1984.

Referências bibliográficas: Obras gerais

Dicionário Houaiss, 2003, (2001, 1ª edição).

Dictionnaire International des Termes Littéraires, DITL E-Dictionnaire, <http://www.ditl.info/arttest/art7403.php>.

E-Dicionário de Termos Literários, edição e organização, Carlos Ceia, <http://www2.fesh.unl.pt/edtl/>.

Enciclopédia Einaudi, IN-CM, 1986.

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira, edição século XXI, Verbo, 2000.

Encyclopædia Universalis, France S.A., Paris, 1989.

The New Encyclopædia Britannica, 15ª edição (1973-1993).

Encyclopedia of the city, edited by Roger W. Caves, Routledge, London and New York, 2005.

Fonte documental: Guias turísticos de Lisboa analisados

Guia Ilustrado do Viajante em Portugal, 1905, editor Almanach Palhares Lisboa, autor Santos Junior (Santonillo) e A Morgado.

Roteiro de Lisboa, 1905; edições S. Paulo Brasil, autor Joaquim Gil Pinheiro.

Lisbonne, 1906; edição Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP).

As bellezas de Lisboa e seus arredores, 1906 edição Livraria Correia Pinto, Lisboa.

Lisboa e Subúrbios, 1906; edição Grupo Excursionista Porto; autor Soares Dias.

Portugal, seus multiplos aspectos como paiz de excursões; 1908 edição Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP).

Manual do viajante em Portugal, 1913; edição Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP), autor Mendonça e Costa; tipografia Gazeta Caminhos de Ferro.

Tourist, guia de Lisboa, 1924; edição Imprensa Libanio da silva, travessa do Fala Só, Lisboa; (coor) Álvaro Santos.

Guia de Portugal: Lisboa e Arredores, 1924, edição Biblioteca Nacional, (coord) Raul Proença.

- Guia de Lisboa*, 1925; edição proprietário de hotéis.
- Livro de turismo, Lisboa, Sevilha, Paris*, 1929; edição Boletim do Governo Civil, autor Raymundo Alves.
- Vem a Lisboa? Guia turístico*, 1930; edição REX Propagandas.
- Lisbonne histoire, description, monuments*, 1933; edição Bertrand, autor Lisbonnin.
- Cidades de Portugal: Lisboa, aspectos*, 1934; Edições de M. Da Costa Ramalho.
- Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores*; editores Conselho Nacional de Turismo/Câmara Municipal de Lisboa, Câmara do Comercio de Lisboa, (coord) M. Da Costa Ramalho.
- Triangulo Turístico, roteiro Lisboa, Estoril*, 1939; Edições de Propaganda e Turismo; Sociedade Nacional de Tipografia, autores Raphael de Lezameta e Baena Guimarães.
- Guia Turística de Lisboa*, 1941; edição Câmara Municipal de Lisboa, (coord) A. Vieira da Silva.
- Guia de Lisboa*, 1943; edição Livraria Portugália; autores Norberto Araújo e António Soares.
- Lisbon*, 1952, edição Secretariado Nacional de Informação.
- Lisboa*, 1953, edição XV Congresso Internacional de Cirurgia, coord Armando Lopes.
- Um turista em Lisboa*, 1958; edição Neogravura Lda, autor Ferreira de Andrade.
- Guia de Lisboa, Costa do Sol e arredores*, 1959; Edição Mário Valdez.
- Lisbonne et son charme*, 1959, edição Câmara Municipal de Lisboa (coor) Vasconcelos e Sá.
- Lisboa*, 1960, edição Publicações turísticas, colecção turismo, autor Ferreira de Andrade.
- Lisboa, cidade de turismo*, 1963, edição Câmara Municipal de Lisboa, (coor) João Pina Vidal.
- Guia do turismo em Lisboa*, 1964; edição Câmara Municipal de Lisboa (coor) João Pina Vidal.
- Guia e planta de Lisboa*, 1977, edição Câmara Municipal de Lisboa.
- Lisbonne et ses environs*, 1980 edição Colibri; autor Pedro Vasconcelos.
- Lisboa, guia da cidade*, 1982, edição Câmara Municipal de Lisboa.
- Guia de Lisboa, Estoril e Cascais*, 1983, Edições Poseidon, autor F. Moura.
- Lisboa e Costa de Lisboa, guia laranja*, 1985, Edições Convergência, Secretaria Estado Turismo.
- Lisboa (novos guias de Portugal)*, 1985, Editorial Presença; autores José Vítor Adragão, Natália Pinto e Rui Rasquilho.

Lisboa, guia histórico turístico, 1987, edições Margrap, autor Adérito Tavares (licenciado em história¹⁰⁷).

Atlas Turístico de Lisboa, 1988, edição Câmara Municipal de Lisboa.

Goldenbook of Lisbon, 1989, edição Henrique Cerqueira/Interpropo, Lda.

Guia de Turismo, Roteiros, 1990, edição Câmara Municipal de Lisboa (e outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa), autores F.T. Barata e Alexandre Flores.

Lisboa Recomendada, 1990, edição Shell (e outras empresas), autor Luís Palanque.

Guia de Lisboa, 1992, colaboração Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da União das Cidades Iberoamericanas (UCCI), (coor Clara Pimentel).

Lisboa always, roteiro, 1994, Edição e coordenação Jorge M. Laureano Jacinto, produções e edições Lda.

Passeando em Lisboa, 1995, edições Pergaminho, autores De Moura texto e ilustrações Cláudia Conduto.

Lisboa, Portugal, ir e voltar: Guias ir & Voltar, 1998, edição Estampa, Galimard, coord. Annegret Rangel.

The Best Guide, Lisboa, 1998, edição J. Pedro Castanheira, coord. Margarida Silva César

How to visit Lisbon, City Guide, 2002, edição InfoPortugal.

Your Guide: Lisboa, 2004, edição ANA Portugal, autoria texto histórico Centro Nacional da Cultura.

Outros guias de cidade consultados

À Paris, guides Hachette, Hervé Juvin, Hachette guides Bleus, Paris, 1988.

Guide de Paris, édité Michelin, Paris, services tourisme Michelin, 1947.

Londres, Davi Piper, *The World Cultural guides*, Park and Roche Stabishment Schaan, 1971, (versão francesa Albin Michel).

The city as a work of art, London, Paris, Vienna, Olsen J. Donnal, Yale University, New Haven and London, 1986.

A Pitkin pictorial guide to London, Pitkin pictorials, 1971.

Rome: Guide touristique illustré; histoire, itinéraires culturels, lieux d'animation, shopping, Paris, De Vecchi, 1986.

Pessoa, (Fernando), *Lisboa: o que o turista deve ver*, Livros Horizonte, 2007, (1992 1ªed.)

¹⁰⁷ É deste modo que se encontra identificado no guia.

CURRICULUM VITAE

LISBOA NOS GUIAS

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	Maria Estela de Moura Dantas Gonçalves
Morada	Rua Professor Sousa da Câmara, n.º 134 2º andar, 1070 – 217, Lisboa
Telefone	21 3889689; TM 965032569
Correio electrónico	Estela278@gmail.com; estela.goncalves@cm-lisboa.pt
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	1957 / 09 / 27

FORMAÇÃO ACADÉMICA

1982 - 1987	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Curso de Sociologia com trabalho final de seminário na área de Sociologia Urbana, tendo obtido a classificação de 16 valores. Orientador de seminário: Prof. Doutora Isabel Guerra
Grau	Licenciatura Bom (14 valores)
2002 - 2003	Instituto Superior de Psicologia Aplicada Curso de Especialização de nível Pós – Graduado, na área da Organização e Desenvolvimento Curricular, na especialidade de Educação para a Cidadania Direcção do curso: Prof. Doutora Ana Carita
Grau	Pós graduação Bom
2003 – 2004 / 2006 - 2008	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Mestrado em Antropologia, Patrimónios e Identidades Direcção do curso: Prof. Doutor Pais de Brito Conclusão da parte lectiva em 2004 Orientação da tese de mestrado: Professora Doutora Graça Índias Cordeiro
1975 - 1978	Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia / ISEG Conclusão de 15 disciplinas, correspondentes ao 1º, 2º e 3º anos do curso de economia

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1988 a 2008	Desde 1988 que me encontro a trabalhar no município de Lisboa, predominantemente nos serviços municipais de Reabilitação Urbana.
2007 a 2008	Obtive equiparação a bolseira, por despacho de 2007/05/02, para concluir a tese de mestrado “Imagens da cidade de Lisboa através dos guias turísticos”
2006 - 2007	Direcção Municipal de Conservação e Obras (DMCRU), staff da direcção municipal
• Principais actividades e responsabilidades	Elaboração de estudo do investimento no Objectivo Municipal de Reabilitação Urbana (RU) no período de 1990 a 2005, estudo que articulou a fonte Relatórios de Gestão da CMLisboa (de base financeira) com outras fontes de informação (de base sócio-urbanística). O estudo teve na base a apresentação de informação sobre as actividades RU à EPUL, com vista à realização de Exposição sobre a Reabilitação Urbana na cidade de Lisboa.
	Análise sócio demográfica sobre alguns territórios de intervenção prioritária, em

<p>2006 Outras actividades</p>	<p>termos de operações de RU, com vista a elaboração de documentos de análise urbanística: Área urbana de ST. Marta, eixo da Rua Possidónio da Silva, eixo da Rua das Beatas / Graça</p> <p>Contribuição para elaboração de síntese de actividade municipal RU para o estudo, através de inquérito: Metropolis Commission 3, Comprehensive Neighborhood Regeneration (em conjunto com outros técnicos)</p> <p>Em 2006 fui nomeada 1º Vogal efectivo para concurso externo de ingresso para Técnico Superior (de Sociologia) de 2ª classe por despacho nº 72/P/2006</p>
<p>2004 - 2005</p> <p>• Principais actividades e responsabilidades</p>	<p>Direcção Municipal de Conservação e Obras (DMCRU), Divisão de Gestão de Informação e Apoio Técnico (DGIAT)</p> <p>Elaboração de síntese sobre o trabalho municipal de Reabilitação Urbana para estudos de entidades externas ao município, predominantemente informações sócio urbanísticas:</p> <p>Empresa Espaço e Desenvolvimento – Estudos e Projectos Lda., estudo “Reabilitação Urbana oportunidades económicas, emprego e competências”, estudo publicado em 2006.</p> <p>Investigadora luso alemã, estudo sobre planeamento urbanístico e projectos urbanos existente para os bairros de Alfama, Mouraria e Bairro Alto; a perspectiva do interesse turístico dos bairros; as figuras e factos históricos presentes nesses bairros; qual a sua função predominante, quem são os seus residentes, quais os seus modos de vida.</p> <p>Jornalista alemã que pretendia escrever um artigo num jornal de âmbito regional sobre o interesse turístico de Lisboa enquanto cidade com um Centro Histórico, com património monumental.</p> <p>Estudo sobre a Reabilitação Urbana dos Centros Históricos desenvolvido pela Comissão / Conferência das Cidades do Arco Atlântico, estudo coordenado pela D.M. de Planeamento Urbanístico.</p> <p>Análise sócio demográfica sectorial dos bairros históricos de intervenção DMCRU.</p> <p>Elaboração de análise diagnóstico sobre praças e espaços públicos situados no Centro Histórico, na sequência de contactos com Prof. Caruso do Projecto Comunitário “Cultura 2000: recuperação e valorização das praças históricas europeias e as suas funções”. Organização e caracterização dos principais espaços públicos da área Histórica Central de Lisboa, trabalho efectuado em colaboração com Arq. Paisagista Carla Moura da DMCRU.</p>
<p>2002 a 2003</p> <p>• Principais actividades e responsabilidades</p>	<p>Direcção Municipal de Conservação e Obras (DMCRU), Divisão de Gestão de Informação e Apoio Técnico (DGIAT)</p> <p>Diagnóstico social da situação no Largo do Intendente com base em observação no local e algumas entrevistas a residentes e responsáveis por instituições que ali trabalham com vista a preparação de visita de peritos do projecto europeu Entrust em Janeiro de 2003.</p> <p>Análise síntese sobre o modelo de actuação de gestão mista (parceria público/privado) na Reabilitação dos Centros Históricos, através do estudo de caso da gestão urbanística corrente na Unidade de Projecto do Bairro Alto e Bica, em resposta a inquérito da CCRLVT sobre modelos de operacionalização de políticas de reabilitação urbana</p> <p>Apoio à equipa CML do Projecto Europeu ENTRUST que tem trabalhado desde 2002 com o Projecto Integrado do Castelo, com estudos parcelares para relatório de análise de situação: análise dos custos despendidos pela autarquia para aquele projecto e análise de situação sócio económica de 60 agregados residentes no Castelo.</p>

<p>2003 Outras actividades</p>	<p>Análise do investimento e o comportamento das diferentes categorias de gastos, efectuado pela CML na Direcção Municipal de Reabilitação Urbana no período de 1990 a 2001, através dos Planos Anuais e Relatórios Anuais com elaboração de relatório final.</p> <p>Compilação de toda a legislação e medidas de apoio existentes que correspondem à divisão de responsabilidades entre o governo e o município, para a preservação e atractividade da cidade histórica de Lisboa, em resposta a questionário de estudo “Apoio dos governos nacionais às cidades históricas”, com vista a preparação de encontro mundial de cidades com centro histórico na cidade de Kyoto em 2003.</p> <p>Análise sobre dados referentes às Empreitadas lançadas pela DMRU/DMCRU no período entre 1987 a 2003, através da informação registada na base de dados do sistema de gestão e tratamento de informação (SGTI) criado na DMRU em 1995. Trabalho elaborado em equipa com a responsabilidade da sua coordenação técnica.</p> <p>Em 2003 fui 2º Vogal do Júri de concurso interno, de acesso limitado, para Técnico Superior de (Sociologia) Principal, por despacho de 2003 – 05 - 08</p>
<p>1989 - 2002</p> <p>• Principais actividades e responsabilidades</p> <p>2002</p> <p>2001</p> <p>1999 – 2000</p> <p>1995 – 1999</p> <p>1989 - 1994</p>	<p>Direcção Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU), Divisão dos Núcleos Dispersos (DND) e Gabinete Técnico Local de Carnide-Luz e Paço do Lumiar</p> <p>Participação em estudos sócio-urbanísticos</p> <p>Colaboração com a equipa que elaborou a candidatura ao Projecto URBCOM, núcleo comercial de Carnide Luz, com aplicação de questionário aos comerciantes, tratamento da informação e elaboração de relatório final, para caracterização do comércio local e respectivos comerciantes.</p> <p>Colaboração na nova proposta para o Plano de Urbanização de Carnide Luz da responsabilidade da Arqª Maria João Duarte, com a análise sócio demográfica daquele núcleo urbano incluindo nova informação demográfica a partir dos dados do Censo INE 2001 e estudos parcelares efectuados no decurso de vários anos.</p> <p>Elaboração de questionário e tratamento estatístico de levantamentos a alguns pátios e vilas da cidade de Lisboa, em colaboração com a equipa de vistorias da Divisão. (Pátio do Colégio, Vila Maia, Vila Gomes, Vila do Tijolo).</p> <p>Elaboração de questionário, participação na equipa que efectuou o levantamento no terreno, análise de dados e elaboração de relatório final de população residente no parque da Quinta de S. Lourenço em Carnide, população maioritariamente circense, com vista à procura de soluções para sanar o problema social e urbano decorrente da degradação em que se encontrava aquele parque residencial.</p> <p>No ano de 1996 uma equipa britânica (Brighton), especializada em questões de saúde e apoio social para a terceira idade, coordenada pela Dr.ª Jenny Bennett, lançou um inquérito na freguesia de Carnide com o objectivo de fazer um estudo comparativo dos diversos países da CEE em relação às condições de saúde daquela faixa etária, estudo que teve como eixo central de colaboração a associação "Solidariedade de Gerações" e a Junta de Freguesia de Carnide.</p> <p>A minha colaboração naquele estudo foi no sentido de redefinir a estratificação da amostra de população sobre quem recaiu o inquérito, bem como o afinamento da grelha do questionário tendo em conta a realidade portuguesa e local. A equipe esteve cá no mês de Fevereiro (1998) para apresentar os resultados do estudo e com novas propostas de colaboração.</p> <p>1993 – 1994 Elaboração de um questionário, respectivo trabalho de campo e análise, com vista ao levantamento das condições das populações residentes em barracas espalhadas pelas quintas pertencentes à área de intervenção de Carnide-Luz.</p> <p>1991 – 1993 Coordenação da equipa da CML /DMRU que preparou a grelha de questionário para efectuar o recenseamento às populações residentes nas áreas de intervenção prioritárias de reabilitação urbana, os bairros históricos de Lisboa.</p>

• *Principais actividades e responsabilidades*

2002

Acompanhamento directo do processo de levantamento e análise nas áreas de Carnide –Luz e Paço do Lumiar.

1991 – 1994 Colaboração na elaboração das propostas dos Planos de Urbanização de Carnide Luz e Paço do Lumiar com a análise sócio demográfica dos núcleos urbanos de Carnide –Luz e Paço do Lumiar.

1992 - 1999

Participação em actividades de animação sócio-cultural

Participação num projecto de educação para a sensibilização às questões do património urbano em parceria com as escolas do ensino básico do Paço do Lumiar e Olivais Velho, “Um bairro; à descoberta de um lugar”, projecto DMRU 2000 – 2002. Este projecto acompanhou o ano lectivo escolar com a animação de diversas actividades (aulas, visitas guiadas ao património urbano e acompanhamento de trabalhos efectuados pelos alunos sobre o local onde estava inserida a sua escola com exposição final de trabalhos conjuntamente com todas as equipas DMRU em Junho 2002 no Castelo).

Em equipa com o historiador foi efectuada uma colaboração com a biblioteca do Bairro Padre Cruz, num projecto de animação daquela com a escola do ensino básico no sentido de uma maior sensibilização sobre o património histórico e urbano de Carnide Velho.

Participação no “Olhar Carnide em Setembro em equipe com a Junta de Freguesia de Carnide, outros departamentos da C.M.L., Escolas da área de Carnide e Associações ligadas à defesa do ambiente e património de um conjunto de actividades de carácter cultural e de lazer que correm durante o mês de Setembro, mês das festividades locais, e por isso de reforço da sua identidade simbólica e se institucionalizou com o nome de "Olhar Carnide em Setembro".

A minha actividade consistiu na colaboração para a organização do conjunto de actividades, delimitando o tema das preocupações apresentadas, a necessária articulação com as outras entidades municipais, redacção dos textos a apresentar no folheto de divulgação e organização de visitas guiadas com dramatizações de personagens históricas ligadas ao local de Carnide-Luz. Experiência piloto que teve excelentes resultados junto da população residente e população escolar de Carnide.

Nesse sentido realizei pesquisa histórica e escolha de personagens e acontecimentos locais que serviriam para as dramatizações (em diálogo com o historiador); redacção de pequenos textos dramatizados com vista à sua representação pelos actores; pesquisa de trajes e pormenores decorativos das épocas respectivas; contratação de actores; aspectos técnicos para tornar realizável o espectáculo.

Esta actividade ocorreu anualmente desde Setembro 1992, tendo participado até 1999.

“O Património em Carnide”, no ano de 1999

"Um novo olhar em Carnide Velho: o metro de Carnide" no ano de 1997

"Os 400 anos da Igreja da Luz" no ano de 1996

"Carnide Velho, Carnide Novo" no ano de 1995

"Agriculturas alternativas na Carnide Rural" no ano de 1994

"Solidariedade de Gerações" no ano de 1993

" Conservação do Património e Defesa do Ambiente e " no ano de 1992

No início de 1997 colaborei com um grupo de professores da escola secundária de Carnide num projecto área - Escola, cujo tema, “Os problemas dos jovens: passado e futuro”, tentou articular a realidade da história de Carnide e os problemas dos jovens, trabalho que foi apresentado em Maio do mesmo ano na Escola Superior de Educação de Benfica.

1995 Colaboração na fase de arranque e desenvolvimento de uma rotina de trabalho e intervenção de uma associação local, o grupo "O Treze", sediada em Carnide-Luz. A associação existe desde 1995. É uma associação de moradores e pessoas que, de um modo ou de outro, estão ligados a Carnide e têm como objectivo promover à requalificação e defesa do património daquela área.

<p>1995 – 2001 Outras actividades</p> <p>1988 - 1989</p> <ul style="list-style-type: none"> • Principais actividades e responsabilidades 	<p>1992 – 1994 Colaboração na fase de arranque e desenvolvimento de uma rotina de trabalho e intervenção de uma associação local, o grupo "Solidariedade de Gerações", sediada em Carnide-Luz. Aquela associação congrega grupos informais e instituições que intervêm em Carnide com o objectivo de resolver, concertadamente, problemas sociais ligados à Terceira Idade ou promover a actividades para este grupo etário. O grupo reúne mensalmente desde 1992.</p> <p>No ano de 1994 preparei alguns colóquios que tiveram lugar na Escola Secundária de Carnide-Luz (Virgílio Ferreira) com o objectivo de sensibilizar a população escolar para as questões de defesa do património e ambiente.</p> <p>No ano de 1993 preparei a realização de alguns colóquios que tiveram lugar na Junta de Freguesia de Carnide-Luz, que visavam discutir questões importantes como a reabilitação do património e das áreas degradadas. Os colóquios tiveram a participação dos responsáveis da Reabilitação Urbana da C.M.L., os responsáveis de Associações ambientalistas, e a coordenação da mesa pela Prof. Doutora Isabel Guerra.</p> <p>Entre 1998 e 2002 fui membro da Comissão de Acompanhamento dos Arraiais Lisboa, comissão mista EBHAL e vários Departamentos municipais, que entre outras actividades elaborou o Regulamento dos Arraiais da Cidade de Lisboa e vistoriou os mesmos.</p> <p>Em 1999 fui 2º vogal efectivo do Júri de concurso interno de acesso, limitado, para Técnico superior de sociologia principal. (por despacho de 1999 – 07 – 02)</p> <p>Em 1998 fui 2º vogal efectivo do Júri de concurso interno de acesso, limitado, para Técnico superior de Serviço social de 1ª classe (DR, III série, n.º. 37, 13-2-98)</p> <p>Direcção Municipal Abastecimento e Comércio (DMAC)</p> <p>Participação como parceiro municipal num estudo sociológico sobre o fenómeno de venda ambulante na cidade de Lisboa, estudo da responsabilidade de um grupo de investigadores do CIES.</p> <p>Colaboração em estudos sectoriais ligados aos mercados de venda ambulante</p>
<p>OUTRAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS</p> <p>2002 - 2003</p> <ul style="list-style-type: none"> • Função ocupada • Principais actividades e responsabilidades <p>1994 - 1997</p> <ul style="list-style-type: none"> • Função ocupada • Principais actividades e responsabilidades <p>1986 - 1997</p> <ul style="list-style-type: none"> • Função ocupada • Principais actividades e responsabilidades 	<p>Instituto Superior de Psicologia Aplicada</p> <p>Secretaria Pedagógica do curso de Pós Graduação “Educação para a Cidadania”</p> <p>Colaboração na organização dos seminários e conferências de apoio ao curso, apoio ao coordenador científico e articulação entre alunos e secretariado do ISPA para as pós graduações</p> <p>Instituto Piaget, Experiência na docência</p> <p>Professora contratada</p> <p>Leccionei as seguintes disciplinas:</p> <p>Metodologia da Intervenção Sócio - Cultural na Família e na Escola ao Curso de Ensino Básico 1º Ciclo (bacharelato).</p> <p>Sociologia da Família e da Escola ao curso de Animadores Sócio Culturais (bacharelato)</p> <p>Psicossociologia Institucional aos cursos de Educação Especial e Direcção Pedagógica e Administração Escolar (cursos de pós graduação).</p> <p>CESIS e ICS, participação em pesquisas sociológicas</p> <p>Trabalho de campo</p> <p>Em 1997 fiz trabalho de campo para um estudo sobre a condição das pessoas isoladas que residiam nos bairros de barracas 6 de Maio e Fontainhas, estudo efectuado por aquele centro de investigação para a Câmara Municipal da Amadora.</p> <p>Em 1986 fiz trabalho de campo para o estudo «Luta contra a pobreza em Portugal», coordenado pela Professora Doutora Manuela Silva</p> <p>Em 1986 efectuei levantamento de dados na Biblioteca Nacional para uma pesquisa promovida pelo Instituto de Ciências Sociais, subordinada ao tema « Actores da mudança estrutural no Portugal do pós guerra – Estado, Igreja e Forças Armadas, 1945 - 1974 », trabalhado efectuado sobre a orientação do Dr. Salgado Matos.</p>

<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR Frequência de cursos, acções de formação, seminários, colóquios. 2004 - 2007</p>	<p>No ano de 2007 frequência de Curso de Especialização organizado por Giesta ISCTE Análise Empírica - Estatística utilizando o EXCEL Análise de Dados para Ciências Sociais e Empresariais com SPSS Estatística Multivariada</p> <p>No ano de 2006 frequência de Curso de Formação Profissional de Francês, nível avançado, no âmbito do Plano de Formação realizado pela DMAGGRH/DGRH/DF CM Lisboa</p> <p>No ano de 2006 frequência de Curso de Formação Profissional de Património Artístico e Cultural nível I, no âmbito do Plano de Formação realizado pela DMAGGRH/DGRH/DF CM Lisboa</p> <p>No ano de 2005 frequência de Curso de Formação Profissional de Património Artístico e Cultural, no âmbito do Plano de Formação realizado pela DMAGGRH/DGRH/DF CM Lisboa.</p> <p>No ano de 2004 frequência de Curso de Formação Profissional de ACCESS XP N1, no âmbito do Plano de Formação realizado pela DMAGGRH/DGRH/DF CM Lisboa</p>
<p>PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS E SEMINÁRIOS COM A APRESENTAÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO 2007 1999 a 1994</p>	<p>Participação com comunicação no Encontro O Estado da Sociologia em Portugal: formação, investigação e profissionalização, promovido pela Associação Portuguesa de Sociologia, que ocorreu no ISCTE em 19 e 20 de Outubro de 2007</p> <p>Participação no III Encontro Temático, Utopias, Viragem do Milénio, em Julho de 1999 com a apresentação de uma comunicação sobre o processo de reabilitação urbana nos núcleos “rururbanos”. A comunicação foi publicada nas Actas do Encontro.</p> <p>Participação no Colóquio Temático Estudos de Lisboa, séculos XV a XIX em Novembro de 1998, com a apresentação de uma comunicação sobre a Infanta Dona Maria fundadora do Convento da Luz e Hospital Real (actual edifício do Colégio Militar), século XVI. A comunicação foi publicada nas Actas do Encontro.</p> <p>Participação no 2º Encontro de Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, em 1994, realizado no Teatro Maria Matos, com a apresentação de uma comunicação sobre o processo de reabilitação urbana em Carnide. A comunicação foi publicada nas Actas do Encontro.</p>